



ECOWAS COMMISSION
COMMISSION DE LA CEDEAO
COMISSÃO DA CEDEAO



RELATÓRIO DE CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA DA CEDEAO RELATIVO A 2024

Agosto de 2025

ÍNDICE DE MATERIA

ÍNDICE DE MATERIA	2
RESUMO EXECUTIVO	10
INTRODUÇÃO	12
I. CONTEXTO ECONÓMICO GLOBAL	14
1.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO E INFLAÇÃO	14
1.1.1. CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO	14
1.1.2. INFLAÇÃO GLOBAL	15
2.2. COMÉRCIO GLOBAL	15
2.3. PREÇOS GLOBAIS DAS MERCADORIAS	16
2.4. MERCADOS MONETÁRIOS E FINANCEIROS	16
2.5. PERSPETIVAS E IMPLICAÇÃO DA CEDEAO	17
II. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CEDEAO	18
2.1. IMPACTO DO CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL	19
2.2. SETOR REAL	20
2.2.1. CRESCIMENTO	20
2.2.2. INFLAÇÃO	22
2.3. FINANÇAS PÚBLICAS	25
2.4. SETOR MONETÁRIO	28
2.4.1. ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA E EVOLUÇÃO DO SETOR BANCÁRIO	28
2.4.2. EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS	28
2.5. SETOR EXTERNO	29
2.5.1. BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTES	29
III. ESTADO DA CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA NA CEDEAO	31
3.1. RESUMO DA CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA	31
3.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DE PRIMEIRO GRAU	34
3.3. ANÁLISE DO DESEMPENHO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS DO SEGUNDO GRAU	37
3.4. PERSPETIVAS	39
IV. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DOS ESTADOS-MEMBROS DA CEDEAO	40
4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO BENIM	40
4.1.1. SETOR REAL	40
4.1.1.1. Crescimento económico	40
4.1.1.2. Inflação	42
4.1.2. FINANÇAS PÚBLICAS E DÍVIDA PÚBLICA	43
4.1.3. Setor Externo	44
4.1.4. Setor Monetário	46
4.1.5. Estado de Convergência Macroeconómica	47
4.1.6. Previsões 2025	48
4.1.7. Conclusão e Recomendações	48
4.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE CABO VERDE	50
4.2.1. Setor Real	50
4.2.2. Finanças Públicas	52
4.2.3. Setor Externo	53
4.2.4. Setor Monetário	55
4.2.5. Estado de Convergência Macroeconómica	56
4.2.6. Previsões 2025	57
4.2.7. Conclusões e Recomendações	57
4.3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÔTE D'IVOIRE	59
4.3.1. Setor Real	59
4.3.1.1. Crescimento económico	59

4.3.1.2.	<i>Inflação</i>	61
4.3.2.	Finanças Públicas e Dívida Pública	61
4.3.3.	Setor Externo	64
4.3.4.	Setor Monetário	65
4.3.5.	Estado de Convergência Macroeconómica	67
4.3.6.	Previsões 2025	68
4.3.7.	Conclusão e Recomendações	68
4.4.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA GÂMBIA	70
4.4.1.	Setor Real	70
4.4.2.	Finanças públicas	71
4.4.3.	Setor Externo	73
4.4.4.	Setor Monetário	75
4.4.5.	Convergência macroeconómica	76
4.4.6.	Perspetivas	77
4.4.7.	Conclusão e recomendações	77
4.5.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GANA	79
4.5.1.	Setor real	80
4.5.2.	Finanças públicas	82
4.5.3.	Setor externo	84
4.5.4.	Setor Monetário	86
4.5.5.	Desempenho no âmbito dos critérios de convergência macroeconómica	87
4.5.6.	Perspetivas a médio prazo	88
4.5.7.	Conclusões e recomendações	89
4.6.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA GUINÉ	91
4.6.1.	SETOR REAL	91
4.6.1.1.	<i>CRESCIMENTO</i>	91
4.6.1.2.	<i>INFLAÇÃO</i>	93
4.6.2.	FINANÇAS PÚBLICAS E DÍVIDA PÚBLICA	94
4.6.3.	SETOR EXTERNO	96
4.6.4.	SETOR MONETÁRIO	97
4.6.5.	CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA	99
4.6.6.	PERSPETIVAS	100
4.6.7.	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	101
4.7.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA GUINÉ-BISSAU	102
4.7.1.	Setor real	102
4.7.2.	Finanças públicas	103
4.7.3.	Setor externo	105
4.7.4.	Setor monetário	107
4.7.5.	Desempenho em termos de convergência macroeconómica	109
4.7.6.	Previsões para 2025	109
4.7.7.	Conclusões e recomendações	110
4.8.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA LIBÉRIA	111
•	RESERVAS EXTERNAS BRUTAS EM MESES DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES DE 3,0.	111
4.8.1.	Setor real	111
4.8.2.	Finanças públicas	113
4.8.3.	Setor externo	115
4.8.4.	Setor monetário	116
4.8.5.	Situação da convergência macroeconómica	118
4.8.6.	Perspetivas	119
4.8.7.	Conclusão e recomendações	119
4.9.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA NIGÉRIA	121

4.9.1. SETOR REAL	121
4.9.1.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO	121
4.9.1.2. INFLAÇÃO	122
4.9.2. FINANÇAS PÚBLICAS	123
4.9.2.1. DESEMPENHO DA DÍVIDA PÚBLICA	124
4.9.3. SETOR EXTERNO	126
4.9.4. SETOR MONETÁRIO	127
4.9.5. ESTADO DA CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA	129
4.9.6. PERSPETIVAS	130
4.9.7. DESAFIOS, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES	131
4.10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SENEGAL	133
4.10.1. Setor real	133
4.10.2. Finanças públicas e dívida pública	135
4.10.3. Setor externo	137
4.10.4. Setor monetário	139
4.10.5. Estado de convergência macroeconómica	140
4.10.6. Projeções 2025	141
4.10.7. Conclusão e recomendações	141
4.11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA SERRA LEOA	143
4.11.1. Setor real	143
4.11.1.1. Crescimento da produção	143
4.11.1.2. Inflação	144
4.11.2. Finanças pública e dívida pública	145
4.11.3. Setor externo	146
4.11.4. Setor monetário	148
4.11.5. Convergência Macroeconómica	149
4.11.6. Perspetivas	150
4.11.7. Conclusões e recomendações	150
4.12. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO TOGO	152
4.12.1. Setor real	152
4.12.2. Finanças públicas e dívida pública	154
4.12.3. Setor externo	156
4.12.4. Setor monetário	158
4.12.5. Estado de Convergência macroeconómica	160
CRITÉRIOS DE PRIMEIRO GRAU	160
CRITÉRIOS SEGUNDO GRAU	160
4.12.6. Previsões 2025	161
4.12.7. Conclusão e Recomendações	161

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Preços internacionais das mercadorias	16
Tabela 2: Saldo orçamental, incluindo donativos em percentagem do PIB de 2018 a 2025.	26
Tabela 3: Critérios de convergência macroeconómica	31
Tabela 4: Número total de critérios cumpridos pelos Estados-membros	34
Tabela 5: Número de países que cumpriram os critérios de convergência	34
Tabela 6: Défice orçamental em % do PIB	35
Tabela 7: Taxa média de inflação	36
Tabela 8: Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	36
Tabela 9: reservas externas brutas em meses de importações de bens e serviços	37
Tabela 10: Variação da taxa de câmbio nominal	38
Tabela 11: Rácio da dívida pública em relação ao PIB nominal	39
Tabela 12: Desempenho em matéria de convergência do Benim	48
Tabela 13: Situação da convergência.....	57
Tabela 14: Situação de convergência da Côte d'Ivoire	67
Tabela 15: Estado da convergência	76
Tabela 16: Estado de convergência	88
Tabela 17: Situação de convergência na Guiné	99
Tabela 18 : Situação de convergência macroeconómica da Guiné-Bissau	109
Tabela 19: Situação da convergência macroeconómica na Libéria	118
Tabela 20: Convergência da Nigéria.....	130
Tabela 21: situação de convergência do Senegal	141
Tabela 22: Situação da convergência na Serra Leoa	149
Tabela 23: Situação de convergência do Togo.....	160

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento económico global (FMI Perspetivas Económicas globais, abril de 2025)	14
Gráfico 2. Inflação global (FMI, Perspetivas Económicas globais, abril de 2025)	15
Gráfico 3 :Taxa de crescimento do PIB da CEDEAO e inflação (2018 - 2025)	20
Gráfico 4 : Taxa de crescimento dos Estados-membros da CEDEAO em 2024.	21
Gráfico 5 : Estrutura da economia regional de 2018 a 2025	21
Gráfico 6 : Contribuição setorial para o PIB regional	22
Gráfico 7 : Inflação média anual na CEDEAO (2018 - 2025).....	23
Gráfico 8 : Taxa de inflação média anual da CEDEAO (2022 - 2024)	23
Gráfico 9 : Inflação média anual na Serra Leoa, no Gana e na Nigéria (jan. 2023 – jun. 2024)	24
Gráfico 10 : Receitas e despesas totais dos Estados-membros em percentagem do PIB	25
Gráfico 11 : Receitas e despesas totais da CEDEAO em percentagem do PIB	26
Gráfico 12 : Dívida pública em percentagem do PIB em 2022 e 2024	27
Gráfico 13 : A dívida pública da CEDEAO em percentagem do PIB de 2012 a 2025	27
Gráfico 14 : Crescimento da massa monetária - Estados-membros.....	29
Gráfico 15. Número de critérios respeitados por Estado membro	32
Gráfico 16. Número de Estados membros que respeitam cada critério de 1º grau por ano	32
Gráfico 17. Número de Estados membros que respeitam cada critério de 2º grau por ano	33
Gráfico 18: Crescimento do PIB real de 2019 a 2024.....	41
Gráfico 19 : Inflação no Benim de 2019 a 2024.....	42
Gráfico 20: Saldo orçamental no Benim de 2029 a 2024	43
Gráfico 21: Dívida pública em % do PIB do Benim de 2019 a 2024.....	44
Gráfico 22: Saldo da balança corrente em % do PIB do Benim de 2029 a 2024	45
Gráfico 23: saldo da Balança de pagamentos em % do PIB do Benim	45
Gráfico 24: Massa monetária e crédito a economia no Benim de 2019 a 2024	47
Gráfico 25: Crescimento económico em Cabo Verde de 2019 a 2024.....	51
Gráfico 26: Inflação em Cabo Verde de 2019 a 2024	52
Gráfico 27: Défice orçamental em Cabo Verde de 2019 a 2024	53
Gráfico 28: dívida pública em % do PIB de Cabo Verde de 2019 a 2024	53
Gráfico 29: Saldo global de balança de pagamentos.....	54
Gráfico 30: Balança das transações correntes de Cabo Verde	55
Gráfico 31: M2/PIB e crédito a economia/PIB	56
Gráfico 32: Crescimento económico da Côte d'Ivoire	60
Gráfico 33: Inflação na Côte d'Ivoire (2019-2024)	61
Gráfico 34: Saldo orçamental da Côte d'Ivoire.....	63
Gráfico 35 : Dívida pública da Côte d'Ivoire 2019 – 2024	63
Gráfico 36: Balança das transações correntes em % do PIB	64
Gráfico 37: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB	65
Gráfico 38: M2/PIB e crédito à economia/PIB da Côte d'Ivoire (2019-2024)	66
Gráfico 39: Crescimento económico da Gâmbia de 2019 a 2024.....	70
Gráfico 40: inflação na Gâmbia de 2019 a 2024	71
Gráfico 41: Saldo orçamental na Gâmbia de 2019-2024.....	72
Gráfico 42: Dívida pública na Gâmbia de 2019 a 2024	73
Gráfico 43: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB da Gâmbia (2019-2024)	73
Gráfico 44: Saldo da Balança das transações correntes em % do PIB da Gâmbia (2019-2024)	74
Gráfico 45: M2/PIB e crédito à economia em % do PIB da Gâmbia de 2019 a 2024	75
Gráfico 46: Tendências das taxas de crescimento do PIB real (%)	80
Gráfico 47: Inflação no Gana de 2019 a 2025	82

Gráfico 48: Saldo orçamental do Gana em % do PIB de 2019 a 2024	83
Gráfico 49: Dívida pública em % do PIB de 2019 a 2024	84
Gráfico 50: Saldo global da balança de pagamentos.....	84
Gráfico 51: Saldo da balança das transações em % do PIB do Gana de 2019 a 2024.	85
Gráfico 52: M2/PIB e crédito à economia/PIB do Gana (2019–2024).....	86
Gráfico 53: Crescimento na Guiné de 2019 a 2024.....	93
Gráfico 54: Inflação na Guiné de 2019 a 2024.	93
Gráfico 55 : Saldo orçamental Guiné de 20219-2024.....	95
Gráfico 56: Dívida pública da Guiné em % do PIB de 2019 a 2024.....	95
Gráfico 57: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB da Guiné de 2019 a 2024	96
Gráfico 58: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB da Guiné de 2019 a 2024.....	97
Gráfico 59: M2/PIB e créditos à economia/PIB da Guiné de 2019 a 2024	99
Gráfico 60: Crescimento económico da Guiné-Bissau de 2019 a 2024.....	102
Gráfico 61: Inflação da Guiné-Bissau de 2019 a 2024	103
Gráfico 62: Saldo orçamental em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024.....	104
Gráfico 63: Dívida pública em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024.....	105
Gráfico 64: Saldo da balança global de pagamentos em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024	105
Gráfico 65: Saldo da Balança das transações correntes em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024	106
Gráfico 66:M2/PIB e créditos à economia/PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024.....	108
Gráfico 67: Crescimento do PIB real da Libéria (%).....	112
Gráfico 68: Inflação (%) de Liberia (2019-2024)	113
Gráfico 69: Saldo orçamental em % do PIB da Libéria de 2019 a 2024.	114
Gráfico 70: Dívida pública em % do PIB da Libéria de 2019 a 2024.....	114
Gráfico 71:Saldo global da Balança de Pagamentos em % do PIB da Libéria (2019-2024).....	115
Gráfico 72: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB da Libéria (2019-2024)	115
Gráfico 73: M2/PIB e Crédito à economia/PIB da Libéria (2019-2024).....	117
Gráfico 74: Crescimento económico na Nigéria (2022 - 2024)	122
Gráfico 75: Inflação na Nigéria (2019-2024).....	123
Gráfico 76: Saldo orçamental em % do PIB da Nigéria (2019-2024)	124
Gráfico 77: Dívida pública em % do PIB da Nigéria (2019-2024).....	125
Gráfico 78: Saldo da balança das transações correntes da Nigéria em % do PIB (2019-2024).....	126
Gráfico 79: Saldo global em % do PIB da Nigéria (2019-2024).....	127
Gráfico 80:M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB da Nigéria (2019-2024).....	129
Gráfico 81: Crescimento económico no Senegal (2019-2024).....	134
Gráfico 82: Inflação no Senegal (2019 – 2024)	134
Gráfico 83: Saldo orçamental em % do PIB no Senegal (2019-2024).....	136
Gráfico 84: Dívida publica em % da PIB do Senegal (2019-2024).....	137
Gráfico 85: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB do Senegal (2019-2024)	138
Gráfico 86: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB do Senegal (2019-2024).....	138
Gráfico 87:M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB do Senegal (2019-2024)	140
Gráfico 88: Crescimento económico na Serra Leoa (2019-2024)	144
Gráfico 89: Inflação Serra Leoa (2018-2024).....	144
Gráfico 90:Saldo orçamental em % do PIB da Serra Leoa.....	145
Gráfico 91: Dívida pública em % do PIB (2019-2024).....	146
Gráfico 92: Saldo Global em % do PIB da Serra Leoa (2019-2024)	146
Gráfico 93: Saldo da balança das transações correntes em % do PI (2019-2024).....	147
Gráfico 94: M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB da Serra Leoa (2019-2024)	148
Gráfico 95: Crescimento Togo 2019-2024	153

Gráfico 96: Inflação do Togo 2019-2024.....	154
Gráfico 97: Saldo orçamental do Togo 2019-2024.....	156
Gráfico 98: Dívida do Togo 2019-2024	156
Gráfico 99:Saldo global em % do PIB do Togo (2019-2024)	157
Gráfico 100: Saldo da balança das transações em % do PIB do Togo (2019-2024)	158
Gráfico 101: M2/PIB e crédito a economia/PIB do Togo (2019-2024).....	159

AGRADECIMENTOS

O Relatório de Convergência Macroeconómica da CEDEAO relativo a 2024 foi elaborado por uma equipa de economistas da Direção de Estabilidade Macroeconómica e de Supervisão Multilateral da Comissão da CEDEAO e do Departamento de Supervisão Multilateral da Agência Monetária da África Ocidental (AMAO), com o apoio do pessoal do Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO), do Banco de Investimento de Desenvolvimento da CEDEAO e da Comissão da UEMOA.

O relatório foi redigido sob a liderança e orientação geral da Senhora Massandjé Touré-Litsé, Comissária para os Assuntos Económicos e da Agricultura da Comissão da CEDEAO, e do Senhor Boima Kamara, Diretor-Geral da AMAO. O relatório beneficiou também imensamente da contribuição do Dr. Abdulsalam S. Abidemi, Diretor-Geral do IMAO, que dedicou tempo à revisão da versão inicial.

O projeto foi coordenado pelo Sr. Illiyasu Bobbo, Diretor Interino da Direção de Estabilidade Macroeconómica e Supervisão Multilateral da Comissão da CEDEAO, e pelo Dr. Mawuli Gaddah, Diretor do Departamento de Supervisão Multilateral da AMAO. Os contributos técnicos para este relatório incluíram Dr. Elijah A.P. Udoh (Diretor de Investigação e Estatísticas, AMAO), Sr. John Kotoku (Diretor de Supervisão Multilateral e Comércio, IMAO), Dr. Joseph Kwadwo Asenso (Chefe da Divisão de Investigação Macroeconómica, EBID), Sra. Oulimata LY/FAYE (Economista na Direção de Supervisão Multilateral, UEMOA), Sr. Degol Mendes (Responsável Principal de Programa, Comissão da CEDEAO), Sr. Paul Bruce (Economista Principal, AMAO), Sr. Lamin Jarju (Economista Sénior, IMAO), Sr. Kouenkoun Millogo (Responsável de Programa, Comissão da CEDEAO), e Alhaji Sorie Barrie (Economista, IMAO).

O relatório baseia-se em dados e outras informações relevantes fornecidas pelos Bancos Centrais dos Estados-Membros, bem como por Ministérios, Departamentos e Agências governamentais pertinentes e outras instituições regionais, sem os quais a análise constante do relatório não teria sido possível.

Os Comitês Nacionais de Coordenação (CNCs) tornaram possível a articulação com outros Departamentos e Agências do Estado.

Reconhecemos a contribuição dos macroeconomistas integrados nos CNCs que participaram no atelier de validação realizado em Banjul, Gâmbia, de 7 a 9 de julho de 2025. Agradecemos igualmente aos departamentos linguísticos da Comissão da CEDEAO e da AMAO, que se dedicaram com abnegação à tradução do relatório para as três línguas oficiais da CEDEAO. Por fim, agradecemos ao pessoal dos departamentos/unidades de Finanças e Administração, tanto da Comissão da CEDEAO como da AMAO, que contribuíram de diversas formas para este relatório.

RESUMO EXECUTIVO

- i. O crescimento económico mundial manteve-se estável em 2024, apesar de choques significativos. Este período foi marcado por mudanças profundas nas políticas públicas a nível global, em particular pela adoção de novas medidas tarifárias por parte dos Estados Unidos e pelas respostas dos seus principais parceiros comerciais. A imprevisibilidade dessas medidas e a rápida intensificação das tensões comerciais geraram níveis excepcionalmente elevados de incerteza política, com potenciais repercussões negativas no crescimento económico global. Em consequência, as previsões de crescimento mundial foram revistas em baixa, passando de 3,3 % para 2,8 % em 2025 e para 3,0 % em 2026. Paralelamente, estima-se que a inflação global recue para 4,3 % em 2025 e para 3,6 % em 2026. Estas projeções refletem revisões substanciais em alta para as economias avançadas, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento registam ligeiras revisões em baixa.
- ii. No entanto, riscos negativos significativos dominam as perspetivas. Estes incluem a intensificação da guerra comercial, a elevada incerteza da política comercial e uma instabilidade financeira mais ampla que comprometeria a resiliência face a futuros choques.
- iii. Em 2024, a atividade económica na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) demonstrou resiliência face à guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia, às tensões no Médio Oriente e às disputas comerciais. O crescimento na região acelerou para 4,4 % em 2024, comparativamente a 3,6 % em 2023. Este desempenho foi impulsionado por melhorias nos setores secundário e terciário. Estima-se que o crescimento se fortaleça ainda mais para 5,1 % em 2025, assente no desempenho sustentado do subsetor mineiro, do setor terciário e da recuperação na agricultura.
- iv. As pressões inflacionistas continuam a abrandar na maioria dos Estados-membros. Contudo, a inflação média anual agregada subiu para 24,8 % em 2024, comparativamente a 22,5 % em 2023, impulsionada pela evolução dos preços na Nigéria. A moderação da inflação média na maioria dos Estados-membros resultou de três principais fatores: a estabilidade da taxa de câmbio, a moderação dos preços dos alimentos e combustíveis, e o apoio da política monetária restritiva. Projeta-se que esta trajetória decrescente prossiga, com a inflação média a moderar-se para 17,8 % em 2025. Apesar da trajetória descendente geral, a inflação permanece elevada no Gana, na Nigéria e na Serra Leoa. É de salientar que o Gana e a Serra Leoa conseguiram reduzir a inflação média para metade no período em análise.
- v. Os esforços de consolidação orçamental em curso nos Estados-membros registam progressos notáveis. O défice moderou na maioria dos Estados-membros durante o período em análise. Destacam-se os esforços significativos na mobilização de receitas internas, complementados pela racionalização das despesas na maioria dos Estados-membros. Consequentemente, o défice orçamental, incluindo donativos e numa base de compromissos, contraiu-se para 4,8 % do PIB, comparativamente a 5,3 % em 2023.
- vi. O rácio dívida/PIB melhorou para 46,8 % no final de dezembro de 2024, comparativamente a 49,3 % no final de dezembro de 2023. Esta melhoria reflete principalmente os efeitos de deriva da base em vários Estados-membros. Em termos nominais, a dívida aumentou na maioria dos

Estados-membros. Este aumento deveu-se ao impacto da depreciação cambial sobre a dívida interna e aos novos empréstimos. Os pagamentos do serviço da dívida absorvem uma parcela substancial das despesas correntes, criando estrangulamentos significativos às operações orçamentais.

- vii. Os Bancos Centrais dos Estados-membros mantiveram geralmente uma orientação de política monetária restritiva em 2024. O objetivo consistiu em sustentar a tendência descendente das pressões inflacionistas. No entanto, as taxas de referência evoluíram em direções diferentes durante o período. O crescimento da massa monetária desacelerou para 30,2 % no período de 12 meses terminado em dezembro de 2024, comparativamente a 33,2 % no período correspondente de 2023. Esta desaceleração reflete a evolução dos ativos internos líquidos. O crédito agregado à economia situou-se em 28,2 % no final de dezembro de 2024, abaixo dos 37,9 % registados no mesmo período de 2023. É de realçar que o crescimento dos ativos externos líquidos da Comunidade mais que triplicou durante o período em análise.
- viii. As transações da CEDEAO com o resto do mundo registaram melhorias em 2024. O défice da balança corrente diminuiu para 0,4 % do PIB, comparativamente a 0,5 % em 2023. Esta evolução foi impulsionada principalmente pela balança comercial e pelo rendimento secundário, especialmente os influxos de remessas durante o período. A balança corrente apresentou melhorias ou registou excedentes em quase todos os Estados-membros. O desempenho favorável das balanças comerciais resultou do aumento das exportações conjugado com a moderação do crescimento das importações durante o período.
- ix. A balança global de pagamentos registou um excedente de 2,4 % do PIB em 2024, em contraste com o défice de 0,9 % do PIB em 2023. Este desempenho robusto foi sustentado pela balança corrente, pelo investimento direto estrangeiro e por outros investimentos durante o período.
- x. A avaliação da convergência macroeconómica revela uma melhoria modesta. Dois Estados-membros cumpriram os quatro critérios de primeiro grau em 2024, comparativamente a apenas um em 2023. Adicionalmente, o número de países que cumpriram pelo menos três critérios de primeiro grau aumentou para seis, comparativamente a três em 2023. As projeções iniciais indicam que quatro países cumprirão a totalidade dos critérios de primeiro grau em 2025.
- xi. Um número superior de Estados-membros cumpriu os vários critérios de primeiro grau em 2024, comparado com o resultado de 2023. Prevê-se que esta tendência positiva se mantenha em 2025.
- xii. Considerando os desenvolvimentos macroeconómicos, recomenda-se vivamente que os Estados-membros mantenham os investimentos na agricultura para diversificar eficazmente a economia, reforcem a mobilização de receitas internas e a racionalização das despesas para criar o espaço orçamental necessário, e mantenham as políticas prudentes de gestão da dívida. Os Bancos Centrais não pertencentes à UMOA devem permanecer vigilantes e preparados para intensificar a implementação da política monetária. O objetivo consiste em ancorar firmemente a inflação e as expectativas inflacionistas. A mitigação da volatilidade cambial disruptiva poderá requerer intervenções específicas e oportunas.

INTRODUÇÃO

1. O Relatório de Convergência Macroeconómica da CEDEAO para 2024 é o primeiro relatório elaborado conjuntamente pela Comissão da CEDEAO e pela Agência Monetária da África Ocidental (AMAO) no âmbito da implementação do Mecanismo de Supervisão Multilateral dos Estados-membros da CEDEAO. O presente relatório foi elaborado em conformidade com as disposições do Ato Adicional n.º A/SA/3/06/12 que altera a decisão A/DEC/17/12/01 relativo ao mecanismo de supervisão multilateral das políticas económicas e financeiras dos Estados-membros da CEDEAO e do Ato Adicional n.º A/AS.1/6/21 relativo ao Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica (PCEM) entre os Estados-membros da CEDEAO. Está igualmente em conformidade com o Protocolo que institui a AMAO (Decisão A/Dec. 4/7/92 da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo), tal como consta dos seus artigos 3.º, 4.º e 9.º, e recordando a decisão da 64.ª Reunião Ordinária do Comité de Governadores (CdG) e da 11.ª Sessão do Conselho de Convergência da CEDEAO.
2. Recorde-se que a implementação do novo PCEM, adotado pela 59.ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em 19 de junho de 2021, em Acra, compreende duas fases:
 - Fase de Convergência, de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2026; e
 - Fase de Estabilidade a partir de 1º de janeiro de 2027.
3. Assim, o presente relatório reveste-se de importância crucial, uma vez que marca o início dos três últimos anos da fase de convergência macroeconómica, período durante o qual uma maioria dos Estados-membros deve respeitar, de forma sustentável, os critérios de convergência macroeconómica de primeiro grau, enquanto condição indispensável para a passagem da Comunidade à fase de estabilidade.
4. O presente relatório foi elaborado com base nos dados e informações recolhidos durante as missões conjuntas de supervisão multilateral e nos relatórios nacionais apresentados pelos Comités Nacionais de Coordenação/Comités Nacionais de Política Económica (CNC/CNPE) sobre a situação económica e financeira dos respetivos países para o ano de 2024. Com efeito, a Comissão da CEDEAO, em colaboração com a AMAO e o Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO), realizou missões conjuntas junto de todos os Estados-Membros, com exceção do Burkina Faso, Mali e Níger, entre 7 de abril e 21 de maio de 2025. Estas missões permitiram igualmente debater a orientação das políticas macroeconómicas com as autoridades nacionais dos países visitados.
5. Os dados e informações acima mencionados relativos aos Estados-membros foram atualizados durante a reunião do (CNC/CNPE) com o Secretariado Conjunto (Comissão da CEDEAO, AMAO, IMAO e BIDC) em Banjul, Gâmbia, de 7 a 9 de julho de 2025. O relatório igualmente compreende dados atualizados recebidos da Comissão da UEMOA na sequência do primeiro semestre do Relatório de Supervisão Multilateral da UEMOA de 2025.
6. O presente relatório avalia a situação económica e financeira dos Estados-membros da CEDEAO para o ano de 2024 e as perspetivas para o ano de 2025 e a médio prazo, bem como o seu desempenho em termos de convergência macroeconómica.
7. O relatório está estruturado em seis (4) capítulos, para além da introdução e conclusão. O Capítulo 1 analisa o contexto económico global, o Capítulo 2 analisa a situação económica e financeira a nível

regional, enquanto o Capítulo 3 apresenta uma visão geral da avaliação do estado da convergência macroeconómica da CEDEAO em 2024. O Capítulo 4 fornece detalhes sobre a evolução macroeconómica e financeira, bem como o estado da convergência nos diferentes Estados-membros em 2024 bem como as perspetivas para 2025 e a médio prazo. Por fim, a conclusão e as orientações de política económica propostas aos Estados-membros para o curto e médio prazos, com vista a reforçar o seu desempenho.

I. CONTEXTO ECONÓMICO GLOBAL

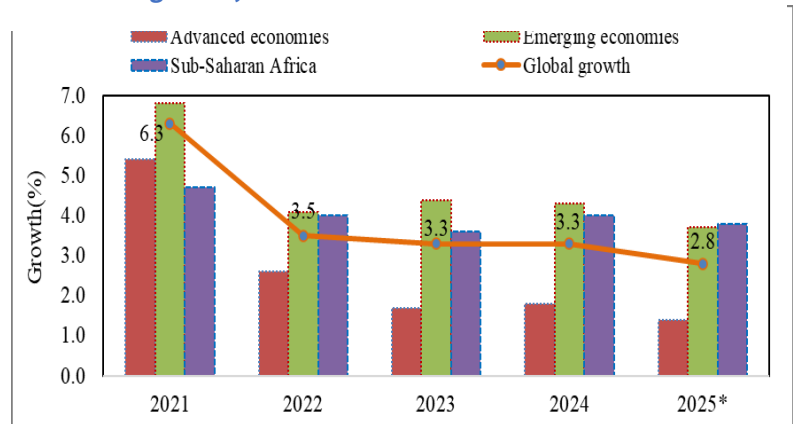
8. A economia global apresentou uma estabilidade frágil em 2024, com o crescimento económico a manter-se em 3,3% como no ano anterior. No entanto, o crescimento económico global deverá diminuir para 2,8% em 2025, devido às medidas tarifárias agressivas dos EUA, à redução da confiança dos investidores e ao aumento da incerteza. O conflito israelo-palestiniano, que eclodiu em junho de 2025, intensificou ainda mais os riscos geopolíticos, ameaçando perturbar os mercados energéticos. Uma escalada regional mais ampla poderá provocar um aumento acentuado dos preços do petróleo, comprometendo os recentes progressos alcançados na contenção da inflação global. Navegar neste ambiente incerto exigirá a redução das tensões e respostas políticas coordenadas e prudentes, com vista à retoma de um crescimento económico estável e sustentável.

1.1. Crescimento económico e inflação

1.1.1. Crescimento da produção

9. O crescimento económico global manteve-se estável em 3,3% em 2024, tal como em 2023. No entanto, prevê-se que o crescimento global recue para 2,8% em 2025, devido aos efeitos adversos das tarifas aduaneiras impostas pelos EUA, à redução da confiança dos investidores e ao aumento da incerteza global.

Gráfico 1. Crescimento económico global (FMI Perspetivas Económicas globais, abril de 2025)



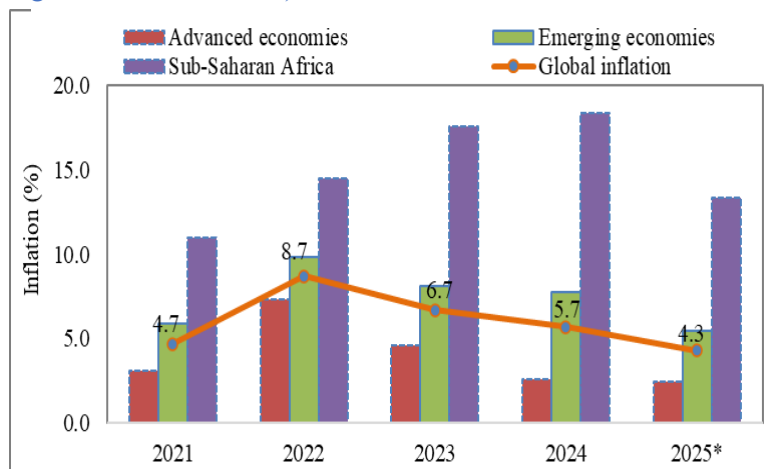
10. As economias avançadas registaram um crescimento de 1,8% em 2024, impulsionado pelo dinamismo dos mercados de trabalho e pela desaceleração da inflação. A economia dos EUA, que cresceu 2,8% em 2024, deverá abrandar consideravelmente para 1,8% em 2025, principalmente devido aos efeitos das medidas tarifárias drásticas, à enfraquecimento da procura privada e à elevada incerteza. A Europa e o Japão enfrentam um abrandamento semelhante, agravada pelos desafios estruturais e demográficos que acentuam a debilidade da procura interna.
11. Os Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento (MEED) registaram um forte crescimento de 4,3% em 2024, impulsionado pela resiliência interna em economias importantes, como a Índia, e pelo impulso temporário da procura externa. No entanto, prevê-se que o crescimento recue para 3,7% em 2025, à medida que o impacto total da imposição das tarifas dos EUA, o abrandamento do investimento global e a perturbação dos fluxos comerciais comecem a materializar-se. Na China, o crescimento deverá abrandar-se passando de 5,0% em 2024 para 4,0% em 2025, devido à persistente fraqueza da confiança dos consumidores, às dificuldades no setor imobiliário e à sua exposição central a choques comerciais relacionados com as tarifas aduaneiras.

12. Na África Subsariana, o crescimento económico acelerou-se para 4,0% em 2024, face aos 3,6% em 2023, impulsionado pela melhoria no comércio externo e pela recuperação da procura interna na maioria dos países. No entanto, o crescimento deverá desacelerar ligeiramente para 3,8% em 2025, antes de se recuperar para 4,2% em 2026, devido à persistência dos desafios globais e das restrições internas.

1.1.2. Inflação global

13. A inflação média global diminuiu para 5,7% em 2024 depois de 6,7% em 2023, e deverá diminuir ainda mais para 4,3% em 2025. Nas economias avançadas, a inflação diminuiu para 2,6% em 2024, face aos 4,6% registados em 2023, refletindo o impacto de políticas monetárias restritivas, a descida dos preços dos produtos energéticos e a normalização das cadeias de abastecimento globais. De salientar que a inflação em 2024 diminuiu para 3,0% e 2,4% nos Estados Unidos e na zona euro, respetivamente.

Gráfico 2. Inflação global (FMI, Perspetivas Económicas globais, abril de 2025)



14. Da mesma forma, nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento (MEED), a inflação diminuiu de 8,1% em 2023 para 7,7% em 2024. A previsão é que diminua ainda mais para 5,5% em 2025. O ritmo relativamente mais lento da descida da inflação, em comparação com as economias avançadas, reflete os efeitos da depreciação contínua da moeda em alguns países, as pressões persistentes sobre os preços dos produtos alimentares e a transmissão relativamente mais lenta dos efeitos da política monetária. No entanto, a China destaca-se como uma exceção notável, com a inflação a permanecer muito baixa em 0,2% em 2023 e 2024, e com previsão de cair ainda mais para 0,0% em 2025. Esta inflação invulgarmente baixa na China é atribuída à fraca procura interna, à moderação da confiança dos consumidores, à tensão contínua no mercado imobiliário e ao excesso de capacidade industrial, que, em conjunto, atenuaram as pressões sobre os preços.

15. Em contraste, a inflação média na África Subsariana acelerou-se em passando de 17,6% em 2023 para 18,3% em 2024, impulsionada pela depreciação das moedas em algumas economias e pela fraca produção interna de alimentos, influenciadas pelas condições climáticas adversas. No entanto, prevê-se que a inflação média na região recue para 13,3% em 2025, devido as melhorias esperadas na produção alimentar, a maior estabilidade cambial e o reforço da coordenação das políticas orçamentais e monetárias.

2.2. Comércio global

16. O comércio global de mercadorias registou uma recuperação crescendo 2,9% em 2024, após uma queda de 1,0% em 2023, impulsionado pelo forte crescimento das exportações e importações nas

economias emergentes e em desenvolvimento. As economias avançadas também registaram ganhos modestos no comércio, beneficiando da desaceleração da inflação e da melhora da procura global. No entanto, a imposição generalizada das tarifas aduaneiras impostas pelos EUA em 2025 reacenderam as tensões comerciais, particularmente com a China, o que deverá traduzir-se numa contração de 0,2% no comércio global em 2025. Para 2026, espera-se uma recuperação moderada de 2,5% em 2026, liderada pelos mercados emergentes¹. No entanto, os riscos geopolíticos crescentes e as mudanças nas cadeias de abastecimento poderão comprometer as perspetivas comerciais após 2026.

2.3. Preços globais das mercadorias

17. Os preços internacionais das mercadorias registaram comportamentos divergentes em 2024. Os preços do petróleo bruto e do minério de ferro caíram 2,5% e 9,3%, respetivamente, refletindo a fraca procura e a oferta abundante. Em contraste, o preço do ouro subiu 22,9%, impulsionado pela procura por ativos seguros. O preço do cacau mais do que duplicou devido à escassez causada por condições meteorológicas adversas, enquanto o da borracha subiu acentuadamente devido à oferta limitada. As perspetivas para 2025 continuam divergentes: prevê-se que o preço do petróleo bruto desça para 64 dólares americanos por barril, embora possa subir se as tensões no Médio Oriente persistirem; o preço do minério de ferro poderá recuar ainda mais para 95 dólares por tonelada métrica; a cotação do ouro poderá atingir os 3.250 dólares por onça troy antes de uma eventual moderação; e a cotação da borracha deverá subir para os 2.000 dólares por tonelada métrica. Os mercados destas matérias-primas continuam vulneráveis às mudanças na procura global, aos choques de oferta e aos riscos geopolíticos (Tabela 1).

Tabela 1: Preços internacionais das mercadorias

Mercadoria	2020	2021	2023	2024	2025*	2026*
Petróleo bruto (USD por barril)	41.26	69.07	80.8	78.7	64.0	60.0
Minério de ferro (USD por tonelada métrica)	108.92	161.71	120.6	109.4	95.0	88.0
Ouro (USD por onça troy)	1770.00	1799.63	1942.7	2388.0	3250.0	3200.0
Cacau (USD por tonelada métrica)	2370.00	2430.00	3280.7	7330.0	8000.0	7000.0
Borracha (USD por tonelada métrica)	1730.00	2070.00	1380.0	1750.0	2000.0	1900.0
Amendoim (USD por tonelada métrica)	1839.00	1555.04	1891.9	1764.8	1653.8	1638.8
Troncos (USD por metro cúbico)	399.50	414.20	378.6	379.0	390.0	395.0

Fonte: Base de dados CMO do Banco Mundial, abril de 2025; * representa projeções.

2.4. Mercados Monetários e Financeiros

18. As condições monetárias e financeiras globais mantiveram-se restritivas em 2024, refletindo a elevada incerteza política, o agravamento das tensões geopolíticas e a persistência de choques adversos, nomeadamente a alterações das políticas comerciais. De acordo com o Relatório sobre a

¹ Organização Mundial do Comércio (OMC), Perspetivas e Estatísticas do Comércio Mundial - Abril de 2025.

Estabilidade Financeira Global do FMI (abril de 2025), os riscos para a estabilidade financeira aumentaram com a subida da volatilidade dos mercados e a manutenção das valorizações elevadas dos ativos. Os bancos centrais das economias avançadas adotaram uma postura cautelosa, embora a inflação tenha moderado em algumas regiões, as pressões subjacentes persistentes e a incerteza sobre a inflação futura limitaram a margem para flexibilização monetária. Em contraste, nos mercados emergentes, embora se antecipassem medidas de afrouxamento monetário face ao abrandamento do crescimento, a depreciação das moedas e as dificuldades de acesso ao financiamento externo limitaram a margem de manobra das políticas. O Índice de Condições Financeiras do FMI indicou um aperto generalizado de políticas monetárias nas principais economias, amplificando os riscos de deterioração das condições financeiras globais.

2.5. Perspetivas e implicação da CEDEAO

19. As perspetivas económicas globais para 2025 e anos subsequentes serão fortemente influenciadas pela evolução das relações comerciais entre os Estados Unidos e a China, pela intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente e pelo agravamento dos riscos associados às alterações climáticas. A crescente fragmentação do comércio internacional, impulsionada por tendências protecionistas, coloca em risco tanto as cadeias de abastecimento como a confiança dos investidores. Prevê-se que os preços das matérias-primas, nomeadamente do petróleo e dos produtos alimentares, mantenham uma elevada volatilidade. Embora a inflação deva registar uma tendência de desaceleração, é provável que permaneça acima das médias históricas, sobretudo nos mercados emergentes, que enfrentam pressões de natureza monetária e estrutural. Neste contexto de incerteza, torna-se fundamental uma resposta coordenada em termos de políticas económicas e um reforço da cooperação internacional para salvaguardar a estabilidade e promover uma recuperação económica inclusiva.
20. Para as economias da CEDEAO, estes acontecimentos mundiais representam tantos desafios significativos e exigem considerações estratégicas em matéria de políticas. O enfraquecimento do crescimento mundial e as tensões comerciais podem limitar a procura de exportações e limitar os fluxos de capitais estrangeiros, enquanto a potencial volatilidade dos preços do petróleo poderá agravar os desequilíbrios externos nos países importadores de petróleo e aumentar a incerteza orçamental nos países exportadores. O potencial aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos poderá exercer ainda mais pressão sobre a gestão da inflação em toda a região. Além disso, as condições financeiras globais mais restritivas poderão limitar o acesso ao financiamento externo e aumentar os custos do serviço da dívida. Em resposta, os países da CEDEAO devem intensificar os esforços para construir resiliência económica, através do reforço da mobilização de receitas internas, do aprofundamento da integração comercial regional, dos investimentos na adaptação às alterações climática e de uma maior coordenação entre as políticas monetária e orçamental, com vista a reduzir as vulnerabilidades externas e sustentar o progresso rumo à convergência macroeconómica e aos objetivos de desenvolvimento.

II. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CEDEAO

21. A avaliação do desempenho da economia regional em 2024 e das perspetivas a médio prazo foi realizada, tem em conta a retirada do Burkina Faso, do Mali e do Níger da CEDEAO. Assim, a análise baseia-se os 12 Estados-membros restantes, consequentemente as suas ponderações no conjunto da Comunidade sofreram alterações.
22. Em 2024, as atividades económicas no seio da CEDEAO demonstraram resiliência face a um contexto global marcado pela persistência da guerra entre a Rússia a Ucrânia, tensões no Médio Oriente e disputas comerciais. Estes fatores tiveram um impacto individual e coletivo nos Estados-membros da Comunidade. Apesar deste contexto adverso, o ritmo de crescimento económico acelerou em 2024, em comparação com o de 2023, acompanhado por uma ligeira atenuação das pressões inflacionistas. No final de 2024, a execução das operações orçamentais do governo indicou uma redução do défice global em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) em comparação com o ano de 2023. O rácio médio da dívida pública regional em relação ao PIB também melhorou em comparação com os anos anteriores. Em termos de relações com o resto do mundo, os défices da balança corrente reduziram-se significativamente em comparação com o mesmo período de 2023.
23. As perspetivas regionais globais estão a melhorar gradualmente, refletindo uma recuperação progressiva da atividade económica. O ritmo de crescimento económico deverá aumentar, passando de 4,4% em 2024 para 5,1% em 2025, com cerca de três quartos dos Estados-membros a registarem um crescimento mais robusto, com exceção de Cabo Verde, Gana e Togo. A retoma económica deverá prolongar-se para além de 2025, com previsões de um crescimento de 5,0% em 2026 e uma aceleração gradual a médio prazo. Paralelamente, espera-se uma redução da inflação média, passando de 21,8% em 2024 para 19,7% em 2025. Oito países deverão registar uma descida da inflação em 2025, incluindo Gana, Nigéria e Serra Leoa, os quais continuam a enfrentar taxas de inflação de dois dígitos.
24. A restrição ao financiamento, iniciada com o surgimento da pandemia de COVID-19, prolongou-se em 2024, embora de forma menos acentuada. Os governos da região continuam a enfrentar défices orçamentais persistentes, impulsionados pelo elevado peso do serviço da dívida, num contexto de riscos acrescidos de refinanciamento e de fraca mobilização de recursos internos. Prevê-se que os reembolsos significativos da dívida se mantenham em 2025 e nos anos seguintes. Neste contexto, vários Estados-membros veem-se obrigados a desmantelar os regimes de subsídios, a reduzir as despesas públicas essenciais e a reorientar os recursos para o serviço da dívida, contribuindo assim para o agravamento generalizado do custo de vida na região.
25. A nível nacional, apesar destes desafios, alguns países mantiveram-se estáveis e continuam a registar um crescimento robusto durante o período, impulsionado por elevados níveis de investimento público e por um investimento privado resiliente, especialmente nas grandes economias. Prevê-se que as economias continuem a melhorar em 2025 e nos anos seguintes devido ao prosseguimento dos investimentos públicos, aos investimentos nos setores das TIC e dos transportes, à exploração das recentes descobertas de petróleo. No entanto, o consumo interno abrandou devido a uma diminuição do poder de compra associada a uma inflação persistentemente elevada em alguns países.

26. De um modo geral, as condições económicas mantiveram-se positivas em todos os países da região, sem grandes subidas. O resultado teria sido melhor se não fossem alguns acontecimentos internos, incluindo a instabilidade política e os conflitos internos, que afetam negativamente a região.
27. A inflação continua a sua tendência ascendente em 2024, especialmente no Gana, na Nigéria e na Serra Leoa, embora as curvas tenham registado uma quebra em 2025. No entanto, prevê-se que continuem a ser elevada, acima da média subsariana em 2025, devido sobretudo aos efeitos da depreciação da moeda nacional e dos elevados custos da energia e dos produtos alimentares.
28. Este Capítulo do relatório fornece uma visão geral do desempenho económico e financeiro da região durante o período em análise. São destacados os resultados macroeconómicos registados em 2024, bem como as projeções a médio prazo, com base nas políticas e programas económicos recentemente implementados a nível regional e nacional.

2.1. Impacto do contexto económico internacional

29. Os principais desenvolvimentos na economia mundial que impactaram a região em 2024 foram o aperto agressivo da política monetária global para conter as pressões inflacionistas, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o seu impacto severo sobre os preços globais dos alimentos e da energia, especialmente na Europa, bem como os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento que provocou. Outros fatores incluíram o surgimento de barreiras comerciais, o aumento da incerteza política e os seus efeitos colaterais no crescimento e no emprego, num contexto de elevados défices estruturais do setor público e de uma trajetória crescente da dívida pública. Além disso, a guerra entre Israel e o Hamas teve repercussões nos mercados energéticos, nas rotas comerciais e nos mercados financeiros, através de um efeito de aversão ao risco.
30. Os impactos na região da CEDEAO são mistos. Os acontecimentos que afetam os preços dos produtos de base e da energia afetam de forma diferente as atividades económicas e as perspetivas dos Estados-membros. No entanto, dado que os Estados-membros são maioritariamente importadores líquidos de petróleo bruto refinado e de produtos alimentares, a moderação dos preços da energia e dos produtos alimentares beneficiou a região, em média.
31. Além disso, com a maioria dos Estados-Membros a enfrentar diferentes graus de dificuldade em termos de sustentabilidade da dívida, a flexibilização das condições financeiras, especialmente nos países avançados, moderou a crise da dívida na região e permitiu o processo de consolidação orçamental, bem como o financiamento de investimentos públicos essenciais.
32. A recuperação lenta na maioria dos parceiros comerciais da região, bem como a maior dependência dessas economias da procura interna, conduziram a uma menor procura agregada na região e, conseqüentemente, à redução das atividades económicas. Outros fatores que tiveram conseqüências negativas na economia da região foram a contínua depreciação de algumas moedas nacionais e a redução do espaço orçamental.
33. De um modo geral, a região da CEDEAO continuou a estar bem integrada na economia mundial em 2024, com uma participação ativa no comércio e noutros compromissos internacionais. A dimensão

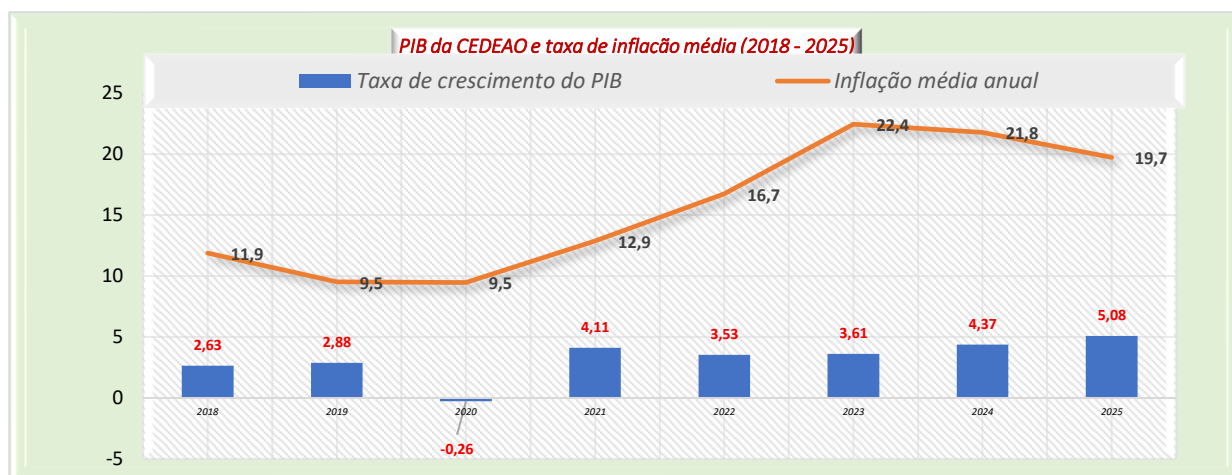
e a composição do seu comércio internacional e outras transações com o resto da economia mundial permaneceram robustas.

2.2. Setor real

2.2.1. Crescimento

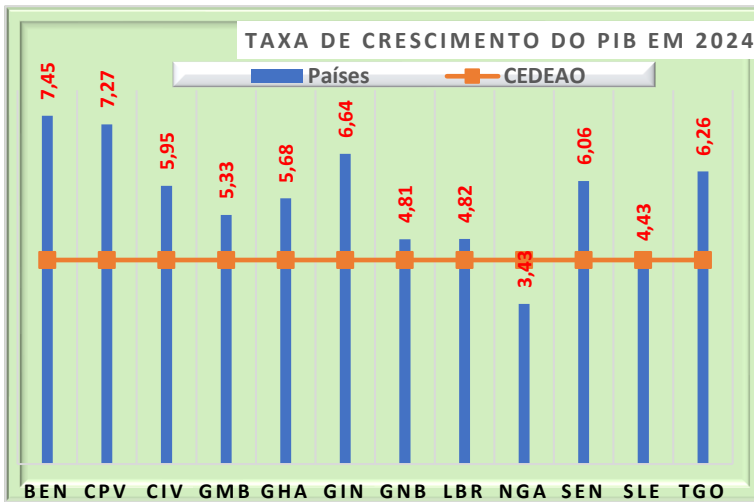
34. Desde o fim da pandemia de COVID-19, entre 2021 e 2024, o crescimento da economia regional da CEDEAO manteve-se praticamente estagnado, situando-se em torno dos 4,0%. Em 2024, os Estados-Membros continuaram a ser negativamente afetados pela queda dos preços globais do petróleo e das matérias-primas, pela persistência do terrorismo e dos conflitos políticos, bem como pela fraca conjuntura económica mundial. Ainda assim, o PIB real da região registou um crescimento de 4,4% em 2024, superando os 3,6% verificados em 2023. Esta recuperação foi impulsionada, sobretudo, pela maior estabilidade política e social em vários países da região, pela estabilização dos preços das matérias-primas e pela melhoria do espaço orçamental decorrente da implementação de diversas reformas estruturais.

Gráfico 3 :Taxa de crescimento do PIB da CEDEAO e inflação (2018 - 2025)



35. As taxas de crescimento económico variaram significativamente entre os Estados-Membros da região. Em 2024, os países com maior dinamismo, registando taxas superiores a 6%, foram o Benim (7,5%), Cabo Verde (7,3%), Guiné (6,6%), Togo (6,3%) e Senegal (6,1%). Outros três países — Côte d'Ivoire, Gâmbia e Gana — registaram igualmente desempenhos sólidos, com taxas superiores a 5%. Nestes Estados-Membros de crescimento mais acelerado, os principais motores da atividade económica continuaram a ser o setor dos serviços e as indústrias extrativas. Também a Serra Leoa, a Libéria e a Guiné-Bissau registaram resultados positivos, com taxas de crescimento acima dos 4,0%. Por outro lado, a Nigéria foi o único país da região a crescer abaixo da média da CEDEAO (4,4%), com um crescimento modesto de 3,4% em 2024.

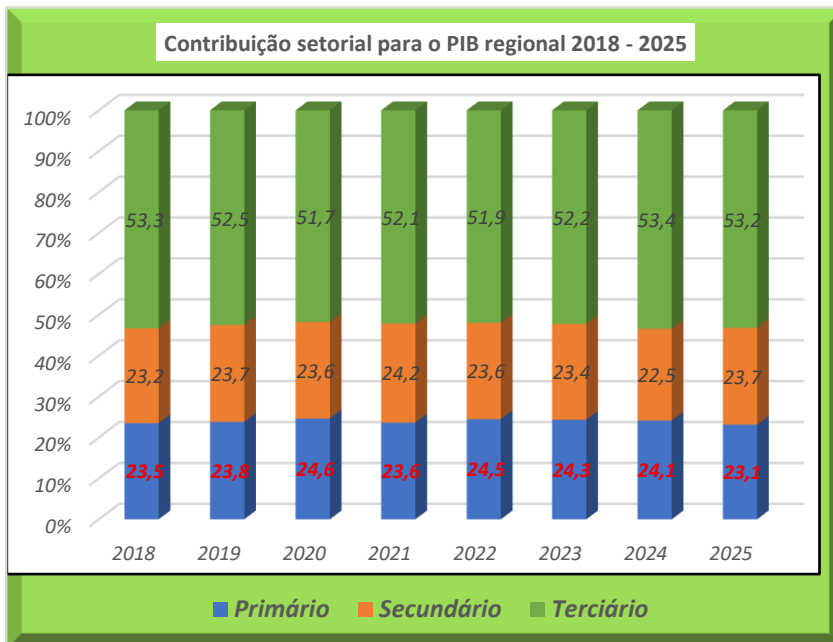
Gráfico 4 : Taxa de crescimento dos Estados-membros da CEDEAO em 2024.



agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, ocupou o segundo lugar, com uma participação de 24,1 % em 2024, ligeiramente abaixo dos 24,3 % verificados no ano anterior. Já o setor secundário — que inclui as indústrias extrativas e transformadoras, a construção, a eletricidade e a água — foi o que menos contribuiu para o PIB, com 22,5 % em 2024, o que representa uma ligeira diminuição face aos 23,4 % de 2023.

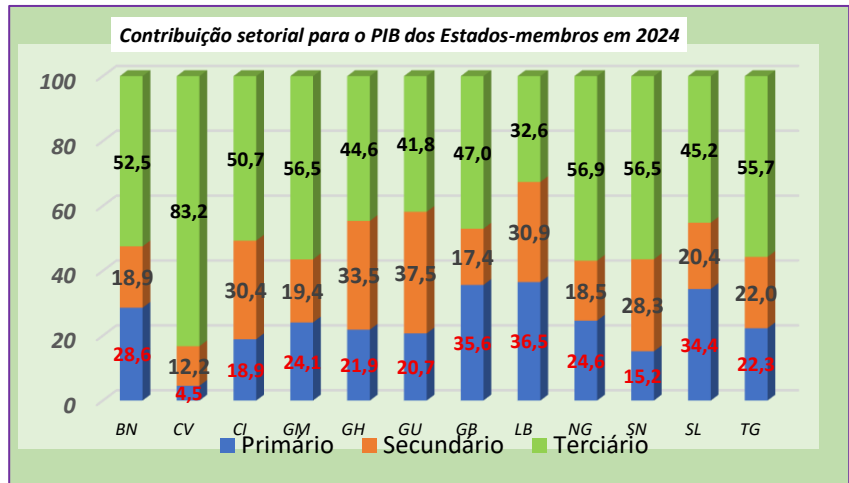
36. Em termos de contribuição para o PIB regional, o setor terciário — englobando os serviços comerciais e não comerciais — manteve-se como o principal motor da atividade económica, representando 53,4 % em 2024, valor ligeiramente superior aos 52,2 % registados em 2023. O setor primário, que abrange a

Gráfico 5 : Estrutura da economia regional de 2018 a 2025



37. Em 2025, espera-se que tanto o setor terciário como o primário percam a sua quota na contribuição para o PIB devido ao aumento da quota da indústria extrativa no PIB regional. A quota do setor secundário aumentará cerca de 1,2 ponto percentual em 2025, passando de 22,5% para 23,7% do PIB regional. A quota do setor terciário diminuirá de 53,4% em 2024 para 53,2% em 2025. Entretanto, a quota-parte do sector primário diminuirá igualmente para 23,1 % em 2025, em comparação com 24,1 % em 2024.

Gráfico 6 : Contribuição setorial para o PIB regional



38. A estrutura económica dos Estados-membros revela um predomínio generalizado do setor terciário, que representa a principal fonte de valor acrescentado em todas as economias da região, ultrapassando os 70 % do PIB em alguns países. Em Cabo Verde, o setor terciário lidera com uma contribuição de 83,2 % para o PIB,

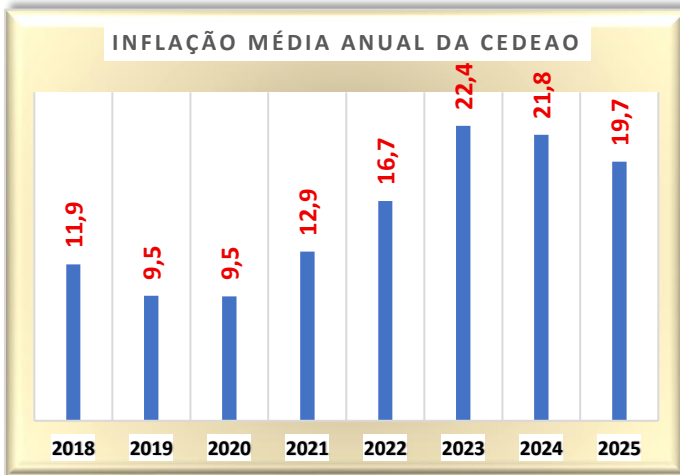
seguido pela Nigéria (56,9 %), pela Gâmbia e pelo Senegal (ambos com 56,5 %). No Togo, no Benim e na Côte d'Ivoire, este setor também representa mais de 50 % do PIB. A única exceção é a Libéria, onde o setor terciário tem uma contribuição relativamente baixa, de apenas 32,6 %. O setor primário surge como o segundo maior contribuinte para o PIB regional, com uma média de 24,1 %. No entanto, a sua importância varia entre países: a contribuição ultrapassa os 36 % na Guiné-Bissau e na Libéria (ambas com 36,5 %) e atinge 34,4 % na Serra Leoa, enquanto é bastante reduzida em Cabo Verde, com menos de 4,5 %. Por fim, o setor secundário, apesar de ser o menos representativo a nível regional, destaca-se em alguns países. A Guiné apresenta a maior contribuição deste setor para o PIB, com 37,5 %, seguida do Gana, com 33,5 %. Em contraste, a sua participação é muito reduzida na Guiné-Bissau (17,4 %) e em Cabo Verde (12,2 %).

39. A nível regional, o setor terciário tem-se revelado o mais volátil na sua resposta aos choques. Desde 2019, o desempenho deste setor tem registado flutuações significativas. Em 2019, registou um crescimento de 6,8 %, seguido de uma contração de 2,8 % em 2020, em consequência da pandemia de COVID-19. Embora os efeitos da pandemia tenham começado a atenuar-se em 2021, a eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em 2022, provocou uma nova contração de 1,1 %. Em 2023, o setor recuperou, com um crescimento de 2,9 %, superando o desempenho da agricultura, impulsionado principalmente pela melhoria das condições económicas a nível global. Este crescimento foi sustentado pelo aumento da rentabilidade do setor bancário e pela expansão das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação na região.

2.2.2. Inflação

40. As pressões inflacionistas na CEDEAO mantiveram-se elevadas, embora a tendência tenha começado a diminuir. A inflação continua em níveis de dois dígitos e permanece acima do limiar de 5,0 % fixado pela CEDEAO, especialmente nos países com regimes de câmbio flutuante. Embora se preveja uma nova desaceleração da inflação em média em 2025, alguns Estados-membros deverão continuar a enfrentar níveis elevados de inflação.

Gráfico 7 : Inflação média anual na CEDEAO (2018 - 2025)



41. A inflação média anual na Comunidade diminuiu para 21,8 % em 2024, face aos 22,4 % registados em 2023. Todos os Estados-membros registaram uma inflação mais baixa em 2024, em comparação com 2023, com exceção da Nigéria. Ainda assim, a média regional manteve-se elevada devido à persistência de níveis altos de inflação em alguns países, nomeadamente na Nigéria (33,2 %), Serra Leoa (28,5 %) e Gana (22,9 %).

42. A inflação elevada observada na Nigéria, em Serra Leoa e no Gana foi principalmente motivada pelos efeitos da

depreciação das respetivas moedas nacionais e pela subida dos preços dos produtos energéticos, resultante da desregulamentação do segmento downstream do setor petrolífero. A estes fatores juntou-se o aumento dos custos dos produtos alimentares importados. Em contrapartida, a relativa estabilidade cambial em alguns países, aliada à cessação do financiamento dos défices orçamentais por todos os bancos centrais da CEDEAO e à implementação de uma maior disciplina orçamental, contribuiu para a desaceleração gradual da inflação no final de 2024.

43. A inflação média anual variou significativamente entre os países da Comunidade: os Estados-membros da UMOA e Cabo Verde, registaram níveis de inflação baixos, ao passo que a maioria dos países fora da UMOA registou inflação elevada. Em 2024, o Senegal registou a inflação mais baixa, com 0,8 %, seguido de Cabo Verde, com 1,0 %, e do Benim, com 1,2 %. De forma geral, a inflação na zona UMOA manteve-se abaixo do limiar de 5,0 % definido pela CEDEAO. Em contraste, a maioria dos países não pertencentes à UMOA apresentou inflação de dois dígitos, com exceção da Guiné, que registou 5,1 %, e da Libéria, com 8,3 % em 2024.

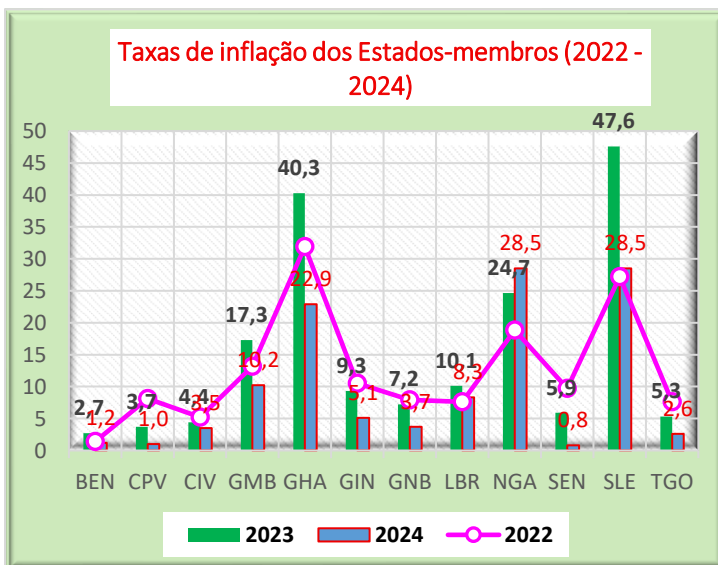
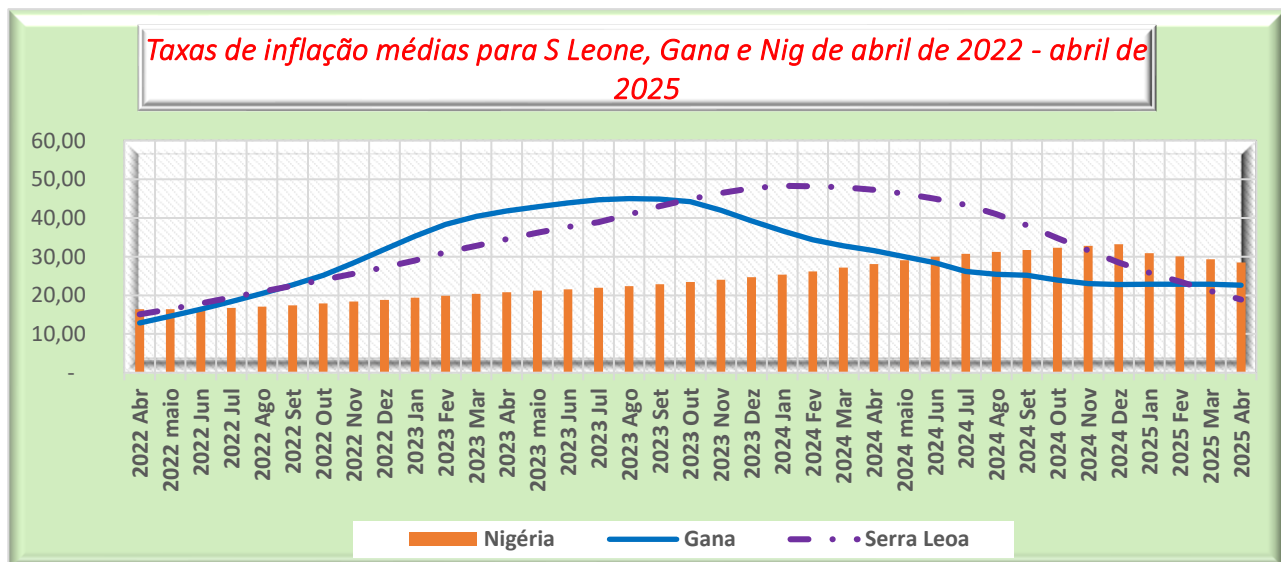


Gráfico 8 : Taxa de inflação média anual da CEDEAO (2022 - 2024)

44. Em 2025, prevê-se que a inflação na Comunidade se estabeleça em 19,7 %, abaixo dos 20,8 % registados em 2024, refletindo uma tendência de moderação da subida dos preços na maioria dos países, especialmente na Serra Leoa e no Gana. No entanto, a persistência de pressões inflacionistas na Nigéria, aliada ao seu peso significativo na economia regional, deverá manter a inflação média da CEDEAO em níveis elevados, permanecendo em dois dígitos.

45. No Gana, a inflação tem vindo a seguir uma trajetória descendente desde o final de 2023. A taxa de aumento de preços passou de 39,2 % em dezembro de 2023 para 36,7 % em janeiro de 2024, recuando ainda para 28,4 % em junho e fixando-se em 22,9 % em dezembro de 2024. Em abril de 2025, a inflação média anual situava-se em 22,6 %. Esta desaceleração é explicada pela moderação dos preços dos bens alimentares e não alimentares, sustentada por uma relativa estabilidade cambial, uma política monetária restritiva e uma disciplina orçamental sustentável.
46. Na Serra Leoa, a inflação média foi de 47,6 % em dezembro de 2023, tendo diminuído para 28,5 % em dezembro de 2024. Após ter atingido um pico de 48,3 % em janeiro de 2024, a inflação seguiu uma trajetória de queda contínua, fixando-se em 44,9 % em junho de 2024. Em abril de 2025, a inflação média anual caiu ainda mais, atingindo 18,9 %. Esta diminuição mensal constante, entre dezembro de 2023 e abril de 2025, foi impulsionada por uma combinação de estabilidade cambial relativa, reforço da política monetária por parte do Banco da Serra Leoa (BSL) e a moderação dos preços dos combustíveis e dos alimentos.

Gráfico 9 : Inflação média anual na Serra Leoa, no Gana e na Nigéria (jan. 2023 – jun. 2024)

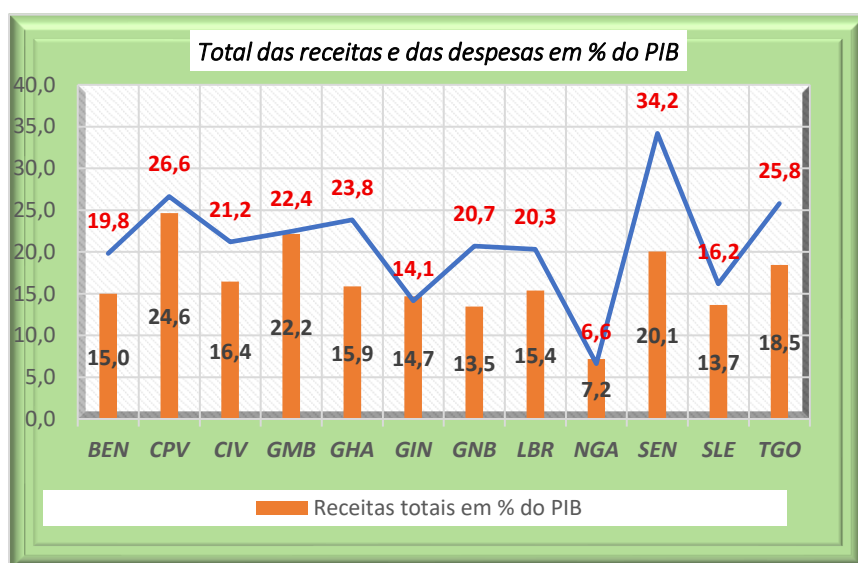


47. Na Nigéria, a inflação média deverá situar-se em 26,5 % em 2025, abaixo dos 33,2 % registados em 2024. As pressões inflacionistas mantêm-se elevadas, impulsionadas principalmente pela depreciação da moeda nacional, refletida na taxa de câmbio oficial que atingiu uma média de 1471 nairas por dólar em junho de 2025, comparativamente a 769 nairas por dólar em junho de 2023, bem como pelo aumento da inflação dos produtos alimentares importados. A inflação média continua fortemente influenciada pela inflação alimentar, que tem vindo a subir desde dezembro de 2023. Embora se preveja que a inflação se mantenha elevada nos próximos meses, é provável uma desaceleração a curto prazo, devido ao efeito de base, à eliminação do sistema de verificação de preços do Banco Central da Nigéria e à suspensão, por 150 dias, dos direitos aduaneiros sobre os produtos alimentares de base. A política monetária deverá manter-se restritiva, a menos que as previsões da inflação anual apresentem uma tendência clara de descida.

2.3. Finanças públicas

48. Em 2024, as despesas públicas e os empréstimos líquidos, em percentagem do PIB da Comunidade, diminuíram ligeiramente para 12,1 %, face aos 12,5 % registados em 2023. Esta redução reflete, sobretudo, o aumento do PIB nominal mais do que proporcional ao acréscimo das despesas públicas. Sete países conseguiram reduzir os seus níveis de despesa pública em comparação com 2023. A principal contribuição para a redução global da despesa comunitária foi a significativa contração da despesa pública em percentagem do PIB da Nigéria, que passou de 7,7 % em 2023 para 6,2 % em 2024. Apesar da média regional relativamente baixa, a maioria dos Estados-membros apresenta rácios de despesa pública superiores a essa média, sendo a Nigéria a única exceção. O Senegal registou o rácio mais elevado em 2024 (30,0% do PIB), seguido pela Gâmbia (25,8%) e Cabo Verde (25,7%).

Gráfico 10 : Receitas e despesas totais dos Estados-membros em percentagem do PIB



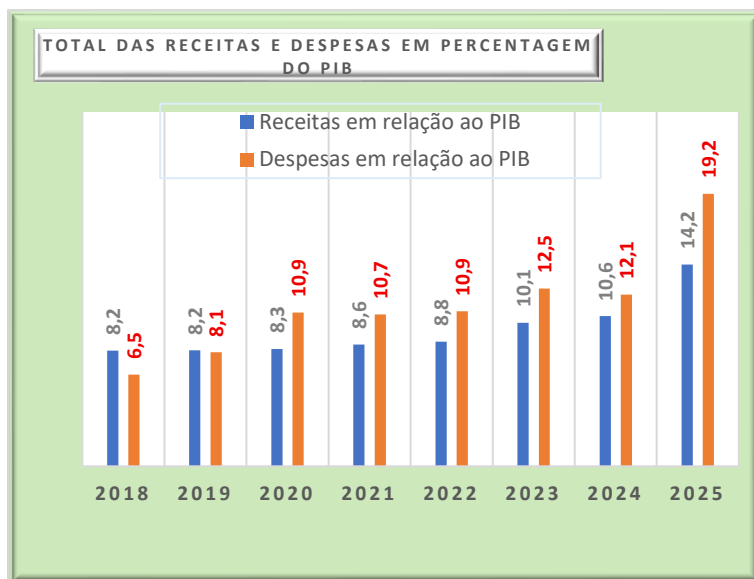
49. Em 2024, as receitas totais incluindo donativos na CEDEAO, aumentaram ligeiramente, situando-se em 10,6 % do PIB, face aos 10,1 % registados em 2023. Este progresso deveu-se, sobretudo, ao aumento das receitas fiscais nos Estados-membros, impulsionado por melhorias na administração tributária e na eficiência da arrecadação. No total, sete Estados-membros registaram um aumento das receitas totais face ao ano anterior. Cabo Verde destacou-se com o rácio mais elevado de receitas totais em relação ao PIB, atingindo 24,6 %, seguido pela Gâmbia, Senegal e Togo, todos com uma média de cerca de 20,2 % do PIB em 2024. A Nigéria apresentou o rácio mais baixo da Comunidade, com apenas 7,2 % do PIB.

se com o rácio mais elevado de receitas totais em relação ao PIB, atingindo 24,6 %, seguido pela Gâmbia, Senegal e Togo, todos com uma média de cerca de 20,2 % do PIB em 2024. A Nigéria apresentou o rácio mais baixo da Comunidade, com apenas 7,2 % do PIB.

50. A nível regional, as despesas públicas em percentagem do PIB têm sistematicamente excedido as receitas, passando de 8,05 % em 2019 para 12,1 % em 2024. Este aumento resulta de vários fatores observados nos Estados-membros, nomeadamente os gastos com a segurança nacional, os investimentos em grande escala em infraestruturas e os elevados encargos com salários no setor público. Outros fatores que contribuíram incluem a depreciação cambial, o elevado serviço da dívida pública e os subsídios governamentais de grande dimensão.

51. O défice orçamental da região, em percentagem do PIB, registou uma ligeira melhoria em 2024, reduzindo-se para 4,7 %, face aos 5,3 % registados em 2023. Esta evolução positiva deve-se principalmente a uma gestão orçamental mais prudente por parte dos Estados-membros.

Gráfico 11 : Receitas e despesas totais da CEDEAO em percentagem do PIB



52. Os principais fatores que explicam o elevado déficit orçamental nos Estados-Membros são o aumento das despesas correntes, em particular com os encargos com o serviço da dívida pública, que têm superado o crescimento das receitas. Nos últimos sete anos, as despesas públicas aumentaram cerca de 70 %, impulsionada pelas respostas à pandemia de COVID-19, às carências alimentares e energéticas, bem como pelos custos associados à manutenção de uma administração pública de grandes dimensões. Em contraste, as receitas públicas permaneceram estagnadas, sobretudo

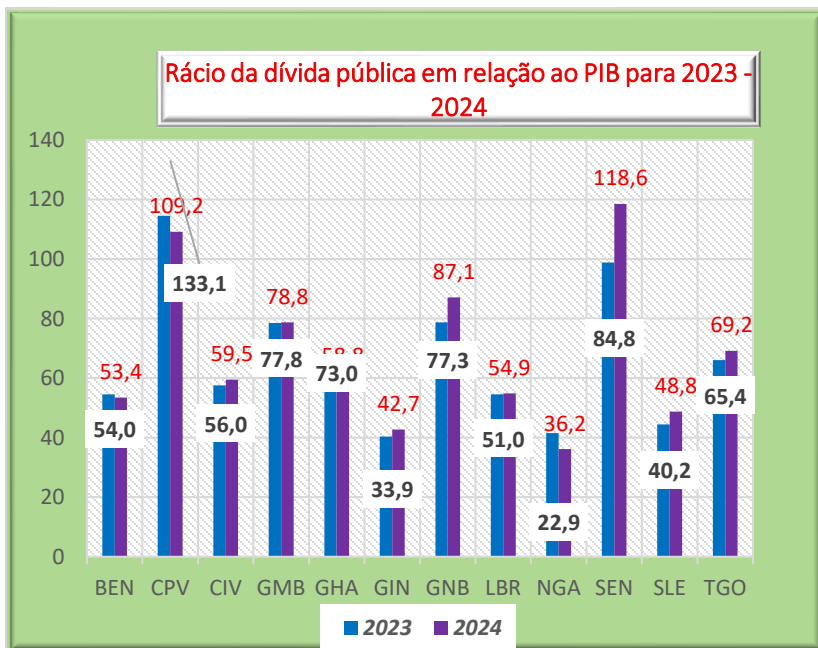
devido às dificuldades das autoridades em mobilizar receitas fiscais suficientes.

Tabela 2: Saldo orçamental, incluindo donativos em percentagem do PIB de 2018 a 2025.

Saldo orçamental, incluindo donativos em relação ao PIB								
País	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
BEN	-2.9	-0.5	-4.7	-5.7	-5.5	-4.1	-3.01	-2.90
CPV	-2.3	-2.6	-9.3	-7.6	-4.3	-0.3	-1.05	-0.47
CIV	-2.9	-2.2	-5.4	-4.9	-6.8	-5.2	-3.97	-3.02
GMB	-6.0	-2.9	-2.2	-5.8	-4.9	-4.2	-3.68	-1.22
GHA	-3.8	-4.5	-11.5	-8.5	-8.1	-3.5	-7.88	-3.13
GIN	-1.1	-0.5	-2.1	-1.7	-0.4	-3.7	-4.76	-2.86
GNB	-4.2	-3.4	-8.8	-7.2	-6.4	-8.6	-8.53	-5.30
LBR	-0.3	-0.9	2.2	-0.9	0.0	0.1	0.01	0.00
NGA	-0.7	-2.3	-3.9	-4.1	-4.2	-5.2	-4.11	-4.48
SEN	-3.7	-9.9	-12.2	-10.9	-14.2	-16.0	-9.92	-7.40
SLE	-3.3	-1.7	-3.5	-3.8	-5.3	-4.8	-5.19	-3.70
TGO	-0.6	-0.9	-7.1	-4.7	-8.3	-6.6	-5.51	-2.96
CEDEAO	-1.2	-2.5	-4.8	-4.6	-4.8	-5.3	-4.78	-4.12

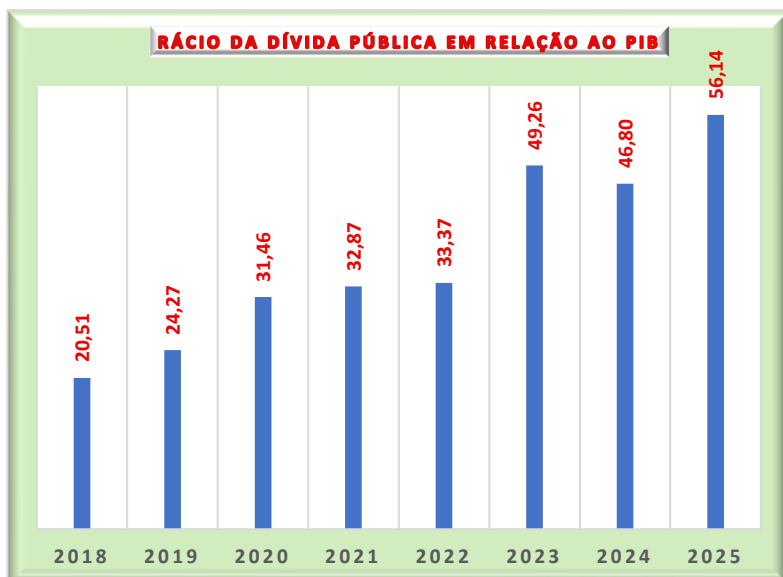
53. O saldo orçamental variou entre um ligeiro excedente de 0,1% do PIB na Libéria e um défice de 11,2% no Senegal. Para 2025, prevê-se uma melhoria adicional do défice orçamental regional, que deverá atingir 3,1%, face aos 4,7% estimados para 2024, sobretudo devido à diminuição das despesas com a segurança social.

Gráfico 12 : Dívida pública em percentagem do PIB em 2022 e 2024



54. Em 2024, a dívida pública em percentagem do PIB diminuiu para 46,7%, face aos 49,8% registados em 2023. Apesar da melhoria da média regional, a dívida pública em percentagem do PIB agravou-se em oito (8) Estados-Membros em 2024, em comparação com os níveis de 2023. As taxas de endividamento variam entre 117,0% do PIB no Senegal, o país mais endividado da região, e 36,2% do PIB na Nigéria, o país menos endividado. O elevado nível de endividamento em alguns países deveu-se, em grande medida, a contratação de novos empréstimos para financiar as infraestruturas.

Gráfico 13 : A dívida pública da CEDEAO em percentagem do PIB de 2012 a 2025



55. A trajetória da dívida pública na região da CEDEAO tem sido ascendente desde antes da eclosão da pandemia de COVID-19. Em resposta aos impactos económicos da crise sanitária, vários governos aumentaram significativamente os seus níveis de endividamento, com o objetivo de aliviar o sofrimento das populações e reanimar a atividade económica. Em 2018, a dívida pública representava 20,5% do PIB regional, tendo mais do que duplicado em apenas sete anos, ao ultrapassar os 46,7% do PIB em 2024. Esta evolução rápida tem gerado

preocupações quanto à sustentabilidade da dívida pública nos Estados-Membros, especialmente nos países onde a queda das receitas limita a capacidade de cumprir com as obrigações da dívida.

56. Segundo as Perspetivas Económicas Mundiais do FMI (abril de 2025), prevê-se que a dívida pública na região da CEDEAO aumente em 2025, ultrapassando os níveis registados em 2024. Esta evolução deverá resultar, nomeadamente da intensificação do recurso ao endividamento por parte dos Estados-Membros, motivada pela necessidade de mitigar os impactos socioeconómicos da forte depreciação das moedas, da subida acentuada dos preços dos alimentos e dos efeitos persistentes dos recentes choques globais. O financiamento de infraestruturas, com vista a impulsionar a recuperação económica, constitui igualmente um fator determinante. Em média, estima-se que a dívida pública regional atinja 57,3% do PIB em 2025.

2.4. Setor Monetário

57. Esta secção destaca a orientação de políticas monetárias dos bancos centrais da CEDEAO e a evolução daí resultante dos agregados monetários em 2024.

2.4.1. Orientação da política monetária e evolução do setor bancário

58. Ao longo de 2024, a maioria dos bancos centrais da CEDEAO alterou a orientação acomodatória das suas políticas monetárias adotadas nos anos anteriores para combater os efeitos da COVID-19. Assim, à semelhança de outras autoridades monetárias a nível mundial, registou-se um endurecimento das políticas monetárias na CEDEAO com o objetivo de combater o aumento das pressões inflacionistas e contrariar as tendências de depreciação de algumas moedas nacionais.

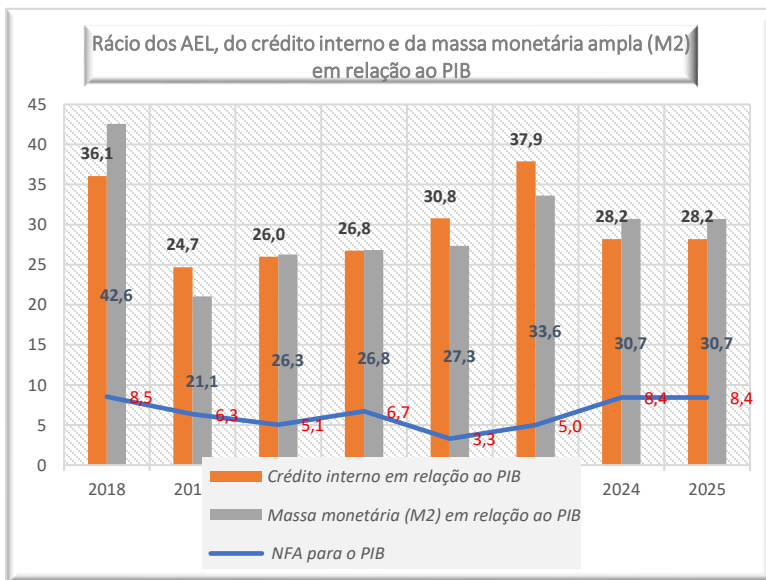
59. A evolução das taxas diretoras foi algo contrastante no final de 2024. Cinco bancos centrais (BCEAO, Banco Central da Gâmbia, Banco do Gana, Banco Central da Nigéria e Banco da Serra Leoa) aumentaram as suas taxas diretoras acima do seu nível pré-pandémico; enquanto os outros três bancos centrais (Banco de Cabo Verde, Banco Central da República da Guiné e Banco Central da Libéria) ainda têm taxas diretoras abaixo do seu nível pré-covid-19.

60. Comparativamente a 2023, a orientação da política monetária foi, em geral, mais restritiva em todos os bancos centrais da região, à exceção da Guiné onde cujo Banco Central optou por uma flexibilização da sua política monetária. Nos países com regime de câmbio flexível, o endurecimento visou conter a inflação e travar a depreciação da moeda nacional. Já nos países com regime de câmbio fixo, o ajustamento da política monetária visou combater a inflação e assegurar a convergência com a política monetária da zona ancora, de modo a evitar a fuga de capitais.

2.4.2. Evolução dos agregados monetários

61. Em resposta à orientação restritiva da política monetária em 2024, a massa monetária em percentagem do PIB diminuiu a nível regional para 30,2% do PIB, face aos 33,2% registados em 2023. No entanto, oito (8) Estados-Membros registaram um aumento da massa monetária em 2024, enquanto se verificou uma redução da oferta monetária em quatro (4) Estados-Membros. Em 2024, a relação entre a oferta monetária e o PIB variou entre 89,9% do PIB em Cabo Verde, o valor mais elevado, e 9,9% do PIB na Libéria, o mais baixo da região.

Gráfico 14 : Crescimento da massa monetária - Estados-membros



62. Em termos de ativos externos líquidos, cinco países (Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria e Nigéria) registaram aumentos em 2024 face aos níveis de 2023, enquanto nos restantes Estados-Membros os ativos externos líquidos diminuíram. Cabo Verde apresentou os ativos externos líquidos mais elevados em percentagem do PIB, com 37,7%, enquanto a Serra Leoa registou o valor mais baixo, com 3,4% do PIB.

63. A análise do crédito interno indicou que, a nível regional, o crédito à economia diminuiu para 28,2 % do PIB

em 2024, em comparação com 37,9 % em 2023, influenciado pela orientação mais restritiva da política monetária durante o período em análise. Apesar da contração do crédito interno em Cabo Verde, o país continuou a registar o valor mais elevado, com 59,7% do PIB de crédito à economia, enquanto a Libéria apresentou o valor mais baixo, com 12,2%. O crédito interno diminuiu apenas em três Estados-Membros (Cabo Verde, Gana e Nigéria), tendo aumentado nos restantes.

2.5. Setor Externo

2.5.1. Balança de transações correntes

64. As transações da CEDEAO com o resto do mundo em 2024 resultaram num défice da balança corrente equivalente a 0,6% do PIB, uma melhoria face ao défice de 1,2% em 2023. Esta redução ficou a dever-se, em grande parte, aos excedentes comerciais registados por alguns Estados-Membros, nomeadamente a Nigéria e o Gana. Na Nigéria, tal ficou a dever-se a excedentes na balança comercial e na conta de rendimentos secundários, enquanto no Gana o aumento do excedente da balança corrente esteve associado a uma significativa melhoria do excedente comercial.

65. Com exceção da Guiné, todos os Estados-Membros conseguiram, em 2024, reduzir os seus défices da balança corrente ou reforçar os respetivos excedentes. Quatro países — Cabo Verde, Gana, Libéria e Nigéria — registaram excedentes da balança corrente. Os saldos oscilaram entre um excedente máximo de 14,2% do PIB na Libéria e um défice de 12,5% do PIB no Senegal.

66. Em 2024, o comércio externo da CEDEAO com o resto do mundo apresentou um excedente equivalente à 9,1% do PIB regional, invertendo a tendência deficitária observada desde 2017. Este desempenho positivo resultou, principalmente, dos saldos excedentários registados pela Nigéria (+

9,1% do PIB, comparativamente a -0,2% em 2023) e pelo Gana (+4,3% do PIB em 2024, face a 1,8% no ano anterior).

67. Em 2024, a evolução da balança de pagamentos revelou dinâmicas distintas entre os Estados-Membros da CEDEAO. O saldo global registou uma melhoria expressiva, passando de um défice de 0,94% do PIB em 2023 para um excedente de 2,4% do PIB. Oito países — nomeadamente Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Guiné, Nigéria, Senegal e Togo — registaram saldos globais positivos na sua balança de pagamentos, enquanto os restantes países apresentaram saldos negativos. Importa ainda destacar que, em três países (Benim, Libéria e Serra Leoa), o défice global da balança de pagamentos diminuiu em relação ao ano anterior. A Guiné foi o único Estado-Membro da região a registar um agravamento na sua a sua posição na balança de pagamentos em 2024.

III. ESTADO DA CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA NA CEDEAO

68. O presente capítulo analisa a evolução recente dos indicadores de convergência macroeconómica no espaço da CEDEAO, destacando os progressos realizados, os desafios persistentes e as disparidades entre os países. A análise baseia-se em dados atualizados e avalia o desempenho dos Estados-membros em relação aos critérios definidos no Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO.
69. Nos termos deste pacto, os Estados-membros devem implementar políticas macroeconómicas que permitam o respeito pelos critérios de convergência macroeconómica durante a fase de convergência que vai de janeiro de 2022 a dezembro de 2026. Para a passagem a fase de estabilidade a partir de janeiro de 2027, o Pacto exige que uma maioria de Estados membros respeitem, de forma duradoura, durante os últimos três anos da fase de convergência, todos os critérios de convergência de primeiro grau.
70. Importa salientar que os critérios de convergência de primeiro grau referem-se à manutenção de uma inflação moderada, a um défice orçamental contido, ao respeito dos limites aplicáveis ao financiamento do défice orçamental pelo banco central, bem como à preservação de um nível adequado de reservas externas brutas. Por sua vez, os critérios de segundo grau incidem sobre o controlo da dívida pública e a variação da taxa de câmbio nominal dentro de uma margem previamente definida.

Tabela 3: Critérios de convergência macroeconómica

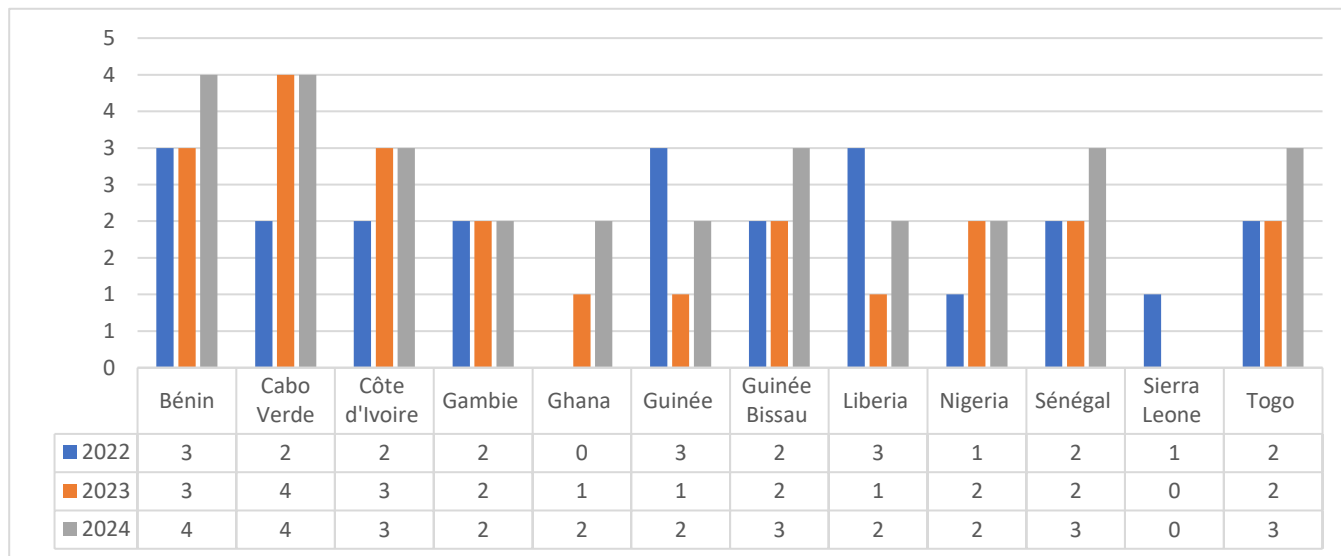
Critérios de primeiro grau	Meta
Défice orçamental (incluindo donativos, base engajamento)	$\leq 3\%$ do PIB
Inflação média anual	$\leq 5\%$
Financiamento do défice orçamental pelo banco central	$\leq 10\%$ das receitas fiscais do ano anterior
Reservas externas brutas	≥ 3 meses de importação de bens e serviços
Critérios de segundo grau	Meta
Dívida pública total	$\leq 70\%$ do PIB nominal
Variação da taxa de câmbio nominal	$\pm 10\%$ em relação à Unidade de Conta da África Ocidental (UCAO)

3.1. Resumo da Convergência Macroeconómica

71. A avaliação do cumprimento dos critérios de convergência de primeiro grau pelos Estados-membros registou uma evolução favorável em 2024. Dois países — Benim e Cabo Verde — respeitaram os quatro critérios de primeiro grau, em comparação com apenas um país (Cabo Verde) em 2023. Além disso, o número de países que cumpriram pelo menos três (03) critérios de primeiro grau aumentou de três (03), em 2023, para seis (06), em 2024. No entanto, um país continuou a não cumprir nenhum dos quatro critérios de primeiro grau, tal como ocorrido no ano anterior. Apesar

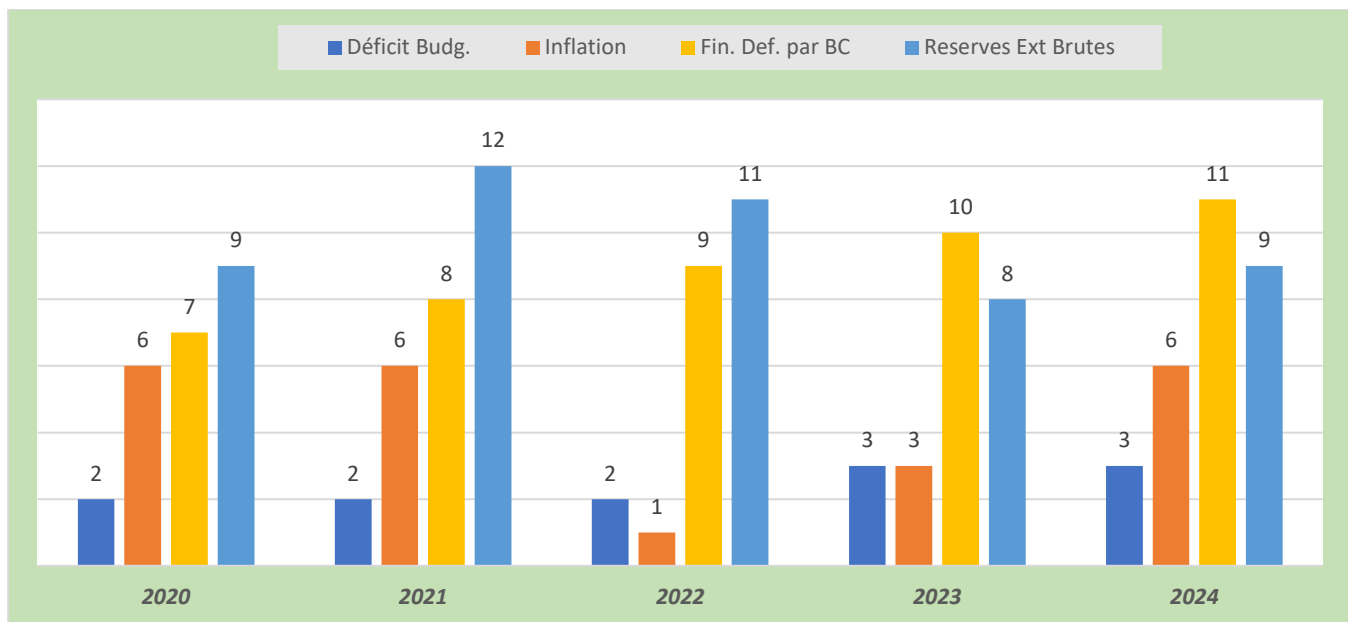
desses progressos moderados, o cumprimento generalizado dos critérios continua a ser comprometido por pressões inflacionistas e orçamentais persistentes, pela elevada procura de divisas para importações essenciais e pela exposição a choques externos. As projeções iniciais para 2025 indicam que o número de países que deverão cumprir os quatro critérios de primeiro grau poderá aumentar para quatro (04), enquanto oito (08) Estados-membros deverão cumprir pelo menos três (03) desses critérios.

Gráfico 15. Número de critérios respeitados por Estado membro



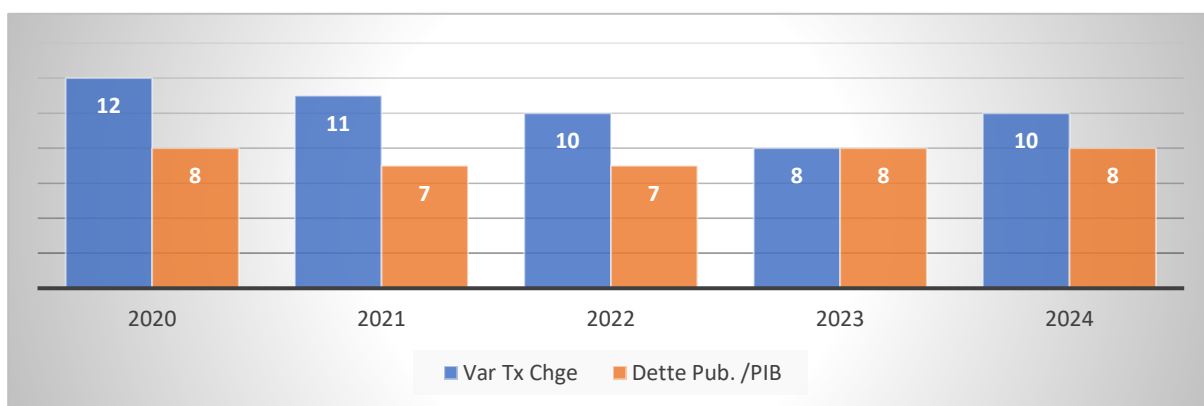
72. No que concerne aos critérios de convergência de segundo grau, registou-se uma melhoria no desempenho dos Estados-membros, com o número de países que cumpriram ambos os critérios a aumentar de cinco (04) em 2023 para seis (06) em 2024. As perspetivas para 2025 são igualmente positivas, prevendo-se que sete (07) países venham a respeitar ambos os critérios de segundo grau.
73. No que diz respeito aos critérios específicos, observou-se uma evolução favorável no cumprimento dos referentes ao défice orçamental e à inflação média, com três (03) e seis (06) Estados-membros a cumprirem estes critérios em 2024, respetivamente, face a dois (03) países para ambos os critérios em 2023.
74. É igualmente encorajador o desempenho no que se refere aos critérios relativos ao financiamento do défice orçamental pelo banco central e às reservas externas brutas. Onze (11) Estados-membros respeitaram o critério relativo ao financiamento pelo banco central em 2024, comparativamente a dez (10) em 2023. Da mesma forma, o número de países que cumpriu o critério das reservas externas brutas aumentou de oito (8) em 2023 para nove (9) em 2024.,

Gráfico 16. Número de Estados membros que respeitam cada critério de 1º grau por ano



75. Relativamente aos critérios de convergência de segundo grau, o desempenho manteve-se globalmente positivo. O número de Estados-membros que respeitaram o critério referente à variação da taxa de câmbio nominal aumentou de nove (09) em 2023 para dez (10) em 2024. Contudo, no que se refere ao critério da dívida pública, o desempenho permaneceu inalterado, com oito (08) Estados-membros a cumprir o limiar em ambos os anos.

Gráfico 17. Número de Estados membros que respeitam cada critério de 2º grau por ano



76. De forma geral, um Estado-membro — o Benim — cumpriu, em 2024, os seis critérios de convergência macroeconómica, ao passo que nenhum Estado o havia conseguido em 2023. Além disso, o número de Estados-membros que cumpriram pelo menos cinco critérios aumentou de três (03) em 2023 (Benim, Cabo Verde e Côte d'Ivoire) para quatro (04) em 2024 (Benim, Cabo Verde, Côte d'Ivoire e Togo)."

Tabela 4: Número total de critérios cumpridos pelos Estados-membros

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Benim	5	5	5	6	6	5	5	5	5	6
Cabo Verde	4	4	4	5	5	4	4	3	5	5
Côte d'Ivoire	6	5	5	6	6	5	5	4	5	5
Gâmbia	3	3	3	4	3	3	2	3	3	3
Gana	3	4	4	5	4	2	2	0	2	3
Guiné	3	5	5	5	5	3	5	4	3	4
Guiné-Bissau	5	5	6	5	5	5	4	3	3	4
Libéria	5	6	3	3	2	4	4	4	2	4
Nigéria	4	4	5	4	5	3	2	3	3	3
Senegal	5	5	6	5	4	4	4	3	3	4
Serra Leone	5	2	2	3	4	3	3	2	1	2
Togo	4	4	5	5	6	5	5	4	4	5
Nº de países que respeitam o critério	1	1	2	2	3	0	0	0	0	1

Fonte: Comissão da CEDEAO e cálculos da AMAO; *Provisório, **Projeções

Tabela 5: Número de países que cumpriram os critérios de convergência

Critérios	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau										
Défice orçamental	6	5	6	7	8	2	2	2	3	3
Inflação	6	6	6	6	6	6	6	1	3	6
<i>Financiamento do défice pelo banco central</i>	9	11	9	10	11	7	8	9	10	11
<i>Reservas externas brutas</i>	9	10	11	9	11	9	12	11	8	9
Critérios de segundo grau										
Variação da taxa de câmbio nominal	10	9	10	11	10	12	11	10	8	10
<i>Rácio da dívida pública em relação ao PIB</i>	11	10	10	10	9	8	7	7	8	8

Fonte: Comissão da CEDEAO e AMAO. *Provisório **Projeções

3.2. Análise do desempenho em relação aos critérios de primeiro grau

Déficit orçamental (incluindo donativos e com base engajamento) / PIB \leq 3 por cento

77. O número de Estados-membros que cumpriram o critério relativo ao défice orçamental aumentou de dois (Cabo Verde e Libéria) em 2023 para três (Benim, Cabo Verde e Libéria) em 2024. Esta evolução reflete principalmente os efeitos combinados da moderação das despesas públicas e do desempenho em termos da mobilização das receitas internas durante o período. As medidas de

consolidação orçamental em curso continuam a ganhar gradualmente força na região, com a moderação do défice em nove Estados-membros durante o período em análise. A Libéria continua a ser o único Estado-membro que cumpriu este critério de forma sustentada ao longo dos anos, refletindo a política orçamental de longo prazo de alcançar um orçamento equilibrado. Além disso, o desempenho orçamental em Cabo Verde e na Guiné continua a ser impressionante, mantendo o défice orçamental médio nos últimos anos próximo da meta regional. A Libéria registou o défice orçamental mais baixo, de 0,3 % do PIB, enquanto o Senegal apresentou o défice mais elevado, de 11,2 % do PIB, em 2024.

Tabela 6: Déficit orçamental em % do PIB

País	2018	2019	2020	2021	2022	2024	2025
Benim	2,9	0,5	4,7	5,7	5,5	3,0	2,9
Cabo Verde	2,3	2,6	9,3	7,6	4,3	1,0	0,5
Côte d'Ivoire	2,9	2,2	5,4	4,9	6,8	4,0	3,0
Gâmbia	11,8	8,3	3,7	5,8	5,3	4,2	1,5
Gana	3,8	4,5	11,5	8,5	8,1	7,9	3,1
Guiné	1,1	0,5	2,1	1,7	0,4	1,9	3,5
Guiné-Bissau	4,2	3,4	8,8	7,2	6,4	8,5	5,3
Libéria	0,3	0,9	-2,2	0,9	0,0	-0,3	0,0
Nigéria	0,7	2,3	3,9	4,1	4,2	4,1	2,8
Senegal	3,7	18,6	10,7	11,3	14,6	11,2	7,8
Serra Leone	3,3	1,7	3,5	3,8	5,3	5,2	3,7
Togo	0,6	0,9	7,1	4,7	8,3	5,5	3,0
Nº de países que respeitam o critério	7	8	2	2	2	3	6

Fonte: Ministério das Finanças, Estados-membros; *Provisório

Taxa média de inflação ≤ 5 por cento

78. Em 2024, as pressões inflacionistas continuaram a atenuar-se em toda a região, com destaque para a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO). O número de Estados-membros que cumpriram o critério de convergência relativo à inflação aumentou de dois (02), em 2023, para seis (06) em 2024. Todos os Estados-membros da UEMOA, bem como Cabo Verde, cumpriram este critério em 2024, ao passo que nenhum Estado da ZMAO o respeitou durante o período em análise. Na UEMOA, a moderação da inflação refletiu sobretudo o aumento da produção alimentar e a estabilização dos preços da energia e dos combustíveis, sustentada por uma política monetária restritiva. Já na ZMAO, embora se observe uma tendência geral de desaceleração, os preços continuam a ser influenciados pelos efeitos de segunda ordem das depreciações das moedas nacionais. O Gana e a Serra Leoa registaram as maiores desacelerações da inflação, com taxas que passaram de máximos de 40,3 % e 47,6 % em 2023 para 22,9 % e 28,5 %, respetivamente, em 2024.

Tabela 7: Taxa média de inflação

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Benim	0,3	-0,8	1,7	0,8	-0,9	3,0	1,7	1,4	1,2
Cabo Verde	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	8,1	1,0
Côte d'Ivoire	1,2	0,7	0,4	0,6	0,8	2,4	4,2	5,2	3,5
Gâmbia	6,8	6,2	8,1	6,4	7,7	7,7	5,6	13,2	10,2
Gana	17,2	18,2	14,5	9,8	9,3	10,0	10,0	31,9	22,9
Guiné	8,2	7,8	8,5	9,8	9,5	10,6	12,6	10,5	5,1
Guiné-Bissau	1,5	1,5	1,0	0,4	0,2	1,5	3,3	7,9	3,7
Libéria	7,8	10,2	12,5	23,4	26,9	17,2	7,9	7,6	8,3
Nigéria	8,0	9,0	15,7	14,4	11,3	11,9	17,0	18,8	33,2
Senegal	0,1	0,8	1,7	0,5	1,0	2,5	2,2	9,7	0,8
Serra Leone	8,1	10,9	16,3	16,0	14,8	13,4	11,9	27,2	28,5
Togo	1,8	0,9	-0,2	0,9	0,7	1,8	4,5	7,6	2,9
Nº de países que respeitam o critério	6	6	6	6	6	6	6	1	6

Fonte: Bancos Centrais Membros. *Provisório **Projeção

Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central: (≤ 10 por cento)

79. O critério relativo ao financiamento do défice orçamental pelo Banco Central continua a ser aquele em que os Estados-membros registam o melhor desempenho entre os critérios de convergência. O número de Estados-membros que o cumpriram aumentou de dez (10) em 2023 para onze (11) em 2024. Em 2024, apenas a Serra Leoa não respeitou este critério, contrastando com 2023, quando tanto a Libéria como a Serra Leoa não o haviam cumprido. Durante o período em análise, registaram-se reembolsos líquidos significativos na Gâmbia, no Gana e na Nigéria, evidenciando progressos notáveis neste domínio. A Serra Leoa, no entanto, tem apresentado um incumprimento recorrente deste critério nos últimos anos.

Tabela 8: Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Benim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cabo Verde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Côte d'Ivoire	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Gâmbia	41,5	0,0	33,1	0,0	0,0	46,7	13,3	2,8	0,0
Gana	4,1	0,0	0,0	0,0	3,0	10,6	54,2	87,5	0,0
Guiné	25,6	0,0	0,0	0,0	3,0	10,6	2,2	0,0	0,3
Guiné-Bissau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Libéria	0,0	3,0	24,5	12,8	27,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Nigéria	13,1	0,0	0,0	0,0	0,0	34,0	28,4	94,4	0,0
Senegal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Serra Leone	-0,7	30,9	18,8	22,7	0,7	21,9	20,0	55,5	15,0
Togo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nº de países que respeitam o critério	9	11	9	10	11	7	8	9	11

Fonte: Bancos Centrais Membros. *Provisório **Projeção

Reservas externas brutas

80. O desempenho relativo ao critério das reservas externas brutas melhorou em 2024, com nove (09) Estados-membros a cumprirem este requisito, face a oito (08) em 2023. Este progresso reflete os esforços contínuos dos bancos centrais nacionais para reforçar as reservas externas, com vista a atenuar choques externos potenciais. Durante o período em análise, as reservas externas brutas mantiveram-se acima de 4,0 meses de cobertura das importações na maioria dos Estados-membros. Em 2024, a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa não cumpriram o critério, enquanto em 2023 o não cumprimento envolvia o Gana, a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa. Destaca-se, com preocupação, a tendência de declínio da taxa de cobertura na Guiné e na Serra Leoa nos últimos anos, influenciada por uma forte procura de divisas para importações e pelas exigências do serviço da dívida.

Tabela 9: reservas externas brutas em meses de importações de bens e serviços

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Benim	5,0	4,0	4,1	4,6	5,7	5,4	5,0	4,1	4,6
Cabo Verde	7,1	6,6	5,9	5,6	6,9	7,9	7,9	6,8	6,5
Côte d'Ivoire	5,0	4,0	4,1	4,6	5,7	5,4	5,0	4,1	4,6
Gâmbia	2,5	2,4	3,2	2,7	3,9	6,1	8,8	7,1	4,1
Gana	3,5	3,5	4,3	3,6	4,0	4,1	4,5	2,8	4,0
Guiné	2,3	1,5	2,0	2,6	3,1	2,9	4,7	4,7	1,7
Guiné-Bissau	5,0	4,0	4,1	4,6	5,7	5,4	5,0	4,1	4,6
Libéria	2,3	4,1	3,7	2,4	2,3	-2,7	4,5	3,6	2,9
Nigéria	5,8	8,2	12,9	11,2	6,6	8,4	9,6	6,9	12,0
Senegal	5,0	4,0	4,1	4,6	5,7	5,4	5,0	4,1	4,6
Serra Leone	3,8	4,0	4,5	3,1	3,2	5,1	5,4	3,2	2,1
Togo	5,0	4,0	4,1	4,6	5,7	5,4	5,0	4,1	4,6
Nº de países que respeitam o critério	9	10	11	9	11	9	12	11	9

Fonte: Bancos Centrais Membros. *Provisório **Projeção

3.3. Análise do desempenho em relação aos critérios do segundo grau

Variação da taxa de câmbio nominal

81. Durante o período em análise, o mercado cambial manteve-se globalmente estável na maioria dos Estados-membros. Relativamente ao critério de variação da taxa de câmbio nominal, registou-se uma melhoria, com seis (06) moedas a cumprir o critério em 2024, contra cinco (05) em 2023. As fortes pressões cambiais que afetaram os países da ZMAO em 2023 atenuaram-se, refletindo a

adoção de algumas medidas políticas destinadas a aliviar os constrangimentos nos mercados cambiais. Importa notar que, nos últimos três anos, o cedi ganês se destacou como a moeda menos volátil da região, enquanto o naira nigeriano permaneceu a mais volátil em 2024, tal como no ano anterior.

Tabela 10: Variação da taxa de câmbio nominal

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Benim	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Cabo Verde	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Côte d'Ivoire	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Gâmbia	4,9	-3,4	-5,1	-5,4	-1,8	-1,6	-2,1	-3,0	-9,9
Gana	-15,7	-4,3	-8,4	-7,0	-9,9	-7,7	-5,7	-24,6	-22,0
Guiné	2,2	-17,4	-0,4	-3,2	0,6	-4,8	-4,2	19,5	0,2
Guiné-Bissau	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Libéria	7,2	-7,2	-16,1	-22,6	-20,8	-3,5	12,6	15,8	-8,2
Nigéria	-11,9	-31,0	-3,6	-2,0	2,2	-9,7	-19,5	2,9	-60,9
Senegal	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Serra Leone	-3,1	-18,9	-17,4	-8,7	-12,5	-8,4	-5,1	-20,9	-5,1
Togo	8,5	-0,4	2,1	2,6	-2,8	1,0	1,5	-5,3	0,6
Nº de países que respeitam o critério	10	9	10	11	10	12	11	10	10

Fonte: Bancos Centrais Membros. *Provisório **Projeção

Dívida pública/PIB ($\leq 70\%$)

82. Em 2024, oito (08) Estados-membros cumpriram o critério relativo à dívida pública, mantendo-se o número registado em 2023. A Guiné-Bissau, o Senegal e a Gâmbia não observaram este critério em ambos os anos. Apesar deste desempenho global estável, a dívida pública aumentou em seis países, enquanto se reduziu ou estabilizou nos restantes, refletindo em grande medida os efeitos de base, associados a um crescimento do PIB nominal superior ao aumento nominal da dívida durante o período em análise. No entanto, na sequência de uma auditoria especial recente realizada pelo Tribunal de Contas do Senegal, foram identificadas inconsistências significativas nos dados orçamentais, nomeadamente dívidas mal declaradas e défices subestimados. Os dados revistos apontam para um rácio da dívida pública de 117,0 % do PIB em 2024, o mais elevado da região. Cabo Verde, que historicamente apresentou os rácios de dívida mais elevados, continua a registar uma trajetória descendente, com a dívida a situar-se em 109,2 % do PIB no final de dezembro de 2024.

Tabela 11: Rácio da dívida pública em relação ao PIB nominal

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2024
Benim	30,9	35,9	39,7	41,0	41,2	46,1	49,8	54,0	53,4
Cabo Verde	121,6	120,7	118,1	117,1	109,3	152,9	153,8	133,1	109,2
Côte d'Ivoire	29,2	31,5	32,9	35,7	37,9	46,3	50,2	56,0	59,5
Gâmbia	69,1	77,1	80,2	85,7	81,5	84,4	82,2	83,9	81,1
Gana	55,6	53,5	54,1	56,1	61,1	74,4	76,2	73,0	58,8
Guiné	39,7	36,5	34,4	30,7	30,8	47,4	35,5	33,9	42,7
Guiné-Bissau	24,4	30,1	31,4	51,3	58,1	66,3	77,2	77,3	87,1
Libéria	21,9	26,0	26,8	31,9	41,2	52,6	49,4	51,0	54,9
Nigéria	11,5	14,1	14,6	15,0	18,8	21,3	22,5	22,9	36,2
Senegal	43,8	47,1	48,0	54,8	75,5	83,8	90,8	97,0	117,0
Serra Leone	28,2	34,5	37,4	36,7	44,8	43,1	47,3	40,2	48,8
Togo	51,3	56,9	54,5	56,1	53,6	60,0	63,0	65,4	69,2
Nº de países que respeitam o critério	11	10	10	10	9	8	7	7	8

Fontes: Ministério da Economia e Finanças dos Estados-Membros. *Provisório **Projeções

3.4. Perspetivas

83. As projeções iniciais apontam para uma melhoria no cumprimento dos critérios de convergência macroeconómica de primeiro grau em 2025. Quatro (04) Estados-membros — Benim, Côte d'Ivoire, Togo e Cabo Verde — deverão cumprir os quatro critérios de primeiro grau, face a apenas dois (02) em 2024. Com base nessa evolução positiva, estima-se que oito (08) Estados-membros venham a satisfazer, pelo menos, três dos quatro critérios de primeiro grau em 2025."
84. Em 2025, o número de Estados-membros que deverão cumprir os critérios do défice orçamental e da inflação média deverá aumentar para cinco (05) e sete (07), respetivamente. Estes progressos refletem pressupostos de esforços sustentados de consolidação orçamental e a manutenção de uma política monetária restritiva. Prevê-se que Benim, Côte d'Ivoire, Togo, Gâmbia e Libéria atinjam a meta do défice orçamental, enquanto Benim, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Senegal, Togo, Guiné e Cabo Verde deverão cumprir o critério relativo à inflação média. Quanto ao critério de financiamento do défice orçamental pelo banco central, todos os doze (12) Estados-membros deverão cumpri-lo em 2025, o que representa uma melhoria significativa. Além disso, as projeções iniciais indicam avanços no cumprimento do critério relativo às reservas externas brutas, com o número de países em conformidade a aumentar para dez (10), impulsionado pelos esforços dos bancos centrais em reforçar os níveis de reservas de segurança.
85. O desempenho relativamente ao critério da variação da taxa de câmbio nominal deverá manter-se estável em 2025, com dez (10) Estados-membros a cumprirem este requisito. Quanto ao critério relativo à dívida pública, prevê-se uma melhoria, com nove (09) países a atingirem a meta durante o mesmo período. No entanto, estima-se que a Guiné-Bissau, o Senegal e Cabo Verde continuem a não cumprir este critério em 2025.

IV. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DOS ESTADOS-MEMBROS DA CEDEAO

4.1. Situação Económica e Financeira do Benim

86. A economia beninense reforçou o seu crescimento em 2024. Este desempenho surge num contexto internacional de instabilidade, marcado pelas consequências da crise russo-ucraniana e pelo encerramento das fronteiras com o Níger. O crescimento foi mais vigoroso do que previsto na lei de finanças de 2024. A taxa de crescimento estabeleceu-se em 7,5 %, muito superior à previsão de 6,7 % feita no início do ano, contra uma realização de 6,4 % em 2023. O dinamismo do crescimento resulta de uma boa campanha agrícola, um setor secundário em pleno desenvolvimento, sustentado pelas indústrias e Obras Públicas e Transportes (OPT), e uma retoma das atividades comerciais após o abrandamento observado em 2023.
87. A nível dos preços, a inflação mantém-se contida, sustentada pelo bom desempenho do setor agrícola. A taxa de inflação estabeleceu-se em 1,2 % em 2024 contra 2,7 % em 2023. Em 2024, a rubrica "produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" do índice de preços registou apenas uma subida de 0,7 %, mantendo a inflação num nível baixo. Com este nível de inflação, o Benim regista uma das mais baixas taxas de inflação no espaço da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

4.1.1. Setor Real

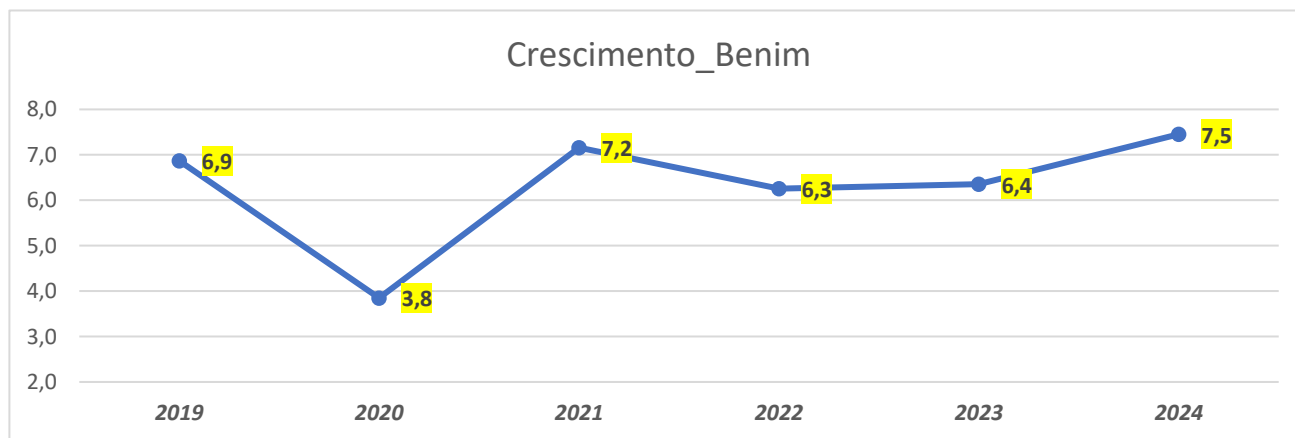
4.1.1.1. Crescimento económico

88. Apesar dos riscos regionais e internacionais, a atividade económica prosseguiu a sua consolidação em 2024 ao registar um crescimento de 7,5 % em 2024 após 6,4 % em 2023, ou seja, um aumento de 1,1 ponto percentual. Este desempenho é atribuído ao vigor dos setores dos serviços, da indústria e da agricultura.
89. Efetivamente, o setor primário, sustentado pela agricultura, distinguiu-se pelo seu dinamismo com um valor acrescentado em alta de 5,9 % em 2024 após 5,1 % no ano anterior, com a sua parte na formação do PIB a estabelecer-se em 24,2 % em 2024 contra 25,4 % no ano anterior. A sua contribuição para o crescimento económico é avaliada em 1,6 % em 2024 contra 1,4 % em 2023. Neste setor, a agricultura conheceu uma subida do seu valor acrescentado de 5,6 % em 2024 após 4,8 % no ano anterior. O algodão em caroço, que constitui a maior cultura de exportação, destacou-se e atingiu 670 000 toneladas em 2024, ou seja, uma subida de 11,5 % relativamente a 2023. O ramo "Pecuária e caça" registou um crescimento de 8,6 % do seu valor acrescentado em 2024, após 7,6 % no ano anterior. Quanto ao ramo "Silvicultura e exploração florestal", o seu valor acrescentado aumentou 3,8 % em 2024, contra 3,7 % em 2023. No que se refere ao ramo "Pesca, aquacultura e piscicultura", conheceu um acréscimo de 3,9 % do seu valor acrescentado em 2024 contra 3,7 % em 2023.
90. O setor secundário continua a reforçar o seu desempenho económico com o seu valor acrescentado em alta de 9,7 %, contra 7,3 % em 2023. Este desempenho está principalmente ligado à dinâmica da

agroindústria e à aceleração dos grandes estaleiros de construção através do país. A contribuição do setor secundário para o crescimento económico estabelece-se em 1,6 pontos percentuais no ano. O valor acrescentado do ramo das indústrias agroalimentares progrediu 7,5 % em 2024, após 6,7 % em 2023, traduzindo um reforço das atividades de transformação. Esta atividade foi fortemente influenciada pelas atividades da zona industrial de Glo-Djigbé (GDIZ) que prossegue a sua estratégia de transformação económica do Benim, apostando na implicação dos investidores, bem como na transformação artesanal de produtos agrícolas que beneficia de uma evolução favorável do setor agrícola.

91. Por outro lado, o ramo "Construção" apresentou uma forte aceleração, com uma subida de 12,4 % do seu valor acrescentado em 2024, contra 7,8 % no ano anterior. Esta evolução deve-se ao vasto programa de reabilitação e desenvolvimento da sua rede viária promovido pelo Governo (Projetos Asfaltagem Fase B bem como o Programa de Saneamento Pluvial das Cidades Secundárias (PAPVS)).
92. O setor terciário concentra cerca de metade da atividade da economia beninense em 2024 com o seu valor acrescentado em progressão de 7,5 % contra 6,6 % em 2023, elevando a sua contribuição para o crescimento a 3,6 %, após 3,1 % no ano anterior. Esta dinâmica assenta essencialmente no desempenho do comércio, por um lado, e dos serviços das administrações públicas, por outro lado. O ramo "Comércio" registou, com efeito, uma subida de 6,1 % em 2024, após 4,8 % em 2023, traduzindo um reforço das trocas comerciais. Por sua vez, o ramo "Administração pública e segurança social" prosseguiu a sua progressão, com um crescimento de 10,5 %, após 9,2 % no ano anterior.
93. Os impostos e taxas impulsionados pela política de desmaterialização global empreendida pelo governo apresentaram um desempenho relativamente mais expressivo em 2024 comparativamente a 2023, devido, entre outros, à melhoria dos sistemas de pagamento e à luta contra a evasão fiscal. Efetivamente, o valor acrescentado dos impostos e taxas conheceu uma subida de 7,4 % em 2024, após 6,9 % no ano anterior. A sua parte no PIB corrente manteve-se estável (9,5 % em 2024 contra 9,6 % em 2023). O mesmo acontece com a sua contribuição para o crescimento do PIB real (0,7 ponto percentual em 2024 como em 2023).

Gráfico 18: Crescimento do PIB real de 2019 a 2024

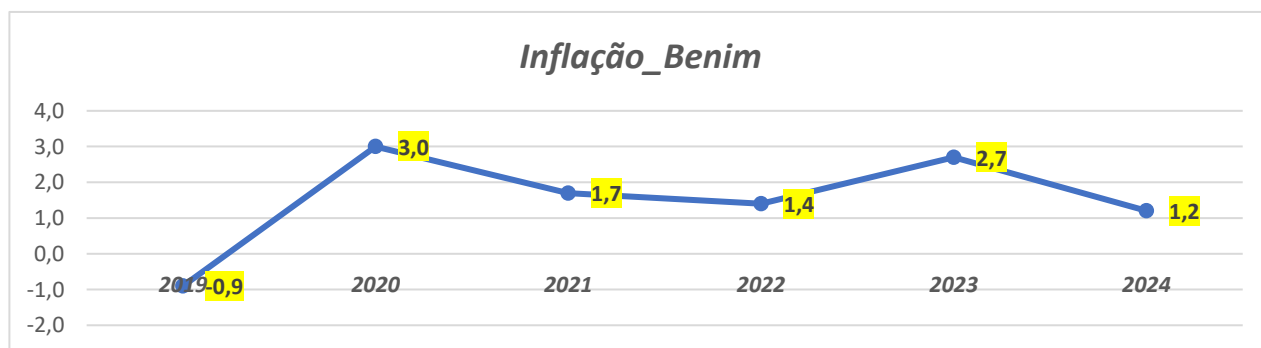


94. Do lado da procura, o crescimento económico foi principalmente sustentado pelo consumo final e pelos investimentos privados. Na sua vontade de fazer do Benim uma economia próspera e atrativa, o governo prossegue os seus esforços em favor da transformação estrutural do país, nomeadamente a promoção do investimento privado. Iniciativas como a Zona Económica Especial de Glo-Djigbé (GDIZ) visam, a longo prazo, reduzir o défice comercial e reforçar a competitividade económica nacional. Cumpre salientar um reforço da operacionalização das indústrias presentes na GDIZ em 2024.
95. Neste sentido, os investimentos a preços constantes progrediram 10,5 % em 2024, após uma subida de 15,7 % em 2023. A sua contribuição para o crescimento do PIB real eleva-se a 2,9 % em 2024, contra 3,9 % no ano anterior. Esta dinâmica é principalmente sustentada pelo investimento privado, que contribui em 3,0 % para o crescimento do PIB real. Em contrapartida, observa-se uma ligeira desaceleração do investimento público, com uma ligeira diminuição de contribuição de 0,2 % para o PIB real.
96. No que se refere ao comércio externo, regista-se uma subida das exportações totais de bens e serviços de 4,4 % em 2024 contra 4,3 % no ano anterior. As importações de bens e serviços, por sua vez, registaram uma descida de 0,8 % em 2024, contra uma subida de 10,4 % em 2023. Esta evolução traduziu-se numa redução do défice das exportações líquidas, que se estabelece em 278,7 mil milhões de francos CFA em 2024, contra 401,2 mil milhões de francos CFA em 2023. Estas evoluções reforçaram a contribuição das exportações líquidas para o crescimento económico que passou de -1,6 % em 2023 para +1,2 % em 2024, traduzindo assim uma melhoria das trocas comerciais em 2024 comparativamente a 2023.
97. Por outro lado, as despesas de consumo final a preços constantes mantiveram uma trajetória ascendente, progredindo 4,5 % em 2024, após uma subida de 5,2 % em 2023. Contribuíram assim em 4,0 pontos para o crescimento do PIB real em 2024, contra 3,4 pontos no ano anterior.

4.1.1.2. Inflação

98. A nível dos preços, a inflação mantém-se contida, sustentada pelo bom desempenho do setor agrícola. A taxa de inflação estabeleceu-se em 1,2 % em 2024 contra 2,7 % em 2023. Em 2024, a rubrica "produtos alimentares e bebidas não alcoólicas" do índice de preços registou apenas uma subida de 0,7 %, mantendo a inflação num nível baixo. Com este nível de inflação, o Benim está entre os países que registam as mais baixas taxas de inflação no espaço da CEDEAO.

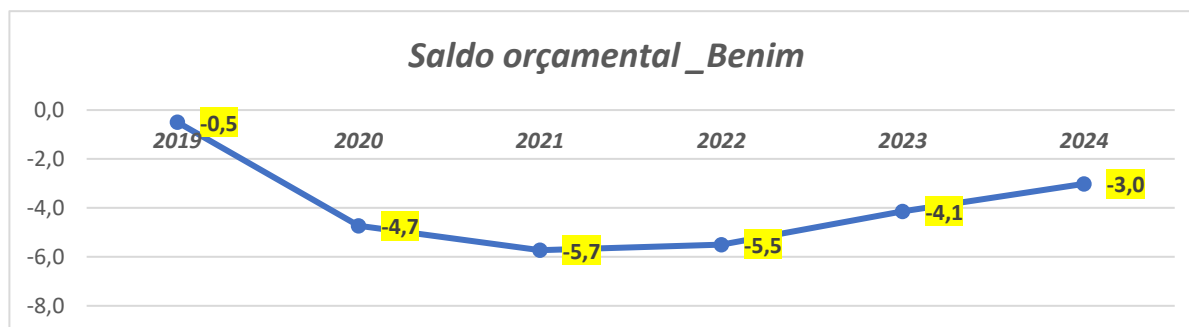
Gráfico 19 : Inflação no Benim de 2019 a 2024



4.1.2. Finanças Públicas e Dívida Pública

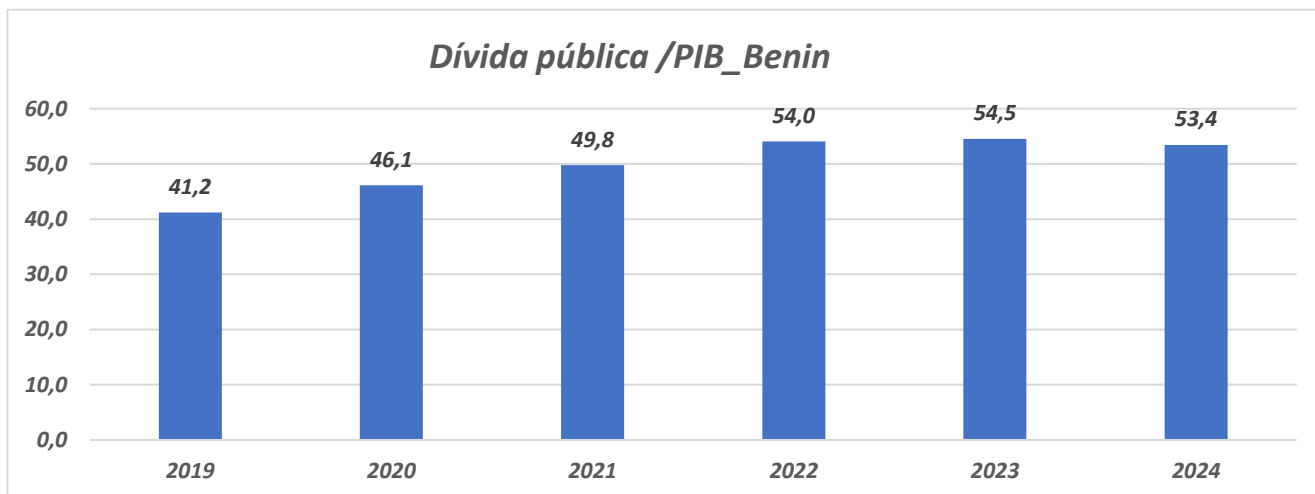
99. Em 2024, as finanças públicas do Benim prosseguiram a sua trajetória de consolidação orçamental num contexto regional ainda marcado pelas tensões geopolíticas e económicas, mas igualmente por uma melhoria progressiva da situação macroeconómica. As receitas totais situaram-se em 1 895,6 mil milhões de francos CFA, em alta de 11,42 % relativamente a 2023. Este desempenho resulta principalmente da prossecução das reformas de modernização das administrações financeiras. Destacam-se, em particular, a digitalização da cobrança fiscal e o reforço do controlo fiscal. As receitas fiscais internas (fiscalidade direta e indireta) atingiram 1140,04 mil milhões de francos CFA, em progressão de 11,67 % relativamente a 2023, traduzindo os efeitos contínuos do alargamento da base fiscal e da melhoria do civismo fiscal.
100. As taxas sobre o comércio externo registaram uma progressão significativa de 12,51 %, para se estabelecerem em 581,62 mil milhões de francos CFA contra 561,0 mil milhões em 2023. Este desempenho é atribuído às reformas fiscais, tais como a digitalização dos procedimentos, a introdução da fatura normalizada, bem como a subida dos volumes de importações e a criação de receitas especiais para os veículos automóveis. Assim, as receitas fiscais registaram um acréscimo de 11,95 % ao passar de 1537,9 mil milhões para 1721,66 mil milhões de francos CFA em 2024 para se estabelecerem em 13,22 % do PIB.
101. As despesas totais e empréstimos líquidos aumentaram 2,4 % relativamente a 2023, estabelecendo-se em 2 344,8 mil milhões de francos CFA, principalmente devido à subida das despesas correntes. Estas registaram uma subida de 8,92 % ao passar de 1275,98 mil milhões de francos CFA em 2023 para 1 389,79 mil milhões de francos CFA em 2024. Contudo, as despesas de investimento registaram uma descida de 5,12 % relativamente a 2023. A massa salarial prosseguiu a sua progressão de 2,6 % para se elevar a 523,19 mil milhões de francos CFA.
102. Os juros sobre a dívida pública (interna e externa) pagos em 2024 cifram-se em 232,2 mil milhões de francos CFA, ou seja, 13,49 % das receitas fiscais. Por tipo de dívida, os juros sobre a dívida interna representam 111,4 mil milhões de francos CFA contra 87,5 mil milhões de francos CFA em 2023, em alta de 27,26 %, enquanto os da dívida externa se elevam a 120,8 mil milhões de francos CFA contra 102,68 mil milhões de francos CFA em 2023, em alta de 17,65 %.
103. O défice orçamental global, base compromissos, é estimado em 3 % do PIB em 2024, em baixa relativamente aos 4,1 % do PIB em 2023, confirmando o empenho do Governo em convergir para a norma comunitária de 3 % do PIB, em conformidade com os critérios de convergência da CEDEAO.

Gráfico 20: Saldo orçamental no Benim de 2019 a 2024



104. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de endividamento público do Benim (stock da dívida em relação ao PIB) fixa-se em 53,43 %, contra 54,5 % em 2023, sempre abaixo do limiar comunitário de 70 % fixado pela CEDEAO. O stock total da dívida pública da administração central é de 6 960,34 mil milhões de francos CFA, repartido entre uma dívida externa de 5 054,85 mil milhões de francos CFA (ou seja, 72,62 % da carteira) e uma dívida interna de 1 905,49 mil milhões de francos CFA (ou seja, 27,38 % da carteira). Esta ligeira subida explica-se pelos empréstimos para o financiamento de projetos estruturantes, nomeadamente nos setores da energia, da educação e da saúde.

Gráfico 21: Dívida pública em % do PIB do Benim de 2019 a 2024

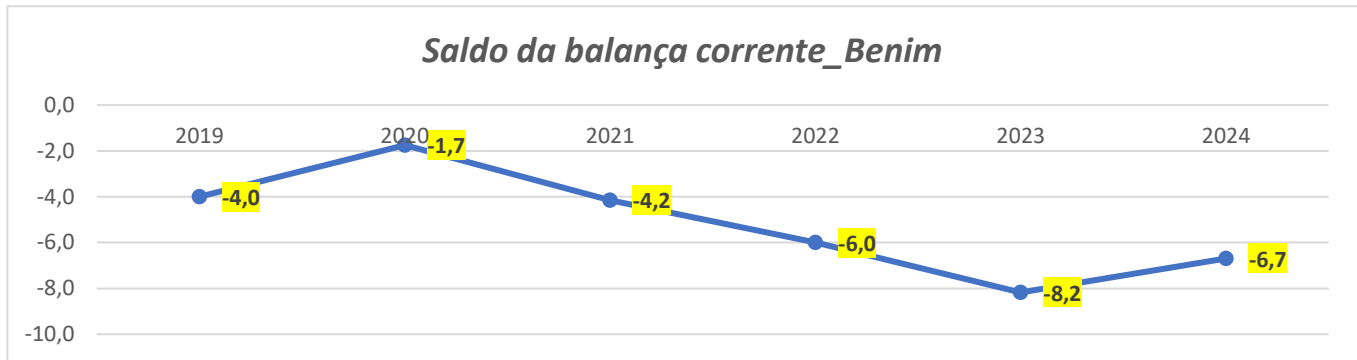


105. Para os anos vindouros, a estratégia das finanças públicas do Governo assentará num reforço da mobilização das receitas fiscais e numa rigorosa gestão das despesas públicas. É esperado que o défice orçamental continue a reduzir-se para atingir 2,9 % do PIB em 2025, em linha com os compromissos assumidos no âmbito da vigilância multilateral regional e os compromissos com os parceiros técnicos e financeiros.

4.1.3. Setor Externo

106. Em 2024, as estimativas provisórias da balança de pagamentos indicam uma diminuição do défice corrente de 11,6 %, estabelecendo-se em 862,3 mil milhões de francos CFA, contra 975,87 mil milhões em 2023. Esta melhoria resulta principalmente da redução do défice da balança comercial em 14,7 % (-309,9 mil milhões contra -363,30 mil milhões em 2023) e da diminuição do défice da balança dos serviços em 10,5 %. Paralelamente, o saldo excedentário do rendimento secundário aumentou 6,2 % (+166,8 mil milhões contra +157,035 mil milhões em 2023). Contudo, o défice do saldo dos rendimentos primários evidenciou uma subida de 15,7 % sob o efeito do acréscimo dos juros sobre a dívida de 17,6 % (120,8 mil milhões de francos CFA contra 102,682 mil milhões em 2023).

Gráfico 22: Saldo da balança corrente em % do PIB do Benim de 2019 a 2024



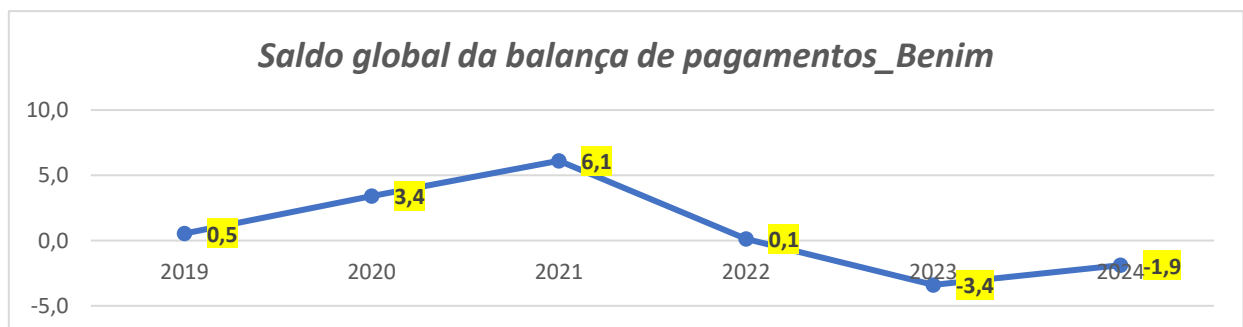
107. O déficit corrente estabelece-se em 6,6 % do PIB em 2024 contra 8,2 % em 2023 e 6,0 % em 2022 em relação com a subida das exportações do algodão (+10,9 %), dos produtos acabados da Zona industrial de Glo-Djigbé (GDIZ) e diversos produtos (+4,3 %). Por outro lado, a fatura das importações de bens registou uma descida, nomeadamente as importações de produtos alimentares (-11,4 %), produtos energéticos (-13,1 %), os bens intermédios (-10,1 %) e os bens de equipamento (-28,2 %).

108. O nível importante do déficit de 2023 justifica-se pela subida notável das importações de serviços no âmbito das atividades na GDIZ. A descida das importações e a subida das exportações permitem atenuar este déficit em 2024. Contudo, à semelhança de 2023, os afluxos de capitais externos revelam-se insuficientes para cobrir este déficit. Assim, o saldo global apresenta-se deficitário em 1,9 % do PIB em 2024 contra -3,4 % do PIB em 2023, e 0,1 % do PIB em 2022. Todavia, o déficit do saldo global está em nítida redução ao passar de -405,3 mil milhões de francos CFA em 2023 para -253,4 mil milhões de francos CFA em 2024.

109. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) cresceu em 2024 de 1,6 % contra 27,1 % em 2023 para se cifrar em 2,0 % do PIB contra 2,2 % em 2023. As reservas de câmbio da União consolidaram-se em 2024 para se fixarem em 5,4 meses de importação de toda a União graças ao repatriamento das receitas de exportação e à mobilização de recursos externos.

110. A prossecução dos esforços em favor da transformação estrutural do país, nomeadamente a promoção do investimento privado. E iniciativas como a Zona Económica Especial de Glo-Djigbé (GDIZ) visam, a longo prazo, reduzir o déficit comercial e reforçar a competitividade económica nacional.

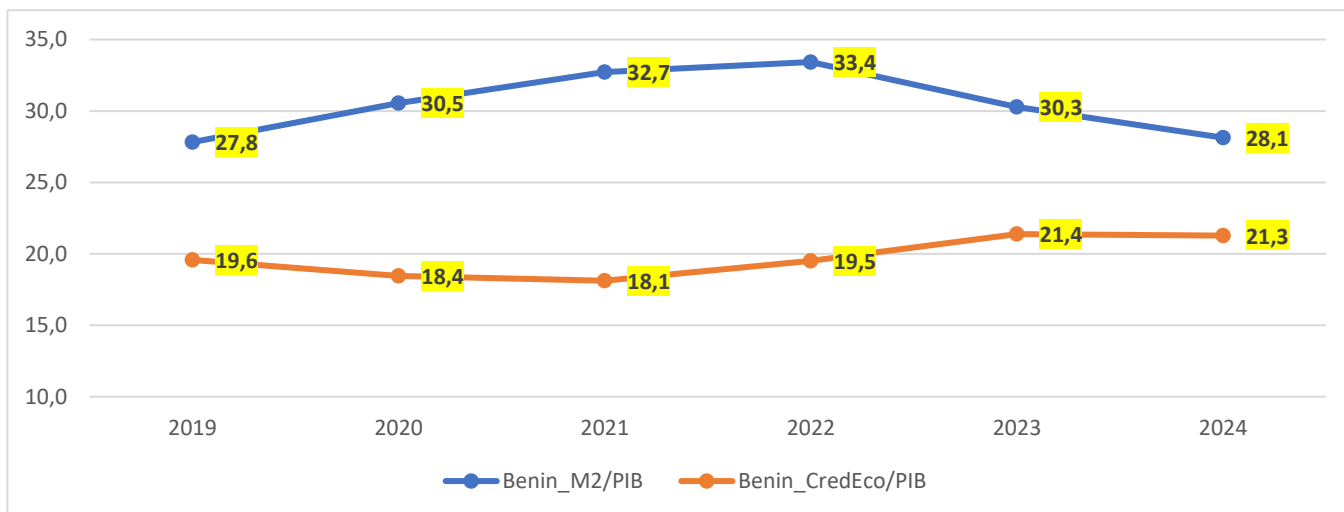
Gráfico 23: saldo da Balança de pagamentos em % do PIB do Benim



4.1.4. Setor Monetário

111. Na condução da política monetária, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) manteve a sua taxa diretora em 3,5 % em 2024, em articulação com o contexto económico favorável a fim de apoiar o crescimento controlando simultaneamente a inflação. A taxa da facilidade de empréstimo marginal (pensão) manteve-se igualmente em 5,50 % e o coeficiente de reservas obrigatórias em 3 % (em vigor desde março de 2017).
112. Neste contexto, a situação monetária em 31 de dezembro de 2024 indica uma progressão de 1,4 % da massa monetária relativamente a 31 de dezembro de 2023. Este acréscimo decorre da descida dos ativos externos líquidos de 14,6 % contra 19,4 % no final de 2023, de uma subida dos créditos internos de 16,1 % contra 19,3 % em 2023 com uma subida de 8,6 % dos créditos sobre a economia contra 20,6 % em 2023. Estas contrapartidas da massa monetária contribuíram para o crescimento da massa monetária da seguinte forma: a contribuição dos créditos internos estabelece-se em 11,3 pontos percentuais dos quais 5,2 pontos para os créditos sobre a administração central e 6,1 pontos para os créditos sobre a economia. Os ativos externos líquidos contribuíram para -7,0 pontos percentuais enquanto os passivos de carácter não monetário contribuíram para 2,6 pontos percentuais e os outros postos líquidos de 0,3 ponto.
113. Quanto aos componentes da massa monetária, a circulação fiduciária evidenciou uma subida de 2,6 % contra uma descida de 5,9 % em 2023. Esta evolução está ligada à subida das reservas de caixa dos bancos (8,3 % contra -6,6 % em 2023) bem como as notas e moedas em circulação em alta de 2,9 % contra uma descida de 5,9 % em 2023. As disponibilidades do tesouro não apresentaram variação. Quanto aos depósitos transferíveis, evidenciaram uma descida de 0,7 % contra uma subida de 6,4 % em 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a paisagem bancária beninense é composta por 15 estabelecimentos de crédito autorizados (14 bancos e 1 estabelecimento financeiro) e em atividade com um total de balanço de 6 966,8 mil milhões contra 6 418,9 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 e uma evolução de 8,54 % dos ativos bancários em 31 de dezembro de 2024 contra 8,34 % em 2023. O estado de liquidez global do sistema bancário indica que os empregos demonstraram uma subida de 7,50 % em 31 de dezembro de 2024 relativamente a dezembro de 2023 (6 483,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2024 contra 6 031,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2023), e o stock dos créditos à clientela apresentou um avanço de 10,66 % (3 408,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2024 contra 3 079,9 mil milhões em 31 de dezembro de 2023).
114. Quanto à qualidade da carteira, nota-se a prossecução da dinâmica de saneamento em 2024 com uma descida significativa da taxa bruta de degradação da carteira que passou de 22,42 % em março de 2019 para 4,00 % em dezembro de 2024. A liquidez do setor bancário nacional, medida pelos dois rácios de risco de iliquidez (a curto e a médio prazo) mostra que em 31 de dezembro de 2024, todos os estabelecimentos respeitam o coeficiente de liquidez bem como o rácio de transformação. Contudo, 12 dos estabelecimentos recorrem ao refinanciamento do Banco central devido à procura crescente de liquidez que requer o dinamismo das atividades económicas. Estes estabelecimentos deveriam fazer mais esforços na mobilização dos recursos tanto internos como externos.

Gráfico 24: Massa monetária e crédito a economia no Benim de 2019 a 2024



4.1.5. Estado de Convergência Macroeconómica

115. A título da convergência macroeconómica, em 2024, o Benim prosseguiu os seus esforços para se conformar aos critérios de convergência macroeconómica da CEDEAO. O critério relativo ao défice orçamental global foi respeitado em conformidade com a norma comunitária e estabelecer-se-ia em 3 % do PIB contra 4,1 % em 2023.

- **Rácio do défice orçamental incluindo donativos (base compromissos) relacionado com o produto interno bruto (≤ 3 % do PIB):** situar-se-ia em 3 % do PIB contra 4,1 % em 2024.
- **Taxa de inflação em média anual (≤ 5 %):** a taxa de inflação anual média situou-se em 1,2 % contra 2,7 % em 2023.
- **Reservas brutas (≥ 3 meses de importações):** as reservas de câmbio do BCEAO atingiram 5,4 meses de importação; em conformidade com a norma de convergência.
- **Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central (≤ 10 % das receitas fiscais do ano anterior):** os países membros da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) já não recorrem ao financiamento do défice orçamental pelo banco central.

Tabela 12: Desempenho em matéria de convergência do Benim

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice. Orçam. inc. donativos, base compromissos em % PIB	≤3%	-0,5	-4,7	-5,7	-5,5	-4,1	-3,0
Inflação em média anual	≤10%	-0,9	3,0	1,7	1,4	2,7	1,2
Financ. défice orçam. por Banco central	≥10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥3	5,7	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6
Número de Critérios de primeiro grau cumpridos	4	4	3	3	3	3	4
Critérios de segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	±10%	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
Dívida pública sobre PIB	≤70%	41,2	46,1	49,8	54,0	54,5	53,4
Número de critérios de segundo grau cumpridos		2	2	2	2	2	2
Critérios de Convergência respeitados		6	5	5	5	5	6

4.1.6. Previsões 2025

116.As perspetivas económicas do Benim no horizonte 2026-2027 são globalmente positivas, sustentadas por reformas estruturais, investimentos estratégicos e uma vontade afirmada de transformação industrial. Todavia, subsistem desafios, nomeadamente nos planos securitário, climático e geopolítico.

117.O Benim deverá registar um crescimento médio do PIB de 7,5 % entre 2025 e 2027. Esta dinâmica assenta na expansão da Zona industrial de Glo-Djigbé (GDIZ), na modernização da agricultura, no desenvolvimento das infraestruturas energéticas e na diversificação das exportações.

118.A nível das finanças públicas, o governo beninense visa um défice orçamental abaixo da meta comunitária (3 % do PIB) a partir de 2025, graças a uma mobilização acrescida das receitas fiscais e a um controlo das despesas públicas. A taxa de endividamento deverá estabilizar-se em torno de 50 % do PIB, enquanto a inflação é projetada em menos de 3 %, refletindo uma gestão prudente das finanças públicas.

4.1.7. Conclusão e Recomendações

119.Em 2024, a economia beninense manteve-se resiliente ao reforçar o seu crescimento. A taxa de crescimento passou de 6,4 % em 2023 para 7,5 % em 2024 graças ao sólido desempenho dos diferentes setores da economia. As perspetivas a curto e médio prazo mantêm-se positivas, com previsões de crescimento de 7,05 % em 2025 e 2026. A pressão inflacionista mantém-se moderada e está na norma comunitária.

120.O reforço da consolidação orçamental, sustentado principalmente por uma melhor mobilização das receitas em 2024 além das previsões permitiu ao país reduzir o défice orçamental e atingir o

critério de convergência regional de 3 % do PIB no final de 2024. O rácio de dívida pública sobre o PIB iniciou uma tendência de descida, atingindo 53,4 % do PIB em 2024 contra 54,5 % em 2023.

121.As autoridades monetárias mantiveram a principal taxa diretora à qual o Banco Central empresta os seus recursos aos bancos em 3,50 %, bem como a taxa de juro sobre a facilidade de empréstimo marginal em 5,50 %, níveis em vigor desde 16 de dezembro de 2023.

122.Face ao que precede, as seguintes recomendações são formuladas para as Autoridades beninenses:

- intensificar a prossecução das reformas fiscais e orçamentais favoráveis ao controlo das despesas e ao acréscimo das receitas;
- consolidar os resultados obtidos em matéria de reformas fiscais com vista a melhorar ainda mais a taxa de pressão fiscal;
- prosseguir a política prudente de endividamento para uma melhor entrada dos capitais;
- ampliar a oferta de energia elétrica acessível na Zona Económica especial de Glo-Djigbé para atrair mais indústrias e reforçar a competitividade das indústrias existentes;
- favorecer um crescimento inclusivo através do investimento nas infraestruturas rurais.

4.2. Situação Económica e Financeira de Cabo Verde

123. A situação económica e financeira de Cabo Verde em 2024 foi caracterizada por uma aceleração do crescimento económico, uma estabilidade dos preços, uma consolidação orçamental, um excedente da balança de pagamentos e um endurecimento da política monetária. A forte aceleração do crescimento económico em 2024 resultou de dois fatores principais. Por um lado, a subida do consumo privado, sustentada pelo aumento dos rendimentos reais das famílias. Por outro lado, o dinamismo das exportações líquidas, impulsionadas pela subida da procura turística e pela descida das importações. Do lado da oferta, a dinamização do setor do alojamento e da restauração bem como a progressão dos impostos líquidos de subsídios foram determinantes. A inflação prosseguiu a sua tendência de descida, com uma taxa média anual de 1,0 %, devido à diminuição dos preços internacionais da energia e dos géneros alimentícios. A balança corrente apresentou um excedente, sustentado pelas receitas turísticas, as reexportações e as transferências dos emigrantes, bem como pela descida das importações. Apesar do recuo dos fluxos financeiros externos, devido à diminuição do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do desembolso da dívida privada, o país reforçou as suas reservas internacionais.
124. As previsões para o ano de 2025 apontam para um abrandamento do crescimento económico, resultante de um menor contributo da procura externa líquida, devido ao enfraquecimento esperado das exportações de serviços turísticos e à subida das importações. Assim, o crescimento assentará principalmente na procura interna, nomeadamente o consumo privado, enquanto o investimento, embora em ligeira recuperação, continuará a contribuir fracamente para o crescimento do PIB.

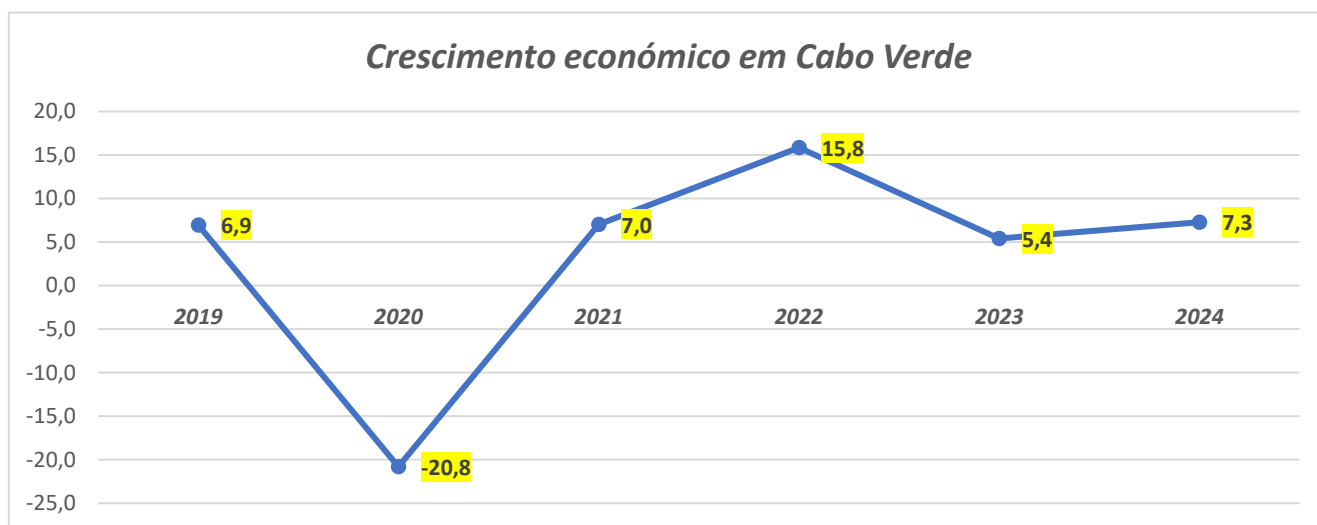
4.2.1. Setor Real

4.2.1.1. Crescimento económico

125. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, as atividades económicas em 2024 foram marcadas por uma progressão do PIB real de 7,3 % contra 5,4 % em 2023, sob impulso de todos os setores da economia.
126. Efetivamente, o setor primário registou uma progressão de 7,4 % em 2024 após um recuo de 7,1 % no ano anterior. Esta evolução explica-se pela subida de 11,7 % do valor acrescentado do ramo "Agricultura, pecuária e silvicultura" contra uma recessão de 12,6 %. Em contraste, o valor acrescentado da "Pesca e aquacultura" apresentou um recuo de 3,2 % em 2024 contra uma subida de 9,5 % em 2023.
127. O setor secundário registou uma subida do seu valor acrescentado de 4,4 % contra 3,0 % em 2023, sustentado essencialmente pelo (i) acréscimo de 8,0% do valor acrescentado da indústria transformadora, após uma subida de 11,2 % em 2023; (ii) a progressão de 2,1 % do valor acrescentado do subsector "água e eletricidade" contra uma subida de 6,3 % um ano antes; (iii) a subida de 0,8 % do subsector "indústrias extrativas" após um recuo de 11,2 % em 2023 e a subida de 0,2 % do valor acrescentado do subsector "construção" contra uma descida de 11,2 % em 2023.

128.O setor terciário registou uma progressão de 6,8 % em 2024 contra 6,6 % no ano anterior. Esta evolução está em linha nomeadamente com o dinamismo dos serviços de "alojamento e restauração" (+30,6 %), "Atividades de serviços às empresas" (+12,9 %), "administração pública" (+8,6 %), "comércio" (+3,9 %), "transporte e armazenagem" (+6,0 %) e das "atividades financeiras" (+5,4%). Em contraste, o valor acrescentado do subsetor "educação" apresentou um recuo de 2,7 % em 2024.

Gráfico 25: Crescimento económico em Cabo Verde de 2019 a 2024



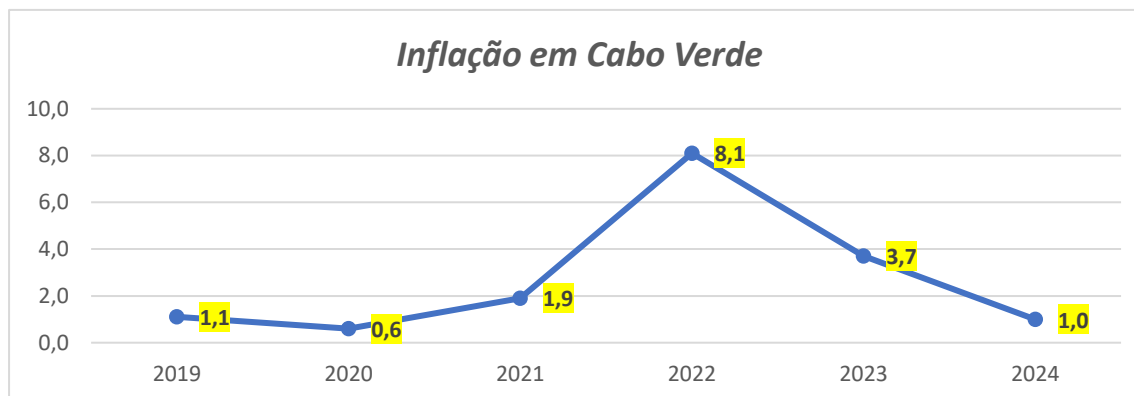
129.Do lado da procura, o crescimento económico foi impulsionado principalmente pela dinâmica do consumo final, que contribuiu para o crescimento do PIB em 4,4 pontos percentuais (pp), dos quais 3,9 pp do consumo privado. A subida do consumo das famílias beneficiou do aumento dos rendimentos reais das famílias, resultantes da redução da inflação e do aumento das pensões e outras transferências. No que se refere ao consumo público, ele registou um crescimento de 2,6% em 2024 contra 2,5% em 2023. Esta evolução resulta do aumento das despesas da administração pública central em pessoal e bens e serviços, bem como dos pagamentos das pensões do regime não contributivo. Esta tendência a nível do consumo final foi apoiada pela subida das exportações líquidas, cuja contribuição para o PIB foi de 2,5 pp, resultante da subida das exportações de serviços (+12,4 %) e de bens (+6,4 %), bem como do abrandamento das importações. Os investimentos registaram uma subida bem moderada (+1,2 % em 2024 contra 2,8 % em 2023), contribuindo assim para o crescimento do PIB real em 0,3 pp. Esta evolução dos investimentos resulta da escassez de mão de obra, nomeadamente no setor da construção, e da incerteza elevada ligada às tensões geopolíticas.

4.2.1.2. Inflação

130.A atividade económica decorreu num ambiente caracterizado por uma estabilidade dos preços no consumidor, situando a inflação anual média em 1,0 % no final de 2024 contra 3,7 % no final de 2023, decorrente da descida dos preços dos produtos energéticos e alimentares nos mercados internacionais.

131. Esta evolução favorável da inflação está em linha com o abrandamento da subida dos preços no grupo "Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas", passando de uma progressão de 8,9 % em 2023 para 1,0 % em 2024, e a descida de 1,1 % dos preços no grupo "Vestuário e calçado".

Gráfico 26: Inflação em Cabo Verde de 2019 a 2024



132. Contudo, os preços no grupo "Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis" aumentaram 2,3 %, impulsionados pela subida dos preços do gás (+1,4 %), das "outras rendas" (+10,9 %) e da eletricidade (+6,1 %). Esta evolução reflete em grande parte a transmissão dos preços internacionais da energia para os preços internos, através da revisão dos preços administrados dos combustíveis. Em 2024, o preço do gás foi revisto em alta após uma forte descida em 2023, enquanto os preços do petróleo, do gasóleo e da gasolina continuaram a descer, mas de forma menos acentuada do que no exercício precedente.

4.2.2. Finanças Públicas

133. Em 2024, a execução das operações financeiras do Estado em Cabo Verde resultou num défice de 2 961,5 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE) (1,1 % do PIB) contra um défice de 707,6 milhões de CVE (0,3 % do PIB) registado em 2023. Excluindo donativos, o défice situou-se em 10 060 milhões de CVE (3,6 % do PIB) em 2024 contra um défice de 6 547,6 milhões de CVE (2,5 % do PIB) em 2023.

134. As receitas totais aumentaram 7,3 % para atingir 69 525,0 milhões de CVE (24,8 % do PIB) em 2024, contra 64 824 milhões de CVE (25,1 % do PIB) no exercício precedente, devido ao aumento das receitas fiscais e não fiscais. As receitas fiscais aumentaram 13,8 %, para atingir 56 544,3 milhões de CVE (20,3 % do PIB) em 2024, contra 49 699 milhões de CVE (19,3 % do PIB) em 2023. Esta evolução deve-se ao aumento das receitas provenientes do imposto sobre o rendimento, do imposto sobre as sociedades, do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do imposto especial de consumo. As receitas não fiscais também aumentaram no período em análise.

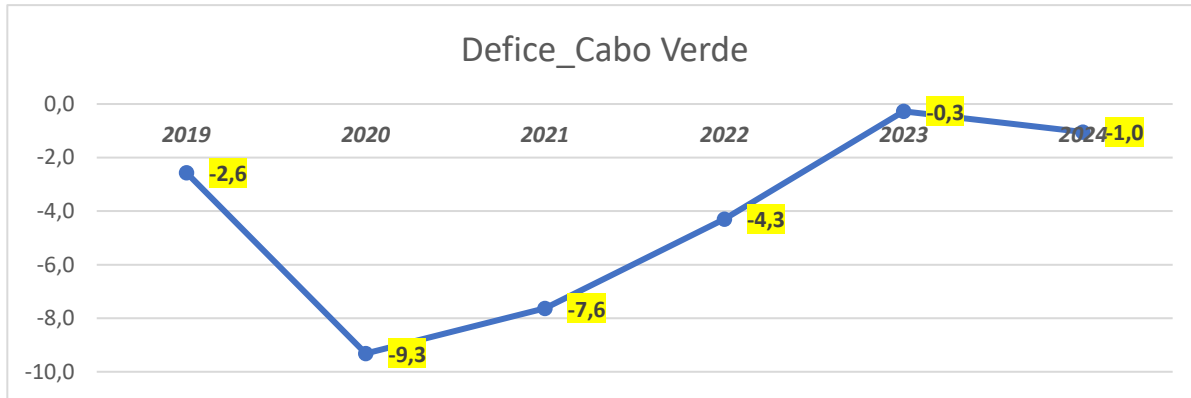
135. As despesas totais e os empréstimos líquidos progrediram 10,6% para se estabelecerem em 72 486,5 milhões de CVE (25,7% do PIB) contra 65 531,7 milhões de CVE (25,4% do PIB) em 2023, resultante da subida das despesas correntes e de capital.

136. As despesas correntes registaram um aumento de 7,8% para atingir 65 688,1 milhões de CVE (23,5% do PIB) contra 61 098,1 milhões de CVE (23,7 % do PIB) em 2023. Esta evolução foi impulsionada

pela subida das despesas em salários e vencimentos (+1,2%), em bens e serviços (9,0%), nas transferências e subsídios (9,9%), nos pagamentos de juros (12,3%).

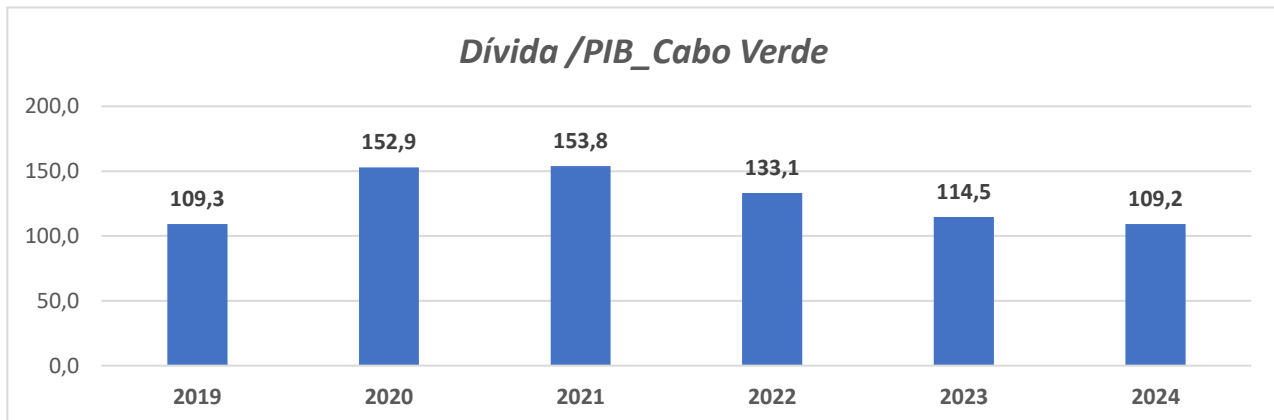
137. Igualmente, as despesas em capital progrediram 48,8 % para se fixarem em 6 598,4 milhões de CVE (2,3 % do PIB) contra 4 433,6 milhões de CVE (1,7 % do PIB).

Gráfico 27: Défice orçamental em Cabo Verde de 2019 a 2024



138. Em 2024, a dívida pública de Cabo Verde atingiu 308,0 mil milhões de CVE, correspondendo a 109,2% do PIB, face aos 296,0 mil milhões de CVE registados no ano anterior (114,5% do PIB). A redução do rácio dívida/PIB deveu-se, essencialmente, à revisão em alta da série do PIB e ao aumento das amortizações. O acréscimo do stock nominal da dívida resultou do crescimento tanto da dívida externa como da dívida interna.

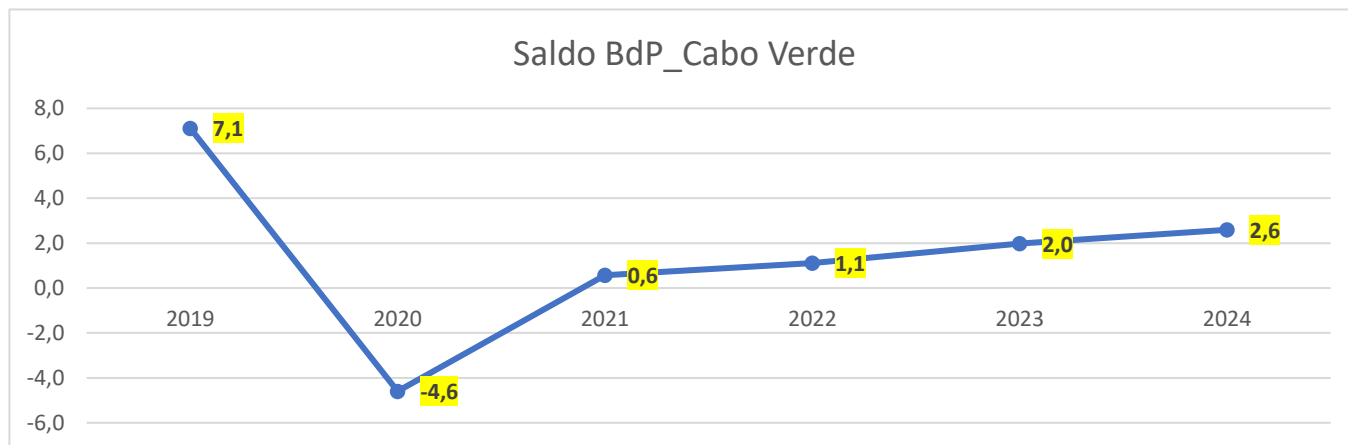
Gráfico 28: dívida pública em % do PIB de Cabo Verde de 2019 a 2024



4.2.3. Setor Externo

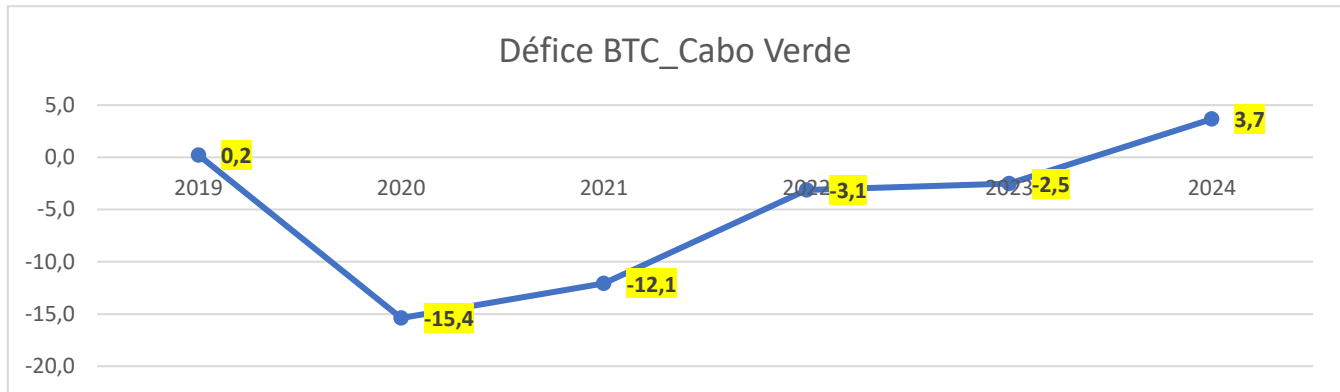
139. Em 31 de dezembro de 2024, as transações de Cabo Verde com o resto do mundo foram marcadas por um excedente da balança global de pagamentos de 23 249,2 milhões de CVE (8,3 % do PIB) após um défice de 11 124,5 milhões de CVE (4,3 % do PIB). Esta evolução da balança global resulta do excedente da balança das transações correntes e do saldo excedentário da conta de capital nitidamente superiores ao défice da conta financeira.

Gráfico 29: Saldo global de balança de pagamentos



140. A conta corrente apresentou um excedente de 10 334 milhões de CVE (3,7 % do PIB) em 2024, pela primeira vez desde 2019, contra um défice de 6 510,7 milhões de CVE (2,5 % do PIB) no exercício precedente. Esta evolução explica-se pela redução do défice comercial, o reforço dos excedentes da balança dos serviços e da conta dos rendimentos secundários. Todavia, o impacto destas evoluções foi atenuado pela agravação do défice da conta dos rendimentos primários.
141. Efetivamente, o défice da balança comercial fixou-se em 86 185,6 milhões de CVE (30,6 % do PIB) contra 90 902,2 milhões de CVE (35,2 % do PIB), na sequência da subida das exportações consolidada pela descida das importações. As exportações de bens situaram-se em 33 416,7 milhões de CVE contra 26 191,3 milhões em 2023, ou seja, uma subida de 27,6 % decorrente da progressão da venda ao exterior de mercadorias bem como das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais. Quanto às importações, aumentaram de 2,1 % no período em análise, cifrando-se em 119 602,3 milhões de CVE contra 117 093,5 milhões de CVE em 2023.
142. No que se refere à balança dos serviços, o seu excedente reforçou-se para se estabelecer em 54 084,3 milhões de CVE (19,2 % do PIB) em 2024 após 44 544,5 milhões de CVE (17,2 % do PIB) em 2023. Esta situação explica-se pela subida das exportações dos serviços do turismo, num contexto internacional marcado pela melhoria da situação económica nos países de origem dos turistas. Todavia, a progressão das exportações dos serviços do turismo abrandou em 2024, com uma subida de 19,1 % após um aumento de 31,6 % em 2023.
143. A conta de rendimentos secundários registou um saldo positivo de 47 724,7 milhões de CVE (16,9% do PIB) em 2024, face aos 42 886,2 milhões de CVE (16,6% do PIB) em 2023. Esta evolução resulta, principalmente, do aumento das transferências oficiais destinadas ao governo central e da subida das transferências líquidas dos emigrantes (+6,3%).
144. Em contrapartida, o défice da conta de rendimentos primários agravou-se, passando de 3 039,2 milhões de CVE em 2023 para 5 289,4 milhões de CVE em 2024, refletindo o aumento dos pagamentos aos não residentes relacionados com rendimentos de investimentos diretos e com o serviço da dívida externa pública.

Gráfico 30: Balança das transações correntes de Cabo Verde



145. O excedente da conta de capital quase duplicou, passando de 1 903,6 milhões de CVE (0,7 % do PIB) em 2023 para 4 202,7 milhões (1,5 % do PIB) em 2024. Esta subida deve-se ao aumento registado tanto a nível das transferências de capitais privados (dos emigrantes e de outros particulares) como das transferências de capitais oficiais (donativos).
146. Em consequência destas evoluções, Cabo Verde registou uma capacidade de financiamento de 14 536,7 milhões de CVE (5,2 % do PIB) em 2024 contra uma necessidade de financiamento de 4 607,1 milhões de CVE (1,8 % do PIB).
147. Esta capacidade de financiamento manifestou-se sob a forma nomeadamente da subida dos ativos externos líquidos dos bancos, da redução dos investimentos diretos estrangeiros e da contração dos compromissos de crédito comercial externo. Estas evoluções geraram um défice da conta financeira de 8 815,8 milhões de CVE (3,1 % do PIB) contra um excedente de 8 119,2 milhões de CVE (3,1 % do PIB) em 2023.
148. Em consequência destas evoluções, as reservas externas brutas do Banco de Cabo Verde estabeleceram-se em 81 180,7 milhões de dólares americanos contra 75 509,1 milhões de dólares americanos em 31 de dezembro de 2023. Elas cobrem 6,5 meses de importações de bens e serviços em 2024 contra 6,2 meses no ano anterior.

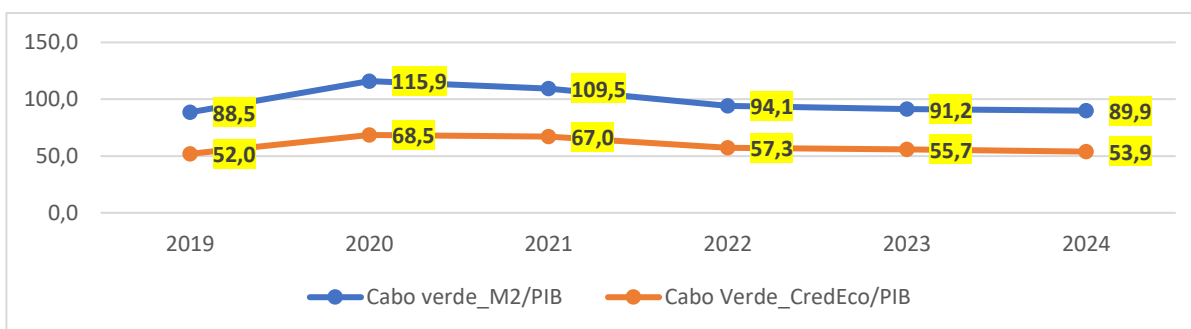
4.2.4. Setor Monetário

149. Em 2024, o Banco de Cabo Verde deu continuidade ao processo de normalização da política monetária, procedendo a aumentos graduais das suas taxas de juro diretoras. Esta orientação foi adotada apesar de o contexto macroeconómico, tanto interno como externo, e o espaço orçamental se manterem compatíveis com os objetivos de consolidação. A política monetária procurou, igualmente, atenuar a saída de capitais, procurando reduzir o incentivo à colocação de depósitos no exterior por parte dos bancos, face ao diferencial de taxas de juro favorável à zona euro.
150. Nesse sentido, a taxa diretora foi elevada de 1,25 % para 1,50 % em março de 2024, e subsequentemente para 1,75 % em novembro. A taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez passou de 1,50 % para 1,75 %, e depois para 2,00 %. A taxa da facilidade permanente de

absorção de liquidez aumentou de 0,70 % para 0,95 %, e em seguida para 1,20 %. Por fim, a taxa de desconto foi ajustada de 2,25 % para 2,50 %, e depois para 2,75 %.

151. Neste contexto, a massa monetária registou um acréscimo de 7,5 % no final de dezembro de 2024, cifrando-se em 253 470,22 milhões de CVE contra 235 811,3 milhões de CVE em 2023. Esta evolução deveu-se à progressão dos ativos externos líquidos, cujo impacto foi atenuado pelo recuo dos créditos internos líquidos. Os ativos externos líquidos progrediram de 30,7 %, atingindo 106 315,8 mil milhões de CVE em 31 de dezembro de 2024. Este montante compara-se com 81 354,1 milhões de CVE no mesmo período de 2023. Esta progressão resulta da subida de 163,2 % da posição externa líquida dos bancos da 2ª ordem, situando-se em 24 423,7 milhões de CVE em 31 de dezembro de 2024 após 9 279,5 milhões de CVE no exercício precedente, consolidada pelo acréscimo de 7,6 % dos ativos externos líquidos do Banco Central.
152. Relativamente aos créditos internos líquidos, eles registaram uma ligeira redução de 0,5 % em 2024, situando-se em 177 063,8 milhões de CVE, face aos 177 891,9 milhões de CVE observados em 31 de dezembro de 2023. Esta evolução refletiu sobretudo a diminuição dos créditos líquidos sobre a administração pública (-26,3 %) mais importante do aumento dos créditos à economia (+5,6 %). Os créditos líquidos à administração pública fixaram-se em 24 917,7 milhões de CVE, abaixo dos 33 818,3 milhões de CVE registados no ano anterior. Em sentido inverso, os créditos à economia ascenderam a 152 145,9 milhões de CVE (53,9 % do PIB), contra 144 073,6 milhões de CVE (55,7 % do PIB) em 2023.
153. A expansão de M2 refletiu-se na subida das notas e moedas em circulação (+13,0 %), dos depósitos à ordem (+7,8 %) e da quase-moeda (+6,7 %).
154. Durante o ano de 2024, os bancos comerciais respeitaram os principais rácios de supervisão prudencial, nomeadamente o rácio de solvabilidade (23,68 % contra uma norma de 12,0 %) e de liquidez (55,6 % contra uma norma de 20 %). Contudo, foi notada uma ligeira subida da taxa de degradação da carteira, passando de 7,3 % em 31 de dezembro de 2023 para 7,9 % em 31 de dezembro de 2024.

Gráfico 31: M2/PIB e crédito a economia/PIB



4.2.5. Estado de Convergência Macroeconómica

155. Em 31 de dezembro de 2024, Cabo Verde respeitou cinco (05) critérios de convergência como em 2023, dos quais os quatro (04) de primeiro grau. Relativamente aos dois (02) critérios segundo grau, o país cumpriu o relativo à estabilidade da taxa de câmbio nominal, mas continua a encontrar

dificuldades relativamente à dívida pública cujo rácio é de 109,2 % do PIB em 31 de dezembro de 2024, superior à norma comunitária de 70 %.

Tabela 13: Situação da convergência

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice Orçam. inc. donativos, base engajamento em % PIB	≤3%	-2,6	-9,3	-7,6	-4,3	-0,3	-1,0
Inflação média anual	≤10%	1,1	0,6	1,9	8,1	3,7	1,0
Financ. défice orçam. por Banco central	≥10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥3	6,9	7,9	7,9	6,8	6,2	6,5
Número de Critérios de primeiro grau cumpridos		4	3	3	2	4	4
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	±10%	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
Dívida pública sobre PIB	≤70%	109,3	152,9	153,8	133,1	114,5	109,2
Critérios segundo grau cumpridos		1	1	1	1	1	1
Critérios de Convergência cumpridos		5	4	4	3	5	5

4.2.6. Previsões 2025

156. As projeções macroeconómicas apontam para uma subida do PIB real entre 5,0 % e 6,0 % em 2025, atribuível à boa prestação do subsector do turismo e à retoma do investimento público. A atividade económica irá decorrer num contexto de estabilidade dos preços com uma inflação média anual projetada em 1,9 % em 2025.
157. A nível das finanças públicas, a consolidação orçamental e a redução da taxa de endividamento serão prosseguidas em 2025. Em termos de convergência macroeconómica, o país poderá respeitar todos os critérios exceto o critério relativo ao rácio da dívida pública sobre o PIB nominal.
158. A nível das finanças públicas, o país prosseguirá a consolidação orçamental visando o controlo do défice orçamental e da taxa de endividamento público dentro dos limites fixados pelo Pacto de Convergência e de Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO. Todavia, o rácio da dívida pública permanecerá além da norma comunitária de 70 % do PIB.

4.2.7. Conclusões e Recomendações

159. Cabo Verde registou um bom desempenho macroeconómico em 2024 marcado pela aceleração do crescimento económico, o controlo da inflação, a consolidação orçamental e da posição externa bem como o respeito por cinco dos seis critérios de convergência macroeconómica. Todavia, o país continua sempre confrontado com um problema de dívida pública elevada, mesmo sendo sustentável.

160.As previsões para o ano de 2025 são otimistas em matéria de crescimento atribuível à boa prestação do subsetor do turismo e à retoma do investimento público num ambiente que será marcado pela estabilidade dos preços. A nível das finanças públicas, a consolidação orçamental e a redução da taxa de endividamento serão prosseguidas em 2025.

161.Com base nos elementos acima apresentados, formulam-se as seguintes recomendações às Autoridades nacionais:

- Prosseguir a implementação de medidas de consolidação orçamental com vista à redução da dívida pública para níveis compatíveis com o limite de 70 %, conforme estipulado no Pacto de Convergência e de Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO da CEDEAO;
- Reforçar a supervisão e a gestão de riscos pelo Banco de Cabo Verde, com o objetivo de reduzir o volume de créditos incobráveis. Neste sentido, recomenda-se que os bancos comerciais adotem políticas eficazes de recuperação de créditos de curto prazo, incluindo a reestruturação dos créditos improdutivos e a utilização de garantias reais, como forma de fomentar a retoma da atividade;
- Manter uma orientação prudente da política monetária, de modo a reduzir o diferencial entre as taxas diretoras internas e as taxas de juro europeias, contribuindo assim para conter a saída de capitais sem comprometer a dinâmica do crescimento económico.

4.3. Situação Económica e Financeira da Côte d'Ivoire

162. A atividade económica da Côte d'Ivoire em 2024 decorreu num ambiente favorável, marcado, entre outros, pela prossecução da implementação dos projetos e programas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2021-2025, do Programa Social do Governo (PSGouv), do Programa Juventude do Governo (PJ Gouv) e pela elaboração do novo plano para o período 2026-2030.
163. A atividade económica manteve um crescimento forte e robusto apesar do contexto internacional marcado pelos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. Neste contexto, o PIB registou um crescimento de 6,0 % em 2024 na sequência da taxa de 6,5 % registada em 2023. Este crescimento realizou-se num contexto de diminuição das tensões inflacionistas com uma taxa de 3,5 % contra 4,0 % em 2023. Em matéria de convergência, a Côte d'Ivoire respeitou todos os critérios, exceção feita ao relativo ao défice orçamental incluindo donativos.

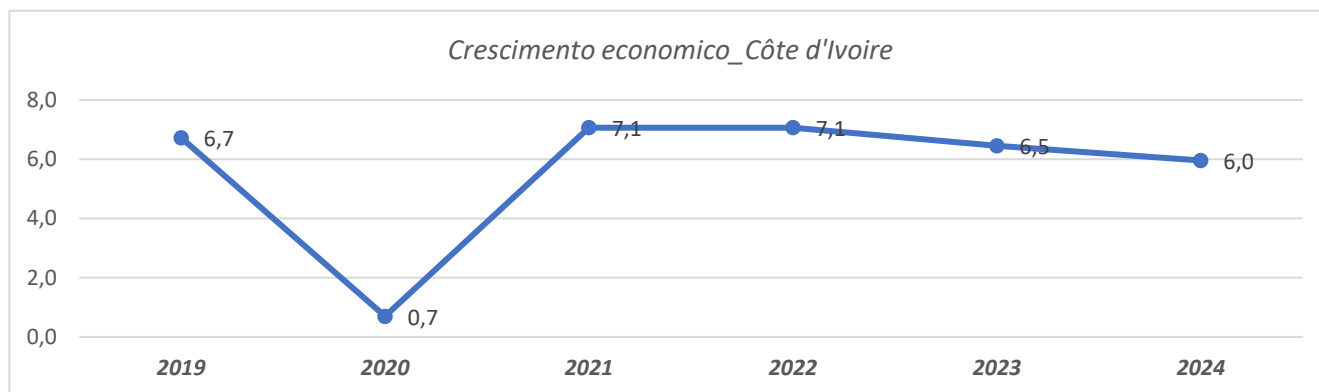
4.3.1. Setor Real

4.3.1.1. Crescimento económico

164. A economia da Côte d'Ivoire registou em 2024 um crescimento de 6,0 % após a taxa de 6,5 % em 2023. Este crescimento realizou-se num contexto de diminuição das tensões inflacionistas com uma taxa de 3,5 % contra 4,4 % um ano antes. A evolução setorial durante o ano de 2024 relativamente a 2023 apresenta-se da seguinte forma:
165. O setor primário registou em 2024 um crescimento de 2,6 % contra um recuo de 2,1 % um ano antes. Esta evolução é imputável à agricultura de exportação (+1,4 %), à agricultura alimentar (+4,3 %) e à pesca (+8,3 %). Este acréscimo registado a nível da agricultura de exportação foi sustentado pela subida das produções de cacau, café, algodão em caroço, açúcar, borracha e ananás. O efeito destes acréscimos foi atenuado pelas regressões das produções de banana, óleo de palma e caju. No que se refere à agricultura alimentar, o seu crescimento decorreu da subida das diferentes produções tanto dos tubérculos (mandioca, inhame, taro, batata-doce) como dos cereais (arroz, milho, sorgo).
166. Para o binómio café-cacau, o desempenho deve-se, entre outros, à melhoria das condições climáticas, às formações anuais sobre boas práticas agrícolas e ao fornecimento de fatores de produção agrícolas. No que se refere ao algodão, a subida da produção explica-se, entre outros, pela (i) manutenção do preço de compra do algodão em caroço de primeira escolha fixado em 310 francos CFA por quilograma, (ii) formações para o reforço de capacidades dos produtores e (iii) a luta contra os insetos pragas.
167. No que se refere ao setor secundário, o seu valor acrescentado evidenciou uma subida de 5,8 % em 2024, na sequência da forte subida de 18,5 % registada no ano anterior. Esta progressão é atribuível à energia (+2,6 %), às indústrias agroalimentares (+1,2 %), às outras indústrias transformadoras (+8,9 %), à extração mineira (+13,9 %) e à extração dos produtos petrolíferos (+14,7 %). Estes aumentos foram atenuados pelo recuo de 1,1 % das Obras Públicas e Transportes (OPT) em 2024 contra uma subida de 17,5 % em 2023.

168. A subida da produção de energia resulta da prossecução da implementação global dos diferentes projetos de investimentos visando o aumento da parte das energias renováveis no mix elétrico. No que se refere à extração mineira, o acréscimo é imputável à subida da produção de petróleo bruto (+50,2 %), ouro (+15,5 %), bauxite (+203,8 %) que foram atenuadas pela descida das produções de níquel (-40,2 %), manganês (-12,1 %), diamante (-71,4 %) e gás (-7,4 %). A produção de petróleo bruto beneficiou da entrada em produção do campo Baleine em 2023.
169. O recuo das OPT resulta da realização de alguns grandes projetos a mais de 90 % em 2023 por ocasião da Taça Africana das Nações. No que se refere à produção de diamante, foi afetada pelo esgotamento das reservas diamantíferas de tipo aluvional e pelo número limitado de exploração do diamante pelo método semi-industrial face à recente reforma iniciada no setor.
170. O setor terciário comercial cresceu 6,7 % em 2024 após a subida de 3,6 % em 2023. Esta aceleração do crescimento do setor foi sustentada pelos transportes (+6,3 %), telecomunicações (+6,8 %), comércio (+5,9 %) e outros serviços (+7,6 %). Esta dinâmica foi induzida pelo desempenho a nível dos setores primário e secundário.
171. Para a atividade de transporte, a componente aérea cresceu 8,7 % decorrente, entre outros, da aquisição pela companhia Air Côte d'Ivoire de 5 novos aviões e da reabilitação do aeroporto de Korhogo. A componente marítima (+10,8 %) beneficiou da retoma das atividades de armazenamento, entreposagem e sobretudo da descida dos custos do frete. O transporte terrestre (+10,3 %), por sua vez, demonstrou uma vitalidade do tráfego de mercadorias e de pessoas. As telecomunicações beneficiaram dos investimentos realizados no âmbito da Estratégia Nacional do Digital e da tomada de decisões de facilitação do acesso aos recursos USSD (decisão n.º 2022-0765, decisão n.º 2023-966). O comércio registou um crescimento graças à progressão das margens na exportação resultante da aceleração dos preços das matérias-primas e da subida das importações de bens (+6,6 %).

Gráfico 32: Crescimento económico da Côte d'Ivoire



172. Do lado da procura, o consumo final, devido à subida dos rendimentos e à criação de empregos tanto no setor privado como público, cresceu 4,0 % contra 5,5 % no exercício precedente. Esta subida é atribuível tanto ao consumo final das famílias (+4,2 %) como ao consumo final público (+4,0 %). No que se refere ao investimento, beneficiando do reforço da rede rodoviária e das

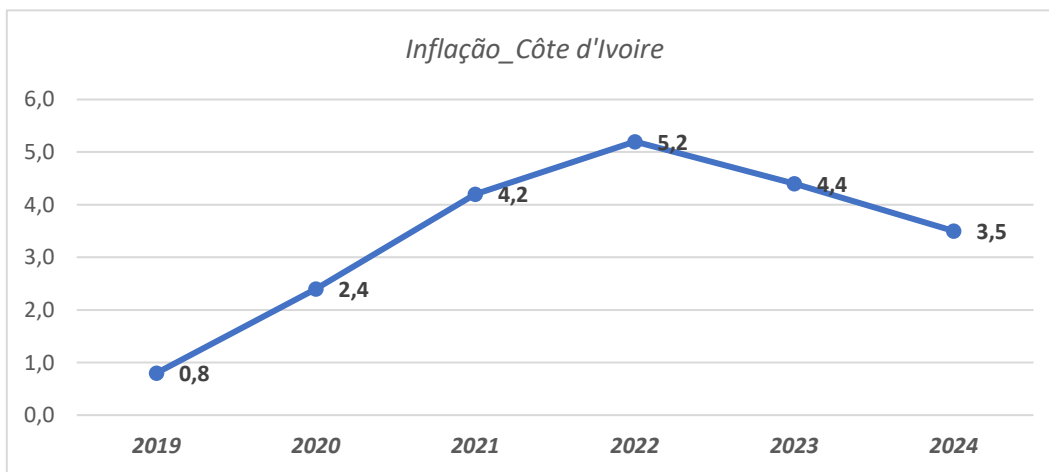
ferramentas de produção no setor industrial e da construção, o seu valor acrescentado cresceu 5,8 % em 2024 na sequência da taxa de 8,3 % registada em 2023. Esta evolução é sustentada principalmente pela formação bruta de capital fixo (FBCF) privada que cresceu 8,4 %, tendo o valor acrescentado da FBCF pública aumentado apenas 0,3 %.

173. Relativamente às trocas de bens e serviços com o exterior, as importações quase estagnaram com um crescimento de 0,2 % após 5,1 % em 2023, enquanto as exportações de bens e serviços resultaram em 4,6 % após uma subida de 8,9 % em 2023, devido à boa prestação das produções mineiras e dos produtos transformados.

4.3.1.2. Inflação

174. A atividade económica decorreu em 2024 num contexto de redução das tensões inflacionistas. A inflação em média anual resultou em 3,5 % em 2024 contra 4,4 % em 2023. O nível de inflação do ano 2024 é atribuível ao aumento dos preços dos produtos comestíveis de 4,4 % e dos produtos não comestíveis de 3,0 %. Os produtos locais justificaram mais esta variação comparativamente aos produtos importados.

Gráfico 33: Inflação na Côte d'Ivoire (2019-2024)



4.3.2. Finanças Públicas e Dívida Pública

175. A execução das operações financeiras do Estado em 2024 resultou numa redução do défice global e do défice global excluindo donativos. O défice global situou-se em 2.093,7 mil milhões de francos CFA (4,0 % do PIB) após um défice de 2.509,1 mil milhões de francos CFA (5,2 % do PIB) registado em 2023. Excluindo donativos, o défice estabeleceu-se em 2.339,3 mil milhões de francos CFA (4,4 % do PIB) em 31 de dezembro de 2024 contra um défice de 2.824,9 mil milhões de francos CFA (5,8 % do PIB) no mesmo período em 2023. Esta evolução é atribuível a um acréscimo de 11,5 % das receitas totais e 4,6 % das despesas totais e empréstimos líquidos, comparativamente ao ano de 2023.

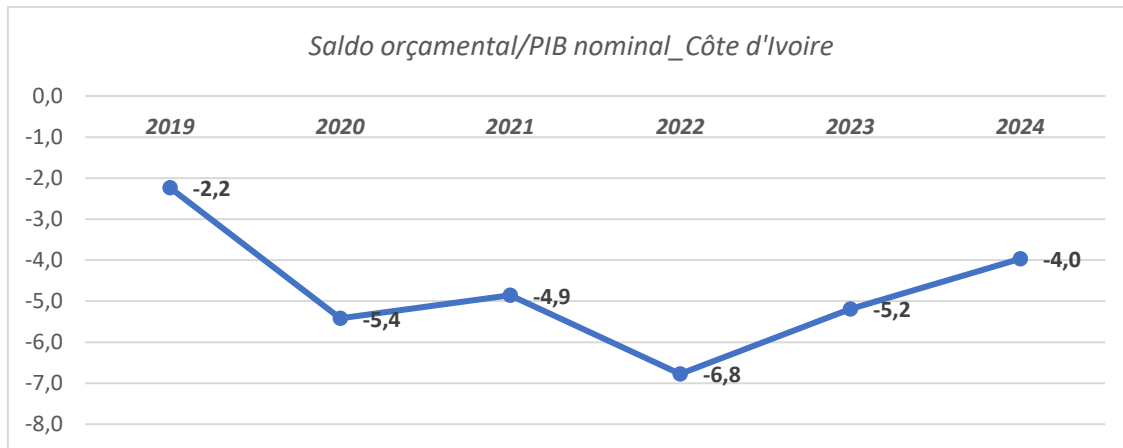
176. As receitas totais e donativos mobilizados em 2024 cresceram 11,5 % comparativamente ao mesmo período em 2023. Situaram-se em 10.025,0 mil milhões de francos CFA (16,4 % do PIB) contra

8.683,5 mil milhões de francos CFA (16,1 % do PIB) em 31 de dezembro de 2023. Este acréscimo é atribuível exclusivamente à mobilização das receitas totais (+12,9 %); a mobilização dos donativos tendo-se inscrito numa descida de 22,5 % relativamente a 2023.

177. As receitas fiscais mobilizadas no final de 2024 situaram-se em 7.271,8 mil milhões de francos CFA (13,8 % do PIB) contra 6.508,0 mil milhões de francos CFA (13,5 % do PIB) um ano antes, ou seja, uma subida de 11,7 %. O acréscimo foi imputável à implementação, entre outras, das seguintes medidas fiscais e aduaneiras: (i) a acentuação dos esforços de cobrança da dívida fiscal das estruturas públicas, (ii) o reforço dos inquéritos fundiários e a revalorização das bases de tributação em certas localidades, (iii) a revalorização e a reclassificação dos contribuintes dos regimes forfetários (TEE e RME), (iv) a luta contra a fraude fiscal nos setores da madeira, exploração mineira, ferro para betão e cimento, (v) o reforço da avaliação dos veículos novos através da solução VIN descodificador, (vi) o reforço do controlo do valor das mercadorias através da entrada em produção do novo módulo de avaliação ASYVAL, (vii) a entrada em produção do novo modelo de seletividade baseado na Inteligência Artificial (IA), (viii) a operacionalização do Quadro de Conformidade Voluntária, (ix) o reforço do mecanismo de determinação do valor na Alfândega e (x) a conceção e implementação de um sistema de base de dados estatística do manifesto de carga e dos boletins de entrega definitivos na exportação.
178. No que se refere às receitas não fiscais, registaram um acréscimo de 21,0 % relativamente a 2023 para se situarem em 1.146,1 mil milhões de francos CFA (2,2 % do PIB) em 2024 contra 946,9 mil milhões de francos CFA (2,0 % do PIB) no mesmo período em 2023. Este acréscimo está principalmente ligado à boa mobilização das receitas de serviços (+105,6 mil milhões) e das contribuições sociais (+76,5 mil milhões).
179. Os donativos mobilizados em 2024 inscreveram-se numa descida de 22,5 % relativamente a 2023. Com efeito, os donativos estabeleceram-se em 245,6 mil milhões de francos CFA (0,5 % do PIB) em 2024 contra 316,8 mil milhões de francos CFA (0,7 % do PIB) em 2023. Esta evolução é imputável unicamente aos donativos de projetos que recuaram 60,8 % enquanto os donativos de programas estagnaram relativamente ao mesmo período em 2023.
180. As despesas totais e empréstimos líquidos comprometidos no final de 2024 situaram-se em 10.757,2 mil milhões de francos CFA (20,4 % do PIB), em acréscimo de 4,6 % relativamente às despesas comprometidas no final de 2023. Esta evolução foi imputável tanto às despesas correntes (+8,7 %) como às despesas de capital (+2,2 %).
181. As despesas correntes foram comprometidas no final de dezembro de 2024 em 7.251,7 mil milhões de francos CFA (13,2 % do PIB) contra 6.670,3 mil milhões de francos CFA (13,7 % do PIB) um ano antes. Esta subida foi sustentada pelo conjunto das componentes da seguinte forma: (i) despesas de tratamentos e salários (+5,3 %), (ii) despesas de bens e serviços (+11,6 %), (iii) despesas de pagamentos a título dos juros da dívida (+13,4 %) e (iv) despesas de transferências e subsídios (+3,1 %).
182. As despesas de investimento registaram uma subida de 2,2 % para se situarem em 3.330,8 mil milhões de francos CFA (% do PIB) no final de dezembro de 2024, resultante da subida de 32,2 %

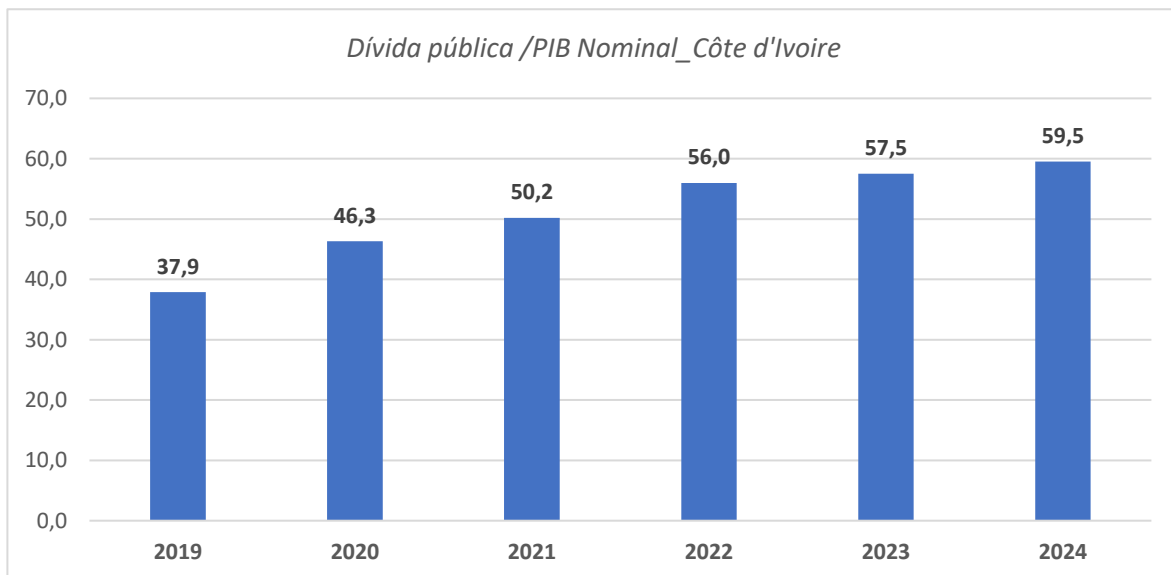
das despesas sobre recursos próprios e do recuo de 31,4 % dos compromissos de despesas de capital sobre recursos externos.

Gráfico 34: Saldo orçamental da Côte d'Ivoire



183.No que se refere à dívida pública, o seu stock é avaliado em 31.406,9 mil milhões de francos CFA em 31 de dezembro de 2024 (59,5 % do PIB) contra 27.782,6 mil milhões de francos CFA (57,5 % do PIB) no mesmo período em 2023, ou seja, uma subida de 13,0 %. No final de dezembro de 2024, o stock da dívida pública é composto por 63,5 % de dívida externa (contra 61,8 % em 2023) e 36,5 % de dívida interna (contra 36,2 % em 2023).

Gráfico 35 : Dívida pública da Côte d'Ivoire 2019 – 2024

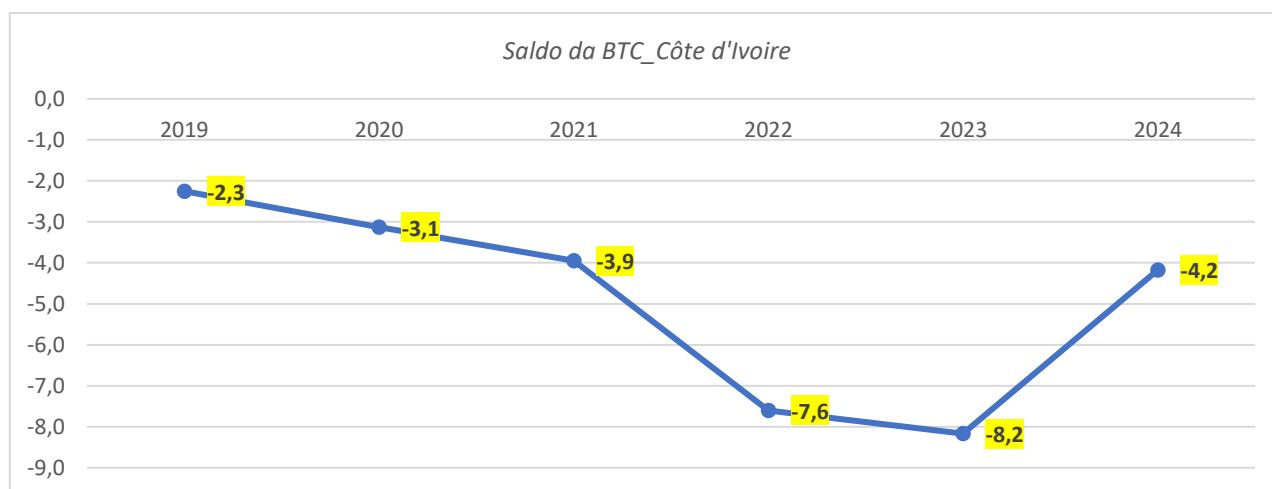


184.No final de dezembro de 2024, o serviço da dívida pública resultou em 5.311,8 mil milhões de francos CFA dos quais 2.537,6 mil milhões de francos CFA a título da dívida externa. O serviço da dívida interna resulta em 2.774,2 mil milhões de francos CFA dos quais 2.370,9 mil milhões de francos CFA correspondentes aos títulos públicos.

4.3.3. Setor Externo

- 185.A conta das transações correntes registaria um défice de 2.202,4 mil milhões de francos CFA, representando 4,2 % do PIB em 2024, após o de 3.944,4 mil milhões de francos CFA (8,3 % do PIB) em 2023. Esta melhoria do saldo corrente seria devida ao aumento do excedente estrutural da balança comercial de bens, relativamente ao ano de 2023.
- 186.A balança de bens resultaria excedentária em 3.177,1 mil milhões de francos CFA (6,0 % do PIB) em 2024 após um excedente de 1.062,3 mil milhões de francos CFA (2,2 % do PIB) em 2023, em subida de cerca de 200 % relativamente a 2023, em articulação com, por um lado, a evolução favorável das exportações e, por outro lado, a descida das importações. Com efeito, as exportações em valor aumentariam 19,0 % em 2024 para se estabelecerem em 12.350,6 mil milhões de francos CFA (23,4 % do PIB), contra 10.382,4 mil milhões de francos CFA (21,5 %) em 2023. Esta evolução resultaria, principalmente, da progressão, em valor, das vendas de café (+65,0 %), petróleo bruto (+48,4 %), cacau transformado (+44,5 %), algodão (+35,0 %), ouro não monetário (+33,5 %) e favas de cacau (+19,9 %). Quanto às importações FOB, diminuiriam 1,6 % e estabelecer-se-iam em 9.173,5 mil milhões de francos CFA (17,4 % do PIB), consecutivamente ao recuo dos bens intermédios, produtos petrolíferos e bens de equipamento.
- 187.O défice da balança dos serviços aprofundar-se-ia 4,2 % relativamente a 2023 para se situar em 3.128,3 mil milhões de francos CFA (5,9 % do PIB) em 2024 contra 3.002,5 mil milhões de francos CFA (6,2 % do PIB) no ano anterior, devido aos pagamentos efetuados a título dos serviços técnicos dos setores do petróleo e das minas.
- 188.O défice dos rendimentos primários resultaria em 2.106,1 mil milhões de francos CFA (4,0 % do PIB) em 2024, contra 1.851,1 mil milhões de francos CFA (3,8 % do PIB) em 2023, em articulação com o aumento dos rendimentos de investimentos pagos, nomeadamente os juros sobre a dívida pública externa. Quanto à conta dos rendimentos secundários, o seu défice reduziria para 145,0 mil milhões de francos CFA (0,3 % do PIB) contra 153,1 mil milhões de francos CFA (0,3 % do PIB) em 2023, traduzindo uma descida dos envios de fundos dos migrantes.

Gráfico 36: Balança das transações correntes em % do PIB

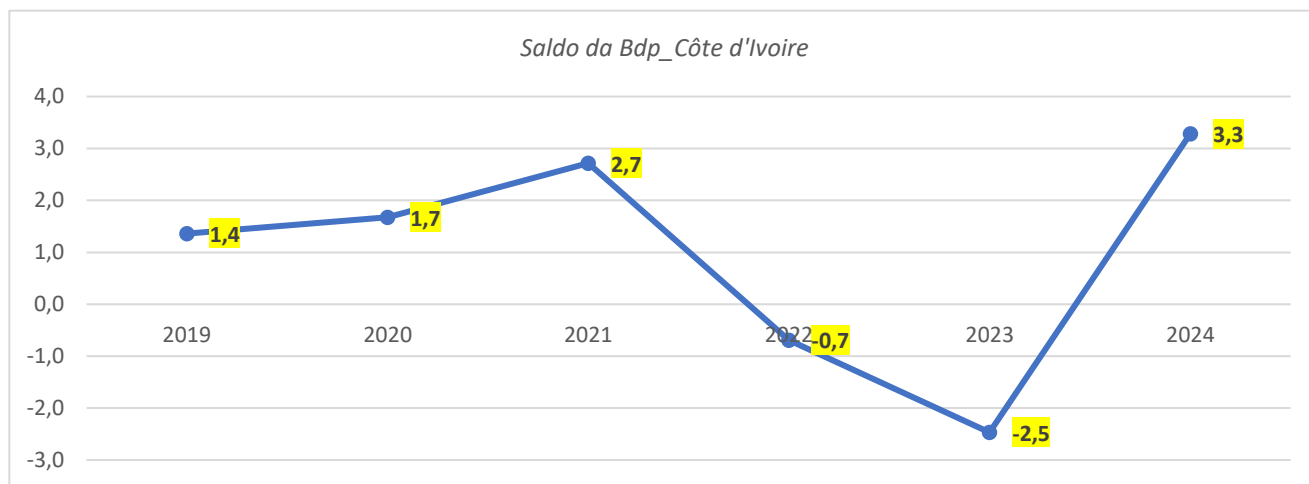


189.O excedente da conta de capital reduziria para se situar em 46,1 mil milhões de francos CFA (0,1 % do PIB), contra 112,6 mil milhões de francos CFA (0,2 % do PIB) em 2023, em articulação com a diminuição dos donativos de projetos recebidos pela Administração pública.

190.A conta financeira caracterizar-se-ia por uma entrada líquida de capitais estrangeiros de 3.887,5 mil milhões de francos CFA (7,4 % do PIB) em 2024, mais importante do que as entradas líquidas de 2.638,0 mil milhões de francos CFA (5,5 % do PIB) registadas em 2023, em articulação com a subida dos fluxos líquidos de entrada a título dos investimentos diretos estrangeiros e dos investimentos de carteira.

191.O saldo global que resultaria de todas estas transações seria excedentário em 1.731,2 mil milhões de francos CFA (3,3 % do PIB) em 2024, contra um défice de 1.191,8 mil milhões de francos CFA (-2,5 % do PIB) em 2023.

Gráfico 37: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB



192.No que se refere à cobertura das reservas brutas de câmbio em meses de importações de bens e serviços da União, resultou em 4,7 meses em 2024 contra 3,5 meses em 2023.

4.3.4. Setor Monetário

193.O Comité da Política Monetária (CPM) do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) decidiu, na sequência das suas quatro (4) reuniões do ano de 2024, manter inalteradas as suas taxas diretoras. A taxa principal à qual o Banco central empresta aos estabelecimentos financeiros permanece assim fixada em 3,5 %, enquanto a taxa da facilidade de empréstimo marginal permanece em 5,5 %, níveis em vigor desde 16 de dezembro de 2023.

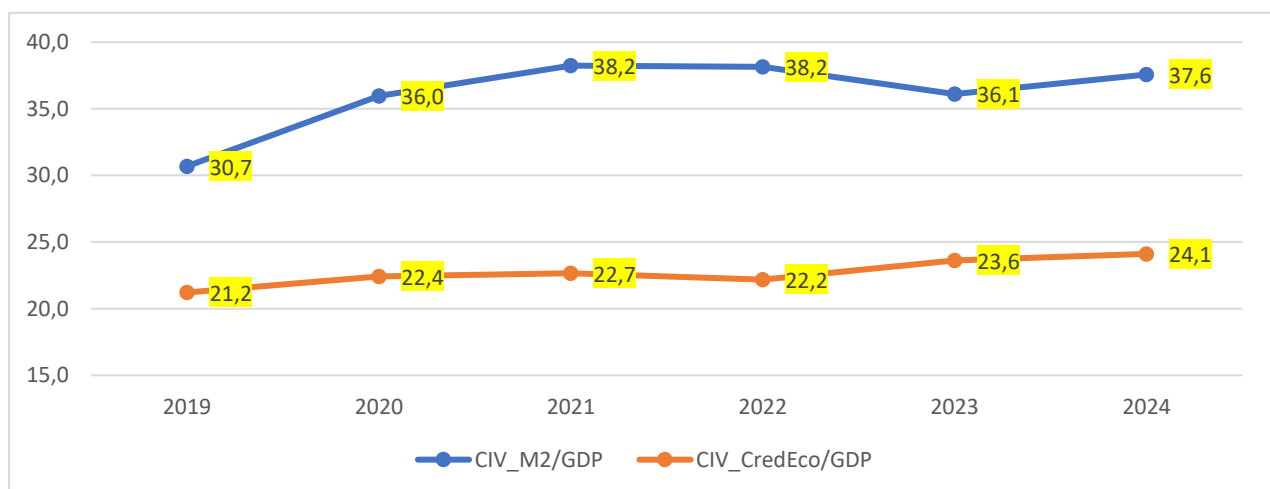
194.A massa monetária (M2) aumentou 13,6 % em 2024 para resultar em 19.814,3 mil milhões, contra uma subida de 3,3 % no final de 2023. Esta evolução resulta do acréscimo tanto dos créditos internos (+12,3 %) como dos ativos externos líquidos (+67,1 %).

195.Os ativos externos líquidos resultaram em 4.402,6 mil milhões de francos CFA no final de dezembro de 2024, contra 2.634,3 mil milhões de francos CFA no final de dezembro de 2023, ou seja, um ressalto de 67,1 %. Os ativos externos líquidos do Banco Central cresceram 1.103,6 mil milhões de

francos CFA (+67,2 %) e os dos bancos 664,7 mil milhões (+67,0 %) de francos CFA. Este dinamismo está ligado às mobilizações de recursos financeiros externos da Administração pública e ao aumento das exportações de bens.

196. Os créditos internos aumentaram 12,3 %, sustentados pelo conjunto das suas componentes. Com efeito, os créditos sobre a economia consolidaram-se em 1.311,3 mil milhões de francos CFA no final de dezembro de 2024 (+11,5 %), relativamente ao seu nível de dezembro de 2023. O mesmo acontece com os créditos líquidos sobre a Administração Central que cresceram 867,2 mil milhões de francos CFA (+13,8 %), em relação, nomeadamente, com os desembolsos efetuados a título do programa económico e financeiro celebrado com o FMI.
197. A evolução da massa monetária refletiu-se, a nível das suas componentes, pela progressão da circulação fiduciária de 19,8 % no final de dezembro de 2024 contra 1,1 % em dezembro de 2023. De forma similar, o acréscimo dos depósitos transferíveis foi de 16,7 % contra 1,8 % no final de 2023. Em contrapartida, os depósitos a prazo abrandaram para 3,8 %, após uma subida de 7,8 % no final de 2023.
198. No que se refere ao mercado financeiro na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) no seu conjunto, permaneceu dinâmico. O número de atores situou-se em 302 em 2024 contra 282 em 2023. O valor das transações estabeleceu-se em 468.073 milhões em 2024 contra 396.451 milhões em 2023. A capitalização bolsista passou de 18.269 mil milhões em 2023 para 20.611 mil milhões em 2024.
199. Os novos desenvolvimentos no mercado financeiro regional incidem nomeadamente sobre (1) o projeto de renovação do quadro regulamentar da atividade de capital-investimento, (2) o quadro regulamentar adaptado à finança islâmica e (3) a implementação de ações prioritárias incidindo nomeadamente sobre a melhoria da governação e das capacidades dos intervenientes do mercado, a melhoria da atratividade e da diversidade do mercado, o reforço da proteção dos investidores e a melhoria da comunicação e da visibilidade do mercado.

Gráfico 38: M2/PIB e crédito à economia/PIB da Côte d'Ivoire (2019–2024)



4.3.5. Estado de Convergência Macroeconômica

200. A título da convergência macroeconômica, a Côte d'Ivoire respeitou cinco critérios em 2024 como em 2023, dos quais três de primeiro escalão e os dois de segundo escalão. O critério relativo ao déficit orçamental, embora em redução relativamente ao ano de 2023, não pôde ser respeitado. O desempenho do país por critério apresenta-se da seguinte forma em 2024 comparativamente a 2023:

Critérios de primeiro grau

- **Rácio do déficit orçamental incluindo donativos (base de compromisso) relacionado com o Produto Interno Bruto ($\leq 3\%$):** este rácio cifrou-se em 4,0% em 2024, em redução face ao déficit de 5,2% registado em 2023, para uma norma comunitária de 3% no máximo;
- **Taxa de inflação em média anual ($\leq 5\%$):** para uma norma comunitária de 5,0% no máximo, a taxa de inflação anual média cifrou-se em 3,5% em 2024 contra 4,4% em 2023;
- **Reservas brutas (≥ 3 meses de importações):** as reservas de divisas do BCEAO garantem a cobertura de 4,6 meses de importações de bens e serviços contra 3,5 meses em 2023 para o conjunto da zona UEMOA;
- **Financiamento do déficit orçamental pelo Banco Central ($\leq 10\%$ das receitas fiscais do ano anterior):** a Côte d'Ivoire, à semelhança dos outros países da UEMOA, já não recorre a este financiamento.

Critérios segundo grau

- **Rácio do stock da dívida relacionado com o PIB nominal ($\leq 70\%$):** o rácio do stock da dívida pública estabeleceu-se em 58,1% em 2023 contra 56,6% do PIB em 2022;
- **Varição da taxa de câmbio nominal (+/-10%):** a variação da taxa de câmbio nominal média do franco CFA em relação à UCAO no final de 2022 estabeleceu-se em 3,0% em 2023 contra -5,3% em relação a 2022.

Tabela 14: Situação de convergência da Côte d'Ivoire

Critères	Norme	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critères de premier rang							
Déficit Budget. yc dons, base Eng. en % PIB	$\leq 3\%$	-2,2	-5,4	-4,9	-6,8	-5,2	-4,0
Inflation en moyenne annuelle	$\leq 10\%$	0,6	2,4	4,2	5,2	4,4	3,5
Finan. déficit budget par Banque centrale	$\geq 10\%$	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reserves extérieures brutes	≥ 3	5,7	5,4	5,2	4,3	3,5	4,6
Nbre critères de 1^{er} rang respectés		4	3	3	3	3	3
Critères de second rang							
Variation du taux de change nominal	$\pm 10\%$	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
Dette publique sur PIB	$\leq 70\%$	37,9	46,3	50,2	56,0	57,5	59,5
Nbre critères de second rang respectés		2	2	2	2	2	2
Total des critères de Convergence respectés		6	5	5	5	5	5

4.3.6. Previsões 2025

201. Em 2025, a economia marfinense deverá prosseguir o seu impulso e registar uma aceleração da sua taxa de crescimento que é projetada em 6,5 %. Este crescimento seria sustentado pelos três setores. O primário cresceria 5,4 %, em aceleração relativamente ao crescimento de 2,6 % registado em 2024; o setor secundário está previsto em acréscimo de 6,4 % contra 5,8 % em 2024. Quanto ao setor terciário comercial, é esperado em 2025 um acréscimo do seu valor acrescentado de 6,6 % contra 6,7 % um ano antes.
202. No que se refere às finanças públicas, as previsões em 2025 apontam para uma consolidação orçamental com um défice de 3,0 % contra 4 % de défice em 2024. Este desempenho realizar-se-ia devido a uma mobilização mais importante das receitas totais e donativos que cresceriam 9,3 % relativamente a 2024 contra uma subida menos importante das despesas totais e empréstimos líquidos que são esperados em subida de 7,6 % comparativamente a 2024. As receitas totais e donativos resultariam em 17,4 % do PIB em 2025 contra 16,4 % um ano antes enquanto a proporção das despesas totais e empréstimos líquidos relativamente ao PIB nominal permaneceria estável em 20,4 % em 2025. Em termos de fiscalização da economia, as previsões apontam para uma taxa de pressão fiscal de 14,2 % em 2025 contra 13,8 % em 2024. Da execução previsional das receitas e das despesas, é esperado um défice de 3,0 % contra 4,0 % em 2024, conforme assim à norma comunitária.
203. No que se refere à dívida, o seu stock é esperado em subida de 4,5 % em 2025 relativamente a 2024. Em proporção do PIB, representaria 57,0 % em 2025 contra 59,5 % um ano antes. Assim, em matéria de convergência, a Côte d'Ivoire deverá respeitar em 2025 o conjunto dos seis critérios de convergência.

4.3.7. Conclusão e Recomendações

204. A implementação dos projetos e programas do Plano nacional de desenvolvimento (PND 2021-2025) da Côte d'Ivoire colocaram o país numa trajetória de crescimento forte e sustentado. De 2021 a 2024, o país registou em média um crescimento de 6,5 %. Este crescimento é sustentado pelo conjunto dos setores. Em 2024, é um crescimento de 6,0 % na sequência do de 6,5 % registado em 2023. Este crescimento realizou-se num contexto de diminuição das tensões inflacionistas na sequência das medidas implementadas pelo governo para esse efeito.
205. Em matéria de gestão das finanças públicas e da dívida, é de notar os esforços desenvolvidos para realizar a consolidação orçamental. Assim, nota-se uma redução constante do défice orçamental em percentagem do PIB nominal. Todavia, embora abaixo da norma comunitária de 70 % máximo, a taxa de endividamento cresceu em 2024 comparativamente ao ano anterior. Em matéria de convergência, os resultados do ano de 2024 mostram uma melhoria em termo de nível atingido pelos indicadores; o número tendo permanecido idêntico ao do final de 2023.
206. Para consolidar e reforçar a situação macroeconómica e permitir ao país reforçar o percurso de convergência, formulam-se as seguintes recomendações:
- Prosseguir a política de transformação estrutural da economia, nomeadamente acelerando o desenvolvimento das sete fileiras prioritárias identificadas, a fim de criar

mais empregos e valor acrescentado;

- Prosseguir e reforçar as medidas e reformas que permitam uma melhor cobrança das receitas e um domínio das despesas;
- Prosseguir a implementação das reformas aduaneiras com vista a melhorar a mobilização das receitas aduaneiras através do reforço da avaliação dos veículos novos e da extensão do dispositivo de seletividade baseado na inteligência artificial (IA) e na videovigilância;
- Prestar atenção particular à evolução da dívida pública em articulação com os estudos de viabilidade.

4.4. Situação Económica e Financeira da Gâmbia

207.A política macroeconómica da Gâmbia em 2024 centrou-se na promoção do crescimento económico, na garantia da responsabilidade fiscal e na aceleração das reformas estruturais. Esta estratégia baseou-se no Plano Nacional de Desenvolvimento Centrado na Recuperação (RF-NDP) para 2023-2027, que estabelece uma agenda abrangente destinada à diversificação económica, à melhoria da produtividade e ao desenvolvimento do setor privado. Em conformidade com estas prioridades políticas, as projeções macroeconómicas para 2024 incluíam um crescimento real do PIB de 5,8 %, uma inflação média anual de 14,4 %, um défice orçamental global de 2,6 % do PIB e um rácio da dívida pública em relação ao PIB de 67,0 %.

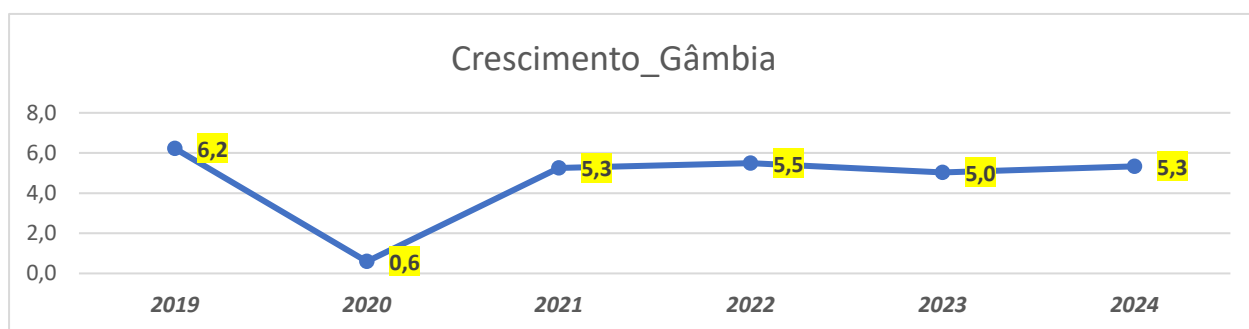
208.A economia cresceu 5,3% em 2024, em comparação com 4,8% em 2023, impulsionada pelo forte desempenho dos setores industrial e de serviços. A inflação média anual diminuiu para 9,6%, face aos 15,5% em 2023, impulsionada pela política monetária restritiva, pela melhoria no abastecimento de alimentos e pela queda nos preços globais das mercadorias. O défice orçamental diminuiu para 3,7% do PIB, face aos 4,2% registados em 2023, enquanto o rácio da dívida pública em relação ao PIB caiu para 76,0%, face aos 80,9% registados em 2023. A balança de pagamentos global registou um excedente de 16,5% do PIB em 2024, revertendo um défice de 8,9% no ano anterior. No que diz respeito à convergência macroeconómica, a Gâmbia cumpriu dois dos quatro Critérios de primeiro grau (financiamento do banco central e reservas externas brutas) e um dos dois critérios segundo grau (variação da taxa de câmbio) no final de 2024.

4.4.1. Setor Real

4.4.1.1. Crescimento económico

209.A economia da Gâmbia cresceu 5,3% em 2024, em comparação com 4,8% em 2023, impulsionada principalmente pelo forte desempenho dos setores industrial e de serviços. Em contrapartida, o setor agrícola diminuiu 1,1%, revertendo o crescimento de 1,4% registado em 2023. Este declínio deveu-se principalmente ao fraco desempenho dos subsectores das culturas e da silvicultura. Especificamente, o subsector das culturas registou uma queda de 6,7% em 2024, em comparação com uma queda de 0,9% em 2023, refletindo o impacto das condições meteorológicas adversas. Da mesma forma, a silvicultura e a exploração florestal registaram uma queda de 23,5%, após uma queda de 7,8% em 2023.

Gráfico 39: Crescimento económico da Gâmbia de 2019 a 2024

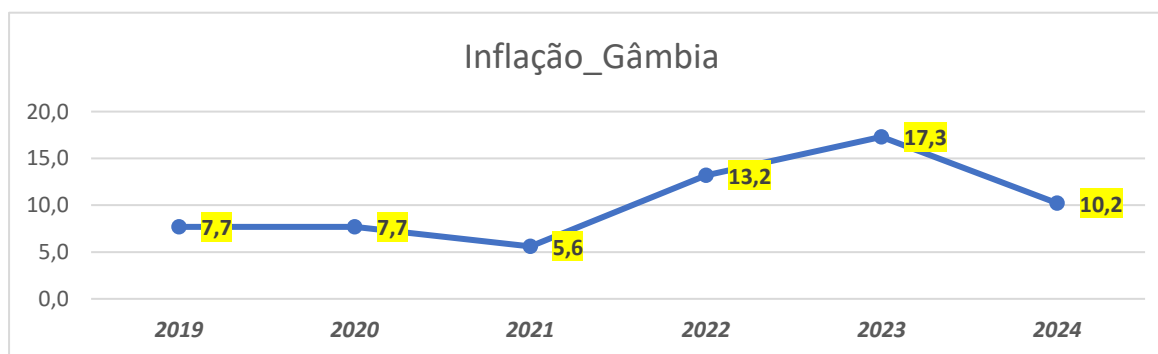


210. O setor industrial registou um crescimento de 5,3% em 2024, em comparação com 9,4% em 2023. O crescimento do setor foi impulsionado principalmente pela melhoria da atividade de construção, que acelerou com um crescimento de 4,8%, contra 3,2% no ano anterior. O setor de serviços registou um forte desempenho, com um crescimento de 8,0% em 2024, em comparação com 5,1% em 2023. Isso foi impulsionado pelos resultados robustos das atividades comerciais, de transporte e armazenamento e dos serviços financeiros. As atividades comerciais expandiram-se 11,2%, contra 3,6% em 2023. O subsetor dos transportes e armazenamento registou um crescimento de 9,4%, em comparação com 3,1% no ano anterior, enquanto os serviços financeiros recuperaram com um crescimento notável de 19,0%, revertendo a queda de 10,5% registada em 2023.
211. Em termos de participação setorial no PIB em 2024, o setor de serviços continuou a ser o maior contribuinte, representando 53,8%, seguido pela agricultura, com 20,7%, e pela indústria, com 18,5%.

4.4.1.2. Inflação

212. A inflação global diminuiu para 10,2% em dezembro de 2024, face aos 17,3% registados em dezembro de 2023, devido a uma descida generalizada dos preços dos produtos alimentares e não alimentares. Da mesma forma, a inflação média anual diminuiu para 9,6% em 2024, em comparação com 15,5% no ano anterior. A inflação dos produtos alimentares e não alimentares diminuiu para 12,8% e 6,9%, respetivamente, em 2024, em comparação com 22,5% e 11,2% em 2023. Em geral, a diminuição da inflação foi atribuída à política monetária restritiva e aos preços relativamente estáveis dos alimentos e dos combustíveis.

Gráfico 40: inflação na Gâmbia de 2019 a 2024



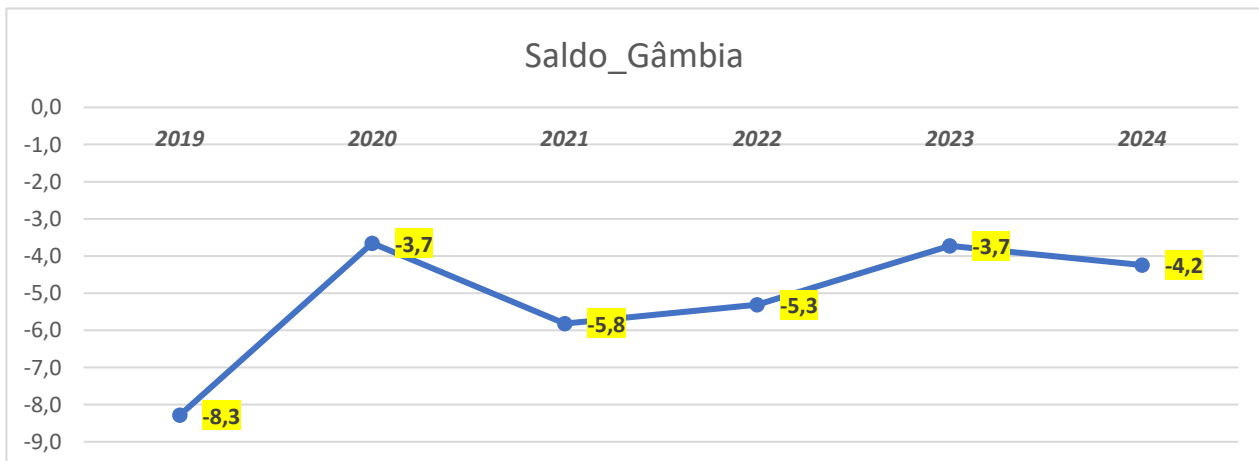
4.4.2. Finanças públicas

213. As operações fiscais resultaram numa melhoria na receita total e nas subvenções para 35,39 mil milhões de Dilasis (22,16% do PIB) em 2024, face aos 29,4 mil milhões de Dilasis (20,9% do PIB) em 2023, impulsionadas por um aumento significativo da receita interna. A receita interna aumentou 20,3%, passando de 17,84 mil milhões de Dilasis (12,2% do PIB) em 2023 para 23,5 mil milhões de Dilasis (13,8% do PIB). Este desempenho robusto foi impulsionado em grande parte pela introdução de impostos de selo, pela automatização da administração da receita e pela implantação em grande escala do sistema *ASYCUDA World* para operações aduaneiras. Além disso, a implementação de uma estratégia abrangente de mobilização da receita interna contribuiu para

expandir a base tributária, aumentar a eficiência administrativa e promover maior equidade e transparência no sistema tributário.

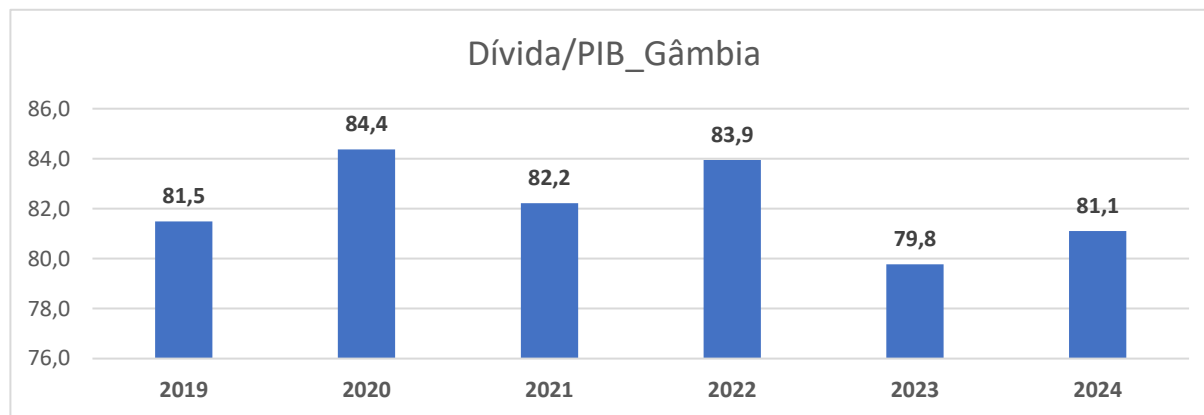
214. Como resultado, a receita tributária aumentou para 18,75 mil milhões de Dilasis (11,0% do PIB) em 2024, em comparação com 13,92 mil milhões de Dilasis (9,5% do PIB) no ano anterior. As receitas não fiscais também aumentaram para 4,76 mil milhões de Dilasis (2,8% do PIB), contra 3,92 mil milhões de Dilasis (2,7% do PIB) em 2023. Entretanto, o total das subvenções registou um aumento modesto de 2,6%, ascendendo a 11,88 mil milhões de Dilasis (7,0% do PIB), em comparação com 11,57 mil milhões de Dilasis (7,9% do PIB) no ano anterior.
215. No que diz respeito às despesas, o total das despesas e os empréstimos líquidos aumentaram para 41,26 mil milhões de Dilasis (24,3% do PIB), face aos 35,33 mil milhões de Dilasis (24,1% do PIB) em 2023. O aumento das despesas deveu-se principalmente a novos projetos de infraestruturas rodoviárias, aos preparativos logísticos para acolher a cimeira da Organização da Cooperação Islâmica (OCI) e aos subsídios agrícolas. As despesas recorrentes aumentaram 32,4%, passando de 18,52 mil milhões de Dilasis (12,6% do PIB) em 2023 para 24,52 mil milhões de Dilasis (14,4% do PIB). Este aumento deveu-se principalmente a maiores transferências e subsídios, em particular para o setor energético, e a salários mais elevados no setor público.
216. Consequentemente, o défice orçamental global (incluindo subvenções) diminuiu ligeiramente para 5,87 mil milhões de Dilasis (3,5% do PIB), face aos 5,91 mil milhões de Dilasis (4,0% do PIB) em 2023, refletindo principalmente o impacto da mobilização mais forte das receitas internas. O défice foi financiado através de fontes externas e internas. O financiamento externo líquido diminuiu de 5,04 mil milhões de Dilasis para 3,12 mil milhões de Dilasis, enquanto o endividamento interno líquido aumentou para 4,88 mil milhões de Dilasis, em comparação com um reembolso líquido de 1,65 mil milhões de Dilasis em 2023.
217. O valor da dívida pública aumentou para 127,58 mil milhões de Dilasis (72,9% do PIB) no final de dezembro de 2024, face aos 113,70 mil milhões de Dilasis (77,5% do PIB) em 2023. A dívida interna totalizou 46,37 mil milhões de Dilasis (25,1% do PIB), contra 41,39 mil milhões de Dilasis (28,2% do PIB), enquanto a dívida externa aumentou para 81,21 mil milhões de Dilasis (47,8% do PIB), contra 72,31 mil milhões de Dilasis (49,3% do PIB).

Gráfico 41: Saldo orçamental na Gâmbia de 2019-2024



218.O aumento da dívida pública reflete o financiamento de reformas estratégicas, particularmente em infraestruturas, energia e saúde, com o objetivo de colmatar lacunas de desenvolvimento de longa data. No entanto, a mobilização limitada de receitas exigiu uma maior dependência da dívida externa e interna. Além disso, a depreciação do dalasi inflacionou o valor interno da dívida externa, enquanto as elevadas taxas de juro globais aumentaram o custo do serviço da dívida. Adicionalmente, os esforços para reestruturar as empresas estatais aumentaram as pressões fiscais de curto prazo, elevando ainda mais o valor da dívida pública.

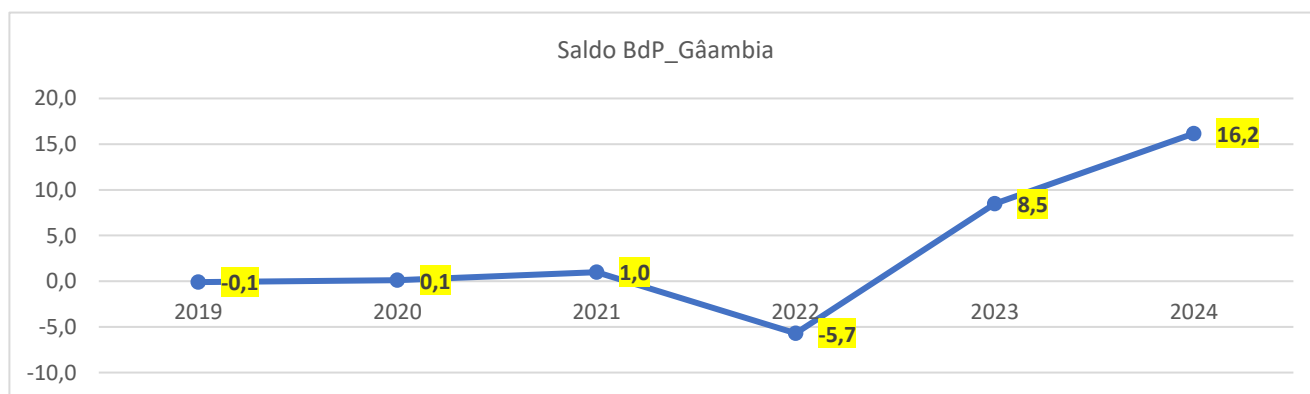
Gráfico 42: Dívida pública na Gâmbia de 2019 a 2024



4.4.3. Setor Externo

219.A balança de pagamentos global registou um excedente de 381,50 milhões de dólares americanos (16,5% do PIB) durante o período em análise, o que representa uma diminuição em relação ao excedente de 196,61 milhões de dólares americanos (8,9% do PIB) registado em 2023, refletindo melhorias na conta corrente e na conta financeira.

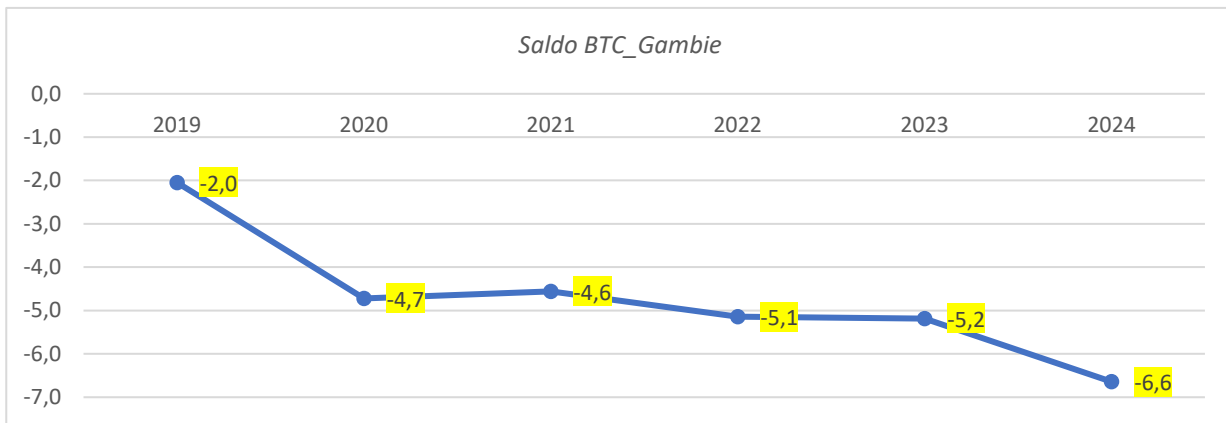
Gráfico 43: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB da Gâmbia (2019-2024)



220.O défice da balança corrente diminuiu para 74,37 milhões de dólares (3,2% do PIB) em 2024, face aos 120,06 milhões de dólares (5,4% do PIB) em 2023, devido ao bom desempenho da balança de serviços e do rendimento secundário. O défice da balança de bens aumentou para 1.025,01

milhões de dólares no período em análise, face aos 877,38 milhões de dólares no mesmo período de 2023, devido ao aumento das importações em relação às exportações. As importações de mercadorias aumentaram para 1.388,32 milhões de dólares, face aos 1.203,28 milhões de dólares do ano anterior, refletindo um aumento das importações de alimentos e combustíveis. As exportações também aumentaram para 363,33 milhões de dólares no período em análise, em comparação com 325,90 milhões de dólares no período correspondente de 2023. A balança de serviços registou um excedente de 314,19 milhões de dólares durante o período em análise, em comparação com um excedente de 241,69 milhões de dólares em 2023, impulsionado pelas fortes atividades turísticas. O saldo da renda secundária apresentou uma melhoria, passando de um défice de 540,07 milhões de dólares para um excedente de 554,03 milhões de dólares no ano anterior, impulsionado principalmente pelas remessas privadas, que aumentaram de 540,07 milhões de dólares em 2023 para 554,03 milhões de dólares em 2024.

Gráfico 44: Saldo da Balança das transações correntes em % do PIB da Gâmbia (2019-2024)

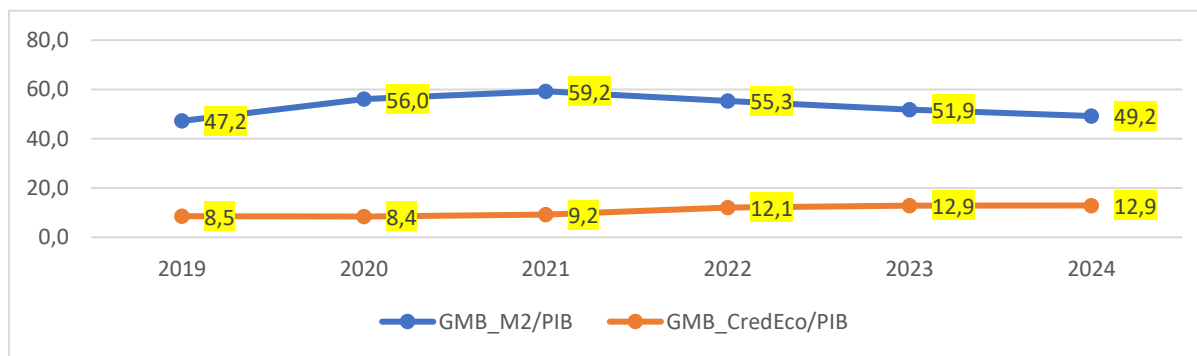


221. O excedente da conta de capital diminuiu para 117,88 milhões de dólares em 2024, em comparação com um excedente de 142,42 milhões de dólares no ano anterior, indicando uma queda nas subvenções para projetos. O saldo da conta financeira (líquido) registou uma aquisição líquida de ativos no valor de 13,50 milhões de dólares em 2024, em relação à posição de incorrência de passivos no valor de 58,30 milhões de dólares em 2023, principalmente devido a um aumento do investimento direto estrangeiro.
222. As reservas externas brutas no final de dezembro de 2024 situavam-se em 535,60 milhões de dólares (4,1 meses de cobertura das importações), em comparação com 476,08 milhões de dólares (4,2 meses de cobertura das importações) no final de dezembro de 2023.
223. Em termos de evolução da taxa de câmbio, o dalasi depreciou-se face ao dólar americano em 8,6% em 2024, em comparação com uma depreciação de 4,4% em 2023. Face ao WAUA, o dalasi depreciou-se em 10,0% durante o período em análise, em comparação com uma depreciação de 8,3% no ano anterior. A depreciação contínua do dalasi foi atribuída em grande parte ao excesso da procura em relação à oferta de moeda estrangeira no mercado cambial.

4.4.4. Setor Monetário

224. O Banco Central da Gâmbia (BCG) manteve a sua taxa de política monetária em 17,0% ao longo do ano, em conformidade com os esforços para conter as pressões inflacionistas persistentes que continuaram a manter a inflação global acima do objetivo de médio prazo do Banco. Da mesma forma, as taxas das facilidades permanentes de crédito e de depósito foram mantidas estáveis em 18,0% e 3,0%, respetivamente. O rácio de reservas obrigatórias (RRO) também se manteve inalterado em 13,0%, refletindo um compromisso contínuo com uma política monetária restritiva.
225. A massa monetária ampla (M2) expandiu-se 7,9% no final de dezembro de 2024, uma moderação em relação aos 8,8% registrados no mesmo período de 2023. O crescimento mais lento da M2 foi atribuído principalmente à expansão moderada dos ativos internos líquidos (AIL), que aumentaram apenas 0,7% em 2024, em comparação com 7,2% no ano anterior. Em contrapartida, os ativos externos líquidos (AEL) do sistema bancário registraram uma expansão acentuada de 18,7%, face aos 11,4% em 2023.
226. O crédito ao setor privado aumentou 24,3%, um aumento significativo em relação aos 11,7% registados em 2023, impulsionado pela melhoria da atividade económica e pelas condições de crédito mais favoráveis. Em termos de componentes da M2, o crescimento da moeda em sentido estrito abrandou de 13,0% para 7,9%, enquanto o crescimento da quase-moeda registou um aumento de 3,3% em 2023 para 7,9%.
227. A reserva monetária registou uma queda de 5,6% em 2024, invertendo o crescimento de 14,1% registado em 2023. Isto deveu-se principalmente a uma redução de 63,5% nos ativos internos líquidos do BCG, em comparação com uma expansão de 6,6% em 2023. Por outro lado, os ativos internos líquidos do BCG expandiu-se 21,4% em 2024, em comparação com 18,0% no ano anterior. No que respeita ao passivo, o declínio deveu-se principalmente a uma redução da moeda em circulação, uma vez que o Banco Central intensificou as suas operações de estreitamento da liquidez para absorver o excesso de liquidez no sistema financeiro.

Gráfico 45: M2/PIB e crédito à economia em % do PIB da Gâmbia de 2019 a 2024



228. O setor bancário permaneceu estável e bem capitalizado durante o período em análise. O rácio de adequação de capital situou-se em 28,5% em dezembro de 2024, excedendo significativamente o mínimo regulamentar de 10,0%. Da mesma forma, o rácio de liquidez atingiu 76,1%, muito acima do limite exigido de 30,0%, indicando amplas reservas de curto prazo no sistema. A rentabilidade também melhorou, com o retorno sobre os ativos (RSA) aumentando para 3,1% (de 2,5%) e o

retorno sobre o capital próprio (RCP) subindo para 28,2% (de 21,7%) em comparação com o final de dezembro de 2023, refletindo um desempenho mais sólido dos lucros. No entanto, a qualidade dos ativos mostrou sinais de deterioração, com o rácio de créditos de cobrança duvidosa a aumentar acentuadamente para 14,6%, face aos 3,3% registados em 2023. Este aumento concentrou-se principalmente em dois grandes bancos, devido ao incumprimento de um único grande mutuário, o que sublinha a vulnerabilidade do setor ao risco de concentração.

4.4.5. Convergência macroeconómica

229.A Gâmbia cumpriu dois dos quatro critérios de convergência primários: financiamento do défice orçamental pelo banco central e reservas externas brutas (em termos de meses de cobertura das importações). No que diz respeito aos critérios de convergência secundários, o país cumpriu um dos dois, satisfazendo com sucesso o critério de variação da taxa de câmbio nominal. Segue-se um resumo do desempenho:

- **CrITÉrios de primeiro grau**

230.O défice orçamental em termos de compromissos, incluindo subvenções, foi de 3,7% do PIB em 2024, uma melhoria em relação aos 4,2% registados em 2023. A taxa média anual de inflação diminuiu para 9,6%, face aos 15,5% do ano anterior. As reservas externas brutas cobriram 4,1 meses de importações de bens e serviços, contra 4,2 meses em 2023. Além disso, não houve financiamento do défice orçamental pelo banco central em 2024, assim como em 2023.

- **CrITÉrios segundo grau**

231.A taxa de câmbio nominal do dalasi em relação ao WAUA desvalorizou-se 10,0% em 2024, situando-se dentro da margem aceitável de $\pm 10\%$. O rácio da dívida pública em relação ao PIB diminuiu de 80,9% no ano anterior para 76,0% em 2024, continuando a exceder o limite máximo de 70% estabelecido no Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica (PCEM) da CEDEAO.

Tabela 15: Estado da convergência

CRITÉRIOS	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CrITÉrios de primeiro grau							
<i>Défice orçamental (baseado em compromissos, incluindo subvenções)</i>	$\leq 3\%$	-2,9	-2,2	-5,8	-4,9	-4,2	-3,7
<i>Taxa média anual de inflação</i>	$\leq 10\%$	7,7	7,7	5,6	13,2	17,3	10,2
<i>Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central</i>	$\geq 10\%$	0,0	46,7	13,3	2,8	9,8	0,0
<i>Reservas externas brutas</i>	≥ 3	3,9	6,1	8,8	7,1	4,2	4,1
Nº de CrITÉrios de 1º grau cumpridos		3	2	1	2	2	2
CrITÉrios segundo grau							
<i>Variação da taxa de câmbio nominal</i>	$\pm 10\%$	-1,8	-1,6	-2,1	-3,0	-8,4	-9,9
<i>Rácio da dívida pública em relação ao PIB</i>	$\leq 70\%$	80,3	85,0	82,8	77,8	78,5	78,8
Nº de critérios segundo grau cumpridos		1	1	1	1	1	1
Total dos critérios cumpridos		4	3	2	3	3	3

4.4.6. Perspetivas

232. As perspetivas económicas da Gâmbia continuam amplamente positivas, impulsionadas pela implementação eficaz do Plano Nacional de Desenvolvimento Centrado na Recuperação (RF-NDP) 2023-2027 e por um forte compromisso com a disciplina orçamental, as reformas estruturais e o desenvolvimento do setor privado. A médio prazo, o crescimento real do PIB deverá situar-se em média em cerca de 5,0 %, dependendo da retoma da atividade agrícola e do desempenho sólido dos setores da indústria e dos serviços. Espera-se que as políticas continuem centradas na mobilização das receitas internas, na diversificação económica e na transformação digital, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Consequentemente, a inflação deverá atenuar-se gradualmente, enquanto o défice orçamental deverá diminuir à medida que as medidas de consolidação orçamental forem sendo implementadas.
233. No entanto, persistem riscos de deterioração. A nível global, o aumento das tensões comerciais, a perturbação contínua das cadeias de abastecimento globais e o agravamento dos conflitos geopolíticos podem prejudicar a atividade económica global e os fluxos comerciais. A procura crescente de minerais essenciais e a instabilidade geopolítica nas regiões exportadoras de matérias-primas podem aumentar a volatilidade dos preços das matérias-primas. A nível regional, as perturbações nos principais corredores marítimos e os choques relacionados com o clima na África Ocidental podem levar a um aumento dos custos de importação de alimentos, combustíveis e insumos industriais, exercendo pressão ascendente sobre a inflação e pressionando as finanças públicas através do aumento das necessidades de subsídios. Estes desafios podem afetar a capacidade da Gâmbia de cumprir de forma consistente os principais critérios de convergência, em particular no que diz respeito à inflação e ao défice orçamental. Para manter a estabilidade macroeconómica e alcançar os objetivos de convergência, será fundamental a continuação das reformas estruturais e respostas políticas coordenadas.

4.4.7. Conclusão e recomendações

234. A economia registou um crescimento de 5,3% em 2024, face aos 4,8% do ano anterior, impulsionado pelo forte desempenho dos setores industrial e dos serviços. A inflação diminuiu significativamente para 9,6%, contra 15,5% em 2023, refletindo a política monetária restritiva, a melhoria do abastecimento interno de alimentos e a redução dos preços globais das mercadorias. O défice orçamental diminuiu ligeiramente para 3,7% do PIB, refletindo a melhoria da mobilização da receita interna, enquanto a relação entre a dívida pública e o PIB diminuiu para 76,0%. A balança de pagamentos registou um excedente de 16,5% do PIB, devido à recuperação do turismo e ao forte afluxo de remessas. Apesar destes ganhos, continuam a existir desafios no setor agrícola e a qualidade dos ativos no setor bancário deteriorou-se devido ao aumento dos empréstimos não produtivos.
235. Para salvaguardar a estabilidade macroeconómica e melhorar o desempenho da convergência no âmbito do Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica da CEDEAO, propõem-se as seguintes recomendações:

- Aumentar os investimentos em agricultura e irrigação inteligentes em termos climáticos para mitigar o impacto das condições meteorológicas adversas na produção agrícola, melhorando simultaneamente a segurança alimentar;
- Aprofundar a implementação da estratégia de receitas internas, incluindo o alargamento da base tributária, o reforço do cumprimento das obrigações fiscais e a utilização de ferramentas digitais para uma administração fiscal eficiente;
- Racionalizar a despesa pública, dar prioridade aos investimentos que promovem o crescimento e favorecem os mais pobres e melhorar a eficiência dos subsídios, em particular nos setores da energia e da agricultura;
- Para salvaguardar a estabilidade do setor financeiro, reforçar a avaliação e a supervisão do risco de crédito no sistema bancário, com especial ênfase na redução do risco de concentração e na resolução atempada dos empréstimos não produtivos;
- Diversificar os produtos e os mercados de exportação, aumentar o valor agregado e melhorar a logística, a fim de reduzir a exposição aos choques do comércio externo e melhorar o saldo da balança corrente.

4.5. Situação económica e financeira do Gana

236. A orientação geral da política macroeconómica para 2024, com o tema: "Prosseguir o crescimento e o desenvolvimento num ambiente macroeconómico estável", baseou-se no Programa de Crescimento Económico Pós-Covid-19 (PC-PEG), apoiado pelo FMI, com a duração de três anos. O PC-PEG foi o principal instrumento político lançado pelo governo para atenuar o impacto da crise económica do Gana e impulsionar a economia para uma trajetória de maior crescimento a médio prazo. O principal objetivo do PC-PEG é restabelecer a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, reforçar a capacidade de resistência através da aplicação de reformas estruturais abrangentes e sólidas e lançar as bases para um crescimento mais robusto e inclusivo.

237. Com base nos objetivos macroeconómicos globais e nas metas de médio prazo, são estabelecidas as seguintes metas macroeconómicas para o exercício orçamental de 2024:

- i. Crescimento real do PIB global de pelo menos 2,8%, revisto no sentido ascendente para 3,1%;
- ii. Crescimento do PIB real não petrolífero de pelo menos 2,1 %, revisto no sentido ascendente para 2,8 %;
- iii. Taxa de inflação no final do período de 15,0 %;
- iv. Excedente do saldo primário (com base nos compromissos) de 0,5 % do PIB; e
- v. Reservas internacionais brutas para cobrir pelo menos 3,0 meses de importações.

238. Os dados provisórios indicam que o crescimento real do PIB aumentou para 5,7% em 2024, contra 3,1% em 2023, impulsionado principalmente pelos serviços e pela extração de ouro. A inflação no final do período aumentou para 23,8%, contra 23,2% em dezembro de 2023, refletindo principalmente os constrangimentos no abastecimento de alimentos e a volatilidade da moeda nacional durante a maior parte do ano. O défice orçamental aumentou para 7,9% do PIB em 2024, contra 3,2% do PIB em 2023, principalmente devido às despesas de capital antecipadas antes das eleições gerais de 2024 e ao aumento significativo das despesas recorrentes, apesar do forte desempenho das receitas durante o período. O valor da dívida pública diminuiu para 61,8% do PIB, contra 68,7% do PIB no final de dezembro de 2023, refletindo tanto o efeito de base como a diminuição da acumulação da dívida.

239. O crescimento da oferta monetária diminuiu para 31,9% no período encerrado em dezembro de 2024, contra 38,7% no período correspondente de 2023, induzido principalmente pela contração dos créditos líquidos sobre o governo durante o período. A evolução do sector externo melhorou, uma vez que o excedente da balança corrente aumentou para 4,2% do PIB em 2024, face aos 1,8% do PIB em 2023, impulsionado por melhorias no excedente da balança comercial de mercadorias e pelo aumento dos fluxos de remessas durante o período. A posição das reservas externas brutas melhorou para 4,0 meses de cobertura das importações, contra 2,7 meses de cobertura das importações no final de dezembro de 2023, refletindo principalmente a iniciativa "ouro para reservas" e os desembolsos do FCE do FMI durante o período.

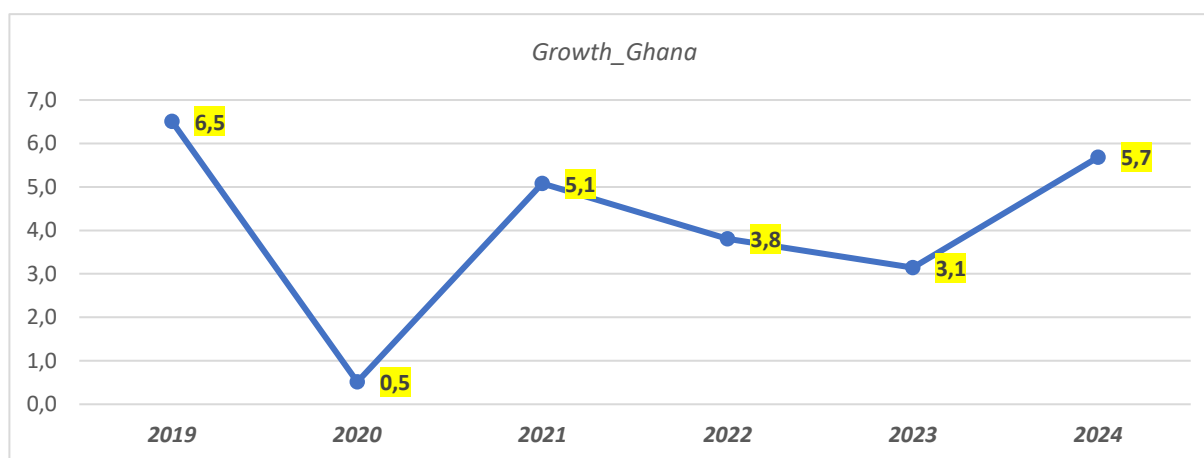
240.No domínio da convergência macroeconómica, o país cumpriu dois dos Critérios de primeiro grau (reservas externas brutas e financiamento do défice orçamental pelo banco central) em 2024, em comparação com um (financiamento do défice orçamental pelo banco central) em 2023. Quanto aos critérios segundo grau, o desempenho manteve-se inalterado, uma vez que o país cumpriu o objetivo relativo ao rácio dívida/PIB.

4.5.1. Setor real

4.5.1.1. Crescimento económico

241.O crescimento real do PIB foi de 5,7 % em 2024, superior à taxa de crescimento projetada de 3,1 % e aos 3,1 % registados em 2023, impulsionado principalmente pelo forte desempenho da produção de ouro, bem como da informação e das telecomunicações. O PIB não-petrolífero cresceu 6,0 % em 2024, em comparação com 3,6 % em 2023, enquanto o PIB não-petrolífero registou uma expansão de 5,1 %, em comparação com 3,0 % em 2023.

Gráfico 46: Tendências das taxas de crescimento do PIB real (%)



Fonte: Serviço de Estatística do Gana

242.O crescimento da agricultura abrandou para 2,8% em 2024, contra 5,9% em 2023, reflectindo principalmente a queda de 22,4% da produção de cacau, que continua a sofrer os efeitos climáticos adversos relacionados com o fenómeno *El Nino*. Da mesma forma, as atividades de silvicultura e exploração florestal diminuíram 5,8 % em comparação com a queda de 6,2 % em 2023. No entanto, a pecuária e a pesca registaram taxas de crescimento de 3,5 % e 2,5 %, em comparação com as taxas de crescimento de 6,5 % e 4,1 %, respetivamente, em 2023.

243.A indústria cresceu 7,1 % contra a queda de 1,7 % em 2023, refletindo a evolução na maioria dos seus subsectores. A indústria extrativa expandiu-se 9,4 % em comparação com 1,7 % em 2023, principalmente devido ao crescimento de 19,1 % na produção de ouro durante o período. A produção de petróleo e gás recuperou, registando uma taxa de crescimento modesta de 1,1 % em 2024, contra a contração de 3,5 % em 2023. A atividade na indústria transformadora cresceu 3,9 % em comparação com a taxa de crescimento de 0,9 % em 2023. A produção nos sectores da eletricidade e da construção recuperou, registando taxas de crescimento de 2,0 % e 9,6 % contra as

quedas de 10,8 % e 11,2 %, respetivamente, em 2023. No entanto, a atividade em matéria da água e esgotos diminuiu 0,9 % contra a taxa de crescimento de 2,5 % em 2023.

244.O crescimento no sector dos serviços aumentou para 5,9 % em 2024, face aos 5,7 % em 2023, atribuído principalmente ao melhor desempenho no comércio por grosso e a retalho, alojamento e restauração, transportes e armazenagem e atividades financeiras e de seguros, que cresceram 3,6 %, 4,8 %, 5,8 % e 7,8 %, respetivamente, em 2024. A informação e comunicação, que continua a registar um crescimento de dois dígitos nos últimos anos, abrandou, registando uma taxa de crescimento de 15,8 % em 2024 em comparação com 19,5 % em 2023. Da mesma forma, a produção nas atividades imobiliárias, profissionais, administrativas e de apoio, bem como na administração pública e defesa, abrandou para 1,5 %, 1,1 % e 2,7 %, contra 4,1 %, 4,2 % e 4,5 %, respetivamente, em 2023. A tendência foi semelhante com a educação e saúde e trabalho social, que registaram taxas de crescimento mais baixas de 2,7 % e 4,4 % em comparação com as taxas de crescimento de 4,4 % e 8,3 %, respetivamente, em 2023. O crescimento em outras atividades de serviços registou um declínio de 2,1 % contra a taxa de crescimento de 2,0 % em 2023.

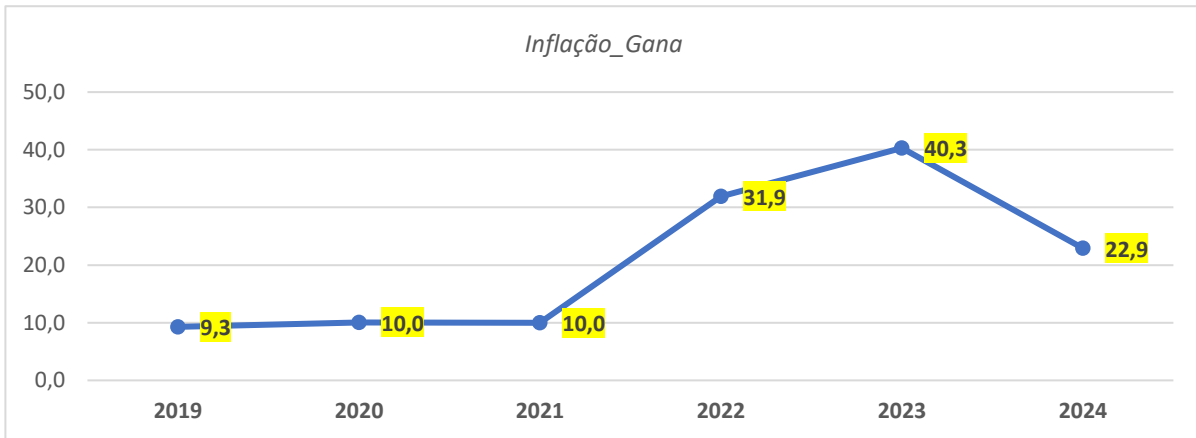
245.Do lado da procura, o consumo final das famílias abrandou para 4,7 %, contra 10,2 % em 2023, enquanto o consumo final público registou um aumento de 3,7 %, contra 0,5 % em 2023. Consequentemente, o consumo total registou uma taxa de crescimento mais baixa de 4,5 % em comparação com 9,3 % em 2023. A formação bruta de capital cresceu 13,0 % contra a queda de 27,8 % em 2023. Dado o abrandamento do consumo final e a recuperação da formação bruta de capital, a procura interna cresceu 5,8 % em comparação com a taxa de crescimento de 1,4 % em 2023.

246.Em termos de contribuição para o crescimento nos últimos anos, o setor dos serviços continua a liderar. Contribuiu com 2,5 pontos percentuais, enquanto a indústria e a agricultura contribuíram com 2,3 pontos percentuais e 0,7 pontos percentuais, respetivamente, em 2024. No entanto, em 2023, tanto os serviços como a agricultura contribuíram positivamente para o crescimento de 3,1 %, tendo a contribuição da indústria sido negativa, dada a queda nos setores do petróleo e do gás e da eletricidade durante o período. Em termos de proporção do PIB global, o setor dos serviços continua a dominar. Contribuiu com 44,6%, seguido da indústria e da agricultura com 33,5% e 21,9%, respetivamente, em 2024, em comparação com 44,5%, 33,0% e 22,5%, respetivamente, em 2023. Durante o período em análise, as quotas dos setores dos serviços e da indústria aumentaram, enquanto a da agricultura diminuiu.

4.5.1.2. Inflação

247.A trajetória de desinflação abrandou em 2024, reflectindo principalmente as pressões ascendentes sobre os alimentos e a depreciação do cedi durante o período. As pressões sobre os preços dos produtos de género alimentício resultaram principalmente do impacto negativo do período de seca na produção agrícola, em especial nos cereais. A moderação da inflação não alimentar amorteceu de certa forma parte do impacto da inflação alimentar nas pressões globais sobre os preços. Consequentemente, a inflação no final do período aumentou ligeiramente de 23,2 % em dezembro de 2023 para 23,8 %. No entanto, a inflação média anual diminuiu consideravelmente para 22,9% em 2024, contra 40,3% em 2023, devido a uma descida sistemática de todos os índices de preços médios desde setembro de 2023.

Gráfico 47: Inflação no Gana de 2019 a 2025



Fonte: Serviço de Estatística do Gana

4.5.2. Finanças públicas

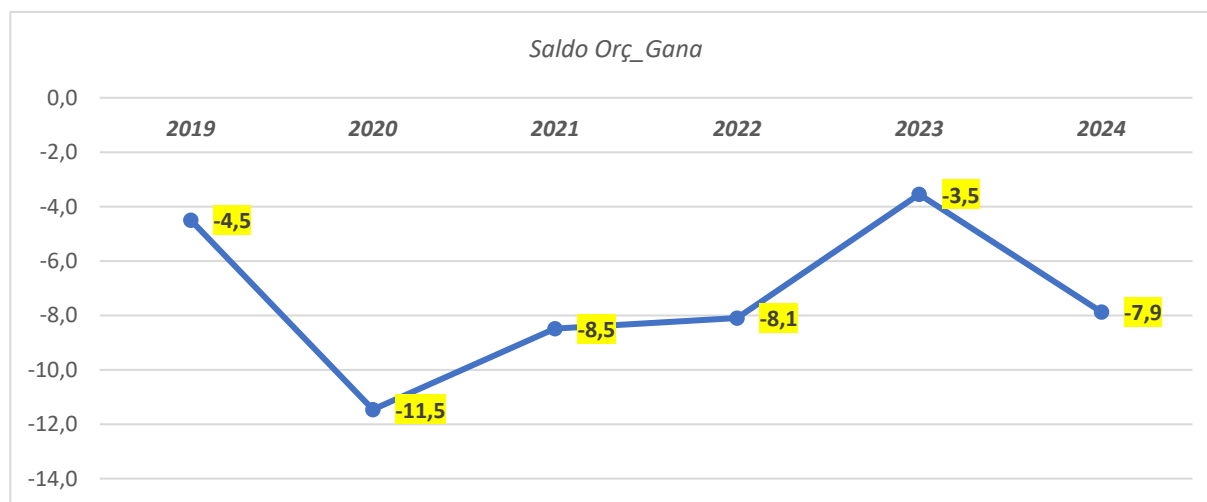
248. O desempenho fiscal deteriorou-se em 2024, em comparação com os resultados de 2023, devido ao aumento significativo das despesas decorrentes de projectos governamentais antecipados em relação às eleições gerais de 2024, o que resultou na acumulação de enormes pedidos de pagamento de despesas, apesar das melhorias na geração de receitas durante o período.
249. O total das receitas e subvenções ascendeu a 186 593,30 milhões de cedis (15,9% do PIB) em 2024, em comparação com 136 011,25 milhões de cedis (15,3% do PIB) em 2023, o que indica um aumento de 37,2% durante o período, proveniente das receitas internas. O resultado das receitas e subvenções foi igualmente superior ao orçamento revisto de 177.219,82 milhões de cedis (17,4% do PIB) para 2024. As receitas provenientes das receitas internas aumentaram 38,6 %, passando de 133.359,58 milhões de cedis (15,0% do PIB) em 2023 para 184.877,63 milhões de cedis (15,7% do PIB), apoiadas por receitas fiscais e não fiscais. As receitas fiscais aumentaram 30,1 %, passando de 116.179 57 milhões de cedis (13,1 % do PIB) em 2023 para 151.155,01 milhões de cedis (12,9 % do PIB) em 2024, devido ao bom desempenho de todas as suas subcomponentes durante o período.
250. As receitas não fiscais ascenderam a 27.733,64 milhões de cedis (2,4% do PIB), em comparação com 17.645,67 milhões de cedis (2,0% do PIB) em 2023, reflectindo um aumento de 57,2% durante o período. No entanto, as outras receitas diminuíram 2,6%, passando de 5 059,62 milhões de cedis (0,6% do PIB) em 2023 para 4.928,48 milhões de cedis (0,4% do PIB). As subvenções diminuíram significativamente, passando de 2.651,67 milhões de cedis (0,3% do PIB) em 2023 para 1.715,68 milhões de cedis (0,1% do PIB), o que reflete a não receção de subvenções de programas durante o período, devido ao facto de o país não ter cumprido algumas condições prévias para a receção dos fundos.
251. As despesas totais aumentaram de 154.626,73 milhões de cedis (17,4% do PIB) em 2024 para 248.004,95 milhões de cedis (21,1% do PIB), reflectindo o aumento das despesas correntes e de capital durante o período em análise.

252. As despesas recorrentes aumentaram acentuadamente para 196.854,86 milhões de cedis (16,7% do PIB), contra 133.515,43 milhões de cedis (15,0% do PIB) em 2023, o que se explica em grande medida pelo aumento das remunerações dos trabalhadores e dos pagamentos de juros. As remunerações dos funcionários, que incluem salários e vencimentos, contribuições sociais, pensões e gratificações, aumentaram para 67.188,97 milhões de cedis (5,7% do PIB), contra 50.807,76 milhões de cedis (5,7% do PIB) em 2023, principalmente devido a alguns recrutamentos especiais que foram efetuados. As despesas em bens e serviços aumentaram 36,3%, passando de 8.445,60 milhões de cedis (1,0% do PIB) no ano anterior para 11.509,02 milhões de cedis (1,0% do PIB). Os pagamentos de juros aumentaram para 46.792,26 milhões de cedis (4,0% do PIB) em 2024, a partir de 29.347,78 milhões de cedis (3,3% do PIB) em 2023, principalmente devido ao aumento significativo dos pagamentos de juros sobre as dívidas interna e externa decorrentes do reinício dos pagamentos de juros sobre as obrigações do Estado na sequência da suspensão parcial do serviço da dívida em 2023 no âmbito do programa de reestruturação da dívida.

253. As despesas de capital aumentaram de 21.111,30 milhões de cedis (2,4% do PIB) em 2024 para 29.388,68 milhões de cedis (2,5% do PIB), o que reflete um aumento de 39,2% durante o período. O financiamento interno representa 50,1% da fonte de financiamento do total das despesas de capital em 2024, inferior aos 43,3% registados em 2023.

254. O défice orçamental global (incluindo donativos com base em autorizações) aumentou para 92.647 milhões de cedis (7,9% do PIB) em 2024, contra 27.986,87 milhões de cedis (3,5% do PIB) em 2023. Excluindo as subvenções, o défice ascendeu a 94.364 milhões de cedis (8,0% do PIB). O défice foi financiado por fontes internas e externas.

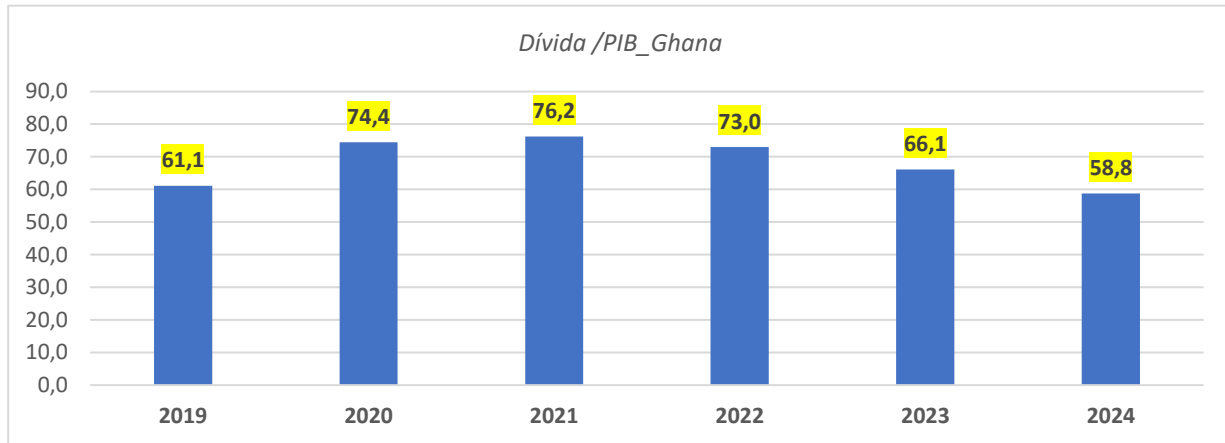
Gráfico 48: Saldo orçamental do Gana em % do PIB de 2019 a 2024



255. O volume da dívida pública manteve-se elevado durante o ano em análise, refletindo em grande medida a dinâmica da taxa de câmbio e o aumento dos empréstimos contraídos pelo Estado no mercado interno da dívida. O valor da dívida situou-se em 726.6 mil milhões de cedis no final de dezembro de 2024, contra 610,0 mil milhões de cedis no período correspondente de 2023, refletindo o aumento da dívida interna e externa durante o período. No entanto, em percentagem

do PIB, a dívida pública total diminuiu para 61,8% no final de dezembro de 2024, contra 68,7% no final de dezembro de 2023.

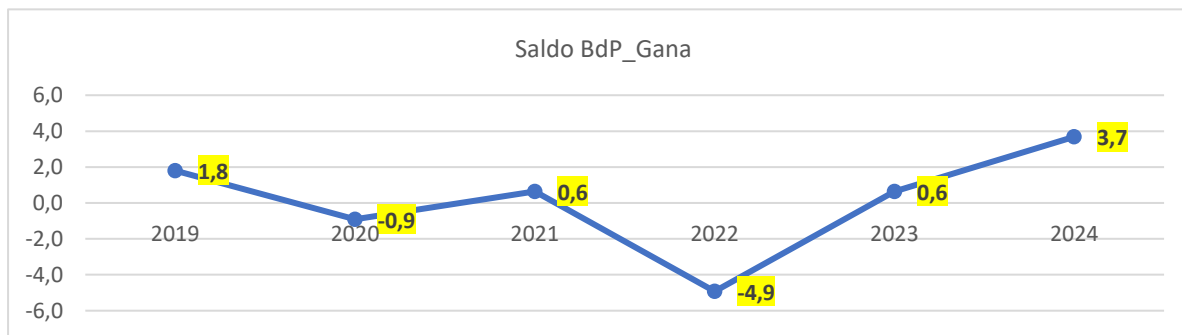
Gráfico 49: Dívida pública em % do PIB de 2019 a 2024



4.5.3. Setor externo

256. A evolução do setor externo registou melhorias notáveis em 2024, uma vez que a balança corrente melhorou, principalmente devido a um excedente comercial robusto. O excedente global da balança de pagamentos também se reforçou, principalmente devido ao aumento das exportações de ouro, ao aumento das entradas de remessas, à moderação das saídas de capital e ao aumento dos investimentos diretos estrangeiros, bem como ao aumento dos desembolsos oficiais. O excedente da balança corrente, incluindo as transferências oficiais, aumentou para 3.582,0 milhões de dólares (4,2% do PIB) em 2024, contra 1.407,1 milhões de dólares (1,8% do PIB) em 2023, devido a um excedente comercial mais elevado e a maiores entradas de remessas. No entanto, a balança de serviços (líquida) e o rendimento primário (líquido) pioraram após algumas melhorias em 2023.

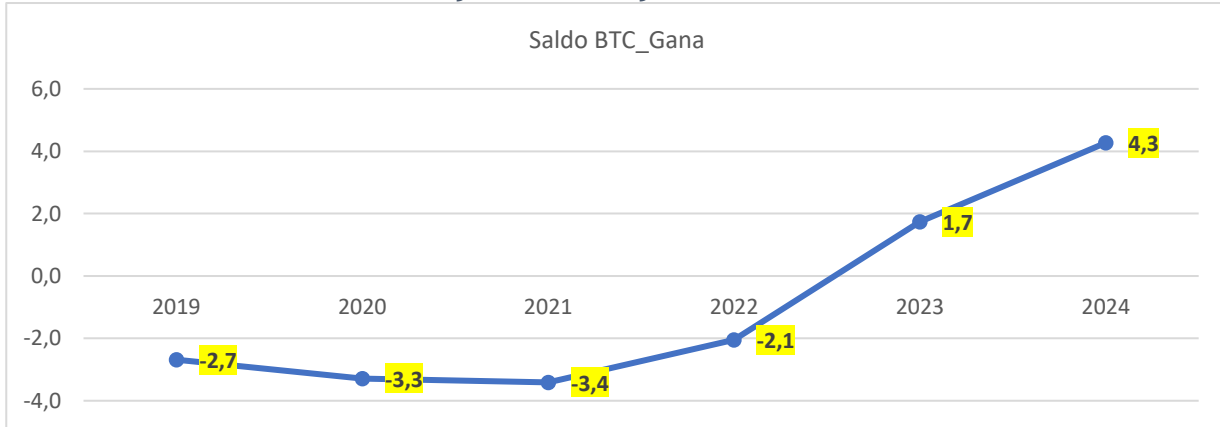
Gráfico 50: Saldo global da balança de pagamentos



257. O excedente comercial aumentou para 5.035,0 milhões de dólares (5,9 % do PIB), contra 2.694,0 milhões de dólares (3,5 % do PIB) em 2023, impulsionado pelo aumento das exportações, especialmente de ouro. No entanto, o aumento das importações foi modesto em comparação com o crescimento das exportações durante o período. No entanto, os défices da balança de serviços (líquidos) e do rendimento primário (líquidos) agravaram-se para 3.891,0 milhões de dólares (4,6%

do PIB) e 2.980,0 milhões de dólares (2,7% do PIB), contra 3.353,0 milhões de dólares (4,4% do PIB) e 2.083,0 milhões de dólares (2,7% do PIB) em 2023. O agravamento do rendimento primário (líquido) deveu-se ao aumento dos pagamentos de juros da dívida e de outras saídas de rendimento primário durante o período. O rendimento secundário (líquido) aumentou para 5.418,0 milhões de dólares (6,4% do PIB) em 2024, contra 4.149,0 milhões de dólares (5,4% do PIB) em 2023. Esta evolução foi impulsionada principalmente pelo aumento de 30,0 % nas entradas de remessas durante o período. Embora mais baixo, o fluxo de saída de remessas aumentou 14,6% durante o período.

Gráfico 51: Saldo da balança das transações em % do PIB do Gana de 2019 a 2024.



258. O saldo da balança de capital diminuiu para 124,0 milhões de dólares (0,15% do PIB), contra 129 milhões de dólares (0,17% do PIB) em 2023, devido à redução das entradas de capital durante o período. A balança financeira registou uma necessidade líquida de financiamento de 511,0 milhões de dólares (0,6% do PIB), em comparação com uma necessidade líquida de financiamento de 861,0 milhões de dólares (1,1% do PIB) em 2023, refletindo principalmente investimentos diretos estrangeiros e outros investimentos. As entradas (líquidas) de investimento direto estrangeiro aumentaram para 1.738,0 milhões de dólares (2,1% do PIB), contra 1.308,0 milhões de dólares (1,7% do PIB) em 2023. No entanto, as saídas (líquidas) de carteira de investimento foram de 39,3 milhões de dólares (0,1% do PIB) em 2024, contra uma entrada líquida de 1.272,0 milhões de dólares (1,7% do PIB) em 2023. Consequentemente, o excedente global da balança de pagamentos aumentou acentuadamente para 3.059,5 milhões de dólares (3,6% do PIB), contra 519,0 milhões de dólares (0,7% do PIB) em 2023.

259. As reservas externas brutas aumentaram de forma constante de 5.923,0 milhões de dólares (2,7 meses de cobertura das importações) no final de dezembro de 2023 para 6 865,3 milhões de dólares (3,1 meses de cobertura das importações) no final de junho de 2024, antes de se fixarem em 8.982,5 milhões de dólares (4,0 meses de cobertura das importações) no final de dezembro de 2024. O aumento das reservas externas explica-se principalmente pelo programa de ouro para reservas e pelos desembolsos efetuados ao abrigo do programa ECF do FMI.

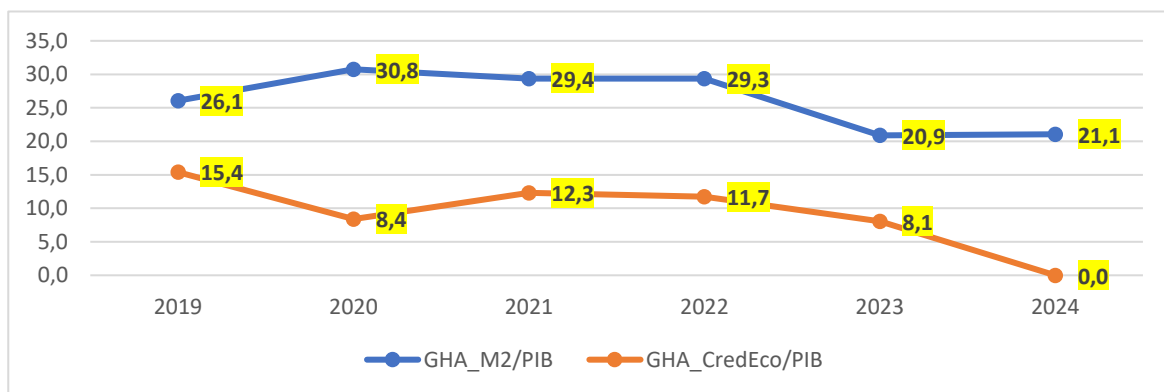
260. As pressões sobre a taxa de câmbio registadas nos três primeiros trimestres do ano deveram-se em grande parte às incertezas relativas ao financiamento do cacau, à reestruturação das obrigações em matéria de euro-obrigações e às preocupações relacionadas com as eleições. No entanto, no

último trimestre, a moeda local registou alguns ganhos, apoiados por uma posição de reservas mais forte e pela melhoria do mercado, na sequência dos progressos realizados na reestruturação da dívida. Consequentemente, o cedi registou uma desvalorização de 19,2% em relação ao dólar americano em 2024, em comparação com uma desvalorização de 27,8% em 2023.

4.5.4. Setor Monetário

261. A massa monetária (M2+) cresceu 31,9 % no período de 12 meses findo em dezembro de 2024, em comparação com a taxa de crescimento de 38,7 % no período correspondente de 2023, refletindo a moderação do crescimento dos Activos Internos Líquidos (AIL). No entanto, os activos externos líquidos (AEL) impulsionaram o crescimento da M2+ no período em análise.
262. Os AIL registaram um declínio de 6,1 % no período até dezembro de 2024, em comparação com o crescimento de 19,8 % no período correspondente de 2023. Esta desaceleração foi impulsionada principalmente por créditos líquidos sobre o governo, que diminuíram 2,1 % em comparação com a queda de 9,3 % registrada no final de dezembro de 2023 durante o período. Os créditos sobre o setor privado (líquidos) aumentaram 25,9 % no final de dezembro de 2024, em comparação com a taxa de crescimento de 0,3 % registrada em 2023. O crescimento dos créditos líquidos sobre o sector público foi enorme, contra a contração de 85,7 % registrada no final de dezembro de 2023.
263. No entanto, os AEL expandiu-se 302,6 % contra a contração de 310,4 % no final de dezembro de 2023, atribuída principalmente à expansão dos AEL do Banco Central, devido aos efeitos do programa Ouro para Reservas e aos desembolsos do FMI ao abrigo do programa ECF. A posição dos AEL do Banco Central expandiu-se significativamente em comparação com a contração de 123,0 % registrada no período até dezembro de 2023. Da mesma forma, os AEL dos Bancos de Depósito expandiu-se em 124,8 % em comparação com a taxa de crescimento de 146,8 % no período de 12 meses encerrado em dezembro de 2023.
264. As reservas monetárias aumentaram 47,8 % em 2024, em comparação com o crescimento de 29,7 % em 2023, refletindo o aumento da moeda fora dos bancos devido, em parte, ao programa Ouro para Reservas. As reservas dos bancos de depósitos monetários detidas no banco central também aumentaram durante o período.

Gráfico 52: M2/PIB e crédito à economia/PIB do Gana (2019–2024).



265. Em termos de passivo, o crescimento da moeda estrita aumentou para 38,2% no período de 12 meses encerrado em dezembro de 2024, face aos 37,6% registados no período homólogo de 2023, impulsionado principalmente pela expansão da moeda em circulação, decorrente do programa «Ouro para Reservas». No entanto, os depósitos transferíveis abrandaram para 23,7%, face aos 47,5% registados no final de dezembro de 2023. O crescimento da quase-moeda foi inferior, situando-se em 25,9%, em comparação com a taxa de crescimento de 39,7% no final de dezembro de 2023. Esta evolução foi provocada pelo abrandamento dos depósitos a prazo e de poupança, bem como dos depósitos em moeda estrangeira durante o período
266. As taxas do mercado monetário para os instrumentos de curto prazo registaram, em geral, uma tendência descendente, enquanto as taxas dos instrumentos de longo prazo permaneceram estáveis em 2024. A taxa de juro a 91 dias desceu para 27,73% no final de dezembro de 2024, contra 29,39% no final de dezembro de 2023. Da mesma forma, as taxas de obrigações de tesouro a 182 dias diminuíram de 31,70% para 28,43% no mesmo período comparativo. A taxa média ponderada interbancária diminuiu para 27,03% em dezembro de 2024, contra 30,19% em dezembro de 2023. A taxa de poupança permaneceu em 5,00 % durante o período de revisão. A taxa média ponderada interbancária diminuiu de 30,19% em dezembro de 2023 para 27,03% em dezembro de 2024.
267. O total de ativos aumentou de 274,9 mil milhões de cedis em 2023 para 367,8 mil milhões de cedis em 2024, refletindo o crescimento dos depósitos, dos empréstimos bancários e dos fundos de acionistas. O Rácio Médio de Adequação de Capital (RAC) da indústria aumentou para 11,3 % em 2024, acima do mínimo prudencial revisto de 10 % de 8,3 % há um ano. Tal deveu-se à recuperação da rentabilidade do setor e aos esforços de recapitalização dos bancos. A qualidade dos ativos, no entanto, deteriorou-se à medida que o rácio de empréstimos não produtivos aumentou para 21,8% em 2024, de 20,7% em 2023, devido à deterioração dos empréstimos nos setores de transporte, armazenamento e comunicação, indústria transformadora e serviços, que aumentou para 49,1% em dezembro de 2024, de 32,7% em dezembro de 2023. Após o ajustamento para a categoria de perdas (totalmente provisionada), o rácio de empréstimos não produtivos foi de 8,5 % em comparação com 8,4 % no final de dezembro de 2023.

4.5.5. Desempenho no âmbito dos critérios de convergência macroeconómica

268. No que diz respeito à convergência macroeconómica, o Gana fez alguns progressos, cumprindo dois (financiamento do défice orçamental pelo banco central e reservas externas brutas) dos quatro Critérios de primeiro grau em 2024, contra um (financiamento do défice orçamental pelo banco central) em 2023. Na escala de convergência secundária, o país cumpriu o critério do rácio da dívida pública em relação ao PIB e não cumpriu o critério da variação da taxa de câmbio nominal, tal como em 2023.

Tabela 16: Estado de convergência

CRITÉRIOS	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)	≤3%	-4,5	-11,5	-8,5	-8,1	-3,5	-7,9
Taxa média anual de inflação	≤10%	9,3	10,0	10,0	31,9	40,3	22,9
Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	≥10%	3,0	10,6	54,2	87,5	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥3	4,0	4,1	4,5	2,8	2,7	4,0
Nº de Critérios de 1º grau cumpridos		2	1	2	0	1	2
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	±10%	-9,9	-7,7	-5,7	-24,6	-25,2	-22,0
Rácio da dívida pública em relação ao PIB	≤70%	61,1	74,4	76,2	73,0	66,1	58,8
Nº de critérios segundo grau cumpridos		2	1	1	0	1	1
Total de critérios cumpridos		4	2	3	0	2	3

4.5.6. Perspetivas a médio prazo

269.O quadro macroeconómico a médio prazo indica que o crescimento real do PIB deverá atingir 4,0 % em 2025, em comparação com a estimativa de 5,7 % registada em 2024 e uma média de 5,0 % de 2026 a 2028. Esta previsão baseia-se na agenda de grande impulso do Governo e na política económica de 24 horas. Prevê-se que as pressões inflacionistas sejam moderadas a médio prazo. Prevê-se que a inflação global seja moderada para 11,9% em 2025 e para 8,0% a partir de 2026, com base na disciplina orçamental e numa política monetária pró-ativa. Prevê-se que o défice orçamental, com base nos compromissos assumidos, diminua para 3,1% do PIB em 2025 e passe a ser excedentário em 2028, devido à consolidação orçamental. Prevê-se que a orientação da política monetária seja relativamente restritiva a médio prazo, a fim de apoiar a tendência descendente das pressões inflacionistas. O desempenho do sector externo deverá continuar a ser favorável, com base no bom desempenho da produção de ouro, no aumento das remessas e dos fluxos de IDE e no aumento dos preços das matérias-primas. Prevê-se que a reserva externa bruta cubra pelo menos três (3) meses de importações de bens e serviços a médio prazo.

270.No domínio da convergência macroeconómica, prevê-se que o Gana continue a progredir, uma vez que o país deverá satisfazer dois critérios (financiamento do défice orçamental pelo banco central e reservas externas brutas) em 2025. Relativamente aos critérios de convergência secundários, o país deverá satisfazer os critérios relativos à dívida pública em relação ao PIB e à variação da taxa de câmbio nominal.

271.No entanto, os riscos para as perspetivas incluem os potenciais efeitos das tarifas dos EUA, a suspensão temporária das actividades da USAID e o aumento das tensões geopolíticas, que deverão aumentar a incerteza global e reduzir a procura de produtos de base a médio prazo. Além disso, a retirada do Burkina Faso, do Mali e do Níger da CEDEAO apresenta riscos adicionais para as perspetivas económicas.

4.5.7. Conclusões e recomendações

272. A economia do Gana mostrou fortes sinais de recuperação em 2024, apoiada por um crescimento robusto nos setores mineiro e da informação e comunicação, pela retoma da construção, pela melhoria dos saldos externos e pelo abrandamento das pressões inflacionistas. A orientação da política monetária é considerada adequada no atual contexto económico. No entanto, o aumento das vulnerabilidades orçamentais, os elevados níveis de dívida e o aumento dos NPL representam riscos para a estabilidade macroeconómica sustentada. O empenhamento das autoridades no programa ECF do FMI, que tem por objetivo a consolidação orçamental, a diversificação das exportações e as reformas institucionais, é louvável.
273. Na escala de convergência primária, o Gana cumpriu dois dos critérios: o financiamento do orçamento pelo banco central e o critério relativo às reservas externas brutas.
274. Em termos prospetivos, prevê-se que a economia alcance a estabilidade macroeconómica com um forte crescimento e a moderação das pressões inflacionistas. Apesar da projeção de um melhor desempenho económico a médio prazo, o Gana poderá não satisfazer os quatro critérios de convergência primários. No entanto, existem riscos decorrentes de tensões geopolíticas.
275. Tendo em conta as observações anteriores, são apresentadas as seguintes recomendações para consideração das autoridades competentes:

Setor real

As autoridades são incentivadas a:

- i. Acelerar a preparação das orientações de implementação para a economia de 24 horas proposta e levar a cabo uma campanha de sensibilização a nível nacional, para clarificar os objetivos, os benefícios e os facilitadores operacionais;
- ii. Manter uma política monetária rigorosa e a disciplina fiscal para ajudar a conter as pressões inflacionistas e ancorar ainda mais as expectativas de inflação;
- iii. Efetuar uma análise exaustiva da avaliação do impacto das tarifas impostas pelos EUA, da suspensão temporária das atividades da USAID e da retirada do Burkina Faso, do Mali e do Níger da CEDEAO, a fim de atenuar o seu potencial impacto negativo na economia.

Finanças públicas

- v. Manter a geração de receitas, tirando partido das tecnologias modernas para desenvolver fontes de receitas novas e mais sustentáveis e garantir uma administração e um cumprimento fiscais eficientes;
- vi. Reforçar os controlos das autorizações de despesas e assegurar o cumprimento rigoroso da lei relativa à gestão das finanças públicas (GFP) e da lei relativa à responsabilidade orçamental;
- vii. Acelerar a liquidação dos pagamentos em atraso através de uma verificação transparente, da integração no quadro orçamental e da aplicação rigorosa dos controlos dos compromissos, a fim de evitar a acumulação de novos pagamentos em atraso;

- viii. Dar prioridade a estratégias globais de gestão da dívida, incluindo a gestão ativa dos níveis de dívida, a diversificação das fontes de financiamento e a aplicação de medidas para atenuar os riscos de refinanciamento.

Setor monetário e financeiro

- viii. Reforçar a regulamentação e as diretrizes para reduzir significativamente os créditos não produtivos;
- ix. Reforçar a capacidade de resistência do setor financeiro, acelerando a recapitalização dos bancos e realizando análises regulares da qualidade dos ativos, em conformidade com um quadro de supervisão baseado no risco;
- x. Reforçar a confiança dos investidores e apoiar a emissão e a aceitação de instrumentos de médio e longo prazo, sustentando a consolidação orçamental, mantendo a estabilidade macroeconómica, aumentando a transparência da gestão da dívida e prosseguindo a comunicação sobre a política monetária;
- xi. Incentivar as empresas a utilizarem o mercado cambial alternativo do Gana para acederem a capital a longo prazo, tendo em vista a expansão das empresas e o aumento da produtividade;
- xii. Reforçar o potencial dos pagamentos relacionados com o comércio através da melhoria contínua das infraestruturas de pagamento, à medida que muitos países aderem ao PAPSS.

Setor externo

- xii. Continuar a criar amortecedores externos, nomeadamente através da acumulação de ouro, mantendo simultaneamente políticas orçamentais sólidas e uma gestão eficaz da dívida externa, a fim de assegurar a estabilidade a longo prazo;
- xiii. Diversificar as exportações e aumentar o valor acrescentado na agricultura e na indústria transformadora para reduzir a dependência das exportações de ouro, petróleo e cacau e criar uma base de exportação mais resistente.

4.6. Situação Económica e Financeira da Guiné

276. A atividade económica em 2024 desenvolveu-se através da implementação do Programa de Referência Intermédio (PRI) 2022-2025, da melhoria do clima de negócios e da prossecução das reformas empreendidas para edificar e qualificar o sistema de gestão das finanças públicas. O contexto foi igualmente marcado pela formalização do Programa Simandou 2040 que, para o período futuro, constitui uma estratégia de desenvolvimento para substituir o PRI do qual integra as conquistas e os desafios. Este programa de desenvolvimento socioeconómico sustentável articula-se em torno de cinco (5) pilares estratégicos fundamentais. Estes pilares abrangem: (i) a Agricultura, a Indústria Alimentar e o Comércio; (ii) a Educação e a Cultura; (iii) as Infraestruturas, os Transportes e as Tecnologias; (iv) a Economia, as Finanças e os Seguros; e (v) a Saúde e o Bem-estar.
277. Os principais objetivos de política económica para o ano eram, entre outros, a realização de uma taxa de crescimento económico de 6,5% do PIB, a manutenção de uma taxa de inflação média a um dígito, a melhoria da taxa de pressão fiscal para 12% e o reforço das reservas para cobrir pelo menos 3 meses das importações.
278. O crescimento da atividade económica situou-se em 6,6% em 2024, em aceleração relativamente à taxa de 6,2% registada em 2023. Este crescimento desenvolveu-se num contexto de diminuição das tensões inflacionistas. A inflação situou-se em 5,1% em 2024 contra 5,3% um ano antes. Em termos de gestão das finanças públicas, o ano foi caracterizado por uma atenuação do défice orçamental comparativamente a 2023. No plano monetário, a orientação da política monetária foi expansionista a fim de acompanhar o Governo na realização de um crescimento forte e inclusivo. Para este efeito, o Banco Central da República da Guiné (BCRG) reviu em baixa em dezembro de 2024 a sua taxa diretora para 10,75% contra 11,0% anteriormente². A taxa das reservas obrigatórias foi igualmente reduzida para 12,75%, contra 13,0% anteriormente¹. Ao nível da convergência, a situação em termos de número de critérios respeitados manteve-se idêntica à do ano de 2023.

4.6.1. Setor Real

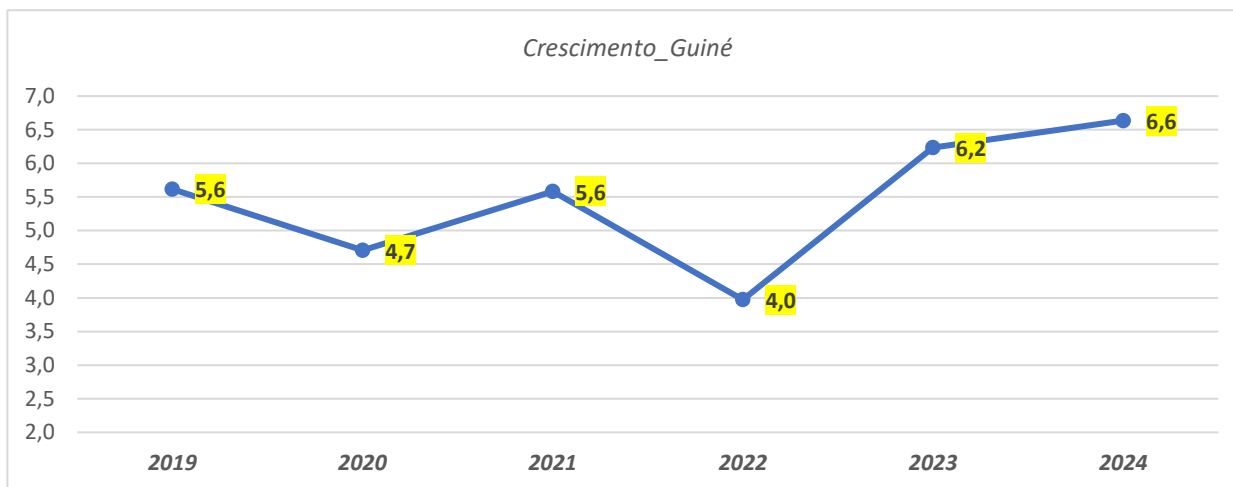
4.6.1.1. Crescimento

279. Apesar de um ambiente mundial pouco favorável em 2024, caracterizado nomeadamente por incertezas persistentes devidas às tensões geopolíticas bem como aos efeitos induzidos pelo incêndio do depósito central de combustível de Conacri, a economia guineense apresentou um crescimento sustentado. A taxa de crescimento do PIB real estabeleceu-se em 6,6% em 2024 contra 6,2% em 2023, traduzindo uma nítida melhoria. Este desempenho é essencialmente sustentado pelo bom desempenho dos setores não mineiros, nomeadamente os serviços, a construção, a energia, bem como a administração pública.

² Importa sublinhar que o BCRG, através da sua 17.ª reunião ordinária do Comité de Política Monetária de 14 de março de 2025, julgou baixar 50 pontos base a taxa diretora e o coeficiente das reservas obrigatórias para os situar respetivamente em 10,25% e 12,25%.

280. O setor primário registou um aumento de 5,3% em 2024, contra 6,1% em 2023. Esta desaceleração traduz uma conjuntura menos favorável, marcada nomeadamente por resultados contrastados nas fileiras da agricultura alimentar e de exportação. Do mesmo modo, o subsetor da silvicultura regrediu em 2,8% em 2024, contra um crescimento de 1,6% em 2023 resultante do enquadramento pelo Governo das atividades de corte de madeira. Em contrapartida, os subsectores da pecuária e da pesca registaram um crescimento respetivo de 6,2% e de 6,1% contra 5,4% e de 6,0% respetivamente em 2023. Este acréscimo do subsetor da pesca resultaria dos esforços prosseguidos na implementação do Esquema de financiamento do Plano de Retoma Estratégico 2022-2027 do subsetor da pesca. Além disso, beneficiou da aquisição e disponibilização dos fatores de produção no âmbito do Programa de Apoio à Pesca Artesanal na Guiné (PAPAG). Quanto ao subsetor da pecuária, o desempenho estaria ligado à formação de jovens criadores, à dotação em núcleos reprodutores para aumentar o efetivo pecuário e à construção de infraestruturas pecuárias.
281. O setor secundário aumentou em 9,0% em 2024, após um crescimento de 8,8% em 2023, essencialmente impulsionado pelo subsetor das minas. As atividades extrativas aumentaram em 9,5% em 2024 contra 9,8% em 2023. Este abrandamento explica-se essencialmente pela suspensão temporária das operações da Guinea Alumina Corporation (GAC), um dos principais intervenientes do setor da bauxite. O subsetor da construção por sua vez conheceu um aumento moderado de 8,6%, comparado com 14,0% em 2023, essencialmente imputável à aproximação do fim dos trabalhos de construção empreendidos por certas sociedades mineiras, cujos investimentos em infraestruturas atingiram uma fase de maturidade.
282. O crescimento do setor terciário situou-se em 6,1% em 2024, ou seja, uma melhoria de 1,3 ponto percentual a mais relativamente a 2023, favorecida por uma melhoria das condições de abastecimento em combustível para certos ramos de serviços. Em contrapartida, as atividades do comércio conheceram um crescimento de 5,9%, ou seja 0,3 ponto menos do que em 2023, sustentadas pela descida da procura interna, ligada entre outros por: (i) os efeitos induzidos pela explosão do principal depósito de combustível do país; (ii) a guerra russo-ucraniana; e (iii) o encarecimento dos custos das importações. O crescimento dos serviços de hotelaria estabeleceu-se em 4,8%, contra 3,5% em 2023, em relação com a valorização e o ordenamento de numerosos sítios turísticos do país. Do mesmo modo, as atividades do subsetor dos transportes aumentaram em 5,3% em 2024, após 4,6% em 2023, graças nomeadamente à melhoria da rede rodoviária e à aceleração das operações de movimentação ao nível do porto de Conacri. Em contrapartida, as atividades dos correios e telecomunicações abrandaram para 5,3% em 2024, após um aumento de 6,4% em 2023, decorrente da diminuição do número de assinantes de certos operadores.
283. Em termos de contributo para o crescimento de 6,6% registado em 2024, o setor primário contribuiu em 1,0 ponto percentual, o setor secundário em 3,3 pontos percentuais e o setor terciário em 2,1 pontos percentuais contra respetivamente 1,2 ponto percentual, 3,2 pontos percentuais e 1,6 ponto percentual em 2023. Em termos de parte no PIB, o setor terciário foi o mais importante com uma parte de 39,8%, seguido do setor secundário com 35,7%, e o setor primário é último com 19,7%.

Gráfico 53: Crescimento na Guiné de 2019 a 2024

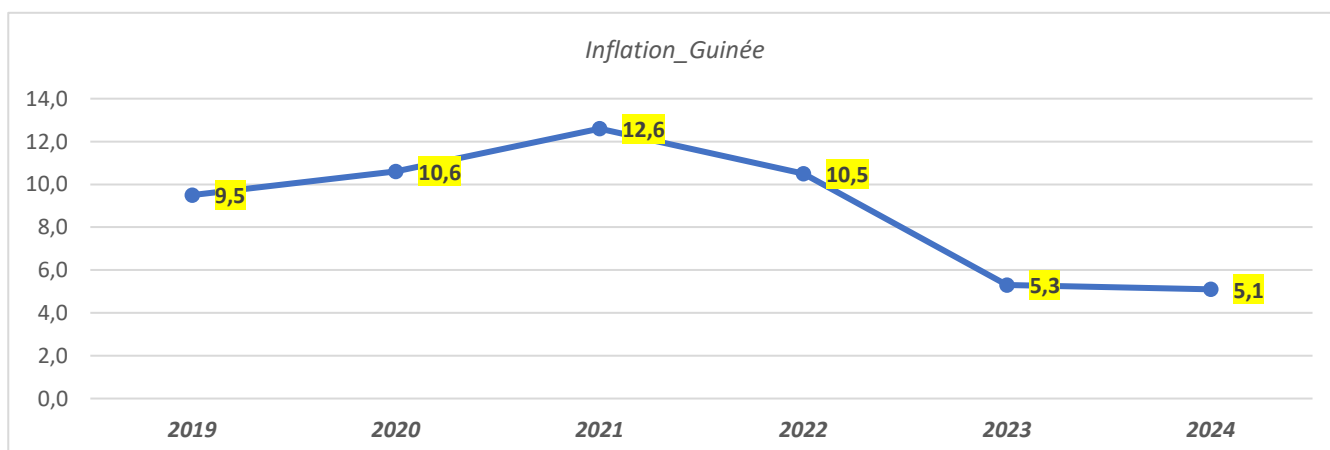


284. Ao nível da procura, o crescimento é impulsionado de forma contrastada por todas as componentes em 2024. Com efeito, o consumo final conheceu um crescimento de 15,3% em 2024 contra 11,7% em 2023, enquanto os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), abrandaram para 10,6% em 2024 contra 15,8% em 2023. Estas evoluções intervêm num contexto marcado pela prossecução da implementação dos projetos de construção de infraestruturas inscritos no Programa de Referência. O crescimento das exportações de bens e serviços conheceu um abrandamento, passando de 11,3% em 2023 para 6,7% em 2024, em ligação com a suspensão temporária das atividades da Guinea Alumina Corporation (GAC), um dos principais exportadores de bauxite do país.

4.6.1.2. Inflação

285. As pressões inflacionistas atenuaram-se em 2024. A inflação em média anual situou-se em 5,1% em 2024 contra 5,3% em 2023. Em deslizamento anual, situou-se em 6,1% em 2024 contra 3,1% em 2023. A estabilidade da taxa de inflação em deslizamento anual é atribuível entre outros a uma gestão eficaz da moeda e a uma resiliência do setor mineiro guineense.

Gráfico 54: Inflação na Guiné de 2019 a 2024.

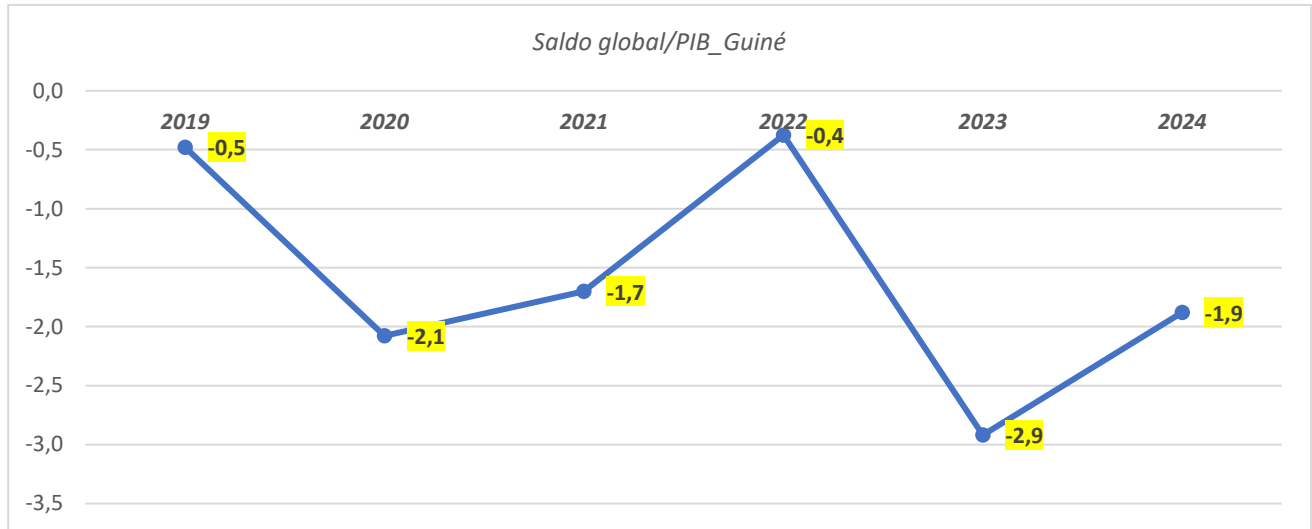


4.6.2. Finanças Públicas e Dívida Pública

286. A política orçamental foi marcada pela prossecução e reforço da implementação dos contratos de desempenho com as administrações financeiras do Estado. Além disso, outras reformas continuam a ser implementadas em matéria de gestão das finanças públicas, nomeadamente a digitalização das administrações financeiras, o alargamento da base fiscal, a racionalização das despesas públicas bem como o controlo fiscal.
287. Apesar de um contexto difícil, a execução das operações financeiras do Estado ao termo dos doze meses do ano de 2024 foi relativamente satisfatória.
288. Com efeito, o total das receitas e donativos elevou-se a 32 421,0 mil milhões de francos guineenses (GNF) (14,7% do PIB) em 2024, contra 27 570,21 mil milhões de GNF (14,0% do PIB) em 2023, ou seja, um aumento de 17,6% atribuível às receitas internas, impulsionadas essencialmente pelas receitas fiscais. As receitas fiscais são avaliadas em 28 398,96 mil milhões de GNF (12,8% do PIB) contra 23 265,59 mil milhões de GNF (11,8% do PIB) em 2023, ou seja, um aumento de 22,1%, impulsionado pelas receitas do setor não mineiro. As receitas do setor mineiro aumentaram em 29,5% para se estabelecerem em 4 841,61 mil milhões de GNF (2,2% do PIB) com uma parte de 15,8% das receitas fiscais. As receitas não fiscais diminuíram em 13,7% para se estabelecerem em 2 180,76 mil milhões de GNF (1,0% do PIB) contra 2 527,99 mil milhões de GNF (1,3% do PIB) em 2023. Quanto aos donativos, saíram em aumento de 9,4% e estabeleceram-se em 1 943,58 mil milhões de GNF (0,9% do PIB), contra 1 776,64 mil milhões de GNF (0,9% do PIB) no ano anterior.
289. As despesas totais e empréstimos líquidos inscreveram-se em aumento de 9,8% para se cifrar em 36 576,6 mil milhões de GNF (16,5% do PIB) em 2024, contra 33 317,8 mil milhões de GNF (16,9% do PIB) em 2023. Esta evolução é atribuível à evolução contrastada das despesas correntes e das despesas de capital.
290. Com efeito, as despesas correntes apresentaram-se em aumento de 84,8% para se estabelecerem em 16 311,4 mil milhões de GNF (7,8% do PIB) em 2024, contra 8 828,1 mil milhões de GNF (4,7% do PIB) no ano anterior, em ligação com a evolução contrastada das suas principais componentes. Os vencimentos e salários aumentaram em 15,0% para se situar em 7 808,40 mil milhões de GNF (3,5% do PIB), após 6 788,56 mil milhões de GNF (3,4% do PIB) em 2023. As despesas de bens e serviços passaram de 4 468,9 mil milhões de GNF (2,3% do PIB) em 2023 para 4 227,3 mil milhões de GNF (1,9% do PIB) em 2024, ou seja, uma descida de 5,4%. Do mesmo modo, as transferências e subsídios diminuíram em 22,8% para se situar em 2 186,0 mil milhões de GNF (1,0% do PIB), após 2 831,5 mil milhões de GNF (1,4% do PIB) em 2023. Mais de 50% deste montante foi afetado à sociedade de eletricidade (EDG), impactada por numerosos incidentes durante o período em análise.
291. No que se refere aos pagamentos de juros sobre a dívida pública, cifraram-se em 2 090,8 mil milhões de GNF (0,9% do PIB), contra 1 518,3 mil milhões de GNF (0,8% do PIB) em 2023, ou seja, um aumento de 37,7%. Esta situação deve-se ao aumento dos pagamentos de juros sobre a dívida interna contido por uma descida da dívida externa (+16,8%).
292. As despesas de capital estabeleceram-se substancialmente elevadas em 9 119,4 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024, ou seja, uma diminuição de 1,8% em deslizamento anual, imputável

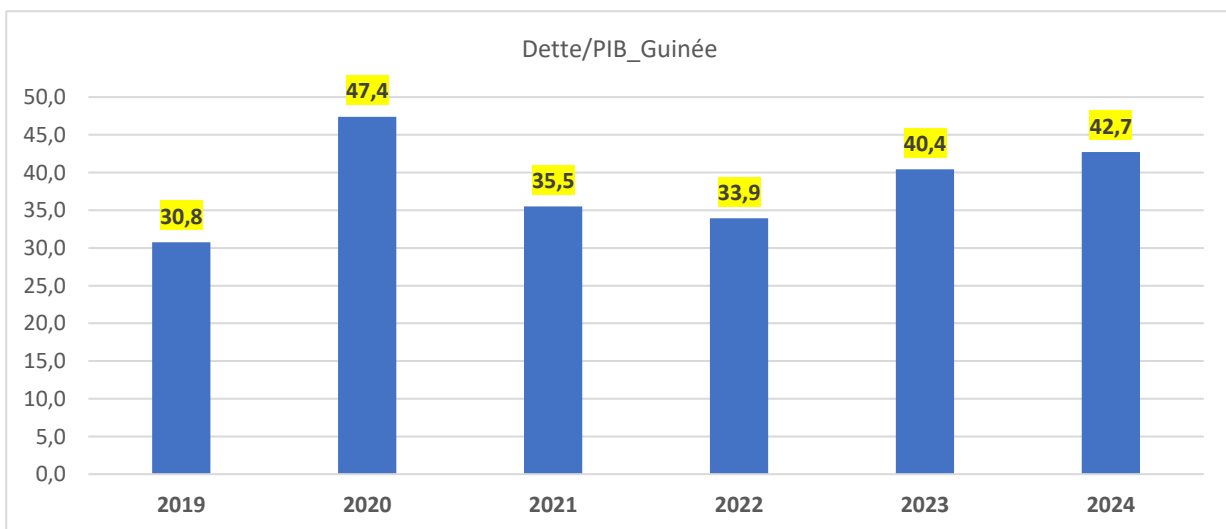
em parte à falta de antecipação sobre o prazo relativamente longo da encomenda pública bem como à renegociação de certos contratos de construção de estradas, na sequência da reestruturação governamental ocorrida durante o período em análise.

Gráfico 55 : Saldo orçamental Guiné de 2019-2024



293. O stock da dívida pública estabeleceu-se em 94 456,2 mil milhões de GNF (42,7% do PIB) contra 79 569,1 mil milhões de GNF (40,4% do PIB) no mesmo período de 2023. Esta evolução é imputável à dinâmica da economia durante estes três últimos anos com uma taxa de crescimento que ultrapassa 5,4% em média.

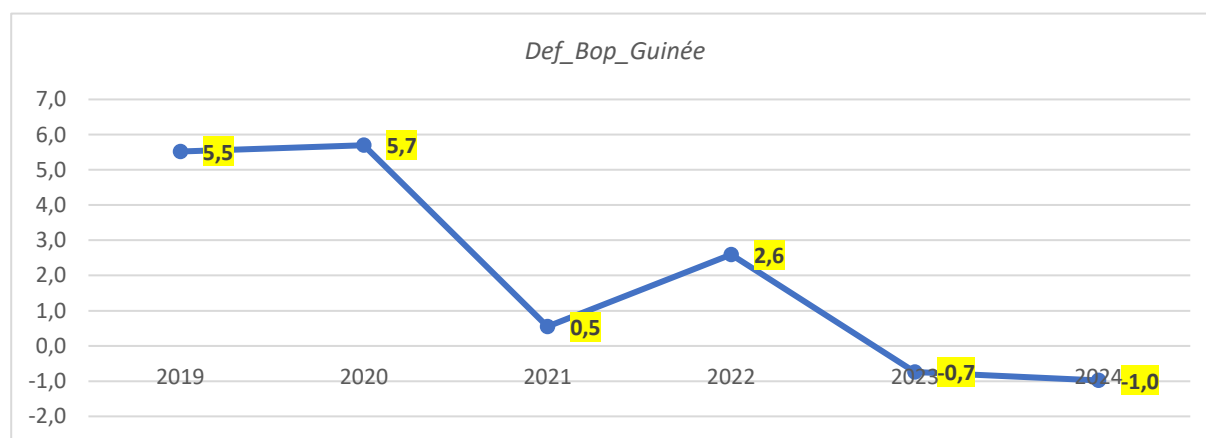
Gráfico 56: Dívida pública da Guiné em % do PIB de 2019 a 2024



4.6.3. Setor Externo

294. A balança dos serviços saiu deficitária de 26 260,9 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024 contra um défice de 26 728,3 mil milhões de GNF no mesmo período de 2023, ou seja, uma ligeira atenuação do défice de 375,2 mil milhões de GNF (1,7%). Esta evolução do défice da balança dos serviços resulta essencialmente do aumento das faturas pagas pelos residentes para os serviços especializados e serviços de aconselhamento de gestão.

Gráfico 57: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB da Guiné de 2019 a 2024

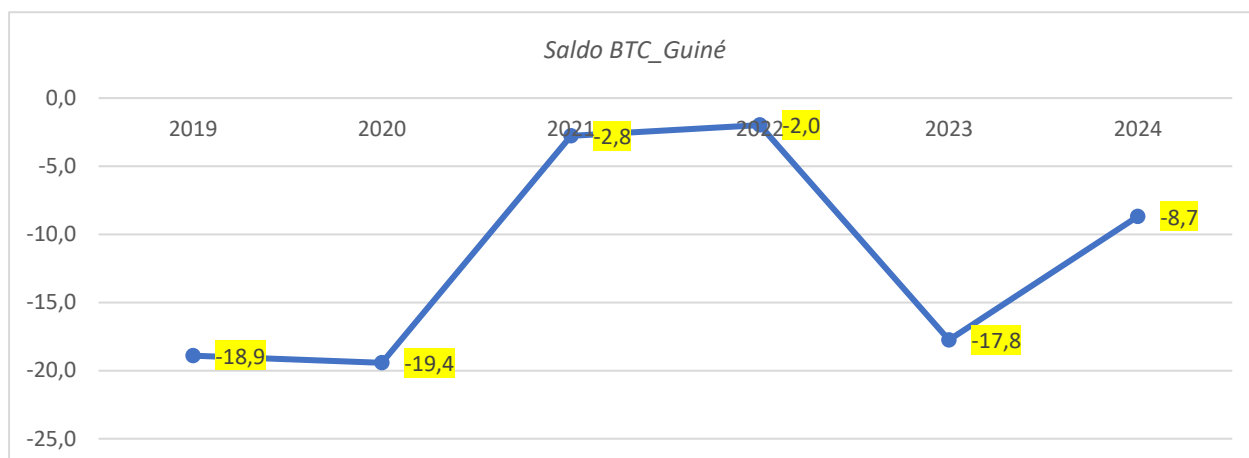


295. Além disso, as transações económicas e financeiras da Guiné com o resto do mundo traduziram-se no final de dezembro de 2024 por um agravamento sensível do défice da balança dos rendimentos primários, que se estabeleceu em 20 232,6 mil milhões de GNF contra um défice de 16 440,1 mil milhões de GNF no mesmo período de 2023, ou seja, um aprofundamento de 23,1%. A degradação da balança dos rendimentos primários explica-se em grande parte pelo aumento dos pagamentos dos juros dos investimentos diretos aos não residentes que contribuíram em 22,8 pontos percentuais.

296. Quanto à balança dos rendimentos secundários, registou um excedente de 4 177,4 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024 contra um excedente de 3 902,3 mil milhões de GNF no mesmo período de 2023, ou seja, um aumento de 275,1 mil milhões de GNF (7,0%). Esta situação está ligada às transferências dos emigrantes guineenses recebidas pelas sociedades financeiras e não financeiras residentes por conta das famílias no âmbito da assistência familiar.

297. Face ao que precede, a conta das transações correntes saiu deficitária de 3 346,2 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024, ou seja 1,5% do PIB, contra um excedente de 16 180,2 mil milhões de GNF (8,2% do PIB) no mesmo período do ano anterior. Esta evolução ocorre num contexto de aumento das importações no âmbito do desenvolvimento do Projeto SIMANDOU.

Gráfico 58: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB da Guiné de 2019 a 2024.



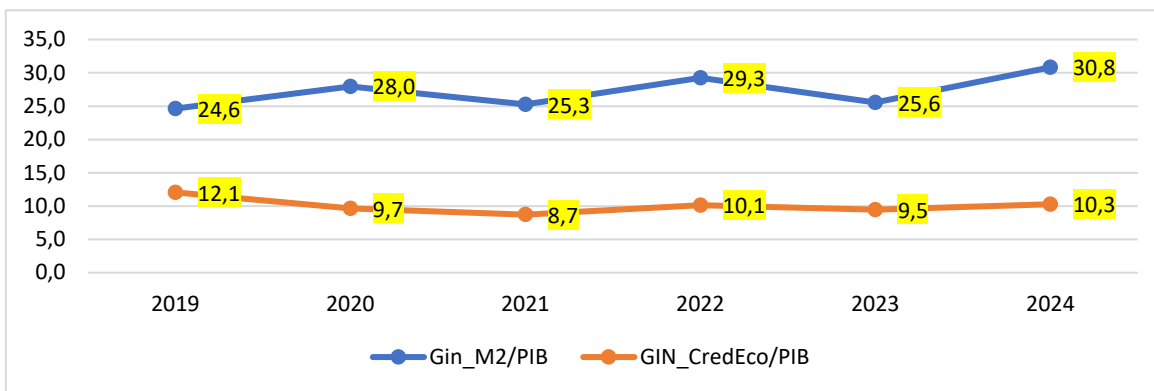
298. O saldo da conta de capital saiu excedentário de 1 961,2 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024 contra um excedente de 1 904,6 mil milhões de GNF no mesmo período de 2023, ou seja, um aumento de 56,6 mil milhões de GNF (3,0%), em razão do aumento de 281,0 mil milhões de GNF (16,4%) das transferências de capital recebidas pelas administrações públicas e de outros apoios dos doadores.
299. A conta financeira gerou uma aquisição líquida de ativos financeiros de 771,9 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024 contra 19 559,7 mil milhões de GNF no mesmo período de 2023. O período em análise foi igualmente marcado por: (i) levantamentos sobre novos empréstimos pelo Estado guineense junto dos seus parceiros bilaterais e multilaterais de um montante de 3 655,9 mil milhões de GNF contra 4 076,0 mil milhões de GNF um ano antes; (ii) uma diminuição dos haveres de reserva da ordem de 5 464,7 mil milhões de GNF contra 5 373,5 mil milhões de GNF em 2024; e (iii) um aumento dos créditos e empréstimos do FMI que atingiram 356,6 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024 contra 168,5 mil milhões no mesmo período de 2023.
300. No total, apesar do abrandamento de capitais públicos e privados, o saldo global da balança de pagamentos saiu deficitário estabelecendo-se em 2 165,3 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024, ou seja 1,0% do PIB contra um défice de 1 466,0 mil milhões de GNF (0,7% do PIB) no final de dezembro de 2023. O seu financiamento foi caracterizado pelos levantamentos sobre novos empréstimos que registaram uma contração de 10,3% durante o período em análise.

4.6.4. Setor Monetário

301. Em 2024, o Banco Central da República da Guiné manteve a orientação da sua política monetária. A taxa diretora da política monetária e o coeficiente das reservas obrigatórias foram mantidos inalterados numa grande parte do ano. Todavia, o Comité de Política Monetária na sua reunião de 13 de dezembro de 2024 decidiu rever em baixa a taxa diretora e o coeficiente das reservas obrigatórias fixando-os em 10,75% e 12,75% respetivamente, contra 11,0% e 13,0% para o período correspondente de 2023.

302. Estas medidas influenciaram as taxas de juro favorecendo uma distensão nos balcões de refinanciamento, reduzindo assim o custo do crédito para os bancos. Contribuíram igualmente para um aumento da liquidez bancária, facilitando o acesso aos recursos para o financiamento da economia. No mercado monetário, as taxas de juro conheceram uma distensão nos balcões de refinanciamento. Em 2024, a taxa média ponderada das operações de injeção de liquidez estabeleceu-se em 8,71% contra 9,68% em 2023. Paralelamente, a taxa média ponderada das operações interbancárias atingiu 8,02% em 2024, contra 9,08% no ano anterior.
303. No mercado dos Bilhetes do Tesouro, uma tendência contrastada foi observada: enquanto as taxas ponderadas das maturidades de 182 dias diminuíram, a dos Bilhetes a 91 dias registou um aumento. Com efeito, a taxa média ponderada dos Bilhetes do Tesouro a 91 dias passou de 13,56% no final de dezembro de 2023 para se estabelecer em 14,35% no final de dezembro de 2024. A taxa média ponderada dos Bilhetes do Tesouro a 182 dias recuou de 14,28% para 13,63% no final de dezembro de 2024, ou seja, uma descida de 0,65 ponto percentual, e a taxa média ponderada dos Bilhetes do Tesouro a 364 dias situou-se em 14,33%, contra 14,75% em dezembro de 2023. Finalmente, no mercado interbancário, as taxas de juro flutuaram entre 4% e 11,5%, com uma taxa média ponderada de 8,05% no ano de 2024.
304. Neste contexto, a situação monetária foi caracterizada por uma forte aceleração da progressão da massa monetária no sentido lato (M2), que se situou em 35,4% no final de dezembro de 2024, após um ligeiro aumento de 1,5% no final de dezembro de 2023. Este forte aumento deve-se ao aumento dos haveres internos líquidos, contido por uma descida dos haveres externos líquidos.
305. Os haveres externos líquidos (AEL) desceram em 15,0% no final de 2024, contra uma descida de 22,3% no final de 2023, em razão da descida dos ativos estrangeiros do BCRG. Os haveres externos líquidos do Banco Central contraíram-se em 56,8% em deslizamento anual, para se situar em 4 126,87 mil milhões de GNF no final de dezembro de 2024, contra uma descida de 21,7% um ano antes. Esta descida é explicada nomeadamente pelas transferências para o estrangeiro, efetuadas pelo Banco Central por conta dos bancos residentes, os pagamentos das despesas correntes do Estado, os pagamentos da dívida externa e os pagamentos das despesas por conta das empresas públicas, durante o ano. Em contrapartida, os AEL dos bancos de depósito registaram um aumento de 48,5% no final de 2024, contra uma descida de 23,2% no final de 2023. Esta melhoria está ligada essencialmente ao abastecimento das contas de correspondentes estrangeiros no âmbito do pagamento das cartas de crédito, ao repatriamento das receitas de exportação dos garimpeiros e das sociedades mineiras, e à cessão por um banco dos seus créditos em sofrimento a um investidor não residente.
306. Em contrapartida, os haveres internos líquidos (AIL) aumentaram em 58,5% no final de dezembro de 2024, contra 18,1% no mesmo período em 2023, refletindo a forte variação dos outros postos líquidos, à deterioração da Posição Líquida do Tesouro nos livros do Banco Central e dos bancos comerciais, e ao aumento dos créditos sobre o setor privado. Os créditos líquidos sobre a Administração aumentaram em 57,4% após um acréscimo de 19,2%, registado no final de 2023. Os créditos sobre o setor privado aumentaram em 21,6% contra 8,2% no final de 2023. O aumento dos créditos sobre o setor privado deve-se à concessão de créditos a clientes que operam nos subsectores do comércio, da energia, dos hidrocarbonetos e da construção.

Gráfico 59: M2/PIB e créditos à economia/PIB da Guiné de 2019 a 2024



307. Do lado do passivo, o aumento da massa monetária foi marcado por um aumento da moeda em circulação de 25,0% e dos depósitos à ordem de 0,3%, contra respetivamente 12,4% e 12,5% no final de 2023. Quanto aos depósitos a prazo e aos depósitos em divisas, apresentaram-se fortemente em aumento respetivamente de 243,3% e 28,2% contra descidas respetivas de 5,6% e 21,6% no final de 2023.

4.6.5. Convergência Macroeconómica

308. No plano da convergência macroeconómica, o país respeitou dois (2) critérios de convergência primários ,a saber o défice orçamental relacionado com o PIB e o financiamento do défice orçamental pelo Banco Central às receitas do ano anterior. Os dois Critérios de primeiro grau que não foram cumpridos pelo país são relativos à inflação (5,1%), e às reservas brutas em meses de importações de bens e serviços (1,7 meses).

Tabela 17: Situação de convergência na Guiné

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
<i>Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)</i>	≤3%	-0,5	-2,1	-1,7	-0,4	-2,9	-1,9
<i>Taxa média anual de inflação</i>	≤10%	9,5	10,6	12,6	10,5	5,3	5,10
<i>Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central</i>	≥10%	3,0	10,6	2,2	0,0	6,3	0,30
<i>Reservas externas brutas</i>	≥3	3,1	2,9	4,7	4,7	2,8	1,7
Nº de Critérios de 1º grau cumpridos		3	2	3	3	2	2
Critérios segundo grau							
<i>Variação da taxa de câmbio nominal</i>	±10%	0,6	-4,8	-4,2	19,5	2,6	0,20
<i>Rácio da dívida pública em relação ao PIB</i>	≤70%	30,8	47,4	35,5	33,9	40,4	42,73
Nº critérios segundo grau cumpridos		2	2	2	1	2	2
Total de critérios cumpridos		5	4	5	4	4	4

- ***Crítérios de segundo grau***

309. A taxa de câmbio nominal do Franco da Guiné contra a Unidade de Conta da África Ocidental (UCAO) apreciou-se 0,2 % em 2024 e situou-se dentro da margem aceitável de ± 10 % de variação. A relação dívida pública/PIB aumentou para 42,7 % em 2024 face aos 40,2 % no ano anterior, mas situou-se dentro do teto de 70 % estabelecido no âmbito do Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

4.6.6. Perspetivas

310. A economia guineense continua a dar provas de resiliência, apesar dos choques recentes, nomeadamente o incêndio do depósito de combustível de Conacri em 2023. O dinamismo do setor mineiro, os esforços de diversificação económica, bem como a implementação progressiva de reformas estruturais sustentam as perspetivas de crescimento. Neste contexto, é esperada uma taxa de crescimento de 7,2% em 2025, que seria sustentada pelo desempenho esperado dos principais setores da oferta. O setor primário deverá conhecer um crescimento de 5,6% em 2025 contra 5,3% em 2024. Esta ligeira melhoria seria sustentada pelos esforços de apoio à produção agrícola. O crescimento do setor secundário deverá atingir 8,8% em 2025 contra 9,5% em 2024, resultando essencialmente do abrandamento das atividades extrativas. O setor terciário deverá progredir em 6,3% em 2025 contra 5,1% em 2024, graças à retoma ou ao reforço de vários subsectores chave, tais como o comércio, os serviços financeiros, os transportes e as telecomunicações. Do lado da procura, está previsto um crescimento das despesas de consumo final de 16,0% em 2025 contra 15,3% em 2024. Esta evolução seria sustentada pelos consumos público e privado. No que se refere à formação bruta de capital fixo (FBCF), o seu crescimento deverá igualmente conhecer um aumento, passando de 23,8% em 2024 para 26,1% em 2025. Este desempenho seria essencialmente sustentado pela intensificação dos investimentos públicos e privados nos setores estratégicos. Em particular, a prossecução dos trabalhos do projeto Simandou.
311. Em 2025, a taxa de inflação média anual poderá atingir 5,0%, contra 5,1% em 2024. Em deslizamento anual no final de dezembro, a inflação deverá atingir 2,9%, contra 3,1% no ano anterior. Esta moderação da inflação reflete nomeadamente uma melhor regulação dos preços dos géneros alimentícios, um apaziguamento relativo das tensões sobre os produtos petrolíferos, bem como esforços de estabilização dos custos da habitação.
312. No domínio das finanças públicas, o saldo orçamental deverá permanecer deficitário, traduzindo um desequilíbrio persistente entre a evolução das receitas e a dinâmica das despesas públicas. O défice orçamental, donativos incluídos, é projetado em 3,5% do PIB, enquanto o excluindo donativos atingiria 4,0% do PIB. Esta situação resultaria de uma forte aceleração das despesas totais, nomeadamente das despesas correntes, que deverão conhecer uma progressão de 6,6%.
313. Em 2025, as trocas externas da Guiné deverão permanecer marcadas por um saldo global deficitário, estimado em 2 652,0 milhões de dólares norte-americanos (-8,8% do PIB) contra um défice de 253,6 milhões de dólares norte-americanos (-1,0% do PIB) em 2024. Esta deterioração explicar-se-ia essencialmente por um agravamento do défice da conta financeira, traduzindo uma descida significativa dos investimentos diretos estrangeiros e de outros fluxos financeiros. É

esperado um agravamento do défice do saldo global da balança de pagamentos de 342,0 milhões de dólares norte-americanos (1,2% do PIB) em 2024, sob o efeito da descida do excedente da conta corrente, que passaria para 1 631,2 milhões de dólares norte-americanos (5,8% do PIB) em 2024.

314. Em 2025, a situação monetária deverá ser marcada por uma ligeira expansão da massa monetária e das suas contrapartidas. Esta poderá registar um aumento de 1,8%, para se estabelecer em 69 352,1 mil milhões de GNF, essencialmente sustentada pela progressão dos ativos internos líquidos e dos ativos externos líquidos. O crescimento da massa monetária resultaria essencialmente do aumento conjunto dos depósitos em divisas denominados em GNF e da moeda em circulação.
315. Em matéria de convergência, o conjunto dos dois (2) critérios de segundo escalão continuariam a ser respeitados no período 2025-2027. Dois (2) de primeiro escalão, a saber: "Taxa de inflação em média anual" e "Financiamento do déficit orçamental pelo Banco Central/Receitas fiscais ano anterior", seriam igualmente cumpridos neste período. Em contrapartida, os critérios relativos às "Reservas externas brutas em meses de importações" e "o déficit orçamental/PIB" não seriam respeitados senão a partir de 2026 e 2027, respetivamente.

4.6.7. Conclusão e Recomendações

316. A economia guineense manteve-se resiliente com um crescimento de 6,6% sustentado pelo conjunto dos setores económicos, mas de forma diferenciada. Todavia, em matéria de convergência macroeconómica, o país respeitou dois (2) critérios de convergência de primeiro escalão nomeadamente os relativos ao déficit orçamental e ao financiamento do déficit orçamental pelo Banco Central. Cumpre notar, contudo, que a economia nacional permanece confrontada com certo número de desafios, nomeadamente a extrema dependência dos recursos mineiros, o déficit de infraestruturas socioeconómicas e o fraco financiamento do setor produtivo da economia pelos bancos.
317. Com base na evolução macroeconómica em 2024 e nas perspetivas para 2025, as seguintes recomendações são formuladas à atenção das autoridades guineenses:
- Promover a diversificação da base produtiva, assegurar a transformação industrial local a fim de reduzir a dependência do país face aos produtos de exportação mineiros;
 - Reforçar o setor agrícola, de forte potencial de crescimento, e melhorar a produtividade e o valor acrescentado através da implementação de políticas direcionadas e incentivadoras, a facilitação do acesso aos fatores de produção e o desenvolvimento dos serviços de vulgarização;
 - Prosseguir e intensificar os esforços visando o reforço do controlo, a digitalização das operações de receitas e do alargamento da base fiscal, nomeadamente pela formalização das atividades do setor informal;
 - Prosseguir os esforços com vista à mobilização suficiente das receitas, à racionalização das despesas e ao acompanhamento do destino final das isenções concedidas.

4.7. Situação Económica e Financeira da Guiné-Bissau

318.A economia da Guiné-Bissau evoluiu num contexto nacional marcado por problemas estruturais decorrentes da fraca diversificação das exportações, ainda dominadas pela castanha de caju, o que a torna vulnerável a vários choques internos e externos, nomeadamente a evolução do seu preço no mercado internacional. Por conseguinte, a evolução da economia depende em grande medida do processo de comercialização da castanha de caju. A campanha de comercialização da castanha de caju em 2024 foi ligeiramente melhor do que a do ano anterior, com uma melhoria dos termos de troca, passando o preço de exportação da castanha de caju de 1000 dólares por tonelada em 2023 para 1050 dólares por tonelada em 2024. A economia também evoluiu num contexto marcado pelo aumento do valor das importações e pela implementação do Programa de Facilidade de Crédito Alargado com o FMI.

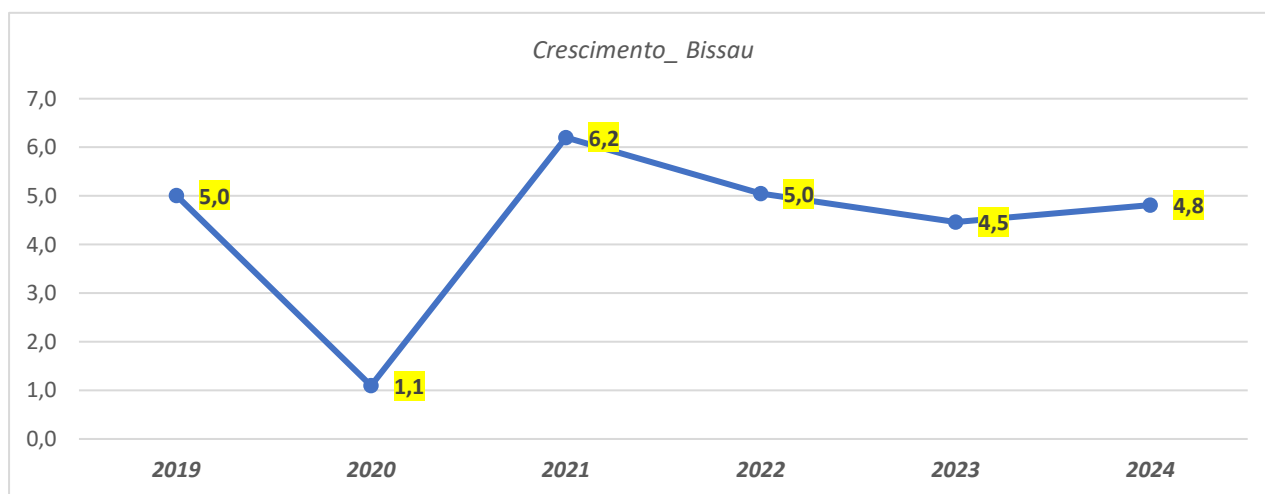
4.7.1. Setor real

4.7.1.1. Crescimento económico

319.A taxa de crescimento real do PIB da Guiné-Bissau foi estimada em 4,8 % em 2024, após 4,5 % em 2023, refletindo uma contribuição positiva de todos os setores da economia.

320.Do lado da oferta, o setor primário contribuiu com 1,5 ponto percentual (pp) para o crescimento, o setor secundário com 1,3 pp e o setor terciário com 1,9 pp. O valor acrescentado do setor primário aumentou 4,3 % em 2024, face a 4,5 % em 2023, impulsionado por todos os seus subsetores, com exceção do subsetor dos produtos de renda (castanha de caju). No setor secundário, o valor acrescentado registou um crescimento de 8,0 %, inferior aos 12,8 % observados em 2023, refletindo uma expansão generalizada dos seus subsetores. Já o setor terciário apresentou um crescimento de 4,2 % em 2024, significativamente acima dos 1,8 % registados no ano anterior, sustentado pelo bom desempenho de todos os subsetores.

Gráfico 60: Crescimento económico da Guiné-Bissau de 2019 a 2024

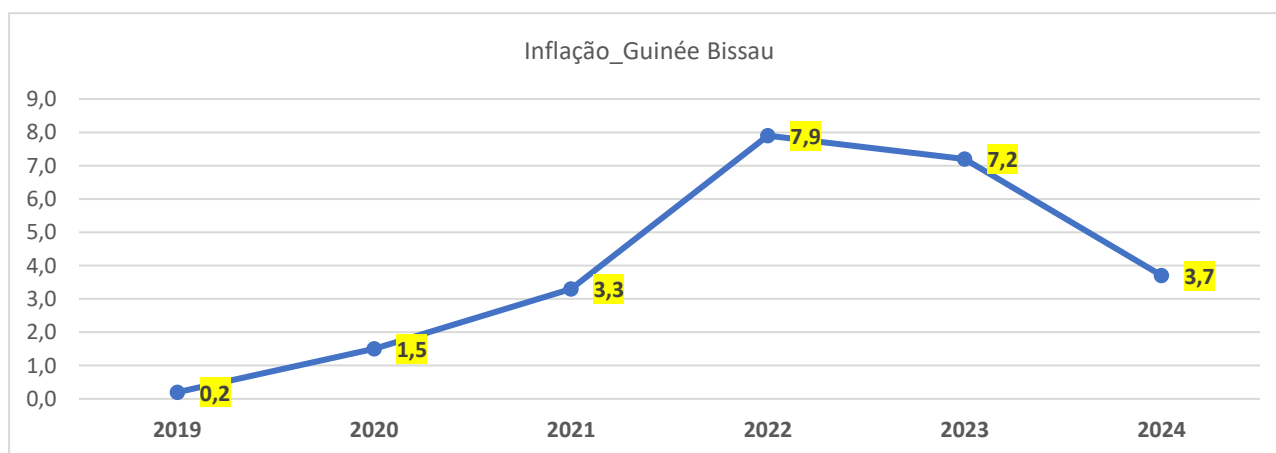


321. Do lado da procura, o crescimento económico em 2024 foi sustentado, sobretudo, pelo investimento e pelo consumo final, que contribuíram com 3,9 e 2,9 pontos percentuais (pp), respetivamente. No entanto, este dinamismo foi parcialmente compensado pelo impacto negativo das exportações líquidas, cuja contribuição foi de -2,0 pp. Com efeito, a formação bruta de capital registou uma recuperação expressiva, com um crescimento de 34,7 % em 2024, após uma contração de 13,9 % em 2023, refletindo o aumento tanto do investimento público como do privado. O consumo final, por seu lado, cresceu 2,9 %, face a 5,8 % em 2023, impulsionado sobretudo pelo consumo público, que registou uma forte expansão (+12,7 %) após uma queda de 1,1 % no ano anterior. O consumo privado registou um aumento modesto de 1,0 %, significativamente abaixo dos 7,2 % observados em 2023. No que respeita às exportações líquidas, estas exerceram um efeito negativo sobre o crescimento, na sequência de uma queda de 8,7 % nas exportações de bens e serviços (face a -3,7 % em 2023), conjugada com um aumento de 1,8 % nas importações, após uma contração de 3,6 % no ano anterior.

4.7.1.2. Inflação

322. No domínio dos preços, a atividade económica em 2024 desenrolou-se num contexto de moderação da inflação. A inflação média anual, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), abrandou para 3,7 %, após ter atingido 7,2 % em 2023. Contudo, em termos homólogos, registou-se uma aceleração, com a taxa a situar-se em 5,7 % em 2024, face a 3,1 % no ano anterior. Esta aceleração homóloga refletiu, sobretudo, o aumento dos preços nas classes «produtos alimentares e bebidas não alcoólicas» (+8,3 %) e «habitação, água, eletricidade e outros combustíveis» (+11,1 %).

Gráfico 61: Inflação da Guiné-Bissau de 2019 a 2024

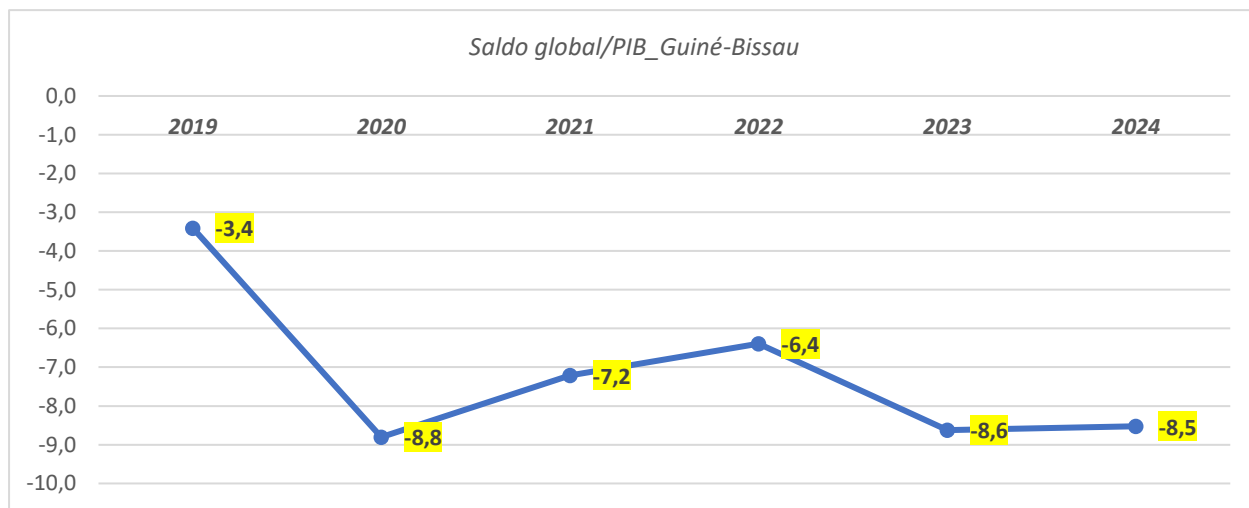


4.7.2. Finanças públicas

323. A execução das operações financeiras do Estado em 2024 revelou um défice orçamental global, refletindo o aumento das despesas e dos empréstimos líquidos, num contexto marcado pela diminuição das receitas orçamentais totais, apesar do acréscimo dos donativos.

324. Em consequência, o défice global em base compromisso fixou-se em 109,6 mil milhões de FCFA (8,5 % do PIB) em 2024, contra 108,6 mil milhões de FCFA (8,6 % do PIB) no ano anterior. Excluindo os donativos, o défice global em base compromisso ascendeu a 144,9 mil milhões de FCFA (11,3 % do PIB) em 2024, face a 133,5 mil milhões de FCFA (10,6 % do PIB) em 2023.

Gráfico 62: Saldo orçamental em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024



325. O défice foi financiado por recursos internos e externos no valor de 98,3 mil milhões de FCFA e 17,5 mil milhões de FCFA, respetivamente.

326. As receitas totais e os donativos totalizaram 173,0 mil milhões de FCFA, contra 164,8 mil milhões de FCFA em 2023, o que representa um aumento de 5 %. Este crescimento deveu-se à forte subida dos donativos (+42,2 %), cujo impacto foi atenuado pela diminuição das receitas fiscais (-0,3 %) e não fiscais (-6,1 %). A ligeira redução das receitas fiscais (109,2 mil milhões em 2024, face a 109,6 mil milhões em 2023) é atribuída à fraca arrecadação dos impostos e taxas, em particular à quebra nas receitas provenientes do imposto especial sobre as telecomunicações, devido às inovações introduzidas pelas empresas do setor. No entanto, as receitas aduaneiras registaram um aumento. Quanto à redução das receitas não fiscais, esta explica-se pelo não pagamento da compensação financeira da União Europeia (UE), no âmbito do Acordo de Pesca.

327. As despesas totais e os empréstimos líquidos, por seu turno, foram executados no montante de 282,7 mil milhões de FCFA em 2024, face a 273,4 mil milhões de FCFA em 2023, o que representa um acréscimo de 3,4%, atribuível à expansão das despesas correntes, parcialmente compensada pela redução das despesas de capital.

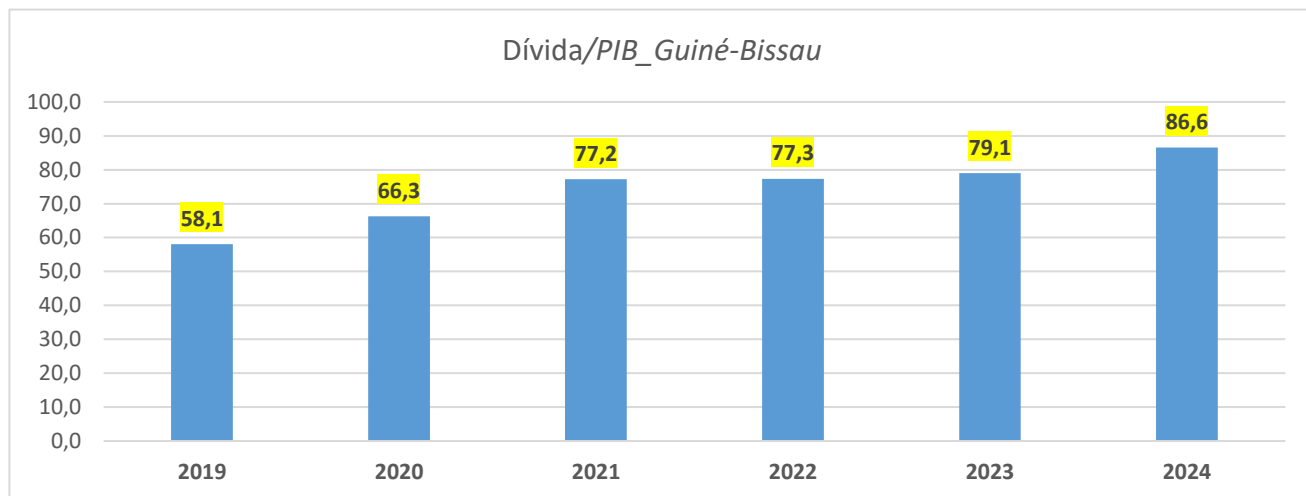
328. As despesas correntes ascenderam a 211,6 mil milhões de FCFA em 2024, contra 185,2 mil milhões de FCFA no ano anterior. Este aumento deveu-se ao aumento das subvenções e transferências (+50,4%), ao pagamento de juros sobre a dívida pública (+23,1%) e aos bens e serviços (+35,0%).

329. Em contraste, as despesas de capital diminuíram (-8,6%), atingindo 71,1 mil milhões de FCFA em 2024, após se situarem em 77,7 mil milhões de FCFA um ano antes, na sequência da redução das despesas financiadas por recursos externos (-9,6%) e por recursos internos (-4,1%).

330.No que diz respeito à dívida pública da Guiné-Bissau, esta atingiu 1.112,5 mil milhões de FCFA no final de 2024, contra 996,4 mil milhões no final de 2023. É composta pela dívida interna, no valor de 627,4 mil milhões de FCFA, e pela dívida externa, no valor de 485,1 mil milhões de FCFA, representando, respetivamente, 56,7% e 43,3% da dívida pública total.

331.O rácio da dívida passou de 79,1% do PIB no final de dezembro de 2023 para 86,6% do PIB em 2024.

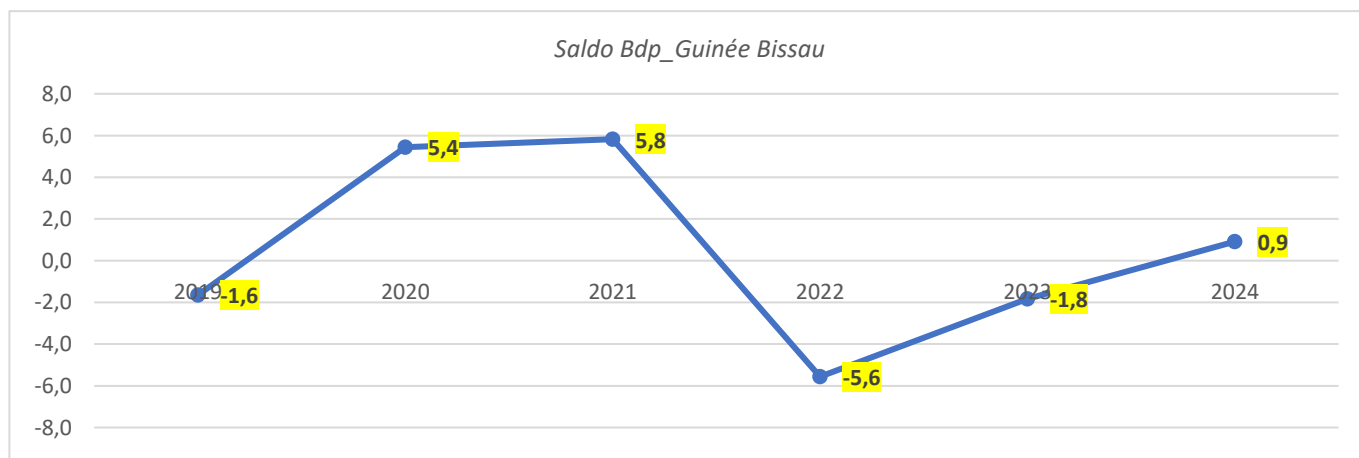
Gráfico 63: Dívida pública em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024



4.7.3. Setor externo

332.Em, 2024, as transações da Guiné-Bissau com o exterior se soldaram por um excedente da balança global de pagamentos de 11,7 mil milhões (0,9% do PIB), contra um défice de 23,1 mil milhões de francos CFA (1,9% do PIB) em 2023. Esta evolução está associada à melhoria dos saldos da conta financeira, da conta corrente e da conta de capital.

Gráfico 64: Saldo da balança global de pagamentos em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024



333.O déficit da balança corrente em 2024 aumentou ligeiramente em relação a 2023, passando de 97,2 mil milhões (7,7% do PIB) em 2023 para 98,2 mil milhões em 2024 (7,3% do PIB). Esta situação explica-se pelo ligeiro aumento do déficit da balança de bens e serviços, atenuado por um aumento dos excedentes das contas de rendimentos secundários e primários.

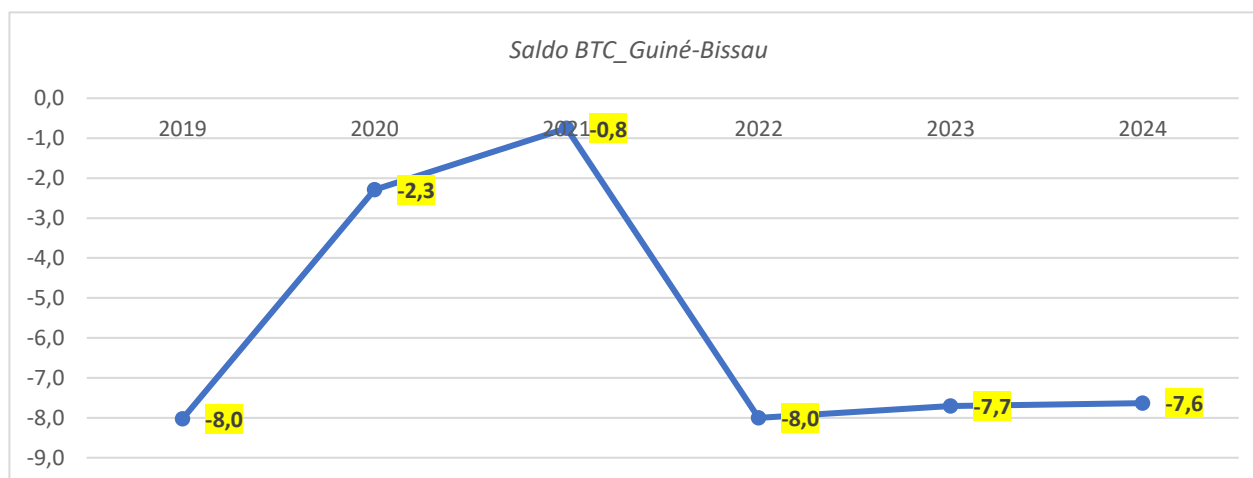
334.A balança comercial registou um déficit de 111,6 mil milhões de francos CFA (8,3% do PIB) em 2024, contra 98,8 mil milhões de francos CFA (7,8% do PIB) em 2023. As exportações (FOB) estão avaliadas em 139,1 mil milhões de francos CFA (10,4% do PIB) em 2024, contra 145,4 mil milhões de francos CFA (11,5% do PIB) em 2023, em ligação com a queda das exportações de castanha de caju. Quanto às importações (FOB), elas se estabeleceram em 250,7 mil milhões de francos CFA (18,7% do PIB) em 2024, contra 244,2 mil milhões de francos CFA (19,4% do PIB) em 2023, impulsionadas pelas compras de produtos petrolíferos e bens intermediários e equipamentos.

335.O déficit da balança de serviços situou-se em 89,4 mil milhões de francos CFA (6,7% do PIB), após um déficit de 87,7 mil milhões de francos CFA (7,0% do PIB) em 2023, em relação ao aumento dos pagamentos relativos a outros serviços de frete e seguros.

336.A conta de rendimentos primários registou um excedente de 10,5 mil milhões de francos CFA (0,8% do PIB) em 2024, contra um excedente de 7,1 mil milhões de francos CFA (0,6% do PIB) em 2023. Esta evolução pode ser explicada pela diminuição dos montantes pagos a não residentes a título de dividendos, reforçada pelo aumento dos montantes recebidos a título de outros rendimentos primários.

337.O excedente da conta de rendimentos secundários situou-se em 92,35 mil milhões de francos CFA (6,9% do PIB) em 2024, após um excedente de 82,2 mil milhões de francos CFA (7,8% do PIB) em 2023, refletindo o aumento das transferências à favor da administração pública de 17,7% e das transferências à favor de outros setores de 10,8%.

Gráfico 65: Saldo da Balança das transações correntes em % do PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024



338.A conta de capital registou um excedente de 14,9 mil milhões de francos CFA (1,1% do PIB) em 2024, contra um excedente de 10,2 mil milhões de francos CFA (0,8% do PIB) em 2023, impulsionado pelas transferências para a administração pública, que aumentaram 59,8%.

339. A conta financeira registou um aumento do passivo líquido de 93,0 mil milhões de francos CFA (6,9% do PIB) em 2024, após um acréscimo de 67,3 mil milhões de francos (5,3% do PIB) em 2023. O aumento do passivo em 2024 reflete o aumento dos investimentos diretos estrangeiros e dos investimentos de carteira, num contexto marcado pela queda das entradas líquidas de capital ao nível dos outros investimentos. Os investimentos diretos passaram de 15,0 mil milhões de francos CFA em 2023 para 15,9 mil milhões de francos CFA em 2024. Da mesma forma, os investimentos de carteira passaram de 64,9 mil milhões de francos CFA (5,1% do PIB) para 76,3 mil milhões de francos CFA em 2024 (5,7% do PIB). O saldo de outros investimentos passou de 12,6 mil milhões de FCFA (1,0% do PIB) em 2023 para 1,1 mil milhões de FCFA (0,1% do PIB) em 2023, refletindo a diminuição dos desembolsos à favor da administração pública em 35,6% e do investimento noutros setores em 44,8%.
340. Durante o ano de 2024, a taxa de câmbio do franco CFA em relação ao euro permaneceu fixa em 655,970. Em relação ao dólar americano, valorizou-se 1,1%, passando de 613,14 FCFA/USD em média em 2023 para 606,37 FCFA/USD em 2024. Em contraste, o FCFA desvalorizou-se em relação à libra esterlina, com a taxa de câmbio FCFA/GBP passar de 753,97 em média em 2023 para 770,62 em 2024, o que representa uma desvalorização de 2,7%. Da mesma forma, desvalorizou-se 1,2% em relação ao yuan, fixando-se em média em 86,72 FCFA/CNY em 2024 contra 84,57 FCFA/CNY em 2023.
341. Com base nas taxas de câmbio médias observadas em 2024, o franco CFA valorizou-se em relação ao dalasi gambiano (GMD), ao naira nigeriano (NGN), ao dólar liberiano (LRD), ao leone da Serra Leoa (SLL) e ao cedi ganês (GHC), mantendo-se estável face ao escudo cabo-verdiano (CVE). No que diz respeito às taxas de câmbio no final de dezembro de 2024, o FCFA permaneceu estável em relação ao CVE, ao GMD, ao GHC e ao SLL, mas desvalorizou-se em relação ao LRD e ao franco guineense (FGN).
342. A relativa robustez do FCFA face às outras moedas da CEDEAO explica-se principalmente pela política monetária restritiva implementada pelo BCEAO, pelos esforços sustentados para reduzir o excesso de liquidez bancária, bem como pelas medidas tomadas pelos governos dos Estados-membros para conter a inflação durante o primeiro semestre de 2024. Estas medidas permitiram preservar, em geral, o poder de compra do FCFA durante o ano em análise.

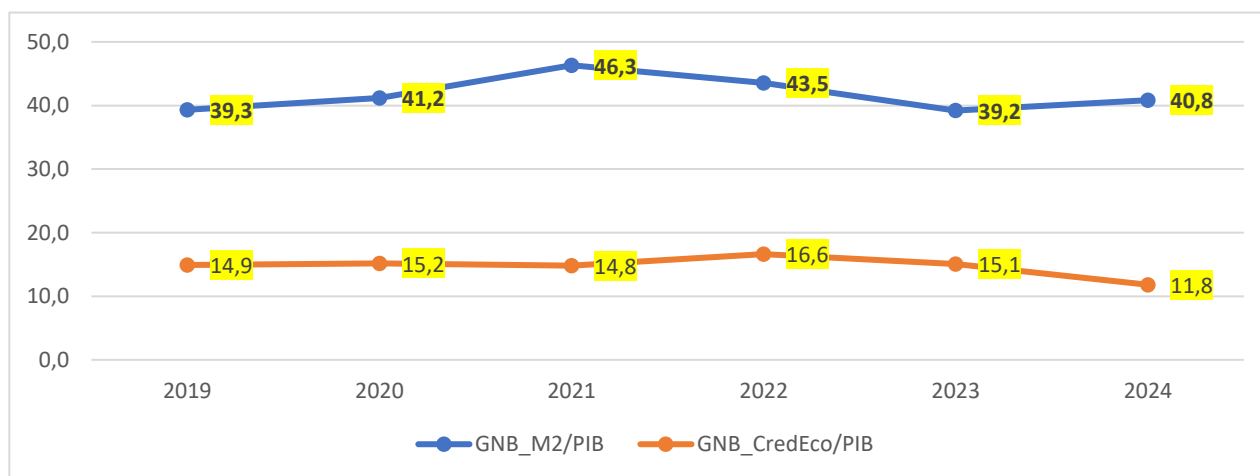
4.7.4. Setor monetário

343. As autoridades monetárias da UEMOA mantiveram inalterada a orientação da política monetária ao longo do ano de 2024. Assim, a principal taxa diretora à qual o Banco Central empresta recursos aos bancos e a taxa de juro da facilidade de empréstimo marginal foram mantidas, respetivamente, em 3,50% e 5,50%. Do mesmo modo, o coeficiente de reservas obrigatórias foi mantido inalterado em 3%. Estes níveis das taxas diretoras estão em vigor desde 16 de dezembro de 2023.
- 344.345. A situação monetária é caracterizada por um aumento da massa monetária (M2) de 6,2% em 2024, fixando-se em 524,9 mil milhões de FCFA, após uma diminuição de 1,1% em 2023, resultante do aumento dos ativos externos líquidos e dos créditos internos líquidos.

345. Os créditos internos aumentaram 3,0%, situando-se em 324,7 mil milhões de FCFA no final de 2024, após uma subida de 9,4% em 2023. Esta evolução deveu-se ao aumento dos créditos líquidos sobre a Administração Central, cujo impacto foi atenuado pela diminuição dos créditos à economia. Os créditos líquidos sobre a Administração Central progrediram 37,9% em 2024, atingindo 172,9 mil milhões de FCFA, após um aumento de 28,7% em 2023, atribuível ao acréscimo dos créditos concedidos pelos bancos comerciais ao Estado. Os créditos à economia diminuíram 20,0%, fixando-se em 151,9 mil milhões de FCFA, após uma redução de 0,8% em 2023, em ligação com a queda de 20,6% dos créditos concedidos pelos bancos comerciais às empresas públicas e privadas.

346. Os ativos externos líquidos registaram um aumento de 4,8% em 2024, situando-se em 254,9 mil milhões de FCFA, após uma diminuição de 8,7% em 2023. Esta evolução resulta do aumento de 24,3% dos ativos externos líquidos do Banco Central, atenuado por uma queda de 26,6% dos ativos dos bancos de 2ª ordem. Este aumento dos ativos externos líquidos é atribuível à retoma da subida do preço da castanha de caju — principal produto de exportação do país no mercado internacional —, ao aumento dos compromissos perante não residentes, bem como à redução dos créditos sobre os não residentes.

Gráfico 66: M2/PIB e créditos à economia/PIB da Guiné-Bissau de 2019 a 2024



347. A progressão da massa monetária refletiu-se no aumento da circulação fiduciária e dos depósitos. Com efeito, a circulação fiduciária registou um aumento de 1,6%, situando-se em 292,3 mil milhões de FCFA (55,7% do M2 em 2024), contra 287,7 mil milhões de FCFA (58,2% do M2 em 2023). Os depósitos a ordem cresceram 11,2% em 2024, atingindo 144,0 mil milhões de FCFA (27,4% do M2), contra 129,5 mil milhões de FCFA (26,2% do M2) em 2023. Os outros depósitos registaram um aumento de 15,1%, fixando-se em 88,5 mil milhões de FCFA (16,9% do M2) em 2024, contra 76,9 mil milhões de FCFA (15,9% do M2) no ano anterior.

348. A redução de 20% dos créditos à economia resulta das medidas conservadoras adotadas pelos bancos da 2ª ordem, em resposta às dificuldades de recuperação dos empréstimos concedidos a determinadas categorias de funcionários públicos. Registou-se igualmente um agravamento da qualidade da carteira de crédito, com a taxa de deterioração líquida a aumentar de 8,8% em 2023 para 12,5% em 2024.

4.7.5. Desempenho em termos de convergência macroeconómica

349.A análise dos critérios de convergência macroeconómica revelou que a Guiné-Bissau cumpriu todos os critérios de convergência, com exceção dos relativos ao défice orçamental global, incluindo donativo, em relação ao PIB nominal e ao rácio da dívida pública em termos do PIB nominal.

- Critérios de primeiro grau

350.A Guiné-Bissau cumpriu três critérios de primeiro grau, nomeadamente o financiamento do défice orçamental pelo banco central, a inflação média anual e as reservas externas brutas em meses de importações de bens e serviços. Em contraste, não cumpriu os critérios relativos ao défice orçamental em relação ao PIB.

- Critérios de segundo grau

351.No que diz respeito aos critérios de segundo grau, a Guiné-Bissau cumpriu o critério relativo à variação da taxa de câmbio, mas não cumpriu o critério relativo à dívida pública em relação ao PIB.

352.A tabela abaixo apresenta os dados relativos à convergência macroeconómica da Guiné-Bissau.

Tabela 18 : Situação de convergência macroeconómica da Guiné-Bissau

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
<i>Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)</i>	≤3%	-3,4	-8,8	-7,2	-6,4	-8,6	-8,5
<i>Taxa média anual de inflação</i>	≤10%	0,2	1,5	3,3	7,9	7,2	3,7
<i>Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central</i>	≥10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Reservas externas brutas</i>	≥3	5,7	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6
Número de Critérios de primeiro grau cumpridos		3,0	3,0	3,0	2,0	2,0	3,0
Critérios segundo grau							
<i>Variação da taxa de câmbio nominal</i>	±10%	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
<i>Rácio da dívida pública em relação ao PIB</i>	≤70%	58,1	66,3	77,2	77,3	79,1	86,6
Nº de critérios segundo grau cumpridos		2	1	1	1	1	1
Total de critérios cumpridos		5	4	4	3	3	4

4.7.6. Previsões para 2025

353.Para o ano de 2025, espera-se uma melhoria do desempenho económico da Guiné-Bissau, com uma taxa de crescimento projetada de 5,1%, contra 4,8% em 2024, impulsionada por todos os setores. A atividade económica deverá continuar num contexto de estabilidade dos preços, com uma inflação prevista abaixo dos 3%. No entanto, vários fatores podem pesar sobre estas perspetivas de crescimento, nomeadamente a fraca diversificação da economia, que aumenta a sua vulnerabilidade a choques internos e externos, bem como as persistentes restrições logísticas

relacionadas com a exportação da castanha de caju, sem esquecer as incertezas em torno da evolução do seu preço no mercado internacional. Além disso, a consolidação desta recuperação continuará estreitamente ligada à evolução da estabilidade sociopolítica do país.

354.No que diz respeito às finanças públicas, o déficit global, com base nos compromissos, incluindo donativos, está projetado em 5,3% do PIB, enquanto a taxa de endividamento está projetada em 79,7% do PIB, contra 86,6% do PIB em 2024.

355.No setor externo, prevê-se um reforço do saldo global da balança de pagamentos, que apresentaria um excedente de 17,8 mil milhões de FCFA (1,2% do PIB) em 2025, após um excedente de 11,7 mil milhões (0,9% do PIB) em 2024. Esta evolução estar-se-a relacionada com uma redução do déficit da balança corrente e com o reforço do excedente da conta de capital.

356.Em termos de convergência macroeconómica, o país poderá respeitar todos os critérios de convergência macroeconómica, com exceção dos relativos ao déficit orçamental e à taxa de endividamento, tal como em 2024.

4.7.7. Conclusões e recomendações

357.Apesar das limitações estruturais associadas à fraca diversificação das exportações, a economia da Guiné-Bissau tem demonstrado resiliência, com uma taxa de crescimento real do PIB estimada em 4,8% em 2024, face a 4,5% em 2023, impulsionada por todos os setores da atividade económica. Esta dinâmica ocorreu num contexto de abrandamento das pressões inflacionistas. No entanto, a situação das finanças públicas permanece delicada, com o déficit orçamental e a taxa de endividamento a manterem-se acima dos referenciais definidos a nível comunitário.

358. Face a estas constatações, são apresentadas as seguintes recomendações às autoridades do país:

- Reforçar a estabilidade sociopolítica e criar as condições necessárias ao êxito das reformas económicas, de modo a reforçar a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros e apoiar os esforços de recuperação da economia;
- Assegurar a conformidade com os compromissos comunitários na conceção e execução das políticas económicas. Neste sentido, é fundamental reforçar a mobilização das receitas internas e racionalizar as despesas públicas e os regimes de isenção fiscal, a fim de garantir o controlo do déficit orçamental e da dívida pública nos limites definidos pelo Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica da CEDEAO;
- Fomentar a diversificação da base produtiva e das exportações, com vista a reduzir a forte dependência do país face à castanha de caju. Para tal, o desenvolvimento do setor agrícola revela-se essencial para mitigar o peso das importações de bens alimentares e o seu impacto nas pressões inflacionistas;
- Explorar as oportunidades de desenvolvimento de cadeias de valor para a castanha de caju, de modo a aproveitar os benefícios oferecidos pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), enquanto se enfrentam os obstáculos que afetam a rentabilidade efetiva da sua comercialização, nomeadamente os constrangimentos logísticos como a verificação por scanner, a moagem e a dragagem no porto.

4.8. Situação económica e financeira da Libéria

359.A orientação da política macroeconómica do Governo da Libéria (GdL) assentou na agenda de desenvolvimento nacional - a Agenda ARREST para o Desenvolvimento Inclusivo (AAID) 2025-2029; tal como consagrado no quadro orçamental nacional de 2024. A ARREST centra-se em intervenções em setores prioritários, incluindo a agricultura, as infraestruturas rodoviárias, o Estado de direito, a educação, o saneamento e os cuidados de saúde, bem como o turismo. A médio prazo, as prioridades do quadro macroeconómico incluem a diversificação económica, o desenvolvimento das infraestruturas, a consolidação orçamental, a proteção social e o reforço do capital humano.

360.A operação orçamental de 2024 foi concebida de modo a permitir uma mudança das despesas, reduzindo as despesas recorrentes e aumentando simultaneamente as despesas com projetos e programas de capital. Em conformidade com estes objetivos políticos, os grandes objetivos macroeconómicos para 2024 foram os seguintes:

- Crescimento real do PIB de 5,3 por cento;
- Inflação média anual de 9,9 por cento;
- Inflação no final do período de 8,0 por cento;
- Saldo orçamental global de 0,0 por cento do PIB (ou seja, um orçamento equilibrado); e
- Reservas externas brutas em meses de cobertura das importações de 3,0.

361.Em 2024, os dados disponíveis indicam que o crescimento real do PIB subiu de 4,6% em 2023 para 4,8%, impulsionado por um desempenho mais forte no setor primário e por uma indústria e serviços resilientes. Os ganhos orçamentais resultaram de receitas internas robustas, apesar da redução das subvenções, e de um corte de 10,8% nas despesas devido à redução das despesas recorrentes. A inflação abrandou, o que levou o Banco Central a baixar a taxa diretora de 20% para 17% no final do ano. A estabilidade da moeda e a melhoria das remessas impulsionaram a estabilidade monetária. A balança de transações correntes registou um excedente e o défice da balança de pagamentos diminuiu. A Libéria cumpriu quatro dos seis critérios de convergência macroeconómica em 2024, contra apenas um em 2023.

4.8.1. Setor real

362.O crescimento real do PIB melhorou para 4,8% em 2024, contra 4,6% em 2023, impulsionado pelas melhorias no setor primário, especialmente na agricultura e nas pescas. Apesar do abrandamento, os setores secundário e terciário contribuíram para o crescimento durante o período.

363.O setor primário cresceu 3,5 por cento em 2024, em comparação com 0,9 por cento em 2023, impulsionado principalmente pelo subsetor da agricultura e das pescas. A atividade na agricultura e nas pescas cresceu 4,2% em comparação com a taxa de crescimento de 0,8% em 2023, em grande parte induzida por melhorias na produção de borracha, arroz e cacau.

364.A produção no setor secundário (indústria) registou uma moderação. Em 2024, a produção industrial cresceu 5,6 por cento, contra 6,5 por cento em 2023, devido aos efeitos de base da

produção anterior de cimento. A produção de cimento aumentou 6,1 por cento para 706.629 toneladas métricas, impulsionada pela acumulação de stock. A produção de bebidas aumentou 58,6 por cento para 42,6 milhões de litros, impulsionada por um novo produtor. As atividades mineiras e de garimpo cresceram 5,0 por cento, abaixo dos 5,7 por cento, devido à redução da produção de diamantes e a uma maior produção de ouro resultante de melhores relatórios.

365.As atividades no setor terciário (serviços) abrandaram. Em 2024, o crescimento do setor dos serviços da Libéria abrandou para 5,6%, contra 7,1% em 2023, devido a um desempenho mais fraco nos setores da eletricidade e da água, do comércio e de outros serviços. A eletricidade e a água cresceram 10,0%, um declínio acentuado em relação aos 70,0% do ano anterior. O comércio e outros serviços também registaram um crescimento inferior, de 7,5 por cento e 4,0 por cento, respetivamente. Os serviços governamentais registaram uma contração de 1,0 por cento. No entanto, a construção e as finanças e seguros cresceram 9,5 por cento e 3,5 por cento, respetivamente. O aumento do setor da construção foi impulsionado pelo aumento da produção de cimento.

366.Em termos de quotas setoriais, o setor terciário continua a ser o setor dominante, representando 38,7 por cento do PIB em 2024, seguido do setor primário com 36,5 por cento e do setor industrial com 24,8 por cento, em comparação com 38,4 por cento, 37,0 por cento e 24,6 por cento, respetivamente, em 2023.

367.No que diz respeito à contribuição para o crescimento do PIB em 2024, os serviços foram os que mais contribuíram para o crescimento do PIB (2,1 pontos percentuais), seguidos da indústria (1,4) e do setor primário (1,3). Enquanto as contribuições dos serviços e da indústria diminuíram em relação aos níveis de 2023, a contribuição do setor primário aumentou, refletindo uma mudança nos motores de crescimento para a agricultura e as atividades de recursos naturais.

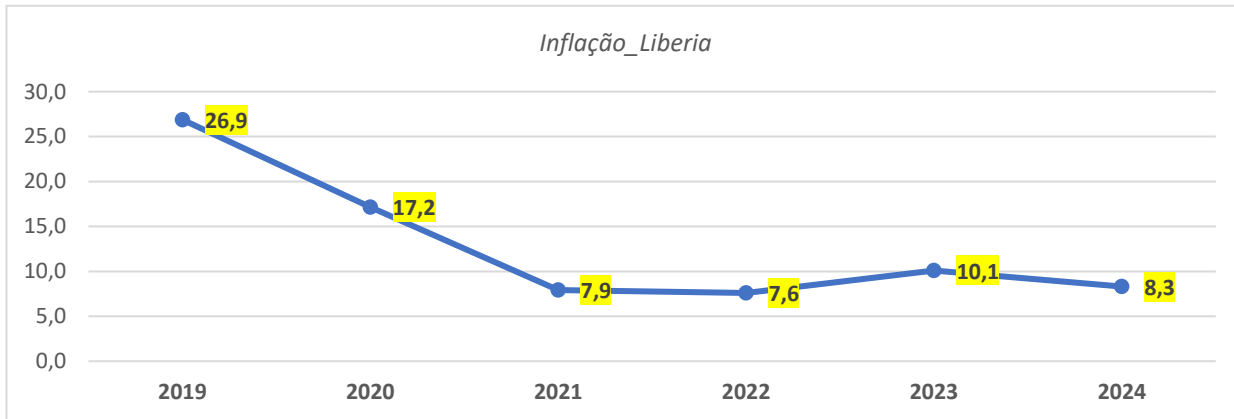
Gráfico 67: Crescimento do PIB real da Libéria (%)



368.Durante este período, a pressão inflacionista abrandou. Em 2024, a inflação média na Libéria baixou de 10,1% em 2023 para 8,3%, impulsionada pela estabilidade da taxa de câmbio, que reduziu os custos de importação. Os principais fatores que contribuíram para esta descida foram o mobiliário, os transportes, o vestuário e os serviços públicos. A melhoria das políticas monetárias e orçamentais também contribuiu para a estabilidade dos preços. No entanto, a inflação no final do

período subiu ligeiramente para 10,7 por cento devido ao aumento dos custos dos serviços de saúde e da hotelaria (Restaurantes e Hotéis). A inflação dos produtos alimentares foi, em média, de 12,8%, o que representa um ligeiro aumento em relação aos 12,3%, devido aos preços internos, mas caiu drasticamente para 9,7% no final do ano, em grande parte devido à valorização do dólar liberiano. A inflação dos produtos não alimentares desceu de 9,4% para 6,6%, graças à estabilidade das taxas de câmbio, à redução dos custos de transporte e de produção e a preços globais da energia favoráveis.

Gráfico 68: Inflação (%) de Liberia (2019-2024)



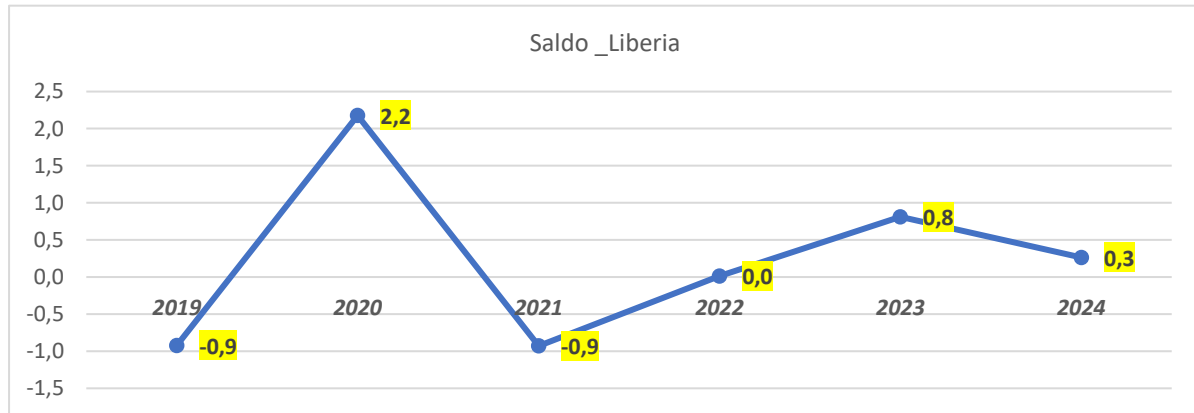
4.8.2. Finanças públicas

369. As operações fiscais em 2024 caracterizaram-se principalmente pelo bom desempenho das receitas internas e pela redução das despesas totais, em especial das despesas recorrentes. No entanto, o total das subvenções recebidas durante o período registou uma diminuição significativa devido a receitas inferiores às previstas.

370. Em 2024, o total das receitas e das subvenções caiu 11,2%, para 735,9 milhões de dólares (15,4% do PIB), contra 828,0 milhões de dólares (18,9% do PIB) em 2023, principalmente devido a uma redução significativa das subvenções. No entanto, as receitas internas aumentaram de 611,9 milhões de dólares (13,9% do PIB) para 695,9 milhões de dólares (14,5% do PIB), impulsionadas pelo crescimento das receitas fiscais e não fiscais. As receitas fiscais aumentaram para 559,1 milhões de dólares (11,7% do PIB), enquanto as receitas não fiscais subiram para 136,8 milhões de dólares (2,9% do PIB), impulsionadas por cobranças mais elevadas de impostos sobre o rendimento, direitos de importação, rendimentos das empresas, vendas de ativos e taxas administrativas. As despesas totais diminuíram 10,8% para 735,4 milhões de dólares (15,4% do PIB), principalmente devido a uma queda de 15,3% nas despesas recorrentes para 669,3 milhões de dólares (14,0% do PIB). Isto foi causado por uma redução de 34,0% nas despesas com bens, serviços e transferências, e uma queda de 1,9% nos salários e vencimentos. Os pagamentos de juros aumentaram 19,7 por cento, atingindo 2,4 por cento do PIB. Entretanto, as despesas de capital quase duplicaram, aumentando 93,6% para 66,1 milhões de dólares (1,8% do PIB), inteiramente financiadas por fontes nacionais. Esta mudança reflete o compromisso do governo

em reequilibrar a despesa pública para as infraestruturas e apoiar a agenda de desenvolvimento nacional, em particular a construção e reabilitação de estradas.

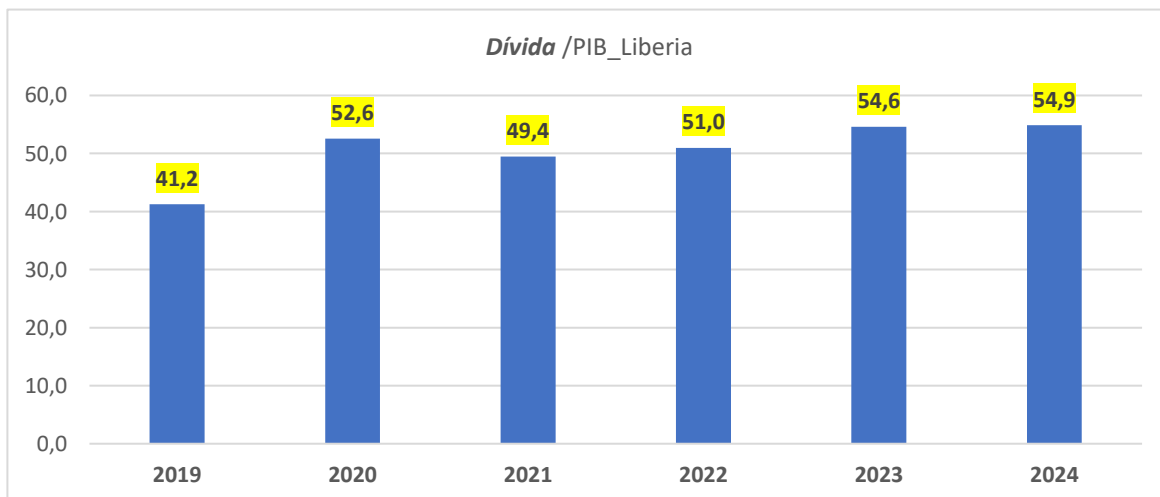
Gráfico 69: Saldo orçamental em % do PIB da Libéria de 2019 a 2024.



371. Por conseguinte, o défice orçamental global com base em engajamento (incluindo subvenções) situou-se em 0,0% do PIB em 2024, em comparação com 0,1% do PIB em 2023. Excluindo as subvenções, o défice situou-se em 1,1 por cento do PIB, em comparação com 0,6 por cento do PIB registado em 2023. No entanto, o saldo primário melhorou, registando um excedente de 1,5 por cento do PIB contra o défice de 2,7 por cento do PIB em 2023.

372. O valor da dívida pública situou-se em 2.627,1 milhões de dólares (54,9% do PIB) no final de dezembro de 2024, em comparação com 2.397,3 milhões de dólares (54,6% do PIB) no final de dezembro de 2023. O crescimento do stock da dívida pública teve origem tanto em fontes internas como externas. Os stocks de dívida interna e externa situaram-se em 1.074,9 milhões de dólares (22,5% do PIB) e 1.552,2 milhões de dólares (32,4% do PIB) no final de dezembro de 2024, em comparação com 1.021,7 milhões de dólares (23,3% do PIB) e 1.375,6 milhões de dólares (31,3% do PIB), respetivamente, no final de dezembro de 2023.

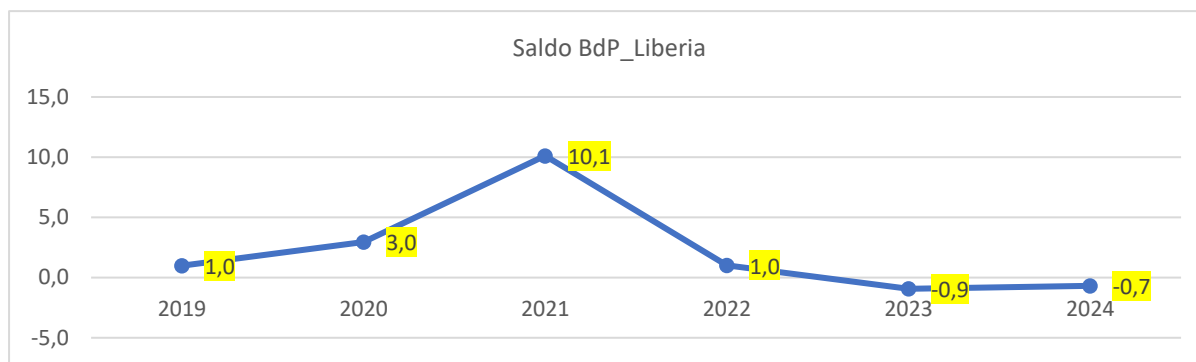
Gráfico 70: Dívida pública em % do PIB da Libéria de 2019 a 2024



4.8.3. Setor externo

373.O desempenho do setor externo da Libéria melhorou em 2024, uma vez que a balança corrente registou um excedente após o déficit de 2023. Do mesmo modo, o déficit da balança de pagamentos global diminuiu durante o período em análise.

Gráfico 71: Saldo global da Balança de Pagamentos em % do PIB da Libéria (2019-2024)



374.A balança corrente registou uma melhoria significativa em 2024, com um excedente de 680,7 milhões de dólares (14,2% do PIB), após um déficit de 39,9 milhões de dólares (5,5% do PIB) em 2023. Esta reviravolta foi impulsionada por uma redução significativa do déficit do comércio de mercadorias e por maiores entradas de rendimentos secundários. O déficit comercial diminuiu acentuadamente de 800,4 milhões de dólares (18,2% do PIB) para 207,6 milhões de dólares (4,3% do PIB), devido a uma redução de 21,0% das importações - de 1.912,9 milhões de dólares para 1.511,9 milhões de dólares - e a um aumento das exportações de 1.112,5 milhões de dólares (25,3% do PIB) para 1.304,3 milhões de dólares (27,2% do PIB). As contas de serviços e rendimentos primários registraram saídas líquidas menores: US\$ 84,8 milhões e 105,0 milhões de dólares, respetivamente, em comparação com 160,3 milhões de dólares e 114,6 milhões de dólares em 2023. Entretanto, as receitas secundárias (líquidas) registaram um aumento notável para 1.078,1 milhões de dólares (22,5% do PIB), contra 835,4 milhões de dólares (19,0% do PIB), o que reflete entradas de remessas mais fortes e o apoio dos doadores.

Gráfico 72: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB da Libéria (2019-2024)



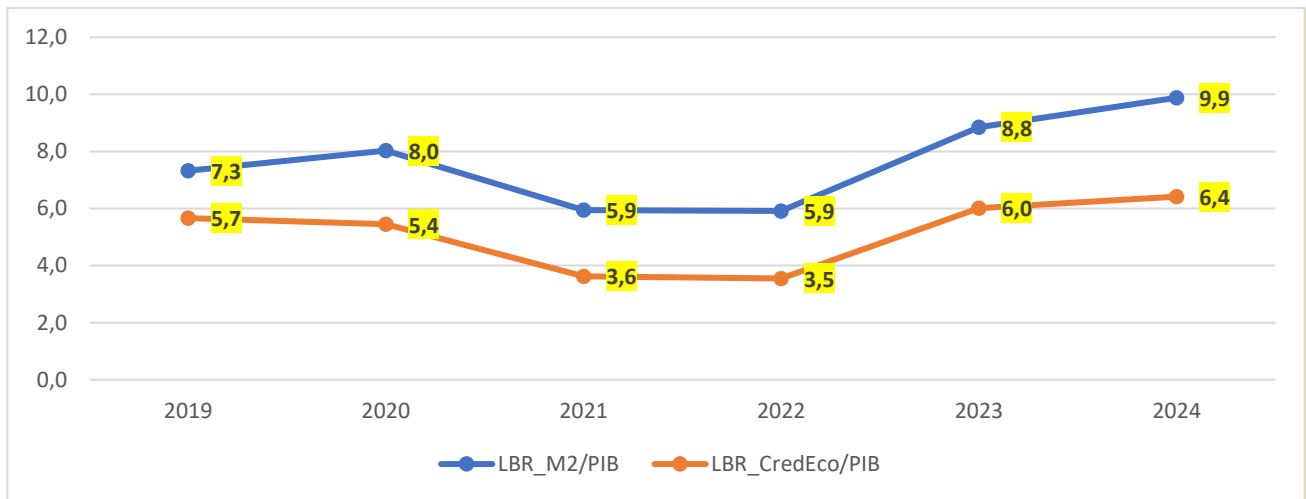
- 375.A balança de capital também melhorou, passando de 464,2 milhões de dólares (9,7% do PIB) para 495,5 milhões de dólares (10,4% do PIB), devido ao aumento das subvenções a projetos e das transferências dos parceiros de desenvolvimento. Como resultado, a balança corrente e de capital combinada registou um excedente de 1,18 mil milhões de dólares (27,0% do PIB), um aumento acentuado em relação aos 224,3 milhões de dólares (5,6% do PIB) em 2023. Esta melhoria global evidencia o reforço do desempenho do setor externo, impulsionado por uma melhor dinâmica comercial, pelo aumento das transferências e por um financiamento robusto do desenvolvimento.
- 376.A balança financeira registou entradas líquidas (empréstimos) de 707,0 milhões de dólares (14,8% do PIB) em 2024, ligeiramente superiores aos 685,7 milhões de dólares (14,3% do PIB) em 2023. O aumento foi em grande parte impulsionado por um aumento das entradas de investimento direto estrangeiro para 706,0 milhões de dólares (14,7% do PIB), contra 545,3 milhões de dólares (11,4% do PIB). No entanto, os outros investimentos registaram uma saída líquida de 31,9 milhões de dólares, invertendo a entrada de 99,6 milhões de dólares registada em 2023. Consequentemente, o défice global da balança de pagamentos (BdP) diminuiu para 32,9 milhões de dólares (0,7% do PIB), contra 40,9 milhões de dólares (0,9% do PIB) em 2023.
- 377.As reservas externas brutas no final de dezembro de 2024 diminuíram ligeiramente para 476,3 milhões de dólares (2,9 meses de cobertura das importações), contra 486,8 milhões de dólares (2,4 meses) em 2023, principalmente devido à redução das detenções de DSE, embora apoiadas por fortes entradas de remessas. Apesar da queda das reservas, a cobertura das importações melhorou devido à redução dos pagamentos das importações. O mercado cambial manteve-se estável, devido à uma política monetária prudente e pelo aumento das remessas. O dólar liberiano registou uma apreciação de 2,0 por cento no final do ano, para L\$184,64/US\$1, mas registou uma depreciação média de 9,3 por cento ao longo do ano. Em relação ao WAUA, a moeda desvalorizou 8,6% em 2024, uma melhoria em relação aos 12,6% registados em 2023.

4.8.4. Setor monetário

- 378.A implementação da política monetária do Banco Central da Libéria (BCL) em 2024 centrou-se na gestão da liquidez e na garantia da estabilidade financeira. O Banco manteve uma postura acomodatória da política monetária, uma vez que a taxa de política monetária foi mantida em 20,0 por cento até agosto de 2024, quando foi reduzida em 250 pontos base para 17,5 por cento. Em conformidade com a moderação da inflação e a estabilidade da taxa de câmbio, a taxa de política monetária foi subsequentemente reduzida em 50,0 pontos de base para 17,0 por cento em outubro de 2024. Este ligeiro ajustamento em baixa da taxa de política monetária foi feito em reconhecimento da melhoria da situação financeira global, da estabilidade do mercado cambial e da moderação da inflação no terceiro trimestre do ano.
- 379.A evolução dos agregados monetários revelou que, em 2024, o crescimento da massa monetária ampla (M2) abrandou significativamente para 11,3 por cento, face a 44,4 por cento em 2023, em grande parte devido a uma desaceleração acentuada dos ativos internos líquidos (AIL), que aumentaram apenas 4,3 por cento, em comparação com 51,1 por cento no ano anterior. Esta desaceleração foi impulsionada principalmente por uma contração de 4,9% nos créditos líquidos sobre o governo, revertendo o crescimento de 48,0% registado em 2023. O crédito ao setor privado

também se moderou, crescendo apenas 6,3% em comparação com 63,7% em 2023. Em contrapartida, os ativos externos líquidos (AFL) aumentaram 109,2%, após uma contração de 23,4% em 2023. Esta recuperação foi apoiada por um aumento de 25,3 por cento nos AFL dos bancos comerciais e um aumento de 38,5 por cento nos ativos estrangeiros do CBL. O aumento significativo dos AFL do CBL foi também impulsionado por um desembolso de 40 milhões de dólares ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (FCA), aumentando as reservas externas globais do país e a estabilidade cambial. Na mesma linha, o agregado monetário estreito (M1) cresceu 10,9%, um abrandamento acentuado em relação aos 50,3% registados em 2023, devido a um crescimento mais fraco da moeda fora dos bancos e dos depósitos à ordem. O crescimento da quase-moeda também diminuiu de 31,2 por cento para 12,5 por cento. A massa monetária de reserva aumentou apenas 4,0 por cento, contra 36,6 por cento em 2023, refletindo o impacto de uma política monetária mais restritiva destinada a controlar a inflação e a manter a estabilidade financeira.

Gráfico 73: M2/PIB e Crédito à economia/PIB da Libéria (2019-2024)



380.A evolução do setor financeiro foi mista. No final de dezembro de 2024, o crédito dos bancos comerciais ao setor privado aumentou 10,1 por cento para 101,2 mil milhões de dólares liberianos (11,1% do PIB), de 92,0 mil milhões de dólares liberianos (12,0% do PIB) em 2023. O crescimento foi impulsionado principalmente por empréstimos pessoais, serviços, petróleo e gás e outros subsectores. O setor bancário permaneceu estável e resiliente, apoiado por balanços mais fortes e maior intermediação financeira. O total de ativos aumentou 7,0 por cento, para 314,4 mil milhões de dólares, impulsionado pela depreciação da taxa de câmbio. O rácio de adequação de capital (RAC) manteve-se forte em 30,2 por cento, bem acima do mínimo regulamentar de 10,0 por cento, enquanto o rácio de liquidez melhorou para 50,9 por cento de 44,1 por cento em 2023. No entanto, os empréstimos não produtivos (ENP) aumentaram para 19,7 por cento de 18,1 por cento, permanecendo acima do valor de referência de 10,0 por cento e destacando preocupações contínuas com a qualidade dos ativos. Apesar dos desafios em matéria de infraestruturas, a rentabilidade melhorou. O retorno sobre os ativos (RSA) aumentou de 2,4% para 4,3% e o retorno sobre o capital próprio (RCP) subiu de 17,7% em 2023 para 30,6%. O lucro operacional líquido aumentou 57,4 por cento para 10,7 mil milhões de dólares liberianos, contra 6,8 mil milhões de dólares liberianos em 2023, refletindo uma maior eficiência operacional no setor.

4.8.5. Situação da convergência macroeconómica

381. Durante o período em análise, a Libéria cumpriu dois (2) dos quatro (4) critérios de convergência primários, o critério relativo ao défice orçamental e ao financiamento do défice público pelo Banco Central, o que indica uma melhoria em relação ao um (1) critério no período correspondente de 2023. O país também cumpriu dois (2) dos critérios segundo grau (o critério relativo ao rácio da dívida pública e à variação da taxa de câmbio). Globalmente, o país cumpriu quatro (4) dos seis (6) critérios de convergência macroeconómica, em comparação com dois (2) em 2023. Espera-se que o país mantenha este desempenho em 2025, para cumprir três (3) Critérios de primeiro grau (défice orçamental, financiamento do banco central e reservas externas brutas) e ambos os critérios segundo grau. O resumo do desempenho é apresentado a seguir:

- **Critérios de primeiro grau**

382. O défice orçamental com base nos compromissos, incluindo as subvenções, foi de 0,3% do PIB, em comparação com 0,1% do PIB em 2023. A taxa média anual de inflação diminuiu para 8,3%, contra 10,1% registados em 2023, não atingindo o limiar de 5,0% estabelecido no Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica (PEM). As reservas externas brutas aumentaram para 2,9 meses de importações de bens e serviços em 2024, contra 2,4 meses de importações em 2023, mas não atingiram o valor mínimo de referência de 3 meses. O financiamento do défice orçamental pelo banco central foi estimado em 0,0 por cento das receitas fiscais do ano anterior, mantendo assim o objetivo de 10 por cento.

- **Critérios segundo grau**

383. A variação da taxa de câmbio nominal do dólar liberiano em relação ao WAUA em 2024 foi de 8,6%, o que está dentro do limiar de $\pm 10\%$. Do mesmo modo, o volume da dívida pública situou-se em 54,9 por cento do PIB em 2024, em comparação com 54,6 por cento do PIB em 2023, satisfazendo assim o limiar de 70,0 por cento.

Tabela 19: Situação da convergência macroeconómica na Libéria

CRITÉRIOS	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)	$\leq 3\%$	-0,9	2,2	-0,9	0,0	0,1	0,01
Taxa média anual de inflação	$\leq 10\%$	26,9	17,2	7,9	7,6	10,1	8,30
Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	$\geq 10\%$	27,9	0,0	0,0	0,0	64,2	0,00
Reservas externas brutas	≥ 3	2,3	2,7	4,5	3,6	2,4	2,9
Nº de Critérios de primeiro grau cumpridos		1	2	2	3	2	3
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	$\pm 10\%$	-20,8	-3,5	12,6	15,8	-12,3	-8,18
Rácio da dívida pública em relação ao PIB	$\leq 70\%$	41,2	52,6	49,4	51,0	54,6	54,88
Nº de critérios segundo grau cumpridos		1	2	1	1	1	2
Total de critérios cumpridos		2	4	3	4	3	5

4.8.6. Perspetivas

384. Prevê-se que o crescimento real do PIB melhore para 5,6 por cento em 2025, 0,8 pontos percentuais acima do crescimento registado em 2024. A médio prazo (2026 - 2027), o crescimento deverá atingir uma média de 5,9 por cento, devido ao aumento do investimento no setor mineiro e às reformas estruturais nos setores da energia, comércio, transportes e serviços financeiros. As pressões inflacionistas, que estabilizaram em geral em 2024, deverão moderar-se para 9,4%, com uma margem de +/-2% em dezembro de 2025. Prevê-se que a operação orçamental a médio prazo permaneça dentro do valor de referência de convergência macroeconómica da CEDEAO de um défice de 3,0% do PIB, dados os esforços de consolidação da estratégia governamental em termos de aplicação efetiva das regras fiscais e das portarias de viagem e das restrições de despesas ao abrigo do novo programa da Facilidade de Crédito Alargada (FCA).
385. Os principais riscos para as perspetivas incluem, no entanto, a continuação das tensões geopolíticas que envolvem as guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas, que poderão manter os preços dos combustíveis e dos produtos alimentares em alta, e a deterioração dos termos de troca das exportações de produtos de base, com um efeito de repercussão significativo nos preços internos.

4.8.7. Conclusão e recomendações

386. O PIB real da Libéria registou um crescimento de 4,8% em 2024, contra 4,6% em 2023, e apoiou a agricultura e os serviços. Os planos do governo para aumentar o investimento na agricultura e nos programas sociais deverão reforçar ainda mais o crescimento em 2025. A inflação abrandou durante o ano, impulsionada pela estabilidade da taxa de câmbio, embora se espere um aumento moderado em 2025. O desempenho orçamental melhorou com fortes receitas internas e um aumento das despesas de capital, apesar da diminuição das subvenções e das despesas recorrentes. A dívida pública mantém-se dentro de limites sustentáveis, mas o aumento do serviço da dívida apresenta riscos futuros. A política monetária tornou-se mais acomodatória, com uma redução da taxa de 300 pontos de base que injetou liquidez. No entanto, o crescimento da massa monetária abrandou devido à modesta expansão dos ativos internos líquidos. O desempenho do setor externo melhorou, uma vez que a balança corrente registou um excedente e o défice global da balança de pagamentos diminuiu. Em matéria de convergência macroeconómica, a Libéria cumpriu dois dos quatro Critérios de primeiro grau e ambos os critérios segundo grau, o que representa uma melhoria em relação a 2023.
387. Com base na evolução macroeconómica em 2024 e nas perspetivas a médio prazo, são apresentadas as seguintes recomendações para consideração pelas autoridades liberianas competentes:
- Controlar a inflação: Prosseguir os esforços de contenção da inflação, incluindo a disponibilidade para tornar a política monetária mais restritiva, se necessário, equilibrando o controlo da inflação com o apoio ao crescimento do setor privado;

- Desenvolvimento das infraestruturas: Dar prioridade à resolução dos problemas críticos em matéria de infraestruturas, especialmente nas redes de energia e rodoviárias, a fim de estimular a produtividade e o crescimento económico;
- Apoiar os setores produtivos: Incentivar as instituições financeiras a aumentar o crédito aos setores produtivos através da introdução de garantias de crédito específicas para cada setor e de modelos de financiamento misto em parceria com os parceiros de desenvolvimento;
- Consolidação orçamental: Reforçar a disciplina fiscal através da aplicação integral das regras fiscais e do controlo das despesas, alargando simultaneamente a base tributária nacional e melhorando a administração fiscal para uma mobilização sustentável das receitas;
- Gestão da dívida pública: Adotar uma estratégia de dívida a médio prazo centrada na contração de empréstimos em condições favoráveis e nos investimentos produtivos, aumentando a transparência e reforçando o quadro de gestão da dívida para garantir a sua sustentabilidade.

388. Em conclusão, há fortes indícios de que a Libéria está a fazer progressos no sentido da plena satisfação dos Critérios de primeiro grau e secundários de convergência económica. Esta dinâmica será mantida se as recomendações acima referidas forem tidas em consideração e efetivamente aplicadas.

4.9. Situação económica e financeira da Nigéria

389. Em 2024, o foco da política macroeconómica da Nigéria consiste em acelerar o crescimento no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2021-2025. Este plano tem como objetivos principais a diversificação económica, o crescimento robusto das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e a criação de um ambiente empresarial resiliente e favorável. Paralelamente, a Agenda da Esperança Renovada (2023-presente) procura revitalizar a economia através de reformas em setores fundamentais. Coloca uma forte ênfase na industrialização, digitalização e governação eficaz.
390. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou para 3,4 % em 2024, face aos 2,7 % registados em 2023. O crescimento foi impulsionado essencialmente pelo melhor desempenho na mineração e extração (particularmente petróleo bruto), serviços financeiros e Telecomunicações e Serviços de Informação.
391. A inflação média anual subiu para 24,66 % em 2024, face aos 18,85 % em 2023, essencialmente atribuída ao aumento dos preços dos alimentos e energia, depreciação da taxa de câmbio, custos de transporte mais elevados devido ao aumento dos preços do combustível motor (PMS), e novos ajustes ascendentes nas tarifas de eletricidade.
392. O saldo orçamental global como percentagem do PIB diminuiu ligeiramente para 5,5 % em 2024 face aos 5,6 % em 2023. O défice foi financiado por endividamento interno.

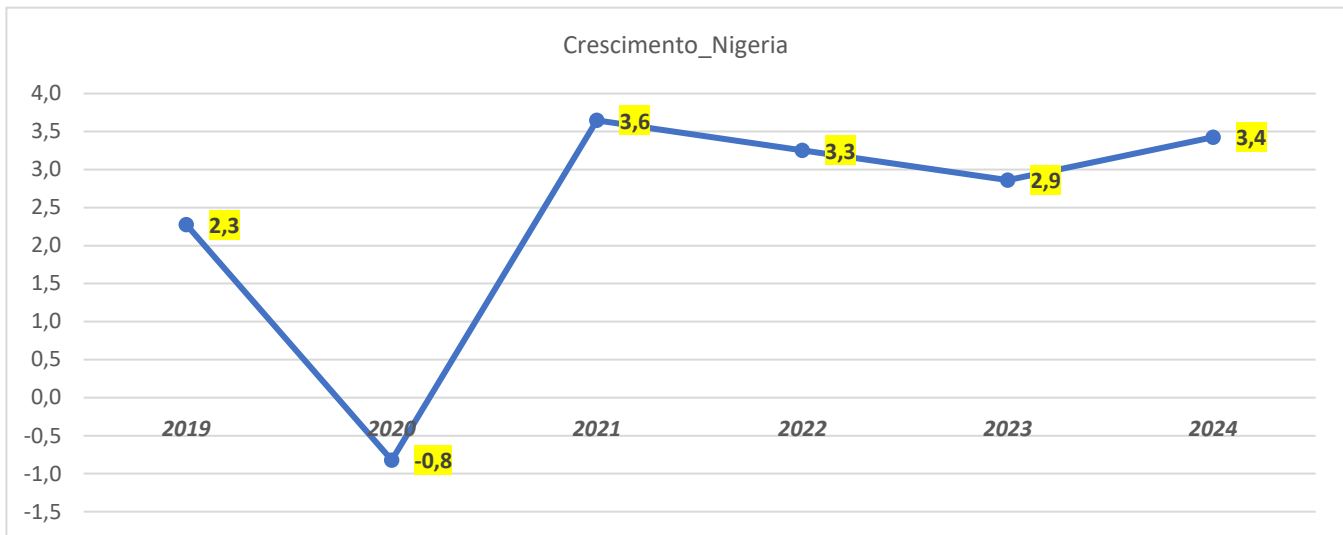
4.9.1. Setor Real

4.9.1.1. Crescimento económico

393. O crescimento real do PIB acelerou em 3,43 % em 2024, comparado com 2,7 % em 2023, impulsionado essencialmente pela recuperação relativa do setor não petrolífero.
394. O setor não petrolífero cresceu em termos reais em 3,27 % em 2024 face aos 3,04 % em 2023. As atividades não petrolíferas que registaram o crescimento mais rápido em 2024 foram: Minérios Metálicos (72,23%), Transporte Ferroviário e Oleodutos (44,14%), Instituições Financeiras (30,89%), Seguros (14,42%) e Transporte Aquático (11,58%).
395. O setor petrolífero melhorou igualmente durante o período com uma taxa de crescimento de 5,54 % em 2024 comparado com uma contração de 2,22 % em 2023, impulsionado pelo aumento da produção petrolífera diária média para 1,49 mb/dia, comparado com 1,43 mb/dia reportados em 2023. O aumento na produção petrolífera resultou largamente da melhoria da segurança ao longo dos oleodutos.
396. No que respeita à estrutura da economia nigeriana, uma análise detalhada dos três setores principais, nomeadamente, os setores Primário, Secundário e Terciário, mostrou que há um esforço sustentado na diversificação da economia. O setor de serviços contribuiu com a maior parte para o PIB em 2024 com 56,89 % face aos 56,18 % em 2023. O setor primário ficou em segundo lugar distante com 24,63 % do PIB em 2024, comparado com 25,18 % em 2023, indicando uma contração

marginal. A quota do setor secundário no PIB foi a menor; 18,47 % em 2024 comparado com 18,65 % em 2023, indicando um declínio marginal.

Gráfico 74: Crescimento económico na Nigéria (2022 - 2024)



397.O desempenho do setor primário registou uma ligeira melhoria para 1,2 % em 2024 face aos 1,1 % em 2023, sobretudo influenciado pela produção agrícola, que cresceu em 1,6 % durante o período em análise. A produção pecuária e piscícola contraiu 4,6 % e 0,7 %, respetivamente, em 2024. Contudo, a atividade florestal cresceu em 2,4 % comparado com a taxa de crescimento de 1,8 % em 2023.

398.O desempenho do setor secundário continuou a ser reforçado, registando uma taxa de crescimento de 2,4 % em 2024 comparado com 0,7 % em 2023. Esta melhoria foi impulsionada essencialmente pela mineração e extração, que cresceu em 4,8 % contra a contração de 2,8 % em 2023. A produção no setor manufactureiro manteve-se inalterada, enquanto a dos setores da eletricidade, gás e ar condicionado a vapor, bem como abastecimento de água, esgotos, gestão de resíduos e atividades de remediação, e construção abrandaram ao longo do período analisado.

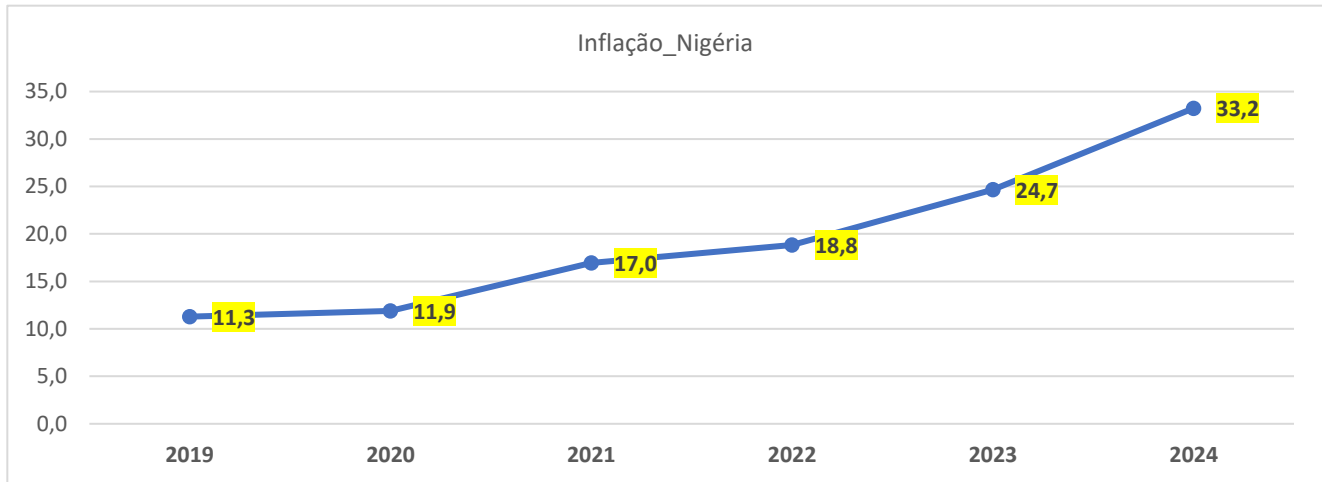
399.O Setor Terciário registou um crescimento de 4,7 %, registando uma progressão relativamente aos 4,2 % em 2023, primordialmente apoiado pelo aumento da produção no alojamento e serviços de alimentação, bem como finanças e seguros, e administração pública no decurso do período. As atividades do comércio, informação e comunicação, imobiliário e arte, entretenimento e recreação abrandaram durante o período em análise.

4.9.1.2. Inflação

400.A elevada pressão inflacionária observada em 2023 continuou em 2024, com a inflação a registar dois dígitos em todos os meses do período em análise. A inflação geral foi de 34,80 % numa base anual, 5,87 pontos percentuais superior aos 28,92 % no final de 2023. Enquanto a inflação média anual em 2024 foi de 33,24 %, comparada com uma média de 24,66 % em 2023. Os aumentos na inflação foram impulsionados essencialmente por Alimentos e Bebidas Não Alcoólicas, Transportes

e Bens e Serviços Diversos. A tendência da inflação média anual durante o período é apresentada abaixo:

Gráfico 75: Inflação na Nigéria (2019-2024)



401. A tendência ascendente foi igualmente impulsionada pela depreciação da taxa de câmbio, preços elevados da energia, especificamente da Gasolina Premium (PMS), Gasóleo Automóvel (AGO) e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) devido à desregulamentação do setor petrolífero a jusante.

4.9.2. Finanças públicas

402. A geração de receitas da Nigéria melhorou significativamente no exercício de 2024 comparado com o resultado de 2023. A receita total coletada federalmente no período foi de 28,70 mil milhões de ₦, o que representa 7,2 % do PIB, indicando um aumento recorde de 68,99 %, comparado com 16,4 mil milhões de ₦, que representa 7,0 % do PIB em 2023.

403. A receita petrolífera bruta durante o período em análise foi de 6,5 mil milhões de ₦, refletindo um aumento de 59,94 % sobre os 4,04 mil milhões de ₦ gerados em 2023. O aumento da receita petrolífera durante o período em análise refletiu o crescimento significativo registado em todas as principais categorias de receita petrolífera, impulsionado pela redução das deduções de custos relacionadas com a política de subrecuperação do governo.

404. A receita fiscal total aumentou de 18,8 % em 2024 para 21,7 mil milhões, o que representa 5,4 % do PIB comparado com 12,3 mil milhões, que representa 5,3 % do PIB em 2023. Similarmente, a receita não fiscal em termos nominais aumentou de 71,5 % para 7,0 mil milhões de ₦ em 2024, o que representa 1,7 % do PIB, comparado com 4,1 mil milhões de ₦ em 2023, que representa ainda 1,7 % do PIB em 2023. A receita fiscal constitui 75,6 % de toda a receita total coletada pelo Governo Federal.

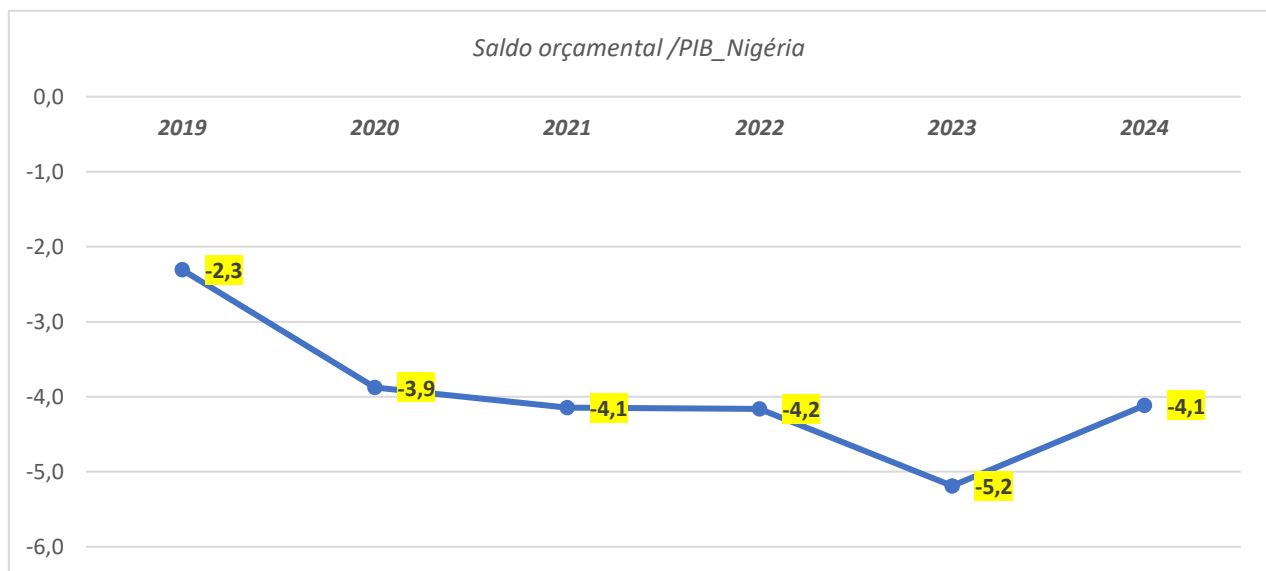
405. A receita retida pelo Governo Federal em termos nominais foi de 8,19 mil milhões de ₦ (2,0 % do PIB). Isto representa apenas 28,5 % da receita total coletada em 2024, representando um aumento de 36,50 % face aos 6,00 mil milhões de ₦ (2,6 % do PIB) em 2023. O aumento no desempenho em

2024, comparado com as receitas de 2023, é atribuível à melhoria da eficiência de cobrança e outras reformas orçamentais, incluindo a remoção do subsídio à gasolina no período em análise.

406. A despesa nominal total do Governo Federal no exercício de 2024 atingiu de 24,65 mil milhões de ₦, o que representa um aumento de 32,46 % face aos 18,61 mil milhões de ₦ registados em 2023. Contudo, em termos reais, diminuiu para 6,2 % do PIB em 2024, comparado com 7,7 % do PIB em 2023. Uma desagregação do total de saídas indica que a despesa corrente total foi de 20,36 mil milhões de ₦ (5,1 % do PIB), comparada com 5,6 % do PIB em 2023. Isto inclui a despesa corrente não relacionada com dívida e a despesa corrente relacionada com dívida. A despesa de capital para o período foi de 4,99 mil milhões de ₦, o que representa 1,2 % do PIB, comparado com os 4,49 mil milhões de ₦, que representa 1,9 % do PIB, registados em 2023.

407. A operação orçamental consolidada do Governo Federal no exercício de 2024 resultou num défice de 16,46 mil milhões de ₦, um aumento de cerca de 30,53 % superior aos 12,61 mil milhões de ₦ registados em 2023. Isto traduz-se numa relação défice orçamental/PIB de 4,1 % em 2024, o que representa uma melhoria comparado com os 5,2 % de défice orçamental para o PIB registados em 2023. O défice foi financiado na ordem de 7,49 mil milhões de ₦ (81 %) do endividamento interno e 1,76 mil milhões de ₦ (19 %) do endividamento externo.

Gráfico 76: Saldo orçamental em % do PIB da Nigéria (2019-2024)



4.9.2.1. Desempenho da Dívida Pública

408. A Dívida Pública Total da Nigéria, em 31 de dezembro de 2024, cifrava-se em 144,67 mil milhões de ₦ (94,23 mil milhões de dólares), o que representa um aumento de 48,62 %, comparado com 97,34 mil milhões de ₦ (108,23 mil milhões de dólares) em 31 de dezembro de 2023. Contudo, em termos de dólares, a Dívida Pública Total foi inferior em 14,00 mil milhões de dólares ou 12,94 %, largamente devido à desvalorização da naira.

409. A componente da dívida externa total ascendeu de 45,78 mil milhões de dólares em 31 de dezembro de 2024, e representa um aumento de 3,29 mil milhões de dólares quando comparado com 42,50 mil milhões de dólares registados em 31 de dezembro de 2023. Em termos reais, o endividamento do país reduziu para 36,2 % do PIB no final de dezembro de 2024, comparado com 41,5 % do PIB no final de dezembro de 2023. Primordialmente, o aumento em termos nominais é atribuído à emissão de Eurobonds de 2,2 mil milhões de dólares pela Nigéria em dezembro de 2024. Ademais, registaram-se levantamentos cumulativos de 4,19 milhões de dólares de outros Credores, incluindo o empréstimo de 1,5 mil milhões de dólares do Banco Mundial. Estes aumentos ocorreram apesar dos reembolsos de capital de 1,63 mil milhões de dólares ao FMI (Fundo Monetário Internacional), 270 milhões de dólares de Empréstimo Sindicado e 899,05 milhões de dólares a outros Credores Multilaterais, Bilaterais e Comerciais.

410. A componente da dívida interna total foi de 74,34 mil milhões de ₦ (20,4 % do PIB) em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 25,81 %, comparado com 59,12 mil milhões de ₦ (27,0 % do PIB) em 31 de dezembro de 2023. O aumento da dívida interna resultou principalmente dos novos empréstimos do Governo Federal da Nigéria (GFN). Similarmente, a dívida externa como percentagem do PIB aumentou de 14,5 % no final de dezembro de 2023 para 15,7 % do PIB no final de dezembro de 2024.

Gráfico 77: Dívida pública em % do PIB da Nigéria (2019-2024)



411. Relativamente à sustentabilidade da dívida nigeriana, a relação dívida pública total/PIB em 31 de dezembro de 2024, foi de 36,17 %. A Relação está dentro do limiar da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), também do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) no Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Acesso ao Mercado (MAC-DSF).

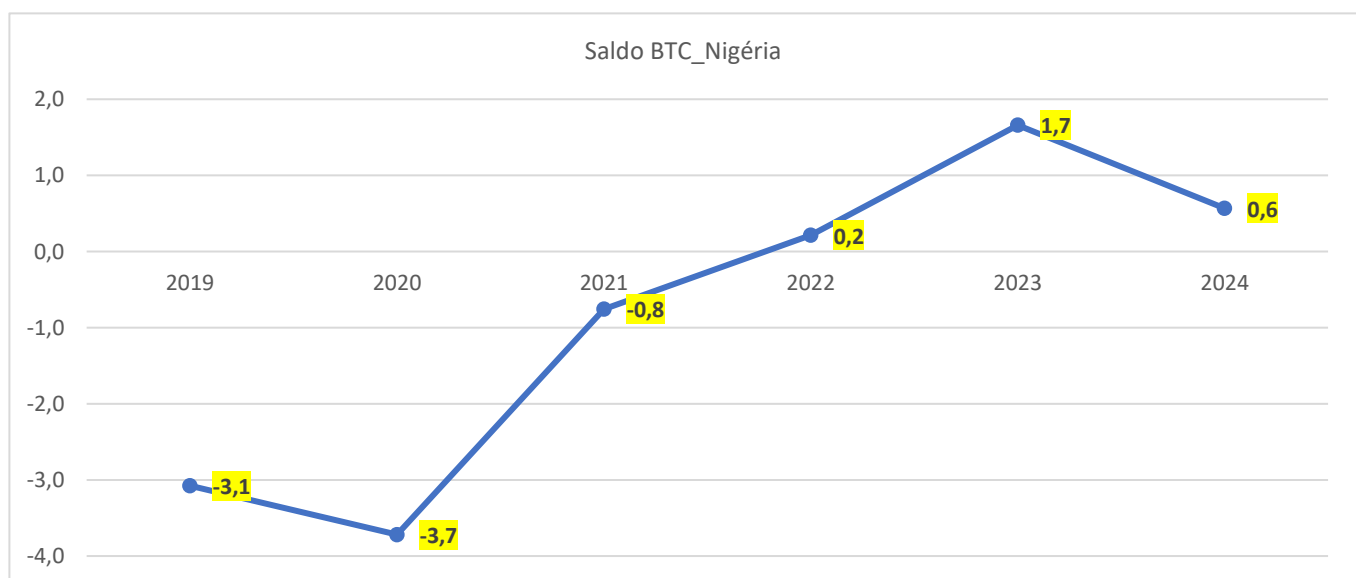
4.9.3. Setor Externo

412.O comércio externo total da Nigéria foi de 138,03 mil milhões de ₦ em 2024, o que reflete um aumento de 106,56 % face aos 66,83 mil milhões de ₦ registados no exercício de 2023. A recuperação continuada do comércio segue a recuperação sustentada das atividades económicas globais, incluindo o comércio externo e viagens, mas mais importante, o impacto das reformas cambiais do Banco Central da Nigéria (BCN). As exportações expandiram significativamente, ultrapassando a expansão das importações no período em análise. As exportações foram de 77,42 mil milhões de ₦ no período em análise, indicando um aumento de 115,34 % face aos 35,96 mil milhões de ₦ registados em 2023. As importações também aumentaram 96,32 % para 60,59 mil milhões de ₦ em 2024, face aos 30,86 mil milhões de ₦ registados em 2023.

413.Assim sendo, a balança comercial da Nigéria manteve-se excedentária durante três anos consecutivos. A balança comercial nigeriana foi de 13,4 mil milhões de dólares (cerca de 16,85 mil milhões de ₦), indicando um aumento de 63,1 % sobre o excedente de 8,1 mil milhões de dólares (cerca de 5,10 mil milhões de ₦) registado em 2023. A melhoria na balança comercial foi atribuída ao impacto das políticas comerciais atuais para incrementar as exportações, incluindo a produção petrolífera.

414.A conta corrente registou um excedente de 17,2 mil milhões de dólares, o que representa 0,5 % do PIB em 2024. A conta de serviços registou um déficit mais amplo de 13,4 mil milhões de dólares em 2024, um aumento de 0,9 % sobre os 3,2 mil milhões de dólares registados em 2023. Contudo, o déficit na conta de rendimento primário reduziu para 6,6 mil milhões de dólares, uma redução de 41 %, comparado com 10,9 mil milhões de dólares registados em 2023. A conta de rendimento secundário registou um rendimento excedentário de 24,0 mil milhões de dólares em 2024, um aumento de 8,7 % sobre os 22,1 mil milhões de dólares registados em 2023.

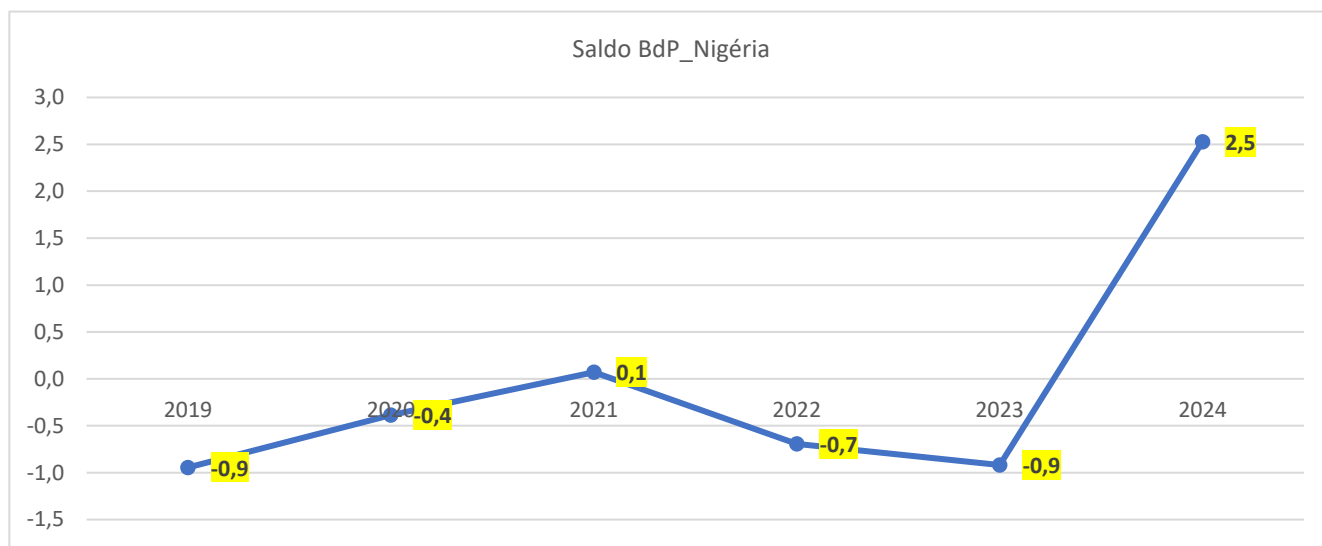
Gráfico 78: Saldo da balança das transações correntes da Nigéria em % do PIB (2019-2024)



415. Em termos da conta de Capital e financeira, registou uma incoerência líquida de passivo de 3,1 mil milhões de dólares em 2024, uma redução significativa face ao défice de 5,3 mil milhões de dólares registado em 2023.

416. O saldo global da Nigéria situou-se num excedente de 6,83 mil milhões de dólares (2,5 % do PIB) em 2024, subindo comparativamente ao défice de 3,34 mil milhões de dólares (0,9 % do PIB) em 2023.

Gráfico 79: Saldo global em % do PIB da Nigéria (2019-2024)



417. As reservas cambiais externas da Nigéria situaram-se em 40,19 mil milhões de dólares em 31 de dezembro de 2024, registando um crescimento comparativamente aos 33,09 mil milhões de dólares registados em 31 de dezembro de 2023. Os meses de cobertura de importações também subiram de 9,44 para 11,99 no mesmo período. A acumulação de reservas pode ser atribuída às entradas de divisas tanto do setor petrolífero como não petrolífero, (incluindo o setor de serviços e melhoria das remessas), na sequência da implementação sustentada das reformas políticas pelo Banco.

4.9.4. Setor Monetário

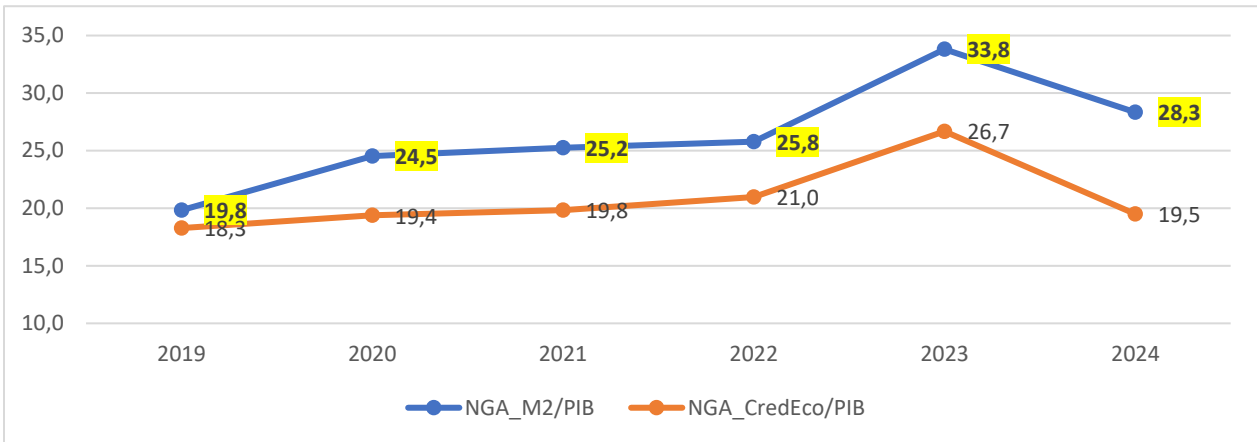
418. À luz da situação económica prevalecente tanto a nível global como interno, a política monetária do Banco Central da Nigéria (BCN) em 2024 concentrou-se em conter a inflação enquanto atraía fluxos externos para melhorar a oferta no mercado cambial e estabilizar a taxa de câmbio. Em conformidade, o Comité de Política Monetária (CPM) manteve uma posição política restritiva para alcançar o mandato primário do Banco de estabilidade de preços.

419. Em 2024, o CPM procedeu ao aumento das taxas de política monetária (TPM) seis (6) vezes num total cumulativo de 875 pontos base para 27,50 % e a taxa de reservas obrigatórias (TRO) duas (2) vezes num total cumulativo de 1750 pontos base para 50 % e TRO para bancos comerciais em 600 pontos base para 16 % para conter a inflação. Também ajustou o corredor assimétrico três (3) vezes para +100/-700, +100/-300, e +500/-100 pontos base em torno da TPM. O CPM, contudo, manteve a

taxa de liquidez em 30 %. As decisões visaram igualmente proporcionar um ambiente macroeconómico estável e reduzir as expetativas inflacionistas.

420. Em 2024, as principais taxas do mercado monetário exibiram flutuações significativas, mas tenderam geralmente para cima. Isto retrata liquidez excessiva no sistema financeiro, o que levou à eventual absorção para sustentar a confiança do mercado.
421. A taxa média de empréstimos interbancários (TBI) subiu para 30,29 % em maio de 2024 face aos 16,43 % em janeiro de 2024. Após exibir picos e vales, fechou em 29,31 % no final de dezembro de 2024. Além disso, a taxa de empréstimo preferencial média subiu ligeiramente 2,28 pontos percentuais para 16,29 % em 2024 (janeiro-dezembro de 2024) face aos 14,01 % no ano anterior (janeiro-dezembro de 2023). Similarmente, a taxa de empréstimo máxima subiu ligeiramente 1,21 pontos percentuais para 29,19 % no período atual (janeiro-dezembro de 2024) face aos 27,98 do período anterior (janeiro-dezembro de 2023).
422. Além disso, a taxa dos Bilhetes do Tesouro de 91, 180 e 364 dias subiu de uma média de 3,72, 5,68 e 9,96 % em janeiro de 2024 para 18,00, 18,50 e 22,87 % respetivamente, em dezembro de 2024, enquanto a taxa média de poupanças também tendeu para cima de 5,28 % para 7,51 % durante o mesmo período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024.
423. A oferta monetária alargada (M2 e M3) manteve uma trajetória ascendente no período em análise. M3 cresceu 42,70 % para 113,09 mil milhões de ₺ no final de dezembro de 2024, comparado com 79,25 mil milhões de ₺ no final de dezembro de 2023. Esta taxa de crescimento é similar aos 51,9 % registados no período homólogo de 2023. O crescimento na oferta monetária (M3) foi apoiado principalmente pelos ativos externos líquidos, que cresceram uns impressionantes 242,3 %, refletindo fluxos aumentados evidentes nos Depósitos em Moeda Estrangeira das ODC; isto foi adicionalmente ao crescimento no NDA de cerca de 13,93 % no mesmo período. A Moeda Restrita (M1) aumentou 28,86 % para 38,81 mil milhões de ₺ no final de dezembro de 2024, face aos 30,12 mil milhões de ₺ no período correspondente de 2023, impulsionada principalmente pela expansão da moeda fora do sistema bancário e depósitos à ordem transferíveis de cerca de 1,33 mil milhões de ₺ e 0,45 mil milhões de ₺, respetivamente.
424. Os Ativos Externos Líquidos (AEL) aumentaram para 33,44 mil milhões de ₺ no final de dezembro de 2024, representando um crescimento de 258,08 % quando comparado com o período correspondente de 2023.
425. Os Ativos Internos Líquidos (AIL) cresceram 13,93 % para o período terminado em dezembro de 2024 comparado com a taxa de crescimento de 44,6 % para o período correspondente de 2023. Esta desaceleração acentuada foi atribuída principalmente aos créditos líquidos ao Governo, que contraíram 27,7 % no final de dezembro de 2024 contra o crescimento de 41,6 % no final de dezembro de 2023. O crescimento dos créditos ao setor privado moderou para 31,4 % face aos 57,7 % no final de dezembro de 2023.

Gráfico 80: M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB da Nigéria (2019-2024)



426. Do lado dos passivos, o crescimento do numerário em circulação acelerou para 48,3 % no final de dezembro de 2024 face aos 33,7 % no final de dezembro de 2023. Contudo, os depósitos à ordem cresceram 25,4 % no final de dezembro de 2024, inferior à taxa de crescimento de 46,8 % no final de dezembro de 2023.

4.9.5. Estado da Convergência Macroeconômica

427. Em 2024, a Nigéria cumpriu dois Critérios de primeiro grau, o financiamento pelo Banco Central do déficit orçamental ($\leq 10\%$ da receita fiscal do ano anterior) e as reservas cambiais externas brutas (≥ 3 meses de critério de importações). O país, contudo, não conseguiu cumprir a taxa de inflação ($\leq 5\%$) e o déficit orçamental (incluindo donativos) como percentagem do PIB ($\leq 3\%$). Relativamente aos critérios segundo grau, a Nigéria cumpriu um dos dois critérios segundo grau. A dívida pública total como percentagem do PIB de $\leq 70\%$ foi cumprida enquanto o país não cumpriu a flutuação da taxa de câmbio nominal em $\pm 10\%$.

428. O desempenho do País sob os critérios de convergência é destacado da seguinte forma:

Critérios de Convergência de primeiro grau

- **Relação Déficit Orçamental (incluindo donativos)/PIB ($\leq 5\%$):** A Nigéria não logrou cumprir este critério durante o exercício de 2024. A relação déficit orçamental para o PIB subiu ligeiramente para 5,6 % face aos 5,5 % em 2023.
- **Taxa de inflação média $\leq 5\%$:** A Nigéria não cumpriu este critério pois a taxa de inflação média situou-se em 33,2 % em 2024, comparada com 24,66 % em 2023.
- **Financiamento pelo Banco Central do Déficit Orçamental (Percentagem da receita fiscal do ano anterior) $\leq 10\%$:** A Nigéria cumpriu este critério tanto em 2023 como em 2024 pois não houve financiamento pelo Banco Central do déficit durante estes períodos.
- **Reservas Cambiais Externas Brutas (Meses de Importação) ≥ 3 meses:** A Nigéria cumpriu este critério durante o período em análise. As reservas cambiais externas brutas situaram-se em 40,19

mil milhões de dólares em dezembro de 2024, o que se traduz em 12,0 meses de cobertura de importações.

Critérios de Convergência de segundo grau

- **Estabilidade da Taxa de Câmbio Nominal $\pm 10\%$:** A Nigéria não pôde cumprir o critério de estabilidade da taxa de câmbio nominal em 2024 pois a Naira depreciou em média 56,2 % contra a Unidade de Conta da África Ocidental (UAAO). A depreciação da taxa de câmbio resulta largamente da adoção pelo Banco Central da Nigéria de uma uniformidade no mercado cambial.
- **Dívida Pública Total como Percentagem do PIB $\leq 70\%$:** A Nigéria alcançou o critério de convergência da dívida pública total como percentagem do PIB no exercício de 2024. A relação da carteira da dívida pública total do país para o PIB manteve-se em 52,1 % no período em análise, embora ligeiramente crescente, quando comparada com 41,5 % em dezembro de 2023.

Tabela 20: Convergência da Nigéria

CRITÉRIOS	TARGET	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)	$\leq 3\%$	2,3	3,9	4,1	4,2	5,2	4,1
Taxa média anual de inflação	$\leq 5\%$	11,3	11,9	17,0	18,8	24,7	33,2
Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	$\geq 10\%$	0,0	34,0	28,4	94,4	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥ 3	6,6	8,4	9,6	6,9	7,6	12,0
Número de Critérios de primeiro grau cumpridos		3	1	1	1	2	2
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	$\pm 10\%$	2,2	-9,7	-19,5	2,9	-34,3	-60,9
Rácio da dívida pública em relação ao PIB	$\leq 70\%$	18,8	21,3	22,5	22,9	41,5	36,2
Nº de critérios segundo grau cumpridos		2	2	1	2	1	1
Total de critérios cumpridos		5	3	2	3	3	3

4.9.6. **Perspetivas**

429.O desenvolvimento no ambiente económico global, juntamente com desenvolvimentos internos, incluindo segurança, continuarão a influenciar a direção do desempenho económico da Nigéria.

430.No plano interno, preveem-se desenvolvimentos positivos. Primeiramente, a taxa de crescimento do PIB deverá acelerar para 4,6 % em 2025, baseada na melhoria da produção petrolífera, investimentos em infraestruturas e melhorias continuadas no setor de serviços.

431. O Índice de Preços no Consumidor reformulado já indicou que a Inflação geral desceu para 24,48 % em janeiro de 2025, comparativamente aos 34,80 % em dezembro de 2024. A inflação média anual deverá aliviar para 15,0 % em 2025. Isto já se refletiu no mercado pois as taxas de juro internas começaram a descer a partir de janeiro de 2025.
432. Similarmente, a estabilidade na taxa de câmbio da Naira testemunhada desde o 4T 2024 e a desaceleração dos aumentos na Taxa de Política Monetária pelo Banco Central da Nigéria (BCN), são desenvolvimentos positivos para as atividades económicas e sustentabilidade da dívida.
433. A reforma da base de cálculo proposta do PIB deverá resultar numa Relação Dívida/PIB mais baixa e outros indicadores macroeconómicos. Evidentemente, isto será resultado do efeito base, mas as autoridades poderão avaliar o financiamento tanto de fontes locais como externas.

4.9.7. Desafios, Recomendações e Conclusões

Desafios

434. A economia nigeriana continuou a enfrentar desafios tanto internos como externos, que impactaram os desenvolvimentos no período em análise. Alguns dos desafios são destacados da seguinte forma:
- Desafios de segurança vivenciados em algumas partes do país abrandaram a produção alimentar e atividades empresariais, impactando negativamente a cobrança de receitas e o Produto Interno Bruto;
 - Subdesempenho persistente da produção petrolífera contra o referencial orçamental, impactando a receita governamental; e
 - Baixa conformidade com a lei fiscal pela população nigeriana, levando à mais baixa receita fiscal para o PIB na região.

Recomendações

435. Para superar os desafios acima mencionados, propõem-se as seguintes recomendações:
- i. Adotar uma estratégia para conter a insegurança e criar um ambiente favorável para proteger vidas e propriedades e o ambiente para os negócios prosperarem.
 - ii. Fortalecer a implementação da Iniciativa de Crescimento de Receita Estratégica para impulsionar a receita e minimizar o défice orçamental, endividamento e relação serviço da dívida para receita;
 - iii. Acelerar esforços na aprovação de projetos de lei cruciais para transformar e abrir a economia para fomentar a concorrência e melhorar a eficiência;
 - iv. Aperfeiçoar os mecanismos de cobrança fiscal e aplicar as leis fiscais; e
 - v. Assegurar a implementação plena do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2025 – 2028.

Conclusões

436. A situação macroeconómica interna no período em análise foi impactada pelos desenvolvimentos na economia global. O aumento dos riscos descendentes, incluindo uma elevada taxa de inflação e aumento da taxa de juro, bem como impactos da política interna sobre a remoção do subsídio aos combustíveis e unificação da taxa de câmbio, que continuaram a impactar o desenvolvimento no período em análise. A economia, contudo, continuou a recuperar, expandindo 3,40 % em 2024 comparativamente aos 2,74 % em 2023, com o setor petrolífero a recuperar de um declínio de 2,2 % em 2023 para um crescimento de 5,54 % em 2024, enquanto o crescimento do setor não petrolífero se manteve robusto em 3,27 %.
437. As atividades económicas estão projetadas para melhorar adicionalmente no curto prazo devido aos esforços governamentais para abordar questões estruturais que impactam o crescimento económico no país. A posição orçamental da economia manteve-se estável, mas continuou a ser pressionada com um aumento da dívida e serviço da dívida devido a um maior déficit orçamental. Os riscos ao crescimento, portanto, permaneceram no lado descendente.
438. Em síntese, o ambiente macroeconómico no período em análise foi fundamentalmente redefinido pelo impacto das reformas orçamentais e monetárias da nova administração, o nível crescente de incertezas confrontando a recuperação da economia global bem como inseguranças em partes do país. A economia está, contudo, projetada para permanecer estável no médio prazo, sustentada pelas reformas orçamentais e monetárias. Esforços sustentados para abordar questões estruturais na produção de petróleo bruto, bem como o aprofundamento de reformas em vários setores da economia, permaneceram críticos para a recuperação.

4.10. Situação Económica e Financeira do Senegal

439. A visão económica do Senegal visa transformar o país numa economia competitiva, próspera e inclusiva, com especial incidência sobre o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Os objetivos essenciais compreendem um crescimento económico sustentado, um PIB per capita mais elevado, uma melhor integração na economia mundial e uma melhoria do nível de vida dos cidadãos, nomeadamente através da melhoria do acesso à educação, aos cuidados de saúde e às oportunidades económicas.
440. Em 2024, a economia do Senegal registou uma taxa de crescimento de 6,1% contra 4,3% em 2023, essencialmente impulsionada pelos setores secundário e terciário. A inflação situou-se em 0,8% contra 5,9% no final de 2023. A gestão das finanças públicas evidencia um défice orçamental global (base de compromisso) de 10,4% do PIB, contra 16,8% do PIB registado em 2023. Esta situação provocou, em 2024, uma melhoria do défice orçamental decorrente da diminuição das despesas públicas. Relativamente às contas externas, estas registam um excedente da balança global de pagamentos de 77,2 mil milhões de francos CFA (0,39% do PIB) em 2024 contra um excedente de 80,7 mil milhões de francos CFA (0,43% do PIB) em 2023. Esta evolução explica-se em grande parte pela diminuição de 32,7% do défice da conta corrente, combinada com o abrandamento do excedente da conta financeira. No plano monetário, a situação caracterizou-se por um aumento de 3,9% dos agregados monetários. Estes fixaram-se em 10 206,5 mil milhões de francos CFA no final de 2024, face aos 9 827,6 mil milhões registados em dezembro de 2023. Esta evolução foi impulsionada tanto pelo aumento dos ativos externos líquidos como pela consolidação dos créditos internos líquidos.
441. Em matéria de convergência, o Senegal respeitou quatro (04) critérios de convergência da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 2024.

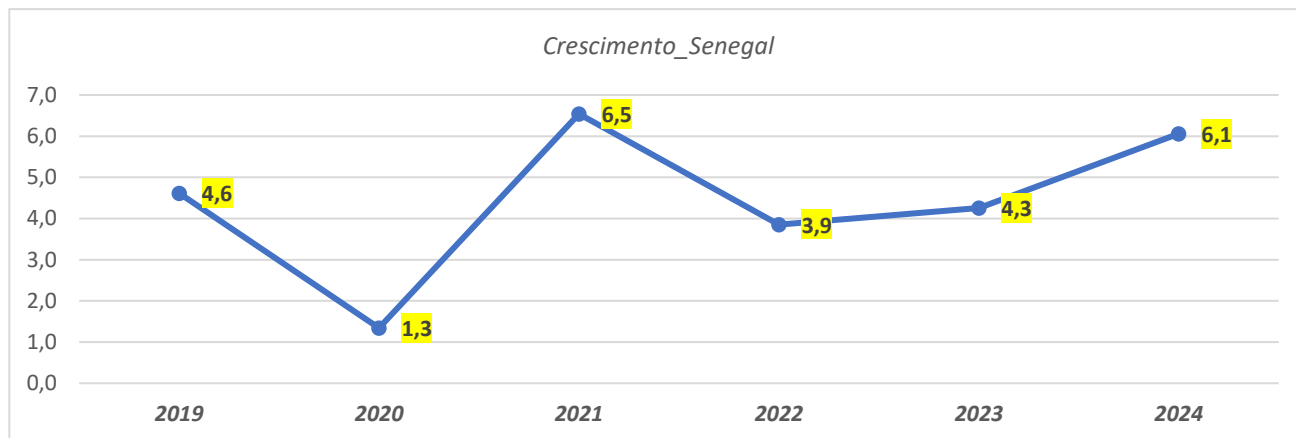
4.10.1. Setor real

4.10.1.1. Crescimento económico

442. No Senegal, o crescimento do PIB real é estimado em 6,1% em 2024 contra 4,3% em 2023, essencialmente impulsionado pelos setores secundário e terciário. O setor secundário registou um aumento de 18,7% em 2024, impulsionado pelas indústrias extrativas que aumentaram 187,5%. Este aumento das indústrias extrativas foi atenuado pelas atividades de refinação que diminuíram 5,5% em 2024. O valor acrescentado do ramo «Fabricação de produtos químicos» e o dos materiais de construção também diminuíram, respetivamente 0,7% e 0,2% em 2024. Em contrapartida, as atividades «Eletricidade e Gás», «Água, saneamento e tratamento de resíduos» e «construção» aumentaram, respetivamente 12,1%, 6,2% e 0,4% em 2024.
443. Relativamente ao setor terciário, o valor acrescentado conheceu um aumento de 3,5% em 2024 contra 3,8% em 2023, atenuado pelas atividades especializadas, científicas e técnicas (-3,3%). Este crescimento é impulsionado pelo aumento dos valores acrescentados das atividades financeiras e de seguros (+8,3%), dos transportes (+5,3%), dos serviços de alojamento e restauração (+4,1%), bem como das atividades comerciais (+2,9%).

444.O setor primário conheceu uma diminuição de 3,0%, imputável ao recuo de 6,3% do valor acrescentado da agricultura. Contudo, a contração do setor primário foi atenuada pelo aumento dos valores acrescentados da pecuária (+4,6%), da pesca (+2,7%) e da silvicultura (+2,6%).

Gráfico 81: Crescimento económico no Senegal (2019-2024)

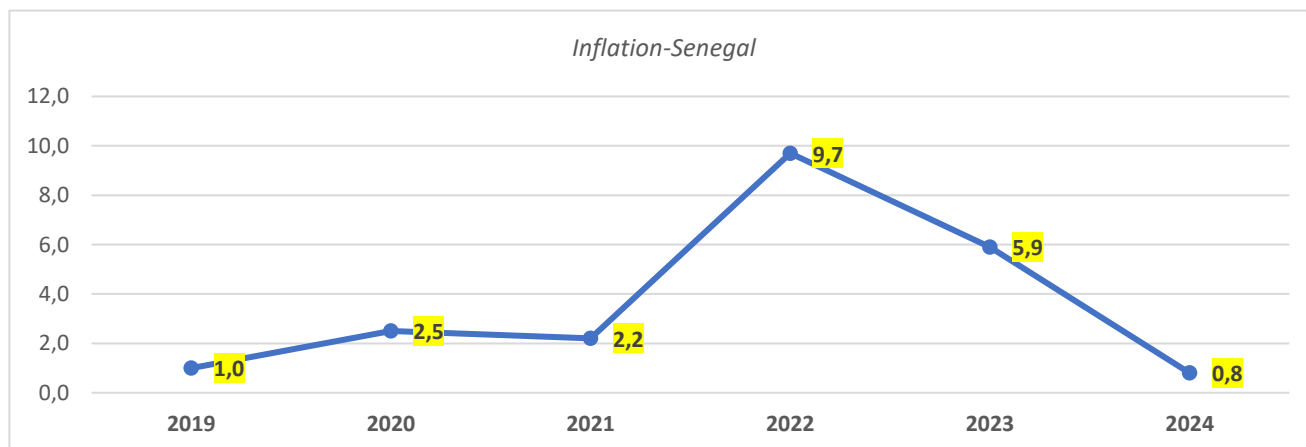


445.Do lado da procura, o crescimento económico é impulsionado essencialmente pelo consumo final que aumentou 4,3% em relação a 2023. O investimento conheceu uma diminuição de 3,2% em 2024. Do mesmo modo, as exportações líquidas de bens e serviços (em volume) agravaram-se em 40,4%. Com efeito, as exportações de bens e serviços cresceram 23,1% e as importações de bens e serviços recuaram 13,4%.

4.10.1.2. Inflação

446.A atividade económica decorreu num ambiente caracterizado pela tendência decrescente do nível geral dos preços ao consumo, situando a inflação média anual em 0,8% contra 5,9% no final de 2023.

Gráfico 82: Inflação no Senegal (2019 - 2024)

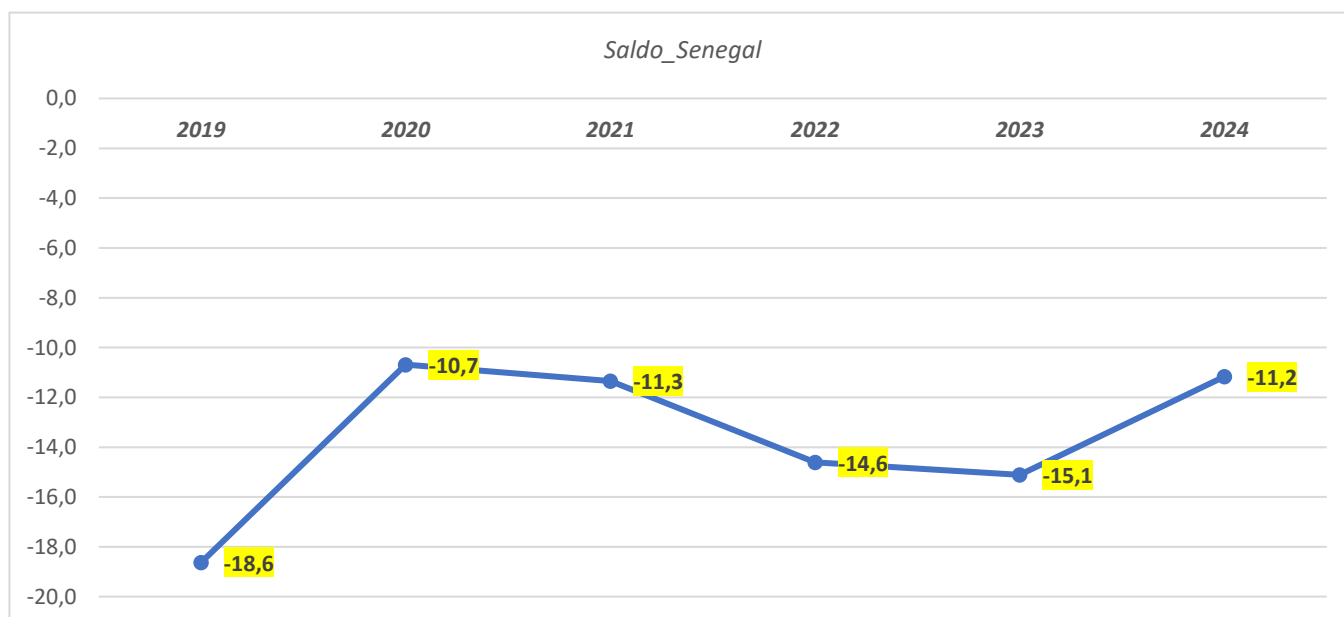


4.10.2. Finanças públicas e dívida pública

447. A análise das operações financeiras do Estado é realizada com os dados provisórios, aguardando-se a reconciliação dos dados da auditoria. Apesar de um bom desempenho na cobrança das receitas orçamentais, a gestão das finanças públicas em 2024 evidencia um défice orçamental global (base de compromisso) de 10,4% do PIB, contra 16,8% do PIB registado em 2023. Após a auditoria que revelou erros na contabilização da dívida pública, as despesas totais foram revistas em alta em 2023. Esta situação provocou, em 2024, uma melhoria do défice orçamental decorrente da diminuição das despesas públicas.
448. A administração fiscal dos impostos iniciou reformas para combater as fraudes fiscais, melhorar a pressão fiscal e aumentar as receitas do Estado. Trata-se, entre outras, da faturação eletrónica para efetuar um acompanhamento em tempo real e automatizado das transações dos sujeitos passivos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e da quitação fiscal de menos de 30 dias para levar as empresas estrangeiras a realizar as operações tributáveis no respeito das suas obrigações fiscais. Ao nível das alfândegas, as medidas para desencorajar a fraude incidiram sobre a digitalização da vigilância e a intensificação das investigações aduaneiras através do reforço dos estudos, do controlo e dos efetivos.
449. Neste contexto de prosseguimento das reformas, as receitas totais e donativos aumentaram 130,2 mil milhões (+3,4%) para se fixar em 3 990,0 mil milhões, contra 3 859,8 mil milhões em 2023, em resultado da progressão de 6,7% das receitas fiscais que foram cobradas no valor de 3 692,1 mil milhões, contra 3 461,8 mil milhões em 2023. Este bom desempenho deve-se igualmente às receitas fiscais internas e às receitas aduaneiras.
450. As receitas fiscais internas foram essencialmente impulsionadas pela melhoria de 13,6% das arrecadações dos impostos sobre o rendimento, os benefícios e os ganhos de capital. Estes impostos atingiram 1 278,7 mil milhões, face aos 1 126,4 mil milhões mobilizados em 2023. As arrecadações dos impostos sobre bens e serviços contribuíram moderadamente para o bom desempenho das receitas fiscais internas com um ligeiro aumento de 1,6% ao passar de 1 723,1 mil milhões em 2024 para 1 750,4 mil milhões em 2023. Efetivamente, a manutenção das medidas contra a carestia afetou o desempenho dos impostos sobre bens e serviços e causou uma perda de 40,1 mil milhões.
451. Não obstante as tensões comerciais ligadas à crise russo-ucraniana, as receitas fiscais aduaneiras, essencialmente constituídas pelos direitos de importação, também conheceram um crescimento de 9,3% para se situar em 498,4 mil milhões, face aos 456,0 mil milhões obtidos um ano antes, em resultado da criação de uma repartição dedicada ao desalfandegamento de veículos e ao reforço das medidas de luta contra a fraude. Contudo, a cobrança das receitas ao nível do cordão aduaneiro foi prejudicada pelo abandono dos direitos aduaneiros sobre certos produtos de grande consumo cujas isenções custaram 109 mil milhões.
452. Relativamente aos donativos, estes foram reduzidos em 40,2% para atingir 112,9 mil milhões em 2024 em comparação com 188,6 mil milhões no ano anterior. Esta diminuição está nomeadamente ligada à queda dos donativos orçamentais provocada pela suspensão do programa com as instituições de Bretton Woods.

453. Em comparação com o seu nível excepcionalmente elevado em 2023, as despesas totais e empréstimos líquidos conheceram uma desaceleração para se fixar em 5 962,6 mil milhões, contra 6 835,4 mil milhões em 2023. Esta forte regressão das despesas totais resulta da diminuição das despesas de capital para 1 166,9 mil milhões em 2024, após o pico de 2 134,0 mil milhões atingido em 2023, contrabalançando o fraco aumento de 2% das despesas correntes.
454. As despesas correntes registaram um aumento de 94,3 mil milhões para se fixar em 4 795,0 mil milhões, contra 4 701,4 mil milhões. Este crescimento foi impulsionado pelo aumento das remunerações salariais (+10,7%), das compras de bens e serviços (+2,6%) e dos pagamentos dos juros da dívida (+32,7%). O pagamento dos juros sobre a dívida progrediu fortemente em 32,7% ou 202,6 mil milhões, impulsionado nomeadamente pelos pagamentos dos juros sobre a dívida externa que se elevaram a 822,3 mil milhões, face aos 619,7 mil milhões em 2023. As transferências também progrediram de 1 702,1 mil milhões para 1 942,7 mil milhões, isto é um aumento de 240,5 mil milhões.
455. As despesas de capital foram totalizadas em 1 166,8 mil milhões em 2024, registando um recuo de 967,1 mil milhões, face ao nível excepcionalmente elevado de 2 134,0 mil milhões atingido em 2023. Este recuo notável é o resultado das diminuições combinadas das despesas de investimentos públicos financiadas pelos recursos externos e internos no valor respetivo de 783,8 mil milhões e 183,4 mil milhões.
456. Desta forma, em resultado das evoluções favoráveis das receitas em alta e das despesas públicas em baixa em 2024, o défice orçamental global (base de compromisso) situou-se em 1 972,6 mil milhões (10,4% do PIB), contra 2 975,6 mil milhões em 2023 (16,8% do PIB), registando uma melhoria de 1 003,0 mil milhões. Contudo, este défice orçamental permanece a um nível elevado, face ao critério de convergência da CEDEAO que fixou o défice num máximo de 3% do PIB.

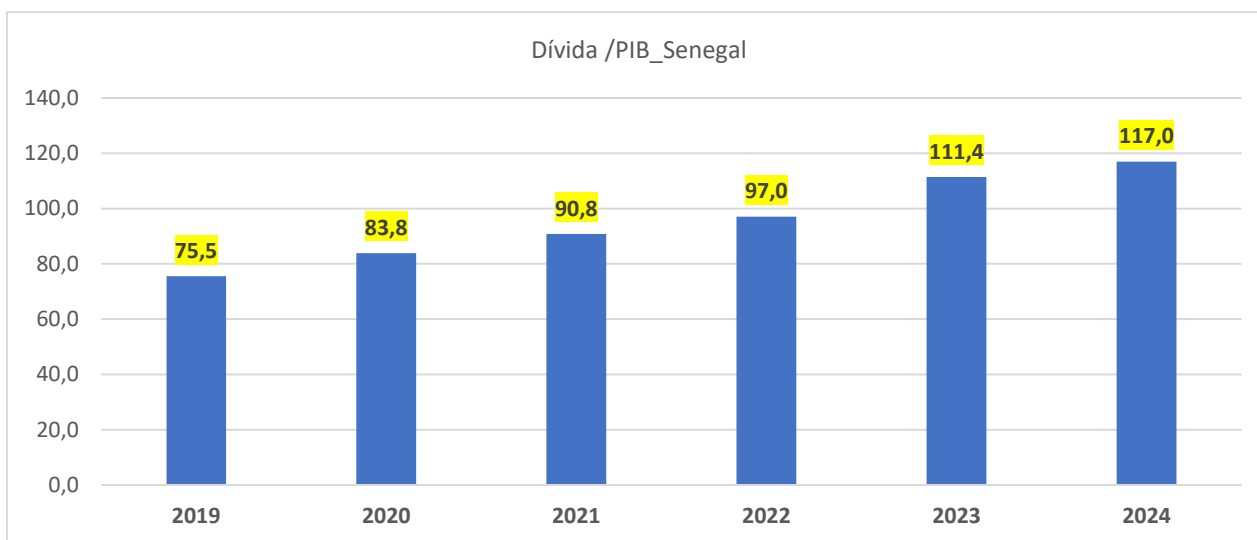
Gráfico 83: Saldo orçamental em % do PIB no Senegal (2019-2024)



457. Para financiar o défice, o Senegal recorreu tanto ao financiamento interno como externo. No contexto da mobilização dos recursos internos, o recurso aos títulos de dívida (obrigações do Tesouro e empréstimos obrigacionistas) no mercado financeiro regional permitiu mobilizar um total de 867,2 mil milhões, contra 609,1 mil milhões, isto é uma progressão de 258,0 mil milhões. Este ganho foi atenuado por outros empréstimos. Ao nível do financiamento externo, o país mobilizou Euro obrigações no montante total de 581 mil milhões em 2024. Contudo, devido à suspensão dos programas com o FMI, os saques sobre empréstimos programas foram consideravelmente reduzidos ao passar de 365,6 mil milhões para 81,8 mil milhões.

458. A 31 de dezembro de 2024, o montante provisório da dívida pública ascendeu a 23 584,4 mil milhões contra 18 143,3 mil milhões em 2023, isto é um crescimento de 5 171,1 mil milhões. Em termos de rácio em percentagem do PIB, a taxa de endividamento em 2024 ascende assim a 124,9% do PIB contra 102,5% do PIB em 2023. Esta taxa ultrapassa largamente o limite máximo de 70% do PIB fixado pelo quadro comunitário da CEDEAO.

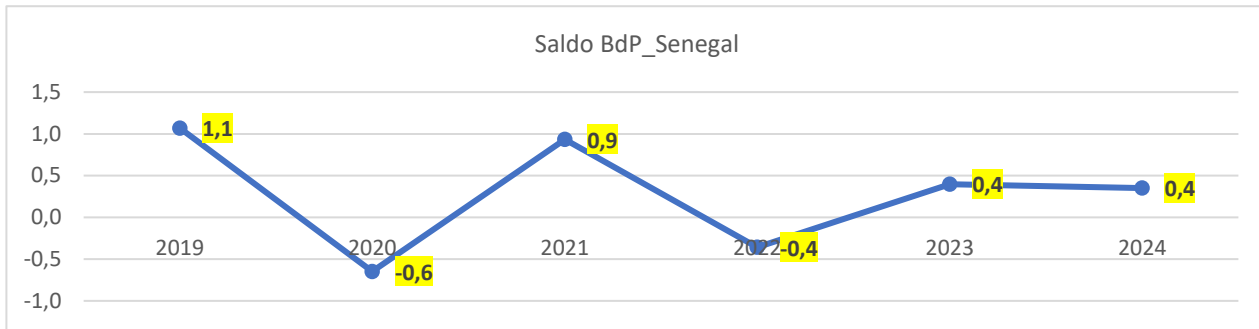
Gráfico 84: Dívida pública em % da PIB do Senegal (2019-2024)



4.10.3. Setor externo

459. As trocas do Senegal com o resto do mundo registariam um excedente da balança global de pagamentos de 77,2 mil milhões de francos CFA (0,39% do PIB) em 2024 contra um excedente de 80,7 mil milhões de francos CFA (0,43% do PIB) em 2023. Esta evolução explica-se em grande parte pela diminuição de 32,7% do défice da conta corrente, combinada com o abrandamento do excedente da conta financeira cujo montante é inferior ao da melhoria do défice da balança corrente, num contexto caracterizado pela ligeira alta do excedente da conta de capital.

Gráfico 85: Saldo global da balança de pagamentos em % do PIB do Senegal (2019-2024)

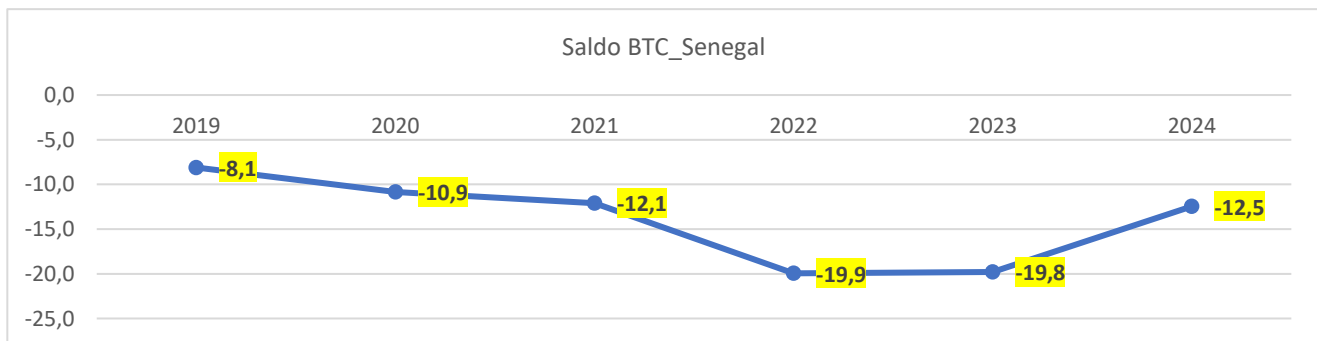


460. Efetivamente, o saldo da conta financeira apresenta um excedente de 2370,5 mil milhões (11,92% do PIB) em 2024, contra 3585,0 mil milhões (19,25% do PIB) no ano anterior, isto é uma redução de 33,9% coerente com a diminuição dos investimentos diretos estrangeiros (-56,6%). A diminuição do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) está relacionada com o termo de certos trabalhos de exploração ligados aos projetos petrolífero e gaseiro no Senegal.

461. A balança das transações correntes apresenta um défice de 2477,9 mil milhões (12,46% do PIB) contra 3528,3 mil milhões (18,9% do PIB) em 2023, isto é uma diminuição de 32,7%. Esta situação resulta tanto da melhoria do défice da balança comercial (12,8% do PIB), da balança dos serviços (6,3% do PIB) e da balança dos rendimentos primários (4,5% do PIB) como do crescimento do excedente da conta dos rendimentos secundários (11,1% do PIB).

462. O défice da balança comercial melhora em 21,0%, ascendendo a 2551,1 mil milhões (12,8% do PIB) em 2024 contra 3227,4 mil milhões (17,3% do PIB) em 2023, devido ao aumento das exportações (+633,1 mil milhões) mais importante que o das importações de bens (- 43,2 mil milhões). O aumento de 18,9% das exportações para se fixar em 3981,5 mil milhões (20,1% do PIB) explica-se pela progressão do valor das vendas para o exterior de produtos petrolíferos (+599,3 mil milhões), de ouro não monetário (+65,7 mil milhões), de zircão (16,3 mil milhões), de titânio (+13,0 mil milhões) e de cimento (+2,3 mil milhões). Em contrapartida, as exportações de produtos haliêuticos e hortícolas recuaram no valor de 16,3 mil milhões e 50,1 mil milhões, respetivamente. Relativamente à diminuição de 0,7% das importações de bens para ascender a 6532,6 mil milhões (32,8% do PIB), esta está essencialmente relacionada com a diminuição das compras no exterior de produtos petrolíferos (+199,5 mil milhões).

Gráfico 86: Saldo da balança das transações correntes em % do PIB do Senegal (2019-2024)

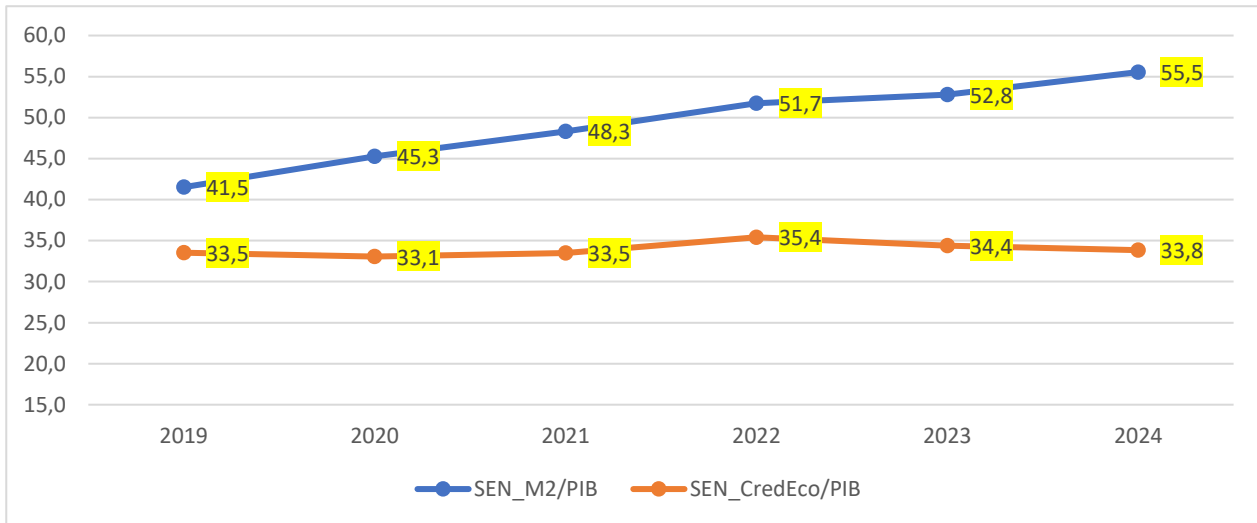


- 463.O saldo da conta de capital regista um excedente de 169,9 mil milhões (0,85% do PIB) em 2024 contra 165,6 mil milhões (0,89% do PIB) em 2023 devido à ligeira alta (+4,3 mil milhões) das Aquisições/cessões de ativos não financeiros e das transferências de capital em benefício da administração pública.
- 464.Com base nos saldos das contas corrente e de capital, regista-se uma necessidade de financiamento de 2308,1 mil milhões (11,6% do PIB) em 2024 contra 3517,7 mil milhões (18,9% do PIB) em 2023. Esta necessidade de financiamento foi coberta pelos fluxos líquidos dos capitais relativos a (i) investimentos diretos estrangeiros no valor de 1242,6 mil milhões (6,3% do PIB), (ii) investimentos de carteira no montante de 458,2 mil milhões (2,3% do PIB) e outros investimentos de 677,1 mil milhões (3,4% do PIB). Em consequência destes fluxos, o saldo da conta financeira apresenta um excedente de 2370,5 mil milhões (11,9% do PIB) contra 3585,0 mil milhões (19,3% do PIB) em 2023.
- 465.A taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas reservas brutas de câmbio situa-se em 5,5 meses em 2024 face aos 2,9 meses em 2023.

4.10.4. Setor monetário

- 466.As autoridades monetárias da União Monetária da África Ocidental (UMAO) mantiveram a orientação da política monetária ao longo do ano de 2024. Desta forma, a principal taxa diretora à qual o Banco Central empresta os seus recursos aos bancos e a taxa de juro sobre o balcão de empréstimo marginal situam-se respetivamente em 3,50% e 5,50%. Do mesmo modo, o coeficiente de reservas foi mantido inalterado em 3%. Estes níveis das taxas diretoras estão em vigor desde 16 de dezembro de 2023, data em que a política monetária da união se traduziu por uma subida das suas taxas diretoras com vista a lutar contra a inflação.
- 467.Neste contexto, a evolução dos agregados monetários foi marcada pelo aumento de 3,9% da massa monetária para se fixar em 10 206,5 mil milhões de francos CFA no final de 2024 contra 9 827,6 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta evolução foi impulsionada tanto pelo aumento dos ativos externos líquidos como pela consolidação das dívidas internas líquidas.
- 468.Os ativos externos líquidos das instituições monetárias registaram um aumento de 3,8% para se fixar em 2 118,5 mil milhões em 2024 contra 2 041,3 mil milhões de francos CFA no final de dezembro de 2023. Esta evolução explica-se pelo aumento de 29,7% dos ativos externos líquidos do Banco Central, cujo impacto foi atenuado pelo recuo de 22,5% dos bancos primários.
- 469.Relativamente aos créditos internos líquidos, estes registaram uma progressão de 5,1%, para se fixar em 10 320,0 mil milhões face aos 9 821,9 mil milhões de francos CFA um ano antes. Esta evolução relaciona-se com o aumento de 5,1% (+172,7 mil milhões) dos créditos líquidos sobre a administração central acompanhado da consolidação em 5,1% (+325,3 mil milhões) dos créditos à economia. O aumento dos créditos líquidos sobre a administração pública resulta da subscrição pelos bancos comerciais aos títulos públicos emitidos pelo Tesouro, bem como dos créditos concedidos pelos estabelecimentos de crédito ao Estado. A evolução dos créditos à economia segue a progressão dos concursos em benefício do setor financeiro não bancário e do setor público; os créditos ao setor privado tendo registado um ligeiro recuo de 0,9%.

Gráfico 87: M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB do Senegal (2019-2024)



470. A evolução dos agregados monetários (M2) traduziu-se nas suas componentes com (i) o aumento de 14,4% da circulação fiduciária para se fixar em 29,7% de M2 contra 24,4%; (ii) a diminuição de 3,3% dos depósitos transferíveis representando 49,1% da liquidez global contra 50,8% em 2023 e (iii) a progressão de 8,2% dos outros depósitos incluídos nos agregados monetários para se fixar em 26,8% dos agregados monetários contra 24,8% um ano antes.

4.10.5. Estado de convergência macroeconómica

471. Relativamente ao estado de convergência macroeconómica relativo ao ano de 2024, o Senegal respeitou todos os critérios à exceção dos relativos ao défice orçamental e à dívida pública em % do PIB. A situação apresenta-se como segue:

Critérios de primeiro grau

- O **defícite orçamental base compromisso, donativos incluídos**, situa-se em 10,4% contra 16,8% do PIB em 2023.
- A **taxa de inflação média anual** ascendeu a 0,8% contra 5,9% em 2023, situando-se abaixo do limite de 5% fixado no Pacto de Convergência e de Estabilidade Macroeconómica.
- As **reservas de câmbio** são estimadas em 5,5 meses contra 2,9 meses de importações de bens e serviços em 2023, respeitando o mínimo de 3 meses;
- Nenhum **financiamento do défice orçamental** foi contratado junto do Banco Central ao longo do ano de 2024.

Critérios segundo grau

- O **montante da dívida pública** ascendeu a 124,9% do PIB contra 102,5% do PIB em 2023, não respeitando o limite de 70% definido no quadro do Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados-Membros da CEDEAO.

- A **variação da taxa de câmbio nominal média** do franco CFA face à UCAO em 2024 fixa-se em 0,6% contra 3,0% em 2023, situando-se na norma de $\pm 10\%$.

Tabela 21: situação de convergência do Senegal

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)	$\leq 3\%$	-9,9	-12,2	-10,9	-14,2	-16,0	-9,9
Taxa média anual de inflação	$\leq 10\%$	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	0,8
Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	$\geq 10\%$	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥ 3	5,7	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6
Número de Critérios de primeiro grau cumpridos		3	3	3	2	2	3
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	$\pm 10\%$	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
Rácio da dívida pública em relação ao PIB	$\leq 70\%$	68,9	75,7	82,0	84,8	98,9	118,6
Nº de critérios segundo grau cumpridos		2	1	1	1	1	1
Total de critérios cumpridos		5	4	4	3	3	4

4.10.6. Projeções 2025

472. Para o ano de 2025, as previsões assentam numa taxa de crescimento de 8,0%, em diminuição face aos 8,8% inicialmente retidos na lei de finanças de 2025 (LFI). Este crescimento seria impulsionado pelo conjunto dos setores da economia. O valor acrescentado do setor secundário aumentaria 18,8%, devido ao crescimento das produções extrativas e transformadoras. Os setores primário e terciário aumentariam, respetivamente, 7,2% e 3,3% em 2025.

473. As finanças públicas do ano de 2025 são consideradas com base na lei de Finanças. Neste sentido, as receitas fiscais deverão prosseguir a sua tendência ascendente, mercê do reforço das medidas de luta contra a fraude e do alargamento da base tributável. O Governo tomou também medidas para controlar as despesas públicas. Deste modo, está prevista uma desaceleração do défice orçamental que deverá passar de 10,4% do PIB em 2024 para 7,1% do PIB em 2025.

474. Em matéria de convergência, o Senegal respeitaria todos os critérios de convergência à exceção do rácio respeitante ao défice orçamental e à dívida pública.

4.10.7. Conclusão e recomendações

475. No final do ano de 2024, a atividade económica aumentou 6,1% no final de 2024 face aos 4,3% em 2023, essencialmente impulsionada pelos setores secundário e terciário. O défice orçamental melhorou mercê dos esforços de saneamento das finanças públicas. A conta corrente também

melhorou devido principalmente à melhoria do défice da balança de bens e serviços e da balança dos rendimentos primários, bem como ao crescimento do excedente da conta dos rendimentos secundários.

476. Em matéria de convergência macroeconómica, o Senegal respeitou todos os critérios de convergência à exceção do rácio respeitante ao défice orçamental e à dívida pública.

477. Com vista a melhorar a situação macroeconómica, recomenda-se que as autoridades senegalesas:

- mantenham a dinâmica de crescimento desenvolvendo estratégias para uma boa gestão dos recursos petrolíferos e gaseiros que visa otimizar a utilização do petróleo, assegurando simultaneamente a sua conservação para o futuro e um desenvolvimento económico sustentável. Tal implica um planeamento estratégico, uma gestão transparente das receitas e uma adaptação aos riscos ligados à indústria.
- tomem igualmente disposições para prosseguir a execução das políticas de modernização e de transformação das produções locais para maior valor acrescentado;
- prossigam a consolidação das finanças públicas e implementem estratégias para otimizar a gestão da dívida, concentrando-se em soluções locais e mobilizando recursos internos;
- intensifiquem a implementação das reformas fiscais a fim de gerar receitas e assegurem um bom domínio das despesas públicas para reduzir o défice orçamental no período 2025-2027;
- prossigam a implementação das políticas destinadas a aumentar a implantação de unidades industriais de transformação de produtos locais e/ou de produtos de base com vista a criar a cadeia de valor acrescentado.

4.11. Situação econômica e financeira da Serra Leoa

478. A orientação da política macroeconômica na Serra Leoa, tal como delineada no Orçamento do Estado para 2024, centrou-se no restabelecimento da estabilidade econômica, protegendo simultaneamente os pobres e os mais vulneráveis. Esta agenda baseou-se no Plano de Desenvolvimento Nacional a Médio Prazo (PDNMP) para 2024-2030, que define uma estratégia transformadora destinada a revitalizar setores-chave como a agricultura, a indústria transformadora, o desenvolvimento do capital humano e a criação de emprego. Em conformidade com estas prioridades políticas, os objetivos macroeconômicos para 2024 incluíam um crescimento real do PIB de 4,7%, uma inflação média anual de 33,6%, um déficit orçamental global de 2,4% do PIB e um rácio dívida pública/PIB de 83,7%.
479. A economia cresceu 4,4% em 2024, impulsionada por fortes desempenhos na agricultura e no setor dos serviços. A inflação média anual diminuiu significativamente para 28,5 %, contra 46,7 % em 2023, em grande parte devido à política monetária restritiva, à consolidação orçamental, à estabilidade da taxa de câmbio e à melhoria das condições de oferta. O déficit orçamental diminuiu para 4,5 % do PIB, em comparação com 4,9 % em 2023, enquanto o rácio da dívida pública em relação ao PIB caiu de 46,7 % para 39,5 %. A balança de pagamentos global registou um déficit de 0,01% do PIB em 2024, uma melhoria em relação aos 8,84% em 2023. No que diz respeito à convergência macroeconômica, a Serra Leoa não cumpriu nenhum dos critérios de convergência primários, mas cumpriu ambos os critérios segundo grau até ao final de 2024.

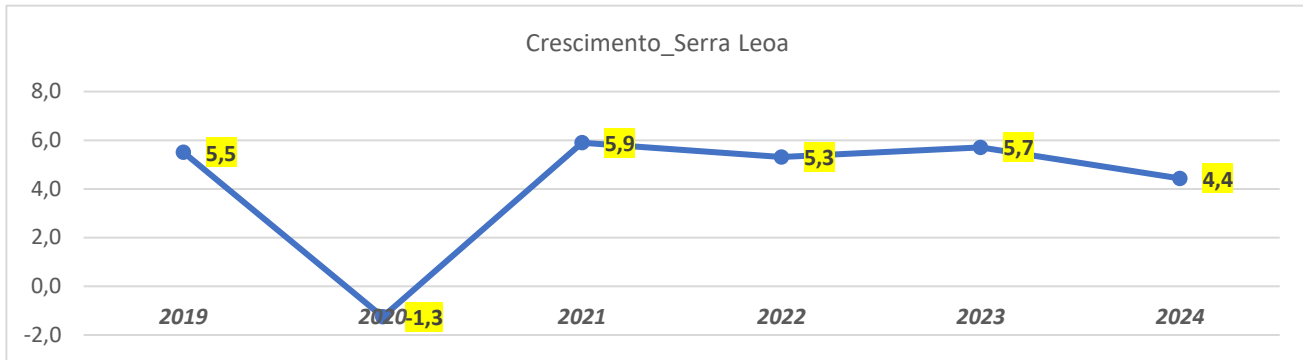
4.11.1. Setor real

4.11.1.1. Crescimento da produção

480. A economia registou um crescimento de 4,0 % em 2024, em comparação com 5,7 % em 2023. Este crescimento deveu-se, em grande medida, à melhoria do desempenho dos setores agrícola e dos serviços. O abrandamento do crescimento em relação a 2023 foi atribuído a um desempenho mais fraco no setor da indústria, decorrente da queda dos preços globais do minério de ferro e do abrandamento das atividades mineiras, industriais e de construção. O setor agrícola cresceu 3,6 % no período em análise, em comparação com 2,4 % no ano anterior, refletindo uma melhoria nos principais subsectores. Os subsectores das culturas e da pecuária cresceram 4,1 % e 3,7 % em 2024, em comparação com 3,2 % e 2,4 % em 2023, respetivamente, impulsionados por programas no âmbito da iniciativa "Feed Salone". Do mesmo modo, os subsectores da silvicultura e das pescas registaram um crescimento melhorado de 2,6 % e 3,0 % em 2024, em comparação com 2,1 % e 1,2 % em 2023, respetivamente, devido à flexibilização das restrições às atividades de abate de árvores e pesca.
481. O crescimento do setor industrial abrandou significativamente para 3,5 % em 2024, contra 14,4 % em 2023, refletindo um crescimento mais lento nos subsectores da exploração mineira, da indústria transformadora e da construção. Os subsectores da exploração mineira e da indústria transformadora cresceram 7,8 % e 1,1 % em 2024, em comparação com 48,3 % e 2,0 % em 2023, respetivamente; enquanto o subsector da construção registou uma contração de 0,6 % em 2024, contra 2,7 % em 2023. O setor dos serviços registou um crescimento de 5,7 %, em comparação com

4,7 % em 2023, impulsionado principalmente por um aumento do comércio, dos serviços financeiros e das atividades relacionadas com o turismo.

Gráfico 88: Crescimento económico na Serra Leoa (2019-2024)

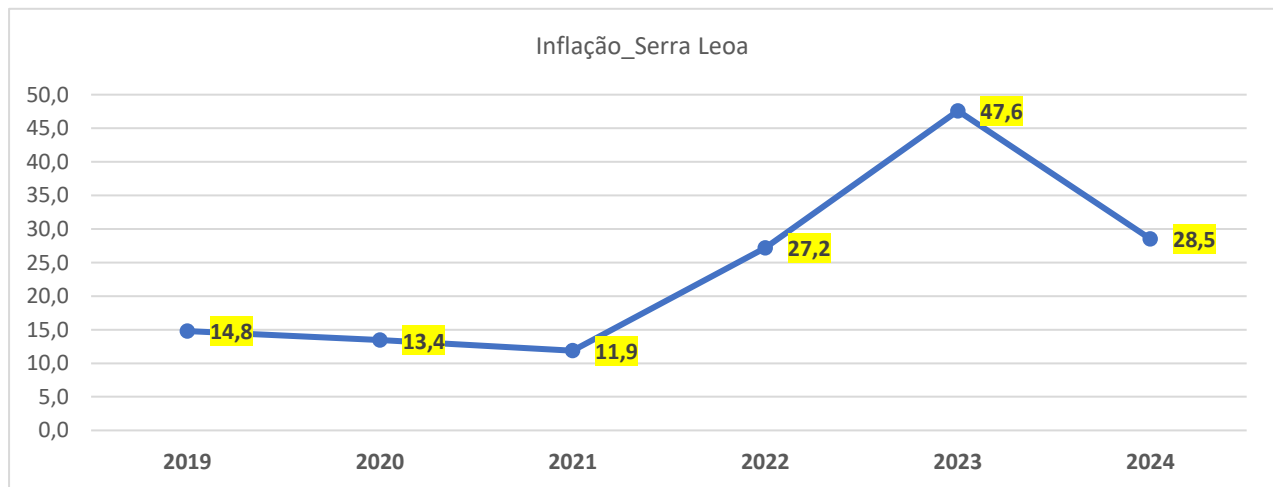


482. Em termos de contribuição para o crescimento do PIB em 2024, o setor agrícola contribuiu com 1,2 %, a indústria com 0,7 % e os serviços com 2,4 %. Em termos de percentagem, os serviços foram o setor dominante, representando 45,2 % do PIB, seguido da agricultura com 34,4 % e da indústria com 20,4 %.

4.11.1.2. Inflação

483. A inflação global diminuiu de 52,2 % em dezembro de 2023 para 13,8 % em dezembro de 2024. Isto deveu-se à uma combinação de fatores, que incluem uma política monetária rigorosa por parte do BSL, esforços de consolidação orçamental, estabilidade relativa da taxa de câmbio, bem como melhores condições de produção e fornecimento de alimentos. O declínio foi generalizado, com a inflação alimentar e não alimentar a cair de 57,2% e 48,3% em dezembro de 2023 para 13,9% e 13,7% em dezembro de 2024, respetivamente. Em consonância com este facto, a inflação média anual diminuiu para 28,5% em 2024, contra 46,7% no ano anterior.

Gráfico 89: Inflação Serra Leoa (2018-2024)



4.11.2. Finanças pública e dívida pública

484.O total das receitas e subvenções aumentou para 19,53 mil milhões de leones (13,7% do PIB) em 2024, contra 14,27 mil milhões de leones (10,5% do PIB) em 2023, refletindo os ganhos na mobilização das receitas internas e a melhoria do desembolso das subvenções. As receitas internas registaram um aumento notável para 14,56 mil milhões de leones (10,2% do PIB), contra 10,10 mil milhões de leones (7,4% do PIB) em 2023. Este desempenho foi impulsionado pela implementação de reformas específicas da política fiscal ao abrigo das Leis das Finanças de 2023 e 2024, pelo reforço da aplicação da lei, pela digitalização da administração fiscal e por algumas entradas de receitas pontuais, principalmente provenientes da liquidação de pagamentos em atraso. As entradas de subvenções também melhoraram, passando de 4,17 mil milhões de leones para 4,97 mil milhões de leones em 2023, devido ao aumento das subvenções a projetos e do apoio orçamental, refletindo um maior empenho dos parceiros de desenvolvimento.

485.As despesas públicas totais ascenderam a 26,94 mil milhões de leones (18,8% do PIB) em 2024, contra 20,87 mil milhões de leones (15,3% do PIB) no ano anterior. A expansão das despesas foi principalmente atribuída ao aumento dos investimentos de capital e ao aumento dos pagamentos de juros. As despesas recorrentes aumentaram para 18,09 mil milhões de leones (12,7% do PIB), contra 14,04 mil milhões de leones (10,3% do PIB). Entretanto, os pagamentos de juros aumentaram 42,1% para 4,54 mil milhões de leones, em comparação com 3,20 mil milhões de leones em 2023, em grande parte devido ao aumento do custo do serviço da dívida interna. As despesas de capital também aumentaram para 8,85 mil milhões de leones (6,2% do PIB), contra 6,83 mil milhões de leones (5,0% do PIB), refletindo a intensificação dos investimentos em infraestruturas e a execução de programas fundamentais no âmbito da iniciativa "Feed Salone".

486.Consequentemente, o défice orçamental global (incluindo subvenções) aumentou para 7,97 mil milhões de leones (5,6% do PIB) em 2024, de 6,67 mil milhões de leones (4,9% do PIB) em 2023, com o sistema bancário nacional a constituir a principal fonte de financiamento do défice.

Gráfico 90:Saldo orçamental em % do PIB da Serra Leoa.



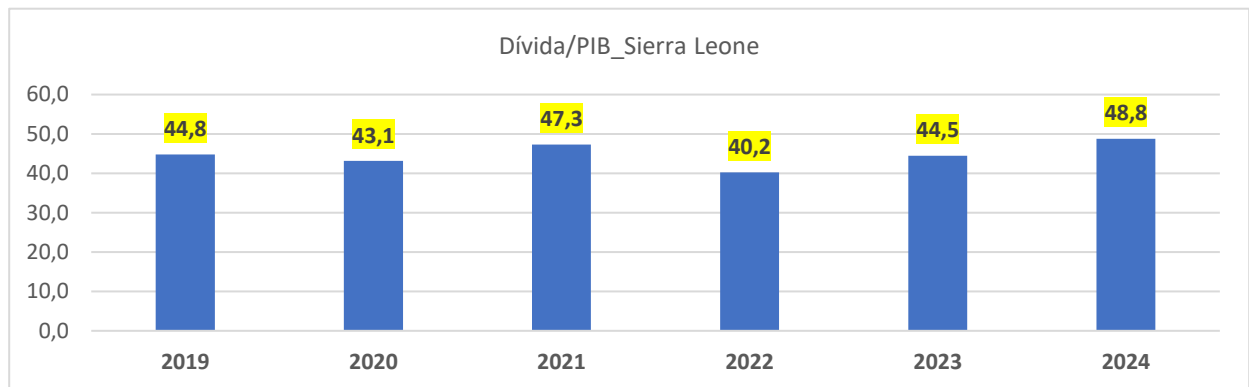
487.O stock total da dívida pública situou-se em 69,86 mil milhões de leones (48,9% do PIB) no final de dezembro de 2024, em comparação com 63,69 mil milhões de leones (46,7% do PIB) no mesmo período de 2023. Este aumento deveu-se, em grande medida, ao aumento do endividamento

interno, incluindo a emissão de novos títulos e a utilização de adiantamentos de meios de pagamento para cobrir défices orçamentais. Consequentemente, a dívida interna aumentou para 28,39 mil milhões de leones (19,9% do PIB), contra 20,78 mil milhões de leones (15,2% do PIB) em meados de dezembro de 2023, o que levou a um aumento notável das obrigações de pagamento de juros.

488. Em contrapartida, a dívida externa diminuiu para 41,47 mil milhões de leones (29,0% do PIB) contra 42,91 mil milhões de leones (31,4% do PIB) no final de dezembro de 2023, refletindo reembolsos significativos ao FMI ao abrigo de acordos de empréstimos multilaterais.

489. Em termos de composição, a dívida externa constituía 59,4% do total, enquanto a dívida interna representava os restantes 40,6%. O peso do serviço da dívida, especialmente de fontes internas, continuou a aumentar, sublinhando as crescentes vulnerabilidades orçamentais.

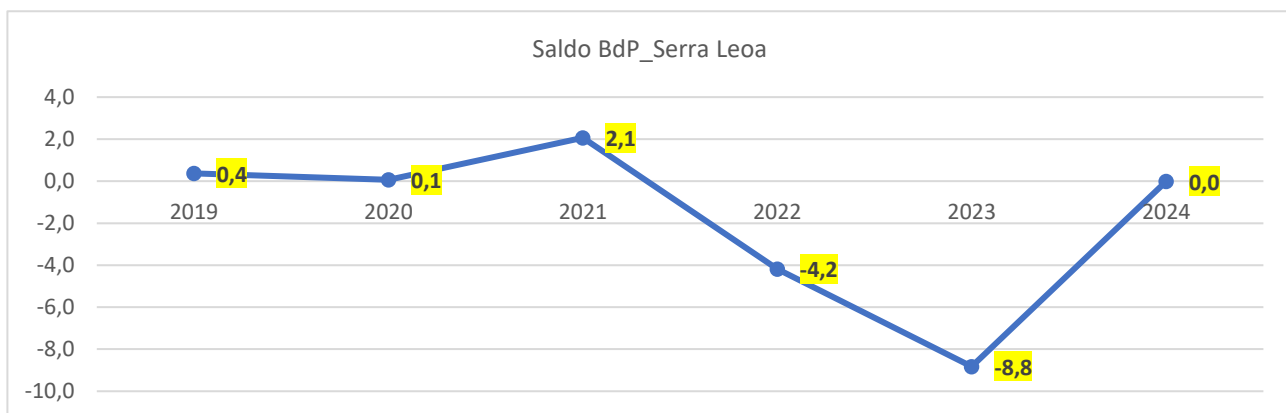
Gráfico 91: Dívida pública em % do PIB (2019-2024)



4.11.3. Setor externo

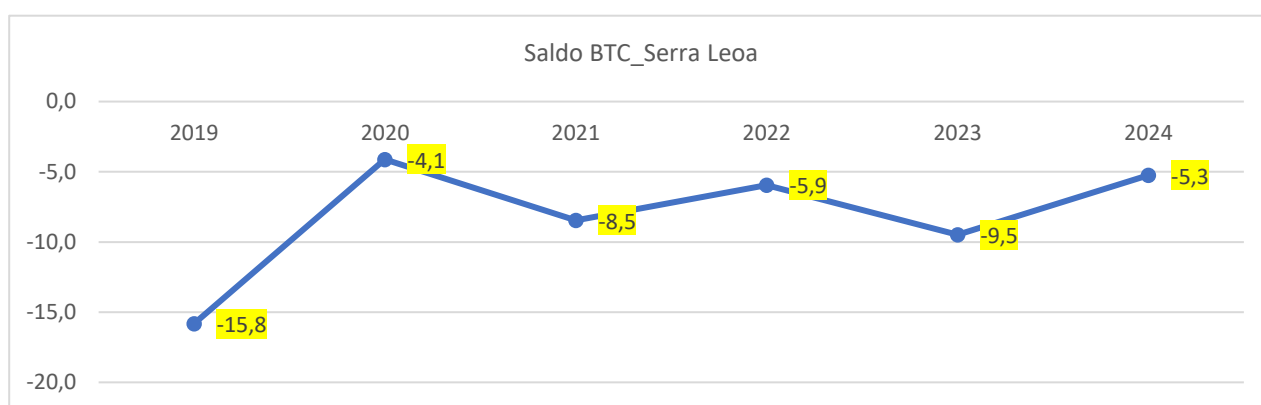
490. O défice global da balança de pagamentos diminuiu para um valor estimado de 0,8 milhões de dólares (0,01% do PIB) em 2024, contra 564,6 milhões de dólares (8,8% do PIB) em 2023. Esta melhoria deveu-se em grande medida a tendências favoráveis tanto na balança corrente como na balança financeira.

Gráfico 92: Saldo Global em % do PIB da Serra Leoa (2019-2024)



491.O déficit da balança corrente diminuiu para 332,52 milhões de dólares (5,3% do PIB) em 2024, contra 606,35 milhões de dólares (9,5% do PIB) no ano anterior. Esta mudança positiva foi principalmente sustentada por uma melhoria da balança comercial, refletindo um forte crescimento das exportações e um abrandamento das importações. O total das exportações de bens aumentou para 1,55 mil milhões de dólares (24,5% do PIB), contra 1,34 mil milhões de dólares (21,0% do PIB) em 2023. O crescimento das exportações foi impulsionado pelo aumento das receitas do óleo de palma, cacau e minério de ferro, apoiado tanto pelo aumento da produção como pelos preços globais favoráveis do cacau. Entretanto, as importações de mercadorias cresceram moderadamente para 2,05 mil milhões de dólares (32,4% do PIB), em comparação com 1,92 mil milhões de dólares (30,0% do PIB) em 2023, refletindo uma procura interna moderada e as medidas de substituição de importações em curso.

Gráfico 93: Saldo da balança das transações correntes em % do PI (2019-2024)



492.A balança de capital registou um excedente de 208,5 milhões de dólares (3,3 % do PIB) em 2024, contra 381,0 milhões de dólares (6,0 % do PIB) em 2023, em grande parte devido a menores entradas de transferências de capital, em especial subvenções relacionadas com projetos. Em contrapartida, a balança financeira tornou-se positiva, registando um excedente de 70,0 milhões de dólares (1,1 % do PIB) em 2024, em contraste com um déficit de 282,3 milhões de dólares (4,4 % do PIB) em 2023. Esta inversão foi atribuída à melhoria da confiança dos investidores, que resultou em entradas líquidas mais fortes, tanto de investimento direto estrangeiro como de investimentos de carteira.

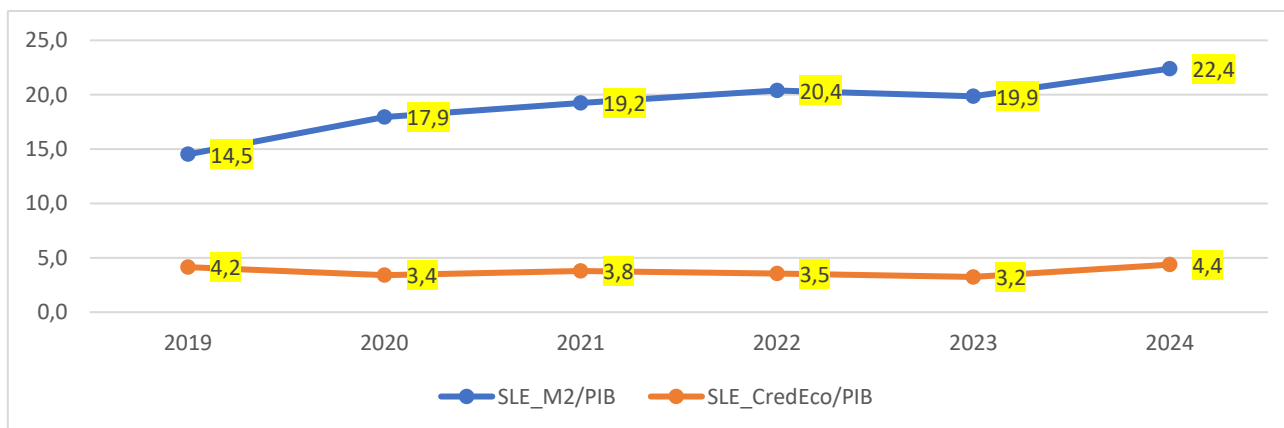
493.As reservas externas brutas diminuíram para 410,95 milhões de dólares no final de dezembro de 2024 (2,1 meses de cobertura das importações), em comparação com 468,35 milhões de dólares (2,5 meses de cobertura das importações) em 2023. A diminuição das reservas deveu-se em parte ao pagamento do serviço da dívida externa.

494.As condições da taxa de câmbio mantiveram-se relativamente estáveis durante o período em análise. O leone manteve-se globalmente estável em relação às principais moedas internacionais, apoiado por uma política monetária prudente e pela diminuição das pressões especulativas no mercado cambial. Consequentemente, o leone sofreu uma depreciação modesta, de 5,6% em relação ao dólar americano e de 5,1% em relação à unidade de conta da África Ocidental (WAUA), o que representa uma melhoria significativa em relação às fortes depreciações de 26,1% e 33,9% registadas em 2023, respetivamente.

4.11.4. Setor monetário

495. O Banco da Serra Leoa manteve uma política monetária rigorosa durante o ano em análise para controlar a inflação e estabilizar as expectativas. Como parte desse esforço, a Taxa de Política Monetária foi aumentada em 250 pontos base cumulativos, atingindo 24,75 % de 22,25 % em dezembro de 2023. Paralelamente, as taxas da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito foram também aumentadas em 250 pontos de base, para 27,75 % e 18,25 %, respetivamente.
496. A massa monetária ampla (M2) expandiu-se 18,2 % no final de dezembro de 2024, marcando um abrandamento em relação ao crescimento de 32,8 % registado no ano anterior. Esta desaceleração foi impulsionada principalmente por uma forte contração de 23,2 % nos ativos externos líquidos (AEL), que reverteu o crescimento de 21,5 % observado no final de dezembro de 2023.
497. Os ativos internos líquidos (AIL) do setor bancário aumentaram 31,0 % em 2024, contra 36,8 % no ano anterior. A moderação deveu-se em grande parte a uma expansão mais lenta dos créditos líquidos sobre o governo central pelo sistema bancário, que aumentaram 33,6% em comparação com 40,6% em 2023. Em contrapartida, o crédito ao setor privado registou um forte crescimento, acelerando de 25,0% para 41,2%, o que indica uma melhoria gradual da concessão de crédito às atividades do setor privado.

Gráfico 94: M2/PIB e Crédito à economia em % do PIB da Serra Leoa (2019-2024)



498. O crescimento das reservas monetárias também abrandou significativamente, diminuindo de 44,0% no ano anterior para 17,2% no final de dezembro de 2024. Este facto refletiu a diminuição dos AEL do BSL e a moderação do crescimento dos AIL. Do lado do passivo, o abrandamento foi impulsionado por um crescimento reduzido da circulação monetária e uma diminuição dos depósitos de reserva dos bancos comerciais junto do banco central.
499. O setor bancário manteve-se estável, sólido e seguro durante o período em análise, apoiado por uma forte supervisão regulamentar do Banco da Serra Leoa. Os principais indicadores de solidez financeira permaneceram dentro das normas prudenciais, com o rácio de adequação de capital em 40,9% e o rácio de ativos líquidos para fundos voláteis em 137,0% no final de dezembro de 2024, em comparação com 41,7% e 131,8%, respetivamente, em 2023. A rentabilidade melhorou, impulsionada por rendimentos mais elevados das carteiras de títulos do Estado e de empréstimos.

A rentabilidade dos ativos (RdA) e a rentabilidade dos capitais próprios (RCP) foram registadas em 9,9% e 31,9%, respetivamente. A qualidade dos ativos também registou ganhos, com o rácio de empréstimos não produtivos a diminuir para 8,9%, confortavelmente abaixo do limite regulamentar de 10%.

4.11.5. Convergência Macroeconómica

500.A Serra Leoa não cumpriu nenhum dos Critérios de primeiro grau de convergência macroeconómica durante o período em análise, mas cumpriu com êxito os dois critérios segundo grau. Apresenta-se de seguida um resumo do desempenho:

- **Critérios de primeiro grau**

501.O défice orçamental com base engajamento, incluindo subvenções, situou-se em 5,6% do PIB em 2024, contra 4,9% em 2023. A taxa de inflação média anual diminuiu para 28,5%, de um máximo de 47,6% no ano anterior. As reservas externas brutas cobriram 2,1 meses de importações de bens e serviços, contra 2,5 meses em 2023. O financiamento do défice orçamental pelo banco central ascendeu a 27,8 % das receitas fiscais do ano anterior, registando uma melhoria em relação aos 50,3 % em 2023. Além disso, as reservas externas brutas cobriram 2,1 meses de importações e serviços, contra 2,5 meses em 2023.

- **Critérios segundo grau**

502.A taxa de câmbio nominal do Leone em relação à Unidade de Conta da África Ocidental (WAUA) registou uma depreciação de 5,1 % em 2024 e situou-se dentro da margem aceitável de ± 10 %. O rácio da dívida pública em relação ao PIB aumentou para 48,9% em 2024, contra 46,7% no ano anterior, cumprindo confortavelmente o limite máximo de 70% fixado no Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica da CEDEAO (PEM).

Tabela 22: Situação da convergência na Serra Leoa

CRITÉRIOS	ETA	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
<i>Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)</i>	$\leq 3\%$	-1,7	-3,5	-3,8	-5,3	-4,8	-5,2
<i>Taxa média anual de inflação</i>	$\leq 10\%$	14,8	13,4	11,9	27,2	47,6	28,5
<i>Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central</i>	$\geq 10\%$	0,7	21,9	20,0	55,5	50,3	15,0
<i>Reservas externas brutas</i>	≥ 3	3,2	5,1	5,4	3,2	2,5	2,1
Nº de Critérios de 1º grau cumpridos		3	1	1	1	0	0
Critérios segundo grau							
<i>Variação da taxa de câmbio nominal</i>	$\pm 10\%$	-12,5	-8,4	-5,1	-20,9	-33,9	-5,1
<i>Rácio da dívida pública em relação ao PIB</i>	$\leq 70\%$	44,8	43,1	47,3	40,2	44,5	48,8
Nº de critérios segundo grau cumpridos		1	2	2	1	1	2
Total de critérios cumpridos		4	3	3	2	1	2

4.11.6. Perspetivas

503. As perspetivas económicas da Serra Leoa continuam a ser favoráveis, assentes na implementação efetiva do novo Plano de Desenvolvimento Nacional a Médio Prazo (PDNMP) 2024-2030 e num compromisso sustentado com uma gestão macroeconómica sólida. Prevê-se que o crescimento real do PIB aumente para 4,5% em 2025 e estabilize em torno de 4,7% em 2026 e 2027. Prevê-se que a inflação continue a abrandar, atingindo uma média de cerca de 8,8% em 2025 e mantendo-se à margem de um só dígito a curto e médio prazo. Prevê-se que o défice orçamental diminua para 3,9% em 2025, refletindo os esforços de consolidação orçamental em curso.
504. No entanto, subsistem riscos para as perspetivas. A nível externo, o aumento da incerteza económica global, impulsionado por disputas comerciais, como as medidas tarifárias dos EUA, e condições financeiras globais mais restritivas, poderá diminuir as receitas de exportação e a confiança dos investidores. A nível interno, os efeitos das condições macroeconómicas restritivas e as crescentes vulnerabilidades relacionadas com o clima podem continuar a limitar o potencial de crescimento.

4.11.7. Conclusões e recomendações

505. A economia demonstrou resiliência em 2024, registando um crescimento sólido de 4,4 %, apoiado principalmente pelo forte desempenho dos setores da agricultura e dos serviços. No entanto, o crescimento lento do setor industrial atenuou a expansão global. As perspetivas macroeconómicas continuam a ser encorajadoras, prevendo-se que o PIB real cresça 4,5 % em 2025 e 4,7 % nos dois anos seguintes. A inflação diminuiu acentuadamente para 28,5% em 2024, contra 47,6% em 2023, e prevê-se que continue a cair para um único dígito a médio prazo. O défice orçamental situou-se em 5,6 % do PIB em 2024, com expectativas de melhoria orçamental no futuro.
506. Tendo em conta a evolução recente e as perspetivas, são feitas as seguintes recomendações:
- Acelerar a operacionalização do Fundo da Riqueza Mineral (FRM) e implementar o quadro estratégico para a participação do Estado na mineração através de acordos de partilha de produção, para apoiar o crescimento inclusivo a longo prazo;
 - Aumentar os investimentos em infraestruturas resistentes ao clima e na produtividade agrícola, para atenuar os riscos climáticos e aumentar a resiliência económica a longo prazo, a segurança alimentar e o emprego rural;
 - Reforçar a mobilização das receitas internas, simplificando as isenções fiscais e aprofundando as reformas das despesas, incluindo a verificação dos salários, uma orientação mais eficaz dos subsídios e uma melhor supervisão dos contratos públicos, a fim de promover a consolidação orçamental;
 - Adotar uma estratégia pró-ativa de gestão da dívida centrada no refinanciamento da dispendiosa dívida de curto prazo com instrumentos de longo prazo e de baixo custo, reforçando simultaneamente a disciplina orçamental para reduzir a dependência de empréstimos de alto custo e garantir a sustentabilidade da dívida;

- Promover a entrada de divisas, apoiando as exportações de valor acrescentado, atraindo o investimento direto estrangeiro e aumentando as remessas através de um maior envolvimento da diáspora e da inclusão financeira. O Banco da Serra Leoa deve também acelerar os esforços de aquisição e gestão de ativos em ouro para reforçar as reservas externas.

4.12. Situação Económica e Financeira do Togo

507. A atividade económica do Togo decorreu no contexto da implementação do Roteiro governamental Togo 2025. Este roteiro está estruturado em três eixos que agrupam dez ambições desenvolvidas em 36 projetos, 6 reformas e 3 prioridades estratégicas sobre a ambição relativa à segurança.
508. Assim, regista-se em 2024 uma taxa de crescimento de 6,3% contra 6,4% em 2023, impulsionada por todos os setores, principalmente pelo setor terciário (incluindo taxas e impostos) com uma contribuição para o crescimento de 4,1 pontos percentuais. As contribuições para o crescimento dos setores secundário e primário ascenderam a 1,1 ponto e 1,0 ponto percentual. Em 2025, é esperada uma ligeira desaceleração do ritmo de crescimento que está projetado em 6,2%. Em 2024, uma diminuição da inflação acompanhou o crescimento realizado. Esta passou de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024.
509. Relativamente à execução das operações financeiras do Estado no final de dezembro de 2024, esta saldou-se por uma melhoria do défice global de 1,1 ponto percentual em relação a 2023, embora ainda acima da norma comunitária. Em matéria de convergência em 2024, o Togo respeitaria cinco (05) dos seis (06) critérios de convergência em 2024; o relativo ao défice orçamental em percentagem do PIB não seria respeitado apesar dos esforços desenvolvidos.

4.12.1. Setor real

4.12.1.1. Crescimento

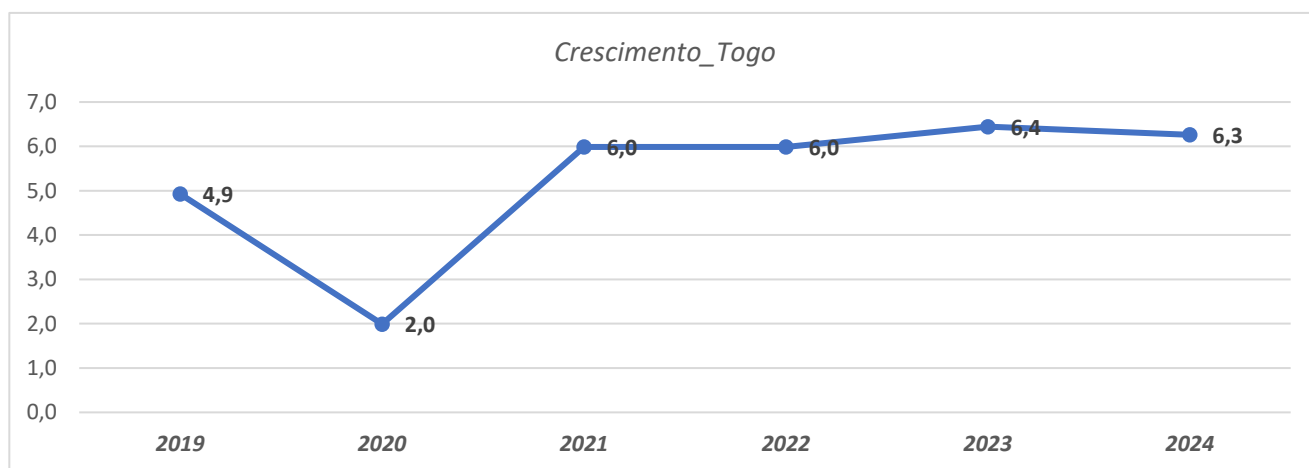
510. A atividade económica em 2024 no Togo registou um aumento de 6,3% após o aumento de 6,4% registado no ano anterior. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo setor terciário e realizou-se num contexto de diminuição das pressões inflacionistas. Ao nível da oferta, a evolução setorial, face a 2023, apresenta-se como segue:
511. O valor acrescentado do setor primário registaria um aumento de 4,8% em 2024 contra uma taxa de 6,4% registada em 2023. Esta evolução seria impulsionada pelos resultados obtidos ao nível da agricultura (5,0% em 2024 face ao aumento de 6,6% em 2023) e da pecuária com um crescimento de 6,0% após 6,9% em 2023. Relativamente à pesca, o seu valor acrescentado registaria um recuo de 3,5% contra um crescimento de 3,6% um ano antes.
512. A contribuição do setor primário para o crescimento do PIB em 2024 ascenderia a 1,0 ponto contra 1,3 pontos em 2023.
513. O crescimento do valor acrescentado do setor secundário ascenderia em 2024 a 5,7% contra uma taxa de 6,3% registada um ano antes. A evolução em 2024 seria imputável à dinâmica ao nível do conjunto dos setores, com exceção da produção de água e eletricidade. Assim, as atividades extrativas cresceriam 5,6% contra um recuo de 0,9% em 2023, as atividades de fabricação registariam um aumento de 6,2% contra 5,9% em 2023, as atividades de construção inscrever-se-iam em alta de 5,7% contra uma diminuição de 1,4% em 2023. No que concerne à produção de água, eletricidade e gás, o valor acrescentado conheceria uma forte diminuição do seu ritmo de crescimento ao registar uma taxa de 4,3% após o crescimento de 14,4% registado em 2023.

514.A contribuição do setor secundário para o crescimento do PIB ascenderia a 1,1 ponto em 2024 face a 1,3 pontos em 2023.

515.O setor terciário manteria o seu ritmo de crescimento com um valor acrescentado que estaria em crescimento de 6,9% em 2024 após o aumento de 6,6% em 2023. Esta evolução é imputável aos desempenhos registados ao nível do «Comércio» (+7,9% contra 5,7% em 2023), dos «Transportes e comunicações» (+5,8% contra 4,9% em 2023), das Atividades financeiras (7,5% contra 7,2% em 2023) e das atividades de alojamento e restauração (8,4% contra 3,7% em 2023). No que concerne aos serviços não transacionáveis, o seu crescimento ascenderia a 6,9% em 2024 contra 8,8% um ano antes.

516.O setor terciário (incluindo impostos e taxas líquidos de subsídios) seria o principal setor contributivo para o crescimento do PIB em 2024. A sua contribuição situar-se-ia em 4,1 pontos contra 3,9 pontos em 2023.

Gráfico 95: Crescimento Togo 2019-2024



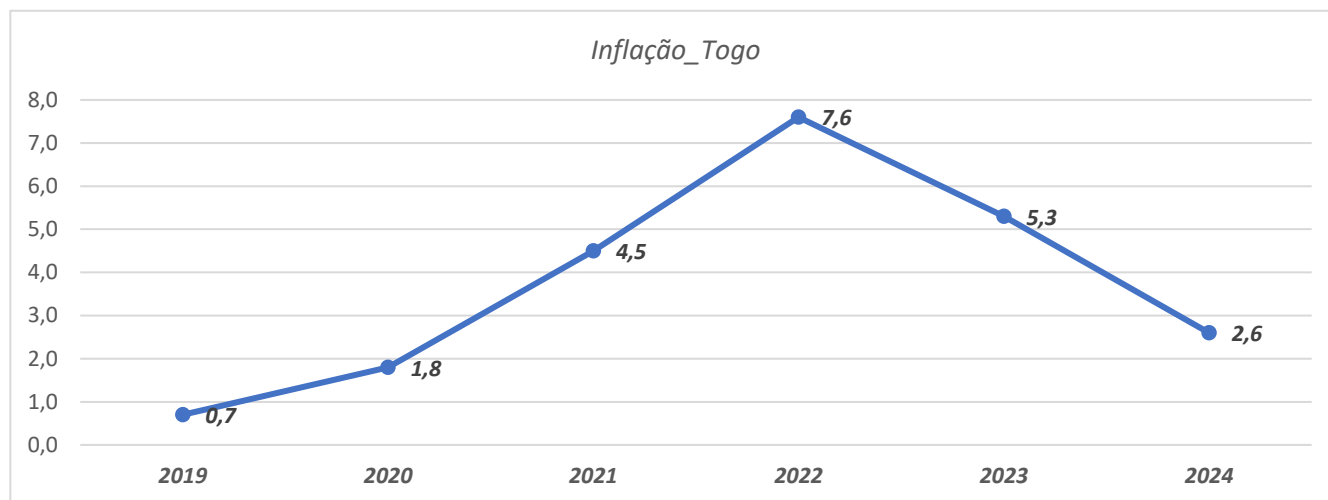
517.Do lado da procura, em 2024, o crescimento do PIB real seria impulsionado pelo consumo final e pelos investimentos. As trocas comerciais, por seu turno, contribuiriam negativamente para o crescimento do PIB real. O ritmo de crescimento das despesas de consumo final aceleraria em 2024 para se fixar em 5,2% face a um crescimento de 4,2% em 2023. Este crescimento é impulsionado principalmente pelas despesas de consumo final privado (+6,0% contra +4,6% em 2023), enquanto as despesas de consumo final público conheceriam um abrandamento do seu ritmo de crescimento com uma taxa de 0,2% contra +2,0% em 2023. O investimento, impulsionado pelas realizações tanto do setor público como do setor privado, registaria um aumento de 14,7% do seu valor acrescentado contra 4,9% em 2023. O investimento público estaria em alta de 19,8% contra 0,8% um ano antes enquanto o investimento privado conheceria um aumento de 10,3% contra 8,5% em 2023. Quanto às trocas comerciais, estas seriam caracterizadas por um crescimento de 5,6% das importações contra uma diminuição de 4,0% em 2023, bem como por um aumento de 1,8% das exportações em 2024 contra 0,4% em 2023.

518.Em termos de contribuição para o crescimento do PIB real em 2024, o consumo final, o investimento e as trocas comerciais contribuiriam, respetivamente, para 4,4 pontos, 3,3 pontos e -1,4 pontos contra 3,7 pontos, 1,1 pontos e 1,6 pontos em 2023.

4.12.1.2. Inflação

519.A atividade económica decorreu em 2024 num contexto marcado por um abrandamento das pressões inflacionistas. Assim, a inflação em média anual para o ano de 2024 ascendeu a 2,9% contra 5,3% em 2023. O nível da inflação em 2024 é impulsionado principalmente pelas funções «Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas» (+1,94 pontos percentuais), «Restaurantes e hotéis» (+0,30 pontos) e «Artigos de vestuário e calçado» (+0,20 pontos).

Gráfico 96: Inflação do Togo 2019-2024



4.12.2. Finanças públicas e dívida pública

520.A execução das operações financeiras do Estado em 2024 saldou-se por uma redução do défice global e do défice global excluindo donativos. O défice global ascendeu a 336,3 mil milhões de francos CFA (5,5% do PIB) em 2024 comparativamente a um défice de 370,5 mil milhões de francos CFA (6,6% do PIB) registado em 2023. Excluindo donativos, o défice fixou-se em 453,7 mil milhões de francos CFA (7,4% do PIB) no final de dezembro de 2024 contra um défice de 539,7 mil milhões de francos CFA (9,6% do PIB) no mesmo período em 2023. Esta evolução está relacionada com o aumento de 2,9% das receitas totais e donativos conjugado com o recuo de 0,1% das despesas totais e empréstimos líquidos.

521.As receitas totais e donativos mobilizados em 2024 cresceram 2,9% comparativamente ao mesmo período em 2023. Estes ascenderam a 1.125,2 mil milhões de francos CFA (18,5% do PIB) contra 1.093,0 mil milhões de francos CFA (19,5% do PIB) no mesmo período em 2023. Este crescimento é imputável exclusivamente à mobilização das receitas totais (+9,1%); a mobilização dos donativos inscreveu-se em diminuição de 30,6% em relação a 2023.

522.As receitas fiscais líquidas mobilizadas situaram-se em 881,1 mil milhões de francos CFA (14,4% do PIB) no final de 2024 contra 812,3 mil milhões de francos CFA (14,5% do PIB) um ano antes, isto é um aumento de 8,5%. O crescimento foi imputável, entre outros, à mobilização: (i) dos impostos sobre os rendimentos, (ii) dos benefícios e ganhos de capital (+7,0%) e (iii) dos impostos e taxas

internos sobre bens e serviços (+15,6%). Estes desempenhos estão relacionados com o prosseguimento ou a implementação das medidas de administração e política fiscal, nomeadamente: (i) o aumento da taxa dos direitos de consumo sobre as bebidas energéticas importadas, as cervejas e as bebidas alcoólicas importadas, (ii) a instituição dos direitos de consumo sobre os sacos plásticos (5%) e os caldos alimentares (15%) importados, (iii) o aumento da taxa de IVA de 10% para 18% sobre as prestações fornecidas pelos hotéis, restaurantes e organismos similares licenciados, bem como pelos organizadores de circuitos turísticos licenciados, (v) o aumento da taxa de perceção do FMI sobre os veículos usados passando de 1 para 2% (vi) a implementação de um sistema de avaliação técnica dos verificadores a fim de posicionar os melhores nos processos de maior relevância, (vii) o reforço do dispositivo de análise de riscos e o reforço das capacidades dos verificadores sobre o controlo fiscal dos setores específicos, (viii) a extensão do depósito eletrónico das demonstrações financeiras através do balcão único de depósito das demonstrações financeiras (GUDEF) a todos os contribuintes do regime real, (ix) a modernização e digitalização dos procedimentos e da desconcentração dos serviços e (x) a instituição da taxa de 5% sobre as empresas de telecomunicações e das tecnologias da informação e comunicação (TETTIC).

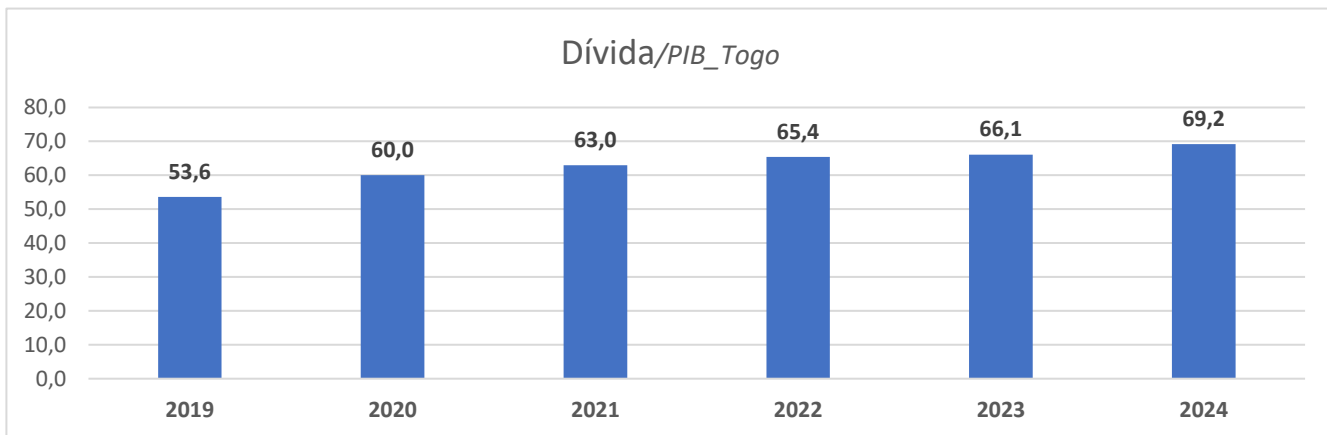
523. Relativamente às receitas não fiscais, estas cresceram 25,9% para se situar em 120,6 mil milhões de francos CFA (2,0% do PIB) em 2024 contra 95,8 mil milhões de francos CFA (1,7% do PIB) no mesmo período em 2023. Este crescimento está relacionado principalmente com a cobrança excecional das taxas de exploração mineira, das rendas e dos dividendos de certas sociedades públicas.
524. Os donativos mobilizados em 2024 registaram uma diminuição de 30,6% em relação à mobilização registada em 2023. Efetivamente, os donativos ascenderam a 117,9 mil milhões de francos CFA (1,9% do PIB) em 2024 contra 169,1 mil milhões de francos CFA (3,0% do PIB) em 2023. Esta evolução é imputável unicamente aos donativos de capital que recuaram 34,0% enquanto os donativos programas cresceram 23,0% comparativamente a 2023.
525. As despesas totais e empréstimos líquidos comprometidos no final de 2024 situaram-se em 1.461,5 mil milhões de francos CFA (24,0% do PIB), em diminuição de 0,1% em relação às despesas comprometidas no mesmo período em 2023. Esta evolução é imputável à diminuição de 3,5% das despesas de capital atenuada por um aumento de 1,9% das despesas correntes.
526. As despesas correntes foram contraídas a 31 de dezembro de 2024 no valor de 959,0 mil milhões de francos CFA, registando um aumento face aos 941,3 mil milhões do ano anterior. Este aumento resulta de evoluções contrastadas: por um lado, o crescimento dos compromissos relativos a vencimentos e salários (+4,2%), bens e serviços (+35,5%) e juros da dívida (+14,2%); por outro lado, a diminuição das transferências e subsídios (-24,0%).
527. As despesas de investimento registaram um recuo de 3,5% a 31 de dezembro de 2024, imputável tanto aos compromissos de despesas de capital sobre recursos internos (-0,5%) como aos das despesas de capital sobre recursos externos (-6,2%).

Gráfico 97: Saldo orçamental do Togo 2019-2024



528.No que respeita à dívida pública, o seu montante é avaliado em 4.217,7 mil milhões de francos CFA a 31 de dezembro de 2024 (69,2% do PIB) contra 3.707,8 mil milhões de francos CFA no período homólogo de 2023 (66,1% do PIB), isto é um aumento de 13,8%. A 31 de dezembro de 2024, o montante da dívida pública é composto por 2.432,6 mil milhões de francos CFA de dívida interna (57,7%) e 1.785,2 mil milhões de francos CFA de dívida externa, isto é 42,3%.

Gráfico 98: Dívida do Togo 2019-2024



529.No final de dezembro de 2024, um montante de 633,9 mil milhões de francos CFA foi pago a título do serviço da dívida, dos quais 488,6 mil milhões de francos CFA (77,1%) a título da dívida interna e 145,2 mil milhões de francos CFA (22,9%) a título da dívida externa.

530.Em percentagem do PIB, o montante da dívida pública do Togo em 2024 representou 69,2% contra 66,1% um ano antes.

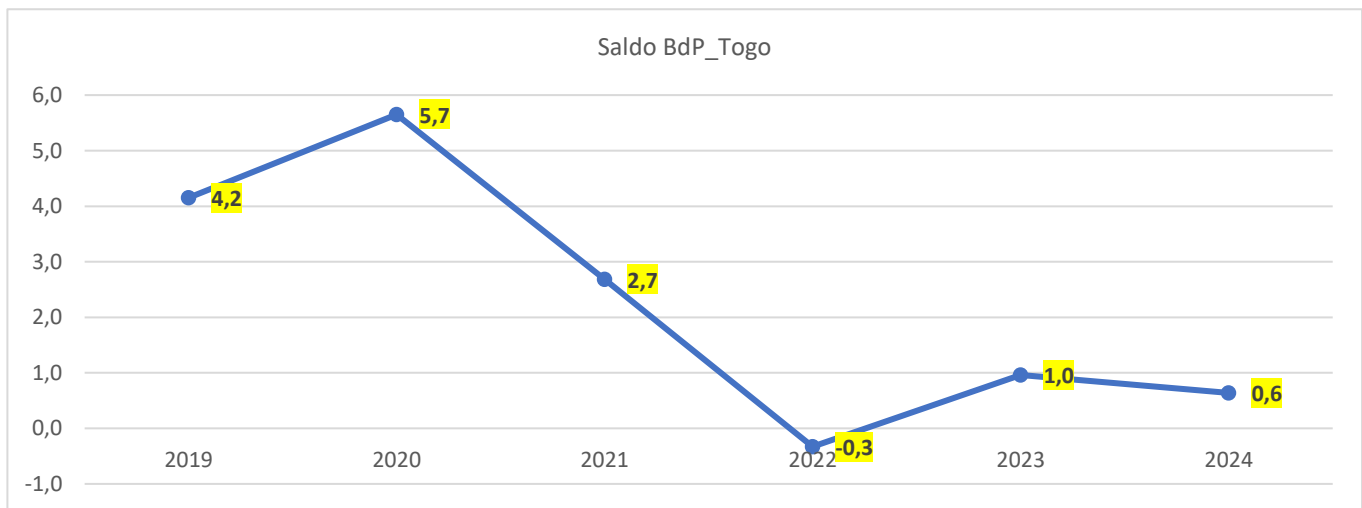
4.12.3. Setor externo

531.Em 2024, o défice corrente diminuiria 33,3 mil milhões de francos CFA para se fixar em 188,7 mil milhões. Esta melhoria resulta principalmente da redução do défice da balança comercial (-11,4 mil milhões), conjugada com o aumento dos excedentes do rendimento primário (+13,4 mil milhões) e

dos serviços (+9,0 mil milhões). A melhoria de 11,4 mil milhões de francos CFA do saldo da balança comercial resultaria do aumento de 45,7 mil milhões de francos CFA das exportações de bens, mais importante que a progressão de 34,3 mil milhões de francos CFA das importações de bens.

532. O bom desempenho das exportações de bens seria impulsionado, nomeadamente, pelo aumento da procura externa dos outros produtos exportados (+79,9 mil milhões de francos CFA), do cacau (+2,4 mil milhões de francos CFA) e do café (+1,9 mil milhões de francos CFA), diminuída essencialmente pelo recuo das reexportações dos produtos petrolíferos (-18,4 mil milhões de francos CFA), bem como das exportações de fosfatos (-14,7 mil milhões de francos CFA) e de clínquer (-2,6 mil milhões de francos CFA).

Gráfico 99: Saldo global em % do PIB do Togo (2019-2024)



533. O aumento das importações de bens seria principalmente atribuível ao crescimento das aquisições externas de produtos alimentares (+11,7 mil milhões de francos CFA), de bens de equipamento (+8,3 mil milhões), de energia elétrica (+4,7 mil milhões de francos CFA), bem como de matérias-primas e produtos semifabricados (+2,6 mil milhões de francos CFA).

534. O aumento do saldo dos serviços seria imputável principalmente ao prosseguimento da redução do défice dos transportes, bem como ao aumento do saldo excedentário das viagens, num quadro de manutenção do dinamismo do tráfego aéreo de passageiros.

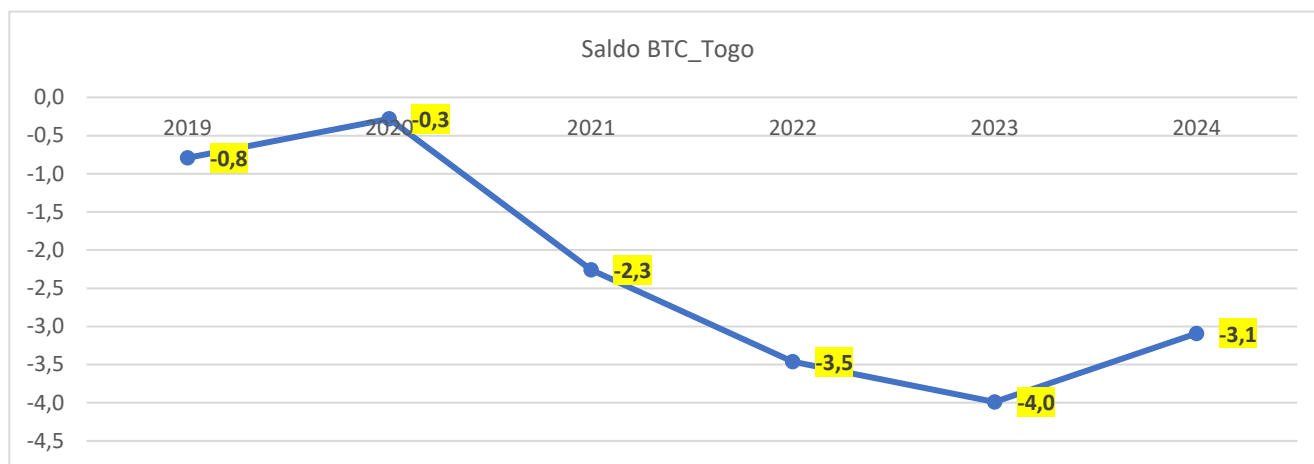
535. O saldo do rendimento primário progredira 13,4 mil milhões de francos CFA, passando de 5,9 mil milhões de francos CFA em 2023 para 19,4 mil milhões de francos CFA um ano depois, em relação nomeadamente com o aumento dos rendimentos dos investimentos.

536. Quanto ao rendimento secundário, o seu saldo fixar-se-ia em 405,4 mil milhões de francos CFA em 2024, contra 405,9 mil milhões de francos CFA em 2023, devido ao efeito conjugado da diminuição dos donativos mobilizados pela Administração pública e do aumento dos rendimentos dos outros setores.

537. Neste contexto, o défice corrente excluindo donativos da balança de pagamentos em relação ao PIB corrente reduzir-se-ia em 0,8 pontos percentuais para ascender a 3,3%.

538.O excedente do saldo da conta de capital diminuiria 61,9 mil milhões de francos CFA, para se cifrar em 297,8 mil milhões de francos CFA em 2024, sob o efeito principalmente da diminuição da mobilização dos donativos-projeto pela Administração pública e das transferências líquidas de capital recebidas pelas sociedades financeiras e não financeiras, bem como pelos agregados familiares e as Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço dos Agregados Familiares (ISFLSAF).

Gráfico 100: Saldo da balança das transações em % do PIB do Togo (2019-2024)



539.O saldo da conta financeira, ao fixar-se em 70,3 mil milhões de francos CFA, estaria em diminuição de 16,2 mil milhões de francos CFA em relação ao nível atingido em 2023, devido à diminuição das saídas líquidas dos investimentos diretos (-71,2 mil milhões de francos CFA) e dos outros investimentos (-198,2 mil milhões de francos CFA), acentuada pela diminuição das entradas líquidas a título dos investimentos de carteira (-253,2 mil milhões de francos CFA).

540.A balança de pagamentos do Togo registaria em 2024 um saldo excedentário de 38,9 mil milhões de francos CFA, consecutivo a um excedente do saldo da conta de capital de 297,8 mil milhões de francos CFA, diminuído pelo défice da conta corrente de 188,7 mil milhões de francos CFA e pelas saídas líquidas de capitais a título da conta financeira de 70,3 mil milhões de francos CFA.

4.12.4. Setor monetário

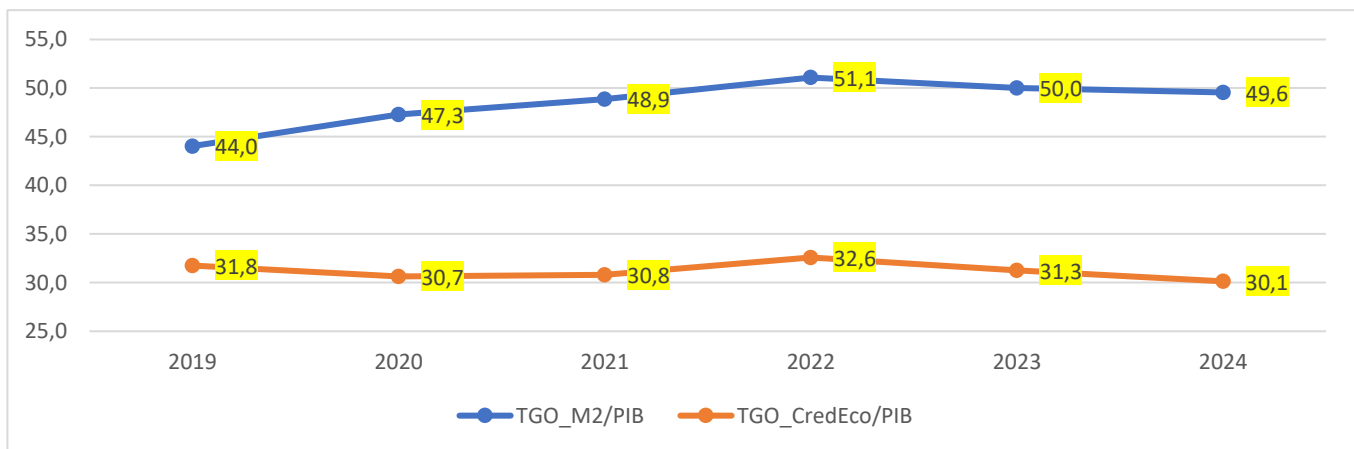
541.Na condução da política monetária, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) manteve as suas taxas diretoras em 2024, mercê da recuperação económica a fim de apoiar o crescimento controlando simultaneamente a inflação. Em 2024, os créditos à economia progrediram 5,6%, para se fixar em 1837,54 mil milhões de francos CFA, refletindo o bom desempenho da atividade económica e a confiança dos bancos no financiamento da economia.

542.Neste quadro, a situação monetária a 31 de dezembro de 2024 indica uma progressão de 8,7% dos agregados monetários em relação ao final de dezembro de 2023. Este crescimento resulta do aumento dos ativos externos líquidos (+3,4%), dos créditos líquidos sobre a Administração Central (+107,4%) e dos créditos sobre a economia (+5,7%). No conjunto, os créditos internos cresceram

16,9% em relação a 2023. Os passivos não monetários registaram um aumento de 30,2%. Estas contrapartidas dos agregados monetários contribuíram para o crescimento dos agregados monetários como segue: a contribuição dos créditos internos fixa-se em 11,9 pontos percentuais, sendo 8,3 pontos para os créditos sobre as administrações e 3,6 pontos para os créditos sobre a economia. Os ativos externos líquidos contribuíram para 1,4 pontos percentuais enquanto os passivos não monetários contribuíram para 4,4 pontos percentuais.

543. Relativamente às componentes dos agregados monetários, a circulação fiduciária registou um aumento de 3,6% contra 15,8% em 2024. Esta evolução está relacionada com o forte aumento dos encaixes dos bancos (16,5% contra -8,1% em 2023), bem como os encaixes do tesouro que conheceram um forte crescimento de 289,1% contra uma diminuição de 25,4% em 2023. Quanto aos depósitos transferíveis, estes registaram um aumento de 2,4% contra uma diminuição de 3,6% em 2023, enquanto os outros depósitos incluídos nos agregados monetários progrediram 16,3% em 2024, contra um aumento de 15,0% em 2023.

Gráfico 101: M2/PIB e crédito a economia/PIB do Togo (2019-2024)



544. No setor bancário, regista-se em 2024 um prosseguimento do saneamento da carteira de crédito dos bancos, com uma taxa bruta de deterioração que é reduzida para 7,1% a 31 de dezembro de 2024, comparativamente aos 7,7% um ano antes e 8,1% a 31 de dezembro de 2022. No que respeita à taxa líquida de deterioração da carteira de crédito, esta estabeleceu-se em 2,8% em 2024, face aos 2,2% em 2023. O risco de crédito permanece persistente, pois tal como um ano antes, a 31 de dezembro de 2024, 10 bancos dos 14 em atividade apresentam taxas brutas de deterioração da carteira de crédito superiores a 5,0%. A rentabilidade do setor regista uma expansão marcada por um resultado líquido provisório que totalizaria um excedente de 41,1 mil milhões de francos CFA em 2024, comparativamente aos 36,7 mil milhões de francos CFA em 2023 mercê do controlo do custo do risco (-52,7% para 11,2 mil milhões de francos CFA), atenuado por um ligeiro recuo do Produto Bancário Líquido de 1,1% para 195,3 mil milhões de francos CFA.

4.12.5. Estado de Convergência macroeconómica

545.No final de 2024, o Togo respeitou cinco (05) critérios de convergência, dos quais três primários e os dois secundários. O critério relativo ao défice orçamental não foi respeitado. A situação apresenta-se como segue:

Critérios de primeiro grau

- **Rácio do défice orçamental donativos incluídos (base compromisso) em relação ao Produto Interno Bruto ($\leq 3\%$):** o défice global em percentagem do PIB ascendeu a 5,5% em 2024 contra 6,6% em 2023 para uma norma comunitária de 3% máximo;
- **Taxa de inflação em média anual ($\leq 5\%$):** em 2024, a inflação em média anual ascendeu a 2,9% contra 5,3% registados em 2023;
- **Reservas brutas (≥ 3 meses de importações):** as reservas de câmbio do BCEAO ascenderam a 4,6 meses de cobertura de importações de bens e serviços contra 3,5 meses registados em 2023, em conformidade com a norma comunitária de 3 meses mínimo;
- **Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central ($\leq 10\%$ das receitas fiscais do ano anterior):** O Togo, à semelhança dos outros países da UMOA, não recorre mais a este financiamento.

Critérios segundo grau

- **Rácio do montante da dívida em relação ao PIB nominal ($\leq 70\%$):** o rácio do montante da dívida pública cresceu em relação a 2023 ao ascender a 69,2% contra 66,1% do PIB em 2023 para uma norma comunitária de 70% máximo;
- **Variação da taxa de câmbio nominal (+/-10%):** a variação da taxa de câmbio nominal média do franco CFA em relação à UCAO no final de 2024 é de 0,6% contra 3,0% em 2023.*

Tabela 23: Situação de convergência do Togo

Critérios	META	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Critérios de primeiro grau							
Défice orçamental (com base nos compromissos, incluindo subvenções)	$\leq 3\%$	-0,9	-7,1	-4,7	-8,3	-6,6	-5,5
Taxa média anual de inflação	$\leq 10\%$	0,7	1,8	4,5	7,6	5,3	2,6
Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central	$\geq 10\%$	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas externas brutas	≥ 3	5,7	5,4	5,0	4,1	3,5	4,6
Nº de Critérios de 1º grau cumpridos		4	3	3	2	2	3
Critérios segundo grau							
Variação da taxa de câmbio nominal	$\pm 10\%$	-2,8	1,0	1,5	-5,3	3,0	0,6
Rácio da dívida pública em relação ao PIB	$\leq 70\%$	53,6	60,0	63,0	65,4	66,1	69,2
Nº de critérios segundo grau cumpridos		2	2	2	2	2	2
Total de critérios cumpridos		6	5	5	4	4	5

4.12.6. Previsões 2025

546. É esperado em 2025, segundo as informações disponíveis até à data, que a economia togolesa prossiga o seu ritmo de crescimento robusto com uma taxa esperada de 6,2%. Este crescimento seria impulsionado essencialmente pelos setores terciário (incluindo impostos e taxas) e secundário com contribuições respetivas para o crescimento de 3,7 pontos e 1,4 pontos. A contribuição do setor primário para o crescimento do PIB ascenderia a 1,1 pontos.
547. O setor primário registaria em 2025 um crescimento do seu valor acrescentado de 5,6% contra 4,8% em 2024. Este crescimento seria impulsionado pelo conjunto dos ramos com 5,7% para a agricultura, 6,4% para a pecuária e 5,0% para a pesca. O setor secundário inscrever-se-ia em alta de 7,0% contra 5,7% em 2024 e o valor acrescentado do setor terciário cresceria 6,2% contra 6,9% um ano antes.
548. Relativamente às finanças públicas, as previsões em 2025 baseiam-se num ajustamento orçamental com um défice de 3,0% contra um défice de 5,5% em 2024. Este desempenho realizar-se-ia em resultado de uma mobilização mais importante das receitas totais e donativos que cresceriam 15,7% em relação a 2024 contra um aumento menos importante das despesas totais e empréstimos líquidos que são esperados em alta de 2,5% em comparação com 2024. As receitas totais e donativos ascenderiam a 19,7% do PIB em 2025 contra 18,5% um ano antes enquanto a proporção das despesas totais e empréstimos líquidos em relação ao PIB nominal reduzir-se-ia ao ascender a 22,6% em 2025 contra 24,0% em 2024. Em termos de fiscalização da economia, as previsões baseiam-se numa taxa de pressão fiscal de 15,5% em 2025 contra 14,4% em 2024. Da execução das receitas e das despesas em 2025, está projetado um défice de 3,0% contra 5,5% em 2024, em conformidade com a norma comunitária.
549. No que respeita à dívida, em percentagem do PIB, esta representaria 65,2% em 2025 contra 69,2% um ano antes. Deste modo, em matéria de convergência, o Togo deveria respeitar em 2025 o conjunto dos seis critérios de convergência.

4.12.7. Conclusão e Recomendações

550. A implementação dos projetos e programas do roteiro governamental Togo 2025 permitiu à economia togolesa realizar um crescimento médio de 6,1% de 2021 a 2024. Em 2024, o crescimento ascendeu a 6,3% comparativamente à taxa de 6,4% registada em 2023. Este crescimento realizou-se num contexto de diminuição das tensões inflacionistas. Esta tendência, tanto para o crescimento como para a inflação, deveria prosseguir em 2025 tendo em conta o prosseguimento das ações iniciadas no âmbito do roteiro Togo 2025 em curso de revisão.
551. Em matéria de gestão das finanças públicas e da dívida, a implementação das medidas contidas no programa que o país concluiu com o FMI em março de 2024 - um programa de 42 meses - permitiu coordenar uma melhor mobilização das receitas e um controlo das despesas públicas. Por conseguinte, o défice orçamental em percentagem do PIB nominal reduziu-se face a 2023 ainda que a norma comunitária não seja respeitada. O Togo tenciona realizar a consolidação orçamental em 2026. Contudo, esforços são feitos para alcançar esta consolidação em 2025.

552. Relativamente à dívida, a sua estrutura bem como o seu nível constituem uma preocupação para a qual o país deveria tomar medidas com vista ao seu reperfilamento. Em termos de respeito dos critérios de convergência, o Togo respeitou em 2024 cinco critérios de convergência, dos quais três de primeiro nível.

553. Atendendo à situação económica e aos desafios com que o país está ou pode estar confrontado, importa formular as seguintes medidas:

- Prosseguir a operacionalização da Plataforma Industrial de Adétikopé (PIA) para uma transformação local bem como o desenvolvimento dos complexos agroindustriais e das ZAAP em benefício das populações;
- Prosseguir as reformas fiscais e orçamentais favoráveis ao controlo das despesas e ao crescimento das receitas a fim de reduzir o défice orçamental dentro dos limites do critério de convergência no horizonte temporal previsto;
- Prosseguir os esforços desenvolvidos com vista a reperfilar a estrutura atual da dívida através de uma política de endividamento prudente e eficiente;
- Reforçar o controlo e a supervisão das SFD, com vista a limitar os riscos de derrapagens e as infrações ao dispositivo prudencial no setor da microfinança.

CONCLUSÃO GERAL E RECOMENDAÇÕES

554. O crescimento económico na região acelerou para 4,4% em 2024, face aos 3,6% registados em 2023, impulsionado sobretudo pelo dinamismo dos setores secundário e terciário. Para 2025, prevê-se um reforço adicional do crescimento, estimando-se que atinja 5,1%. Esta projeção assenta num desempenho robusto do subsetor mineiro, na vitalidade do setor terciário e na recuperação esperada da agricultura. As pressões inflacionistas mantiveram uma trajetória descendente na maioria dos Estados-membros. No entanto, a inflação média anual agregada aumentou para 24,8% em 2024, contra 22,5% em 2023, refletindo principalmente a evolução dos preços na Nigéria. A queda da inflação média na generalidade dos países resultou, essencialmente, de três fatores: a estabilidade cambial, a moderação dos preços dos alimentos e combustíveis, e o efeito de políticas monetárias geralmente restritivas.
555. A política orçamental manteve-se centrada no reforço dos esforços de consolidação empreendidos nos últimos anos. Verificaram-se avanços significativos na mobilização de receitas internas e na racionalização das despesas na maioria dos Estados-membros. Em resultado, o défice orçamental, incluindo donativos e em base de compromissos, reduziu-se para 4,8% do PIB em 2024, face aos 5,3% registados em 2023. Paralelamente, o rácio da dívida pública em relação ao PIB melhorou, situando-se em 46,8% no final de dezembro de 2024, comparativamente a 49,3% no final de 2023, refletindo sobretudo os efeitos de base em diversos Estados-membros. Apesar destes progressos, os encargos com o serviço da dívida continuam a absorver uma parte significativa das despesas correntes, limitando assim a margem de manobra orçamental.
556. Os bancos centrais dos Estados-membros mantiveram, em geral, uma orientação restritiva da política monetária ao longo de 2024, com o objetivo de sustentar a tendência de redução das pressões inflacionistas, embora as taxas diretoras tenham evoluído de forma diferenciada entre os países. Registaram-se desenvolvimentos relevantes nos agregados monetários: o crescimento da massa monetária desacelerou para 30,2% nos 12 meses terminados em dezembro de 2024 (face a 33,2% em 2023), enquanto o crédito agregado à economia se moderou para 28,2%, contra 37,9% no ano anterior. Destaca-se ainda que os ativos externos líquidos da Comunidade mais do que triplicaram no período em análise.
557. O défice da balança corrente reduziu-se para 0,4% do PIB em 2024, face a 0,5% em 2023, devido principalmente à melhoria da balança comercial e ao aumento do excedente da conta dos rendimentos secundários, sob efeito nomeadamente das remessas de fundos. A balança global de pagamentos registou um excedente de 2,4% do PIB, em contraste com um défice de 0,9% em 2023. No que diz respeito à avaliação da convergência macroeconómica, observou-se uma melhoria modesta: dois Estados-membros cumpriram os quatro critérios de primeiro grau em 2024, contra apenas um em 2023. Além disso, o número de países que cumpriram pelo menos três critérios aumentou de três, em 2023, para seis, em 2024.
558. Com vista à consolidação e ao reforço da situação macroeconómica, bem como à melhoria do desempenho no cumprimento dos critérios de convergência macroeconómica, recomenda-se às autoridades a adoção das seguintes medidas:

- a. Promover a produtividade agrícola: Fortalecer o setor agrícola, que apresenta elevado potencial de crescimento, e melhorar a produtividade e o valor acrescentado através da implementação de políticas direcionadas e incentivadoras, da facilitação do acesso a insumos e do desenvolvimento de serviços de extensão;
- b. Promover a diversificação da base produtiva e exportadora, com vista a reduzir a dependência dos países de monoculturas. Para este efeito, o desenvolvimento agrícola é necessário para reduzir o peso das importações alimentares e o seu impacto nas pressões inflacionistas;
- c. Intensificar os investimentos em agricultura inteligente face ao clima e irrigação para mitigar o impacto das condições meteorológicas adversas na produção agrícola, melhorando simultaneamente a segurança alimentar;
- d. Consolidação orçamental: Reforçar a disciplina orçamental através da implementação integral das regras orçamentais e dos controlos de despesas, alargando simultaneamente a base tributária interna e melhorando a administração fiscal para uma mobilização sustentável de receitas.
- e. Sustentar a geração de receitas aproveitando a tecnologia moderna para desenvolver fontes de receitas novas e mais sustentáveis, garantindo uma administração fiscal eficiente e o cumprimento das obrigações tributárias;
- f. Prosseguir as reformas aduaneiras para melhorar a mobilização de receitas aduaneiras, reforçando a avaliação de veículos novos e alargando o mecanismo de seletividade baseado em inteligência artificial (IA) e videovigilância;
- g. Gestão da Dívida Pública: Adotar uma estratégia de dívida de médio prazo focada em empréstimos concessionais e investimentos produtivos, aumentando a transparência e reforçando o quadro de gestão da dívida para garantir a sustentabilidade;
- h. Manter a orientação restritiva da política monetária e a disciplina orçamental para ajudar a conter as pressões inflacionistas e ancorar ainda mais firmemente as expectativas inflacionistas;

Promover os influxos de divisas através do apoio às exportações de valor acrescentado, da atração de investimento direto estrangeiro e do aumento das remessas mediante maior envolvimento da diáspora e inclusão financeira.